

Alessandra Baldo

**EMPRÉSTIMOS E NEOLOGISMOS EM PRODUÇÕES  
ESCRITAS EM PORTUGUÊS POR FALANTES DE  
ITALIANO**

Dissertação de Mestrado em Português como Língua Estrangeira e Língua Segunda,  
orientada pelo Professor Doutor Rui Abel Rodrigues Pereira e pelo Professor Doutor  
Roberto Mulinacci, apresentada ao Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas  
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

julho de 2022

# FACULDADE DE LETRAS

## EMPRÉSTIMOS E NEOLOGISMOS EM PRODUÇÕES ESCRITAS EM PORTUGUÊS POR FALANTES DE ITALIANO

### Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Empréstimos e Neologismos em Produções Escritas em Português por Falantes de Italiano
Autor/a	Alessandra Baldo
Orientadores	Prof. Doutor Rui Abel Rodrigues Pereira Prof. Doutor Roberto Mulinacci
Júri	Presidente: Doutora Cristina dos Santos Pereira Martins Vogais: 1. Doutora Isabel Maria de Almeida Santos 2. Doutor Doutor Rui Abel Rodrigues Pereira
Identificação do Curso	2.º Ciclo em Ensino de Português como Língua Estrangeira e como Língua Segunda
Especialidade/Ramo	Línguas e Literaturas Estrangeiras
Data da defesa	06-junho-2023
Classificação	16

## **Agradecimentos**

Tenho muitas pessoas a agradecer pelo apoio e compreensão durante esse percurso de estudo cujo resultado parcial está apresentado nesta dissertação.

Em primeiro lugar, aos meus orientadores, Professor Doutor Rui Abel Pereira e Professor Doutor Roberto Mulinacci, pela dedicação na orientação da dissertação. A atenção e o tempo dispensados, somados a grande experiência que ambos possuem em aquisição-aprendizagem de português como língua não materna, foram indispensáveis para a conclusão deste estudo. Além disso, o vastíssimo conhecimento de morfologia do primeiro docente, somados ao igualmente vastíssimo conhecimento de italiano do segundo, também constituem pilasstras deste estudo, e isso merece um segundo agradecimento de minha parte.

Ao Professor Doutor Roberto Vecchi, pela gentileza de ter aceitado minha participação em seu curso de mestrado “O Atlântico Sul é Aqui”, cujas produções dos alunos, ainda que não inicialmente planejado, constituíram o *corpus* deste estudo. Devo ao professor, assim, um agradecimento duplo: pelos tantos novos aprendizados e reflexões que o curso me proporcionou, como também pela permissão inicial de usar os textos neste trabalho.

Agradeço muito aos meus colegas do curso “O Atlântico Sul é Aqui”, pela resposta quase imediata a minha solicitação de autorização do uso de suas produções textuais, de preenchimento dos questionários e de esclarecimento de dúvidas. Vocês foram imprescindíveis, e lembrarei sempre a atenção que tiveram comigo.

À diretora do Mestrado em PLELS, Professora Doutora Cristina Martins, por ter aceitado minha inscrição de última hora e me ajudado a compreender o funcionamento do Mestrado.

Aos professores do curso, por terem acrescentado novos conhecimentos sobre a aquisição de língua estrangeira em geral, e, especificamente, sobre o ensino de português como língua estrangeira.

A minhas colegas do curso, as quais, apesar de não ter tido a chance de conhecê-las pessoalmente, foram um ponto de apoio e suporte fundamental, especialmente durante o primeiro ano. Independentemente de onde estiverem agora, lhes desejo muito sucesso e uma carreira gratificante.

Ao querido Massimo, uma pessoa, “appunto”, querida, que me fez sentir acolhida em seu país, me incentivou a completar este Mestrado e me lembrou constantemente que, independentemente de tudo, não se pode deixar de abandonar a busca por uma vida com mais amor, em todas as suas formas.

Ao meu filho, que, ainda se por último nesta lista, é sempre o primeiro nas minhas prioridades e nas decisões, por me ajudar a perceber o que é importante e a tomar distância do que não o é.

## RESUMO

### **Empréstimos e Neologismos em Produções Escritas em Português por Falantes de Italiano**

Neste estudo investigam-se os desvios lexicais devido a empréstimos e à construção de neologismos por aprendizes proficientes em português cuja língua materna (L1) é o italiano, a partir da análise de suas produções escritas. Três objetivos foram propostos: identificar (i) se haveria uma categoria de empréstimos e de neologismos que se destacasse em termos de ocorrências, (ii) qual seria a língua – a L1 ou uma língua estrangeira (LE) previamente adquirida – mais empregada nas ocorrências de desvios lexicais, e (iii) se a influência exógena nos neologismos estaria concentrada nas bases lexicais ou nos constituintes afixais. O *corpus* deste estudo é constituído de 90 textos produzidos por 15 alunos do programa de Mestrado da Universidade de Bolonha para o curso de literatura “O Atlântico Sul é aqui”, no ano de 2021. A análise dos dados resultou na identificação de 29 desvios lexicais, com um maior número de ocorrência de neologismos. Entre os últimos, subdivididos entre neologismos *interlinguísticos*, formados pela combinação de estruturas morfológicas dos sistemas da L1 e do sistema da LA ou, alternativamente, pela combinação de estruturas morfológicas da LE e da LA, e neologismos *intralinguísticos*, formados inteiramente pelas estruturas do sistema da LA, foi identificado que os de maior ocorrência foram os interlinguísticos L1 – LA. Nenhum neologismo intralinguístico foi licenciado. Além disso, verificou-se que a L1 foi a língua-fonte preferencial dos empréstimos, como também a língua escolhida na maior parte dos neologismos interlinguísticos – 17 ocorrências, de um total de 19. Com relação à influência externa na produção de neologismos, essa concentrou-se nos lexemas tomados como base de derivação ou de flexão. Os resultados mostraram, em primeiro lugar, que a hipótese psicotipológica das línguas de Kellerman (1971) não se aplica ao corpus da pesquisa, ainda que ratificada por um número considerável de estudos, visto que o espanhol, enquanto língua tipologicamente mais próxima do português e conhecida por dois terços dos informantes, foi empregada de modo bastante discreto. Além disso, a ausência de neologismos intralinguísticos foi atribuída a um conhecimento alargado das combinações morfológicas permitidas pela LA, o qual, por sua vez, funcionaria como uma proteção contra a construção de itens lexicais desviantes pelo aprendiz.

**Palavras-chave:** desvios lexicais; português LE; empréstimos lexicais; neologismos; morfologia.

## ABSTRACT

### **Borrowings and Neologisms in Portuguese written productions by speakers of Italian**

This thesis presents a study about lexical deviant forms due to borrowings and neologisms by proficient Portuguese learners, speakers of Italian as a native language (L1). Three objectives were posed: identify (i) whether there would be a type of lexical deviant category, both among the borrowings and the neologisms, with more occurrences than others, (ii) which language – the L1 or a foreign language (LE) previously acquired - would be more used in the deviant forms, and (iii) whether the exogenous influence would be more evident in the base words or in the affixes. The corpus to this study consists of 90 texts written by 15 Master candidates from Bologna University, Italy, enrolled at the course “The South Atlantic is here” (“O Atlântico Sul é aqui”). Data analysis has identified 29 deviant forms, neologisms being the ones with more occurrences. Amongst the latter, divided into *interlinguistic* neologisms, formed by the combination of the morphological structures of the L1 and the target language (LA) or, alternatively, by the combination of the morphological structures of the L1 and an LE, and *intralinguistic* neologisms, formed entirely by the structures of the LA system, the interlinguistic L1-LA ones had the most occurrences. No occurrence of intralinguistic neologisms has been identified. Furthermore, data showed that the L1 was the most frequently used language in the context of borrowings, as well as in the creation of neologisms – i.e., 17, out of 19. As far as the external influence in the formation of neologisms is concerned, it was concentrated on lexemes taken as basis of derivation or inflexion. Results pointed to, firstly, an inapplicability of Kellerman’s psychotypological hypothesis (1971) to our corpus, even though it has been ratified by a significant number of studies. Spanish, the closest typological language to Portuguese and spoken by two thirds of the learners, was used in a very discreet manner. Furthermore, the absence of intralinguistic neologisms was interpreted as a sign of an extended knowledge of the licensed morphological constructions in the LA, which, by its turn, was taken as a protective barrier against the formation of lexical deviant forms by the learners.

**Keywords:** lexical deviant forms; Portuguese as Foreign Language; lexical borrowings; neologisms; morphology.

## ÍNDICE DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

### FIGURAS

Figura 1	Representação dos contínuos dos modos de linguagem.....	7
Figura 2	Modelos Bilíngues de Ativação Interativa BIA e BIA+.....	8

### TABELAS

Tabela 1	Padrões de produtos formados por sufixação.....	14
Tabela 2	Desvios e estratégias lexicais por léxico deficitário.....	19
Tabela 3	Perfil dos aprendizes.....	23
Tabela 4	Número de textos e de palavras do <i>corpus</i> .....	26
Tabela 5	Classificação de empréstimos e neologismos.....	27
Tabela 6	Número de formas lexicais desviantes por categoria.....	28
Tabela 7	Empréstimos.....	29
Tabela 8	Neologismos interlinguísticos L1-LA.....	31
Tabela 9	Neologismos interlinguísticos LE-LA.....	36
Tabela 10	Estrutura morfológica dos neologismos interlinguísticos.....	36
Tabela 11	Neologismos semânticos.....	38

### GRÁFICOS

Gráfico 1	Variante do português.....	24
Gráfico 2	Tempo de estudo do português.....	24
Gráfico 3	LE(s) conhecida(s) pelos informantes.....	25

## ÍNDICE

RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS.....	vii
INTRODUÇÃO .....	1
<b>Parte I - Enquadramento teórico.....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo 1 – Aquisição de LE.....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo 2 – Léxico Mental Bilíngue.....</b>	<b>6</b>
2.1 Modelo de Grosjean.....	6
2.2 Modelo BIA e BIA+.....	8
<b>Capítulo 3 – Desvios Lexicais.....</b>	<b>9</b>
3.1 Empréstimos.....	10
3.2 Neologismos.....	12
3.2.1 Processos de Formação de Palavras.....	13
3.2.2 Neologismos Semânticos.....	16
3.3 Tipologia de Desvios.....	17
3.4 Síntese.....	19
<b>Parte II – A Pesquisa.....</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo 1 – Objetivos.....</b>	<b>21</b>
1.1 Objetivo geral.....	21
1.2 Objetivos específicos.....	21
1.3 Questões de pesquisa.....	21
<b>Capítulo 2 -Metodologia.....</b>	<b>21</b>
2.1 Os informantes.....	21
2.2 O <i>corpus</i> .....	24
2.2.1 Seleção das palavras do <i>corpus</i> .....	26



<b>Capítulo 3 - Apresentação e tratamento analítico de dados.....</b>	<b>27</b>
3.1 Empréstimos.....	29
3.2 Neologismos.....	31
3.2.1 Neologismos interlinguísticos.....	31
3.2.1.1 Interferência linguística na formação de neologismos.....	36
3.2.2 Neologismos semânticos.....	38
3.4 – Síntese da análise dos dados.....	40
3.4.1 Número de ocorrências por desvio lexical.....	40
3.4.2 Língua mais empregada nos empréstimos lexicais.....	42
3.4.3 Língua mais empregada nos neologismos interlinguísticos.....	42
3.4.4 Interferência linguística nos neologismos: bases e afixos.....	42
<b>Parte III – Conclusão.....</b>	<b>44</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>47</b>
ANEXO 1 – <i>CORPUS DA PESQUISA</i> .....	51
Anexo 1.1 Textos do Módulo 1.....	52
Anexo 1.2 Textos do Módulo 2.....	58
Anexo 1.3 Textos do Módulo 3.....	66
Anexo 1.4 Textos do Módulo 4.....	73
Anexo 1.5 Textos do Módulo 5.....	79
Anexo 1.6 Textos do Módulo 6.....	86

## INTRODUÇÃO

A aquisição do léxico de uma língua é um dos aspectos mais fascinantes da aquisição da linguagem. Naturalmente, essa afirmação é subjetiva, mas não vem privada de argumentos: desconheço uma única pessoa que não se tenha divertido, ou maravilhado, surpreendido, ou mesmo emocionado – e mesmo se divertido, se maravilhado, se surpreendido e se emocionado, tudo ao mesmo tempo e tantas e tantas vezes – com as construções espontâneas testemunhadas durante o emergir do léxico em crianças.

Certamente que a aquisição da sintaxe não é menos surpreendente. Ouvir uma criança de três anos expressar-se “como um adulto” chega a parecer quase um milagre, independentemente de todo o conhecimento científico e das teorias linguísticas que já comprovaram se tratar de um fenômeno natural. Além disso, o desenvolvimento de teorias de aquisição da linguagem de orientação cognitivista, as quais têm enfatizado a primazia da semântica sobre a sintaxe na formação da linguagem, reforçam o papel fundamental do léxico na aquisição da linguagem.<sup>1</sup>

Esse papel do léxico é, a meu ver, mais facilmente percebível nos casos de aquisição de línguas estrangeiras, sendo influenciado por fatores como o nível de proficiência na língua-alvo (LA), a constituição do léxico mental e a proximidade entre a LA e a língua materna (L1), como também entre aquela e quaisquer línguas estrangeiras (LEs) conhecidas.<sup>2</sup>

Isso considerado, este estudo, cujo tema geral é a aquisição lexical bilíngue, tem como objetivo a identificação dos desvios lexicais que correspondem a empréstimos e neologismos produzidos por um grupo de aprendizes proficientes de português cuja L1 é o italiano, a partir da análise de suas produções escritas, perspectivando as estratégias usadas na sua produção.

A relação entre os desvios lexicais gerados pela adoção de empréstimos e/ou construção de neologismos e o nível de proficiência do aprendiz tem despertado o interesse de estudiosos da aquisição de LE há já bastante tempo. Por exemplo, a pesquisa de Morin (2013), conduzida com falantes de inglês e aprendizes de espanhol LE, mostrou que o uso da análise morfológica como estratégia na formação de vocabulário é mais evidente nos aprendizes de nível mais avançado.

---

<sup>1</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre o tópico, ver Silva (1997).

<sup>2</sup> A abreviação “LE” faz referência a qualquer língua estrangeira ativada durante a aquisição lexical de uma língua-alvo (LA) específica. Assim, neste estudo, a língua materna (L1) dos participantes é o italiano, a língua-alvo (LA) é a língua portuguesa, e qualquer língua diversa do italiano e do português é denominada língua estrangeira (LE).

Anteriormente, Lowie (1998), ao analisar falantes de alemão que aprendiam inglês como LE, também já havia concluído que a compreensão e produção de palavras em LE é otimizada quando houver semelhança tanto semântica quanto formal entre os afixos da L1 e da LA. O estudioso observou ainda que o nível de compreensão decrescia quando os afixos possuíam forma semelhante mas não havia qualquer relação semântica entre eles, e era ainda mais baixo quando não havia nem correspondência de forma nem correspondência de significado entre ambos (Jesus, 2010, p. 53).<sup>3</sup>

Há também alguns estudos envolvendo desvios lexicais devido à formação de palavras em português LA, ainda que os objetivos não converjam com os nossos. O de Leiria (2006), por exemplo, cuja metodologia será por nós parcialmente adotada, e o de Estrela e Antunes<sup>4</sup>, apresentam dados de aprendizes de português LA de línguas maternas diversas, e não somente de L1 italiano.

Isso colocado, e pelo menos até onde nos foi possível verificar, ainda não foi realizado qualquer estudo com aprendizes de português cuja L1 fosse somente o italiano, que não estivessem em contexto de imersão linguística quando da coleta de dados e cujo objetivo fosse o de verificar especificamente o uso de empréstimos e a criação de neologismos. Entendemos, assim, que um estudo que focalize em aprendizes de nível avançado cuja L1 é o italiano possa contribuir para uma análise mais detalhada dos dados provindos desse *corpus* específico, esperando poder oferecer alguma contribuição na área de aquisição lexical de línguas próximas.

A proposta do estudo é oferecer, a partir da análise de um *corpus* escrito, resposta às seguintes questões: (i) alguma categoria de desvios lexicais está mais atestada do que as outras?; (ii) qual é a língua mais empregada como fonte dos empréstimos e de neologismos?; (iii) a interferência linguística na construção dos neologismos dá-se mais no nível das bases das palavras ou no nível dos afixos?

Como será detalhado na Parte II deste trabalho, o *corpus* da pesquisa foi constituído por estudantes da Universidade de Bolonha, Itália, de níveis avançado e proficiente. Tratava-se de aprendizes adultos que estudavam português em seu país de origem, como parte do seu curso de graduação ou pós-graduação em Línguas Modernas.

A dissertação está dividida em três partes principais. A primeira é relativa à revisão dos fundamentos teóricos que servirão de suporte à segunda, dedicada ao trabalho experimental, enquanto a terceira apresenta os resultados obtidos pela análise dos dados.

---

<sup>3</sup> Lowie (1998) avalia que tais fatos ocorram porque o aprendiz se vale da “equivalência da tradução” da L1 para a LA, o que faz com que a produtividade dos afixos em L1 seja importante.

<sup>4</sup> Estrela e Antunes (2017) tiveram como objetivo verificar a formação de nomes por sufixação por aprendentes de português língua não-materna, falantes de inglês, francês, espanhol e italiano como L1, a fim de verificar em que medida a L1 desses alunos influenciava na aprendizagem da sufixação em português.

A primeira parte está subdividida em três capítulos. O primeiro traz uma síntese de conceitos e modelos teóricos no domínio da aquisição de LE, nomeadamente os de interlíngua e de análise de erros. No segundo aborda-se o léxico mental bilíngue, conjugado com a descrição de dois modelos que buscam explicar seu funcionamento na mente/cérebro do aprendiz. Já o terceiro capítulo se ocupa de conceitos relativos a desvios lexicais em língua estrangeira.

A segunda parte do estudo é composta por quatro capítulos, os quais detalham os objetivos do estudo, fornecem, como o esperado, informações sobre a metodologia, com a descrição dos informantes e do *corpus*, apresentam o tratamento analítico dos dados, e relatam, por fim, os resultados obtidos.

Por fim, a terceira parte retoma sucintamente os resultados do estudo, a fim de, a partir deles, refletir sobre as limitações do estudo e sugerir novas possibilidades de pesquisas.

Antes de iniciarmos, cabe, contudo, um esclarecimento, endereçado especificamente aos leitores portugueses: é a minha origem brasileira responsável por esta redação, seja em termos de estrutura sintática, de escolhas lexicais e de estilo – e, naturalmente, aproveitando a deixa do tema deste estudo, por todas as formas características da variante brasileira do português.

## Parte I — ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Nesta parte inicial, apresentamos os conceitos teóricos que serão a base para a construção deste estudo. Ela está subdividida em três seções, cada uma versando sobre um aspecto específico, mas sempre relacionado, à aquisição de uma ou mais línguas estrangeiras (LEs). A primeira seção apresenta os conceitos de transferência linguística de Weinreich (1953) – o qual é empregado, em sua essência, ainda hoje nos estudos de bilinguismo –, e de interlíngua, de Selinker (1972), além dos princípios teóricos da Análise de Erros, método proposto por Corder (1982). Na segunda seção, descrevemos dois modelos de léxico mental bilíngue, selecionados não somente por sua relevância nos estudos lexicais, mas também porque nos permitem melhor compreender os mecanismos de acesso lexical do falante bilíngue. A terceira seção apresenta uma revisão teórica dos desvios lexicais objetos deste trabalho, ou seja, empréstimos e neologismos, e explicitam-se os processos de formação de palavras de que o português dispõe para a construção destes, com base em Rodrigues (2016), Basílio (2004), Lieber (2009) e Gonçalves (2003). Por fim, apresenta a categorização dos desvios lexicais de Leiria (2006), que será empregada, com adaptações, na análise do *corpus* deste estudo.

### Capítulo 1 - Aquisição de LE

A fim de compreender a natureza dos erros linguísticos de falantes bilíngues, os estudiosos buscam, inicialmente, compreender seus mecanismos. Nesse sentido, Weinreich (1953, p. 1) é considerado um dos pioneiros no que diz respeito à análise do contato interlinguístico, que ocorre quando um sujeito entra em contato com uma ou mais línguas diversas do que a sua, e da interferência linguística, que se dá sob a forma de desvios da norma em qualquer das línguas em contato.

O autor argumenta também que a diferença entre as duas línguas em contato determina a quantidade de desvios, mas não modifica a qualidade desses, que parece ser a mesma. Além disso, parte do pressuposto de que as línguas em contato não devem ser vistas como um único sistema linguístico que se “funde”, mas sim como dois sistemas coexistentes, e procura comprová-lo, ao longo do texto, a partir de exemplos de ordem de fônica, gramatical e lexical.

Outra contribuição do estudo de Weinreich reside na descrição dos diversos fatores que interferem no menor ou maior desenvolvimento linguístico de sujeitos bilíngues, tanto de uma perspectiva individual como de uma perspectiva social. Na sua análise minuciosa, o linguista inclui,

entre os fatores de cunho individual, utilidade na comunicação, envolvimento emocional, idade, e, entre os de cunho sociocultural, pertença a grupos étnicos e culturais, e *status* social.

A abrangência de fatores de natureza sociolinguística como possíveis causas de desvios por interferência linguística é resgatada somente duas décadas depois, quando teorias de aquisição de língua de natureza behaviorista (particularmente, a Análise Contrastiva<sup>5</sup>) perdem força para teorias inspiradas nas ciências cognitivas, em específico a Análise de Erros (AE), as quais resgatam os processos mentais e individuais envolvidos no processo de aquisição de línguas.

Entre os estudiosos da AE, destacam-se, entre outros, Selinker (1972) e Corder (1982). Corder (1982, p. 28) justifica a AE no estudo de aquisição de língua estrangeira tanto do ponto de vista pedagógico como do ponto de vista teórico. Pedagogicamente, o autor argumenta que, sem a compreensão da natureza dos erros dos aprendizes, não há como encontrar um modo sistemático de erradicá-los. Já do ponto de vista teórico, Corder sustenta que a análise dos erros dos aprendizes é parte de um estudo sistemático da linguagem dos aprendizes indispensável para o entendimento do processo da aquisição de línguas. O autor acrescenta ainda que o estudo de erros, além de validar os achados de estudos de natureza contrastiva, tem como função primeira desvelar os processos psicolinguísticos envolvidos nesse aprendizado (Corder, 1982, p. 35).

Nesse contexto, o desenvolvimento da noção de *interlíngua*, indissociável da de *transfer linguístico* e introduzida inicialmente por Selinker (1972, p. 214) como “the existence of a separate linguistic system based on the observable output which results from a learner’s attempted production of a TL norm”, mais do que necessária, é fundamental. O conceito é empregado para designar as diferentes fases de aprendizado de uma LE, e parte da premissa de que a aquisição de uma língua estrangeira é melhor compreendida através da análise das diferentes fases de desenvolvimento do aprendizado do que pela análise contrastiva (AC) de erros. A interlíngua se atualiza, assim, sempre que um novo *input* possibilitar ao aprendiz levantar hipóteses sobre o sistema da língua-alvo, relativas a suas regras sintáticas, fonológicas, morfológicas e pragmáticas.<sup>6</sup>

De acordo com Selinker (1972, p. 215), há cinco processos mentais que constituem a interlíngua. Os três primeiros são a transferência linguística, a transferência de treinamento, que

---

<sup>5</sup> Os estudos de natureza contrastiva (AC) predominam entre as décadas 50 e 60 do século passado. De natureza behaviorista, mantinham que a aprendizagem de uma LE era uma questão de criação de hábitos e que análise contrastiva (Fries, 1945; Lado, 1957) fornecia um modelo que poderia prever as formas (desviantes e não) que o falante de uma determinada L1 faria ao aprender uma língua estrangeira, por analogia entre os dois sistemas linguísticos. A ideia base é que as estruturas semelhantes entre as duas línguas deveriam ser reforçadas, já que causariam transferência positiva, enquanto as estruturas diversas deveriam ser evitadas, pois trariam efeitos negativos de transferência linguística (Al-Sobhi, 2019)

<sup>6</sup> O aspecto notável, conforme assinalam Gass e Selinker (2008, p. 344), é que muitas dessas hipóteses vão além do *input* que o aprendiz recebe, fato que não somente evidencia o seu aspecto criativo, mas representa a essência da interlíngua.

ocorre quando um método prévio de aprendizado afeta o desempenho do aprendiz na aquisição de uma LE, e as estratégias de aprendizado, que dizem respeito às tentativas do aprendiz de desenvolver sua competência comunicativa na LE. Os dois processos restantes são as estratégias de comunicação na LE, relativas aos modos em que o aprendiz costuma se comunicar na língua-alvo, e o processo de supergeneralização das regras da LE, que se dá quando o aprendiz utiliza uma regra em um contexto inadequado.

Além de compreender os processos gerais de aquisição de uma LE, uma revisão do conceito de léxico mental em um estudo sobre desvios lexicais é imprescindível. Passemos a ela.

## Capítulo 2 - Léxico Mental Bilíngue

Para iniciar esta seção, selecionamos a definição genérica de Papafragou et. al. (2022), que equiparam o léxico mental com “the representation of language in the mind/brain, at the level of individual morphemes and words”. Esta definição envolve uma série de processos complexos, que vão desde o conhecimento dos morfemas individuais que compõem as palavras de uma determinada língua até seu conhecimento referencial e extensional, i.e., seus antônimos, sinônimos, hipônimos.

À diferença do léxico mental do falante monolíngue, no léxico mental bilíngue a representação dos morfemas e das palavras envolve pelo menos duas línguas, e o objetivo principal é explicar como se dá o acesso lexical em contextos bilíngues. Na próxima seção, apresentamos dois modelos de representação do léxico mental bilíngue, o de Grosjean (2001) e de Dijkstra e Van Heuven (2002), por serem os que mais se aproximam da nossa compreensão do funcionamento do léxico mental bilíngue, ainda que o primeiro o faça de modo mais simplificado, e o segundo, de modo mais detalhado, a partir das teorias conexionistas de aprendizado. Como será visto, ambos os modelos partem da hipótese de acesso lexical não-seletivo da língua, a qual compartilhamos.<sup>7</sup>

### 2.1 Modelo de Grosjean

Iniciemos com a hipótese de Grosjean (2001), a qual é classificada como geral na medida em que tem como preocupação primeira descrever os fatores que devem ser levados em conta em estudos sobre o funcionamento da compreensão e produção de linguagem no sujeito bilíngue, como a relação

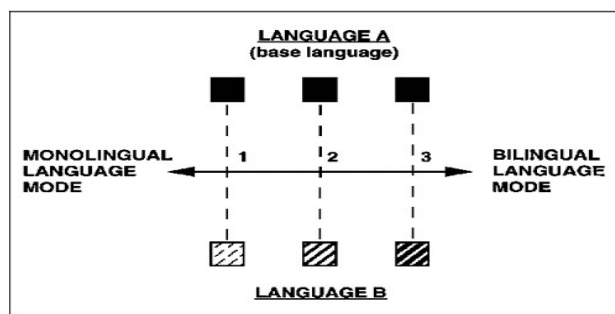
---

<sup>7</sup> De acordo com de Groot (2011, p.156), as duas hipóteses para o modo como o acesso lexical ocorre em falantes bilíngues são: os dois sistemas lexicais estão sempre coativos em situações de uso de linguagem – ou seja, a hipótese de acesso lexical não-seletivo – ou há o acesso exclusivo do sistema linguístico em uso em uma situação de linguagem específica.

entre as línguas, a proficiência nas línguas, a função de cada uma das línguas na rotina do falante, a biografia do sujeito e os modos da língua – ou seja, se no modo monolíngue ou bilíngue, conforme Figura 1.

**Figura 1**

*Representação do contínuo dos modos de linguagem*



Fonte: Grosjean (2001, p. 4)

Grosjean (2001, p. 4) explica que as línguas A (língua base) e B (língua hóspede) são representadas por quadrados: os totalmente escuros representando a língua-base e os demais representando o nível de transposição entre a língua A e a língua B. Ainda que, como mostra a figura, a língua-base seja a língua usada prioritariamente, o autor detalha os três contínuos representados pelas posições de 1 a 3. Enquanto na posição 1 o falante está no modo monolíngue, com a língua A totalmente ativa e a língua B desativada, em 2 o falante se encontra no modo intermediário, com a língua base sendo a mais ativa, mas também com a língua B parcialmente ativa. Já a posição 3 representa o final do contínuo, na qual, apesar de a língua A continuar sendo a língua de comunicação, é apenas levemente mais ativa do que a língua B.

A posição 1, esclarece Grosjean (2001, p. 4), pode ser verificada quando um falante bilíngue se comunica com um falante monolíngue, ou/e quando “the topic, the situation and the objective of the interaction require that only one language be spoken, to the exclusion of others”. A posição 2, por sua vez, pode ocorrer quando o falante não deseja empregar a língua menos ativa na interação. Por último, a posição 3 se dá quando os fenômenos de *code-switching* e empréstimo são empregados entre falantes que compartilham as mesmas línguas As e Bs.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> “A code-switch is a complete shift to the other language for a word, a phrase or a sentence, whereas a borrowing is a word or short expression taken from the less activated language and adapted morphosyntactically (and sometimes phonologically) to the base language” (Grosjean, 2001, p. 5).

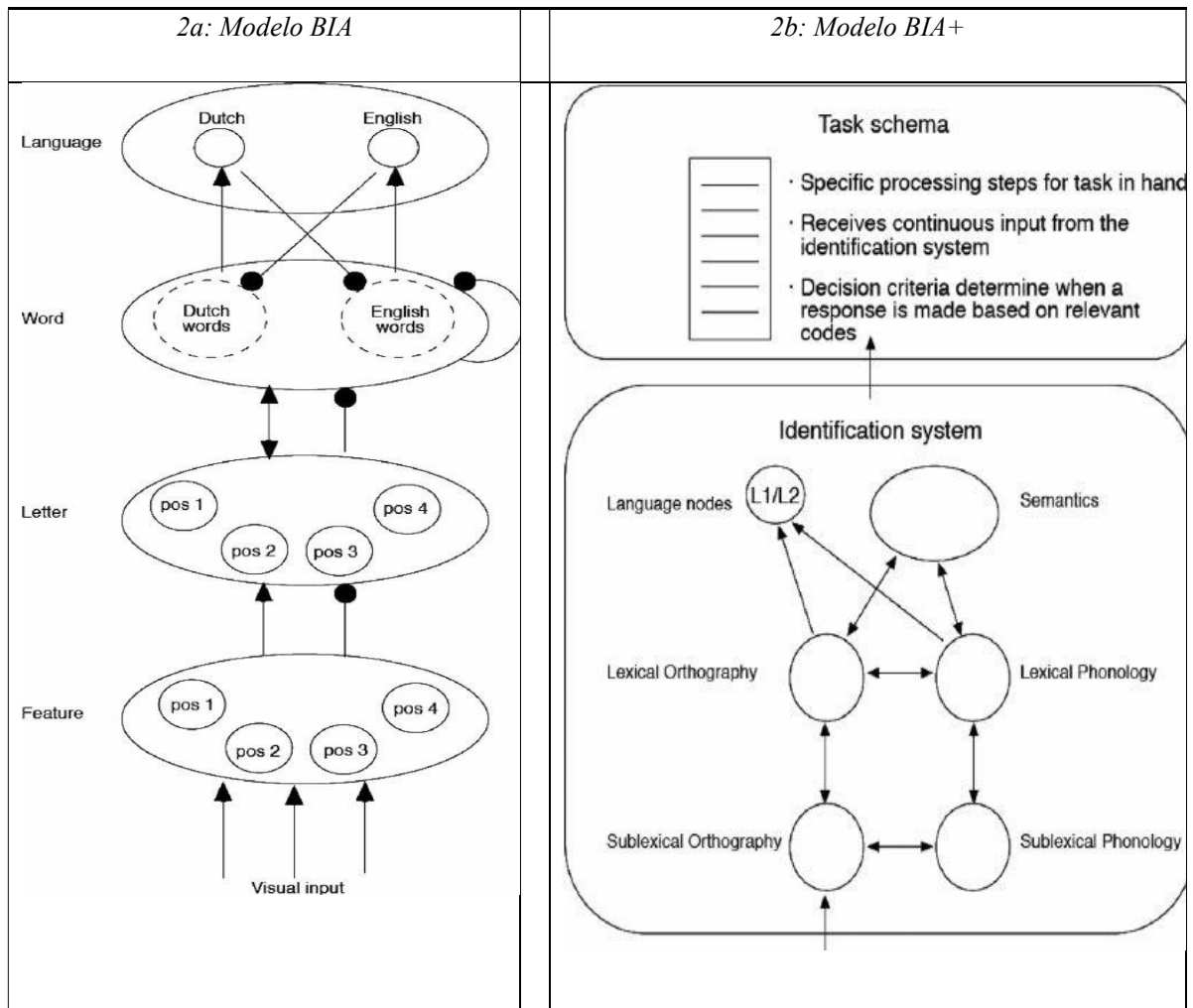


## 2.2 Modelo Bilingue de Ativação Interativa BIA e BIA+

O modelo Bilingue de Ativação Interativa (BIA, em inglês) é desenvolvido com base no Modelo de Ativação Interativa de McClelland e Rumelhart (1981), e tem como pressupostos a natureza não-seletiva do acesso lexical e a integração do léxico do falante bilingue. As duas maiores ampliações ao modelo monolíngue foram o acréscimo de uma camada representacional conectada a todos os nós em ambos os léxicos, bem como a implementação de processos inibitórios *top-down* que partem da língua para a palavra (cf. Figura 2a).<sup>9</sup>

### Figuras 2a e 2b

Modelo Bilingue de Ativação Interativa BIA e BIA+



Fonte: Dijkstra e Van Heuven (2002, p. 177)

<sup>9</sup> Um dos objetivos do BIA era descobrir se os nós da linguagem eram influenciados por fontes de informação não-linguística, externas ao sistema de reconhecimento de palavras.

O funcionamento do modelo é resumido na figura 2a: o *input* visual de um segmento de letras afeta determinados traços em cada posição de letras, os quais ativam letras que contêm tais traços e, ao mesmo tempo, inibem as letras que não os possuem.<sup>10</sup> As letras ativadas, assim, ativam as palavras em ambas as línguas em que essas letras ocorrem na posição em questão, enquanto outras palavras são inibidas. Os nós ativados das palavras da mesma língua enviam ativação para o nó da língua correspondente, ao mesmo tempo que os nós ativos da língua enviam *feedback* inibitório aos nós lexicais da outra língua. Assim, concluem os autores, “the activation of the language nodes reflects the amount of activity in each lexicon” (Dijkstra & Van Heuven, 2002. p. 177).

O modelo BIA+ compartilha os pressupostos de seu modelo primeiro, o BIA, de que o léxico bilíngue é integrado entre as línguas, acessado de modo não-seletivo, e seu reconhecimento se dá por efeitos de similaridade ortográfica.

Como se observa na Figura 2b, o modelo revisado acrescenta ainda o efeito das representações semânticas e fonológicas no reconhecimento de palavras. Dijkstra e Van Heuven (2002, p. 182) explicam que, quando as representações ortográficas, tanto sublexicais (traços e letras, de acordo com BIA) como lexicais, são ativadas, elas ativam também as representações fonológicas e semânticas.

Os autores distinguem entre as funções linguísticas e não-linguísticas dos nós da linguagem, bem como entre os componentes *top-down* e *bottom-up*, propondo uma distinção entre o sistema de identificação da palavra e o sistema de tarefa/de decisão, conforme Figura 2b. Essa proposta, de acordo com Dijkstra e Van Heuven, modifica a natureza dos nós da linguagem, que, ainda assim, permanecem presentes como um constructo útil no modelo.

Quanto aos efeitos de contexto linguístico e não-linguístico no modelo, esclarecem que os primeiros são os devidos a fontes semânticas, sintáticas ou lexicais, e os últimos, à instrução, demandas da tarefa ou expectativas dos participantes.

### Capítulo 3 - Desvios Lexicais

Iniciaremos este capítulo com uma retomada da literatura relativa aos empréstimos lexicais, à qual se seguirá uma seção relativa aos neologismos. Considerando que neologismos envolvem, em geral, processos de formação de palavras, uma síntese desses processos será apresentada na seção seguinte. Os neologismos semânticos, por sua vez, são revisados na sequência, e o capítulo encerra com um panorama do estudo de Leiria (2006) e de sua proposta de classificação de desvios lexicais.

---

<sup>10</sup> Na figura 2a, as conexões ativadas são representadas por flechas, e as conexões inibitórias por círculos (Dijkstra & Van Heuven, 2002, p. 177).

### 3.1 Empréstimos

Entre os fenômenos de transferência linguística mais investigados no plano léxico-semântico da linguagem estão os empréstimos, o *code-switching* e a criação de neologismos. Iniciaremos a revisão desses conceitos a partir do texto de Haugen (1950), que traz uma classificação detalhada dos empréstimos lexicais.

Haugen inicia seu estudo buscando esclarecer que os termos empregados à época para designar os fenômenos de contato interlinguístico, como línguas mistas, puras ou híbridas, eram inadequados na medida em que introduzir elementos de uma língua na outra não resulta em uma mistura das duas, e sim apenas em uma alteração da segunda língua. Isso esclarecido, Haugen concentra-se na definição do termo *empréstimo* linguístico, o qual identifica como “the attempted reproduction in one language of patterns previously found in another” (Haugen, 1950, p. 212).

Os tópicos mais relevantes para este estudo são os relativos à classificação dos empréstimos linguísticos. A divisão inicial é entre os dois tipos de atividades que podem se desenvolver quando um empréstimo ocorre, as importações e as substituições. Dado que a definição de empréstimos contém a ideia de processos que envolvem reprodução, explica o autor, esses precisam ser comparados com o padrão original, denominado de “modelo”. Nos casos em que os empréstimos fossem aceitos pelos falantes nativos como pertencentes a sua língua, seriam denominados de importações; ao contrário, se fossem julgados inadequados em relação ao seu modelo, seriam considerados substituições.

Após a divisão binária geral, Haugen (1950) propõe uma terminologia de empréstimos linguísticos com base na distinção de substituições morfológicas e fonológicas, composta de três categorias gerais. A primeira, *loanwords*, é a mais geral e abarca a importação de forma fonêmica e significado, embora a substituição dos fonemas nativos possa ser mais ou menos completa, sem substituição morfológica. Entre os exemplos desse tipo de empréstimo, encontram as palavras proveniente do inglês *light*, *stress* e *design*.

A segunda categoria, denominada *loanblends*, compreende os casos em que, além da substituição dos sons e flexões da língua “modelo”, há também uma substituição parcial dos morfemas nativos.<sup>11</sup> Um dos exemplos fornecidos por Haugen para ilustrar tais empréstimos é *bockabuch*, palavra criada por alemães falantes de inglês da Pensilvânia derivada de *pocketbook*, na

---

<sup>11</sup> Como lembra o autor, esses empréstimos costumam ser denominados “híbridos”, e têm sido denominados na literatura atual, de modo geral, simplesmente de *blendings*.

qual *-bocka* é um empréstimo material do inglês *pocket*, restrito a essa palavra, e *-buch* é o elemento lexical do alemão que equivale a *-book*.

Já a terceira categoria, por sua vez, classificada como *loanshifts*, compreende empréstimos com modificações no nível do significado, apresentando uma completa substituição morfológica.<sup>12</sup>

Haugen propõe uma subdivisão para os empréstimos da terceira categoria, os “empréstimos traduzidos”, conhecidos por “decalques” na literatura, e os “empréstimos semânticos”. No primeiro caso, tem-se uma completa substituição (tradução) das partes que compõem a palavra, como no exemplo clássico dos decalques *gratte-ciel*, *grattacielo* e *arranha-céus*, originados do inglês *skyscraper*.<sup>13</sup>

Nos empréstimos semânticos, diversamente, não ocorre a importação de qualquer elemento da estrutural formal, somente de significado. Além disso, a substituição da forma fonológica é completa. O autor pondera que, embora não pareça a melhor expressão para definir a categoria, dado que todos os empréstimos lexicais são de natureza semântica, ela foi pensada porque o novo significado representa a única evidência de empréstimo, considerando que não há substituição morfológica (Haugen, 1950, p. 214). Uma ocorrência de empréstimo semântico corrente na área dos esportes é a extensão da palavra “assistência”, derivada do inglês *assistance*, em detrimento à “passe” (Manzonillo, 1988, p. 27). Um segundo exemplo verificado no verbo *realizzare* em italiano, que acrescentou ao seu significado original de “realizar” o da palavra *realize* em inglês – i.e., dar-se conta de algo, compreender.<sup>14</sup>

O *code-switching* é outro conceito usado para descrever os contatos linguísticos que envolvem alternâncias, tanto voluntárias como involuntárias, da L1 para a LA. Quando involuntárias, de acordo com Poullisse (1997, p. 208), ocorrem porque, diferentemente da automaticidade habitual da formação de mensagens na L1, a recuperação e decodificação na LA podem resultar em um processamento complexo para o aprendiz, especialmente nos níveis morfofonológicos e articulatórios. As alternâncias não-intencionais, explica a autora, comumente designadas de transferências ou interferências translíngüísticas, ocorrem quando um item lexical específico não está disponível no léxico mental da LE de um aprendiz, o que o faz recorrer aos recursos disponíveis no léxico da L1 (ou de uma LE conhecida) – gerando, assim, o que se denomina de “empréstimo linguístico”.

---

<sup>12</sup> Vale ressaltar aqui que algumas das ideias de Haugen são retomadas por Weinreich (1953), como, por exemplo, a noção de línguas em contato consistirem em dois sistemas coexistentes e não em uma língua nova, como também a classificação dos tipos de palavras resultantes de empréstimo.

<sup>13</sup> Pode-se empregar a mesma palavra inglesa *pocketbook* empregada por Haugen como outro exemplo dessa categoria na língua portuguesa, já que, diferentemente do que ocorreu no alemão, houve uma tradução literal de ambos os termos, livro (*book*) de bolso (*pocket*).

<sup>14</sup> Conforme a entrada de n.º 3 do vocábulo no dicionário Treccani: “sul modello dell’ ingl. *to realize*, rendersi esattamente conto, comprendere: non riesco a r. Il senso del tuo discorso; ho realizzato di non avere altra scelta; d’improvviso, realizzai ch’egli aveva voluto darmi un dispiacere (Pratolini)”.

Deve-se observar o termo “interferências translinguísticas” no parágrafo precedente: trata-se aqui não somente da influência da L1 na alternância de código, mas também de qualquer outra língua estrangeira conhecida pelo aprendiz, fenômeno identificado por Kellerman (1977), e confirmado por uma série de estudos subsequentes (cf. Cenoz, 2001; Ringbom, 2007; Ò Laoire e Singleton, 2009; Estrela e Antunes, 2017), que ficou conhecido como a perspectiva psicotipológica. O que esses estudos mostraram foi que a motivação principal para o empréstimo não é necessariamente a língua materna do aprendiz nem a língua estrangeira de maior proficiência, mas sim a percebida como tipologicamente mais próxima da língua-alvo.

Além do *background* linguístico, que se refere tanto à L1 como a outras línguas, a proficiência do aprendiz na LA é outro fator que tem recebido significativa atenção nos processos de transferência da L1 para a LA. Estudos sobre essa relação têm sugerido, de modo geral, que a influência da L1 diminui à medida que a proficiência na LA aumenta (Olsen, 1999; Herwig, 2001; Naves et al., 2005). Nesse contexto, um resultado relativamente dissonante foi encontrado por Garcia-Lecumberri & Gallardo (2003), os quais argumentam que a transferência é a principal estratégia para todos os aprendizes, consistindo a diferença não no seu uso, mas sim nas motivações para fazê-lo. Segundo os dados do estudo, nos estágios iniciais da aquisição, a L1 foi empregada como o modelo de referência e suporte para o desenvolvimento de novas estruturas gramaticais e para a incorporação de vocábulos, e o número de empréstimos da L1 foi maior. Por outro lado, à medida que o aprendiz se tornava mais proficiente na LA, os casos de empréstimo lexical da L1 foram reduzindo quantitativamente, enquanto a formação de palavras por cunhagem e por decalque aumentaram qualitativamente<sup>15</sup>. Llach (2010, p. 6) procura justificar os dados do estudo de Garcia-Lecumberri e Gallardo (2003) a partir do seguinte raciocínio: os aprendizes mais proficientes não necessitam tomar emprestado diretamente palavras da L1, sendo capazes de, no caso da formação de decalques, realizar a tradução literal e a extensão semântica da L1 para a LA. Já no caso de cunhagens, de modo análogo, esses aprendizes são também capazes de utilizar o sistema linguístico da LA – mais especificamente, as regras grafofônicas e morfológicas – ao invés das estruturas da L1.

### 3.2 Neologismos

---

<sup>15</sup> Na terminologia usada pelos autores, *decalque* é uma palavra tomada de empréstimo e traduzida palavra por palavra de uma língua para a outra língua (por ex., tradução direta de “*save*” do inglês para “salvar”, no contexto de informática, com uma acepção diversa da original em português); *cunhagem* é a adaptação de uma palavra da L1 para as regras grafofônicas e morfológicas da língua-alvo (como, por exemplo, as palavras *estresse* e *deletar*, ambas derivadas das palavras inglesas “stress” e “delete”).

Booij (2005, p. 248) sustenta que o processo de criação de neologismos pode ocorrer de duas formas: a primeira delas baseada em analogias, e a segunda, em exemplares de esquemas mentais de construção. De acordo com o autor, o primeiro modelo parte do princípio de que uma nova palavra é formada com base em uma palavra existente, sem a necessidade de um padrão morfológico como suporte<sup>16</sup>. Paralelamente, ao adquirir uma língua, o falante inicialmente faz a representação de casos concretos de formação de palavras (ou seja, relação entre uma unidade lexical e um esquema) para, gradualmente, iniciar a fazer generalizações a partir de formas linguísticas com propriedades idênticas, formando assim um sistema abstrato subjacente a esses constructos linguísticos. Assim, o fator determinante para a construção de sobregeneralizações é sempre o conhecimento lexical do falante. Na realidade, o segundo modelo também pressupõe que a formação de novas palavras ocorra por analogia com o conjunto de palavras armazenadas no léxico mental, mas apresenta como diferença principal o fato de assumir que as palavras complexas se constituem em exemplares de categorias específicas de palavras, ou seja, os compostos formados por NOME + NOME são instâncias de um esquema de formação para novas palavras.

Cabe observar que os dois modelos se referem à língua materna. Apesar disso, consideramos que podem ser adaptados para o contexto de criação de neologismos em LE se consideradas as noções de léxico mental bilíngue, transferência linguística e *blending*.

A construção de novas palavras, segundo Booij (2005, p. 264), é de especial interesse para a linguística na medida em que os processos através dos quais são formadas, seja na L1 ou em LE, representam uma janela para a representação mental da linguagem natural e da mente humana. Com essa afirmação de Booij em mente, na próxima seção faremos uma síntese dos modos mais produtivos de construção de palavras, nos quais alguns dos neologismos se incluem.

### 3.2.1 Processos de formação de palavras

Rodrigues (2016, p.102) subdivide os processos de criação de palavras em quatro categorias gerais: junção de afixo a uma base lexical (afixação), junção de pelo menos duas bases lexicais (composição), mutação da categoria da base lexical sem junção de constituinte derivacional (conversão), e alterações na estrutura fonológica/prosódica da base.

---

<sup>16</sup> Como exemplo, o autor seleciona as palavras “*landscape*” e “*escape*”, a última criada em analogia com a primeira.

Entre os processos aditivos estão todas as operações que envolvem o acréscimo de um afixo a uma base lexical, sendo os principais a prefixação, a sufixação e a circunfixação<sup>17</sup>. De acordo com a autora, enquanto a prefixação consiste no acréscimo de um afixo no lado esquerdo da base da palavra e, de modo geral, não implica mudança de categoria gramatical, a sufixação consiste no acréscimo de um afixo na margem direita da base, podendo ou não envolver alteração categorial.<sup>18</sup> Já a circunfixação é um processo mais complexo na medida em que prevê a adição simultânea de um elemento prefixal e de um elemento sufixal à base lexical.

Rodrigues (2016, p. 4) explica que a “sufixação é, nas línguas românicas, a grande responsável pela recategorização de produtos lexicais”, detalhando que esta se consubstancia em processos de nominalização, adjetivalização e verbalização (cf. Tabela 1).

**Tabela 1**

*Padrões de produtos formados por sufixação*

<i>Nominalização</i>	<i>Adjetivalização</i>	<i>Verbalização</i>
(i). deverbais ( <i>avaliar &gt; avaliação</i> )	(i). Deverbais ( <i>amar &gt; amável</i> )	(i). denominais ( <i>guerra &gt; guerrear</i> )
(ii). deadjetivos ( <i>triste &gt; tristeza</i> )	(ii). Denominais ( <i>seda &gt; sedoso</i> )	(ii). Deadjetivos ( <i>global &gt; globalizar</i> )
(iii). Denominais ( <i>crystal &gt; cristaleira</i> )	(iii). Avaliativa (isocategorial) ( <i>verde &gt; verdinho</i> )	(iii). avaliativa (isocategorial) ( <i>pedir &gt; pedinchar</i> )
(iv). avaliativa (isocategorial) ( <i>bicho &gt; bichinho</i> )		

Fonte: Rodrigues (2016, p. 106)

A Tabela 1 mostra exemplos de produtos lexicais da classe dos nomes, dos adjetivos e dos verbos, sendo todos derivados pelo acréscimo de um sufixo a uma base lexical. Em alguns casos os sufixos são isocategoriais, ou seja, não comportam alterações na categoria gramatical das palavras: -*inh*, para a nominalização (*bichinho*) e adjetivalização (*verdinho*), e -*inch*, no caso de verbalização (*pedinchar*).

Além do acréscimo de afixos a bases lexicais, os processos aditivos também incluem a formação de palavras por composição, ou seja, pela união de dois lexemas. Basílio (2004, p. 69)

<sup>17</sup> Rodrigues (2016) esclarece que o termo *circunfixação* substitui o termo *parassíntese* porque separa dois fenômenos distintos: a formação de palavras pela junção de um constituinte descontínuo à direita e à esquerda da base (como *entardecer = en + tard + ecer*), e a formação de palavras pela junção sucessiva de afixos à esquerda e à direita de um lexema (como *infelizmente = in + feliz > infeliz + mente* ou *feliz + mente > in + felizmente*).

<sup>18</sup> Quando há mudança de categoria gramatical, são denominados de heterocategoriais, em oposição aos isocategoriais.

explica que, nesses casos, há duas situações: “(a) o composto apresenta a mesma classe que a sua, e (b) o composto, como um todo, apresenta uma outra classe gramatical”.

No primeiro caso, segundo a autora, ainda que possa haver combinações de palavras de classes diferentes, pode-se considerar que não há mudança de classe uma vez que “uma das palavras constitui a base da composição enquanto a outra funciona como elemento especificador de maneira análoga ao afixo” (Basílio, 2004, p. 69). Através de exemplos como *peixe-espada*, *azul-celeste*, *mal-afamado*, *couve-flor*, a autora ilustra que a única modificação é a de especificação.

Já no caso (b), Basílio explica que a ocorrência da mudança de classe decorre da “própria denominação dos processos” (Basílio, 2004, p. 70). A linguista vale-se de compostos derivados de *guarda* + X e de *porta* + X, em que X é sempre um substantivo, para demonstrar o conceito: *guarda-chuva*, *guarda-costas*, *porta-luvas*, *porta-estandarte*. Tais exemplos, argumenta a autora (2004, p. 70), mostram que, ainda que a base das composições seja um verbo, “tais composições são substantivos pelo fato de que indivíduos e objetos são designados por substantivos”.

O terceiro processo geral de formação de palavras citado por Rodrigues (2016, p. 115) consiste na conversão, ou seja, mutação da categoria da base lexical sem junção de constituinte derivacional, e visa a substituir o termo “derivação imprópria”<sup>19</sup>, que a autora o considera inadequado.

Por fim, a última categoria proposta por Rodrigues é baseada em alterações na estrutura fonológica/prosódica da base da palavra. Denominada de morfologia não concatenativa, engloba os processos de (i) cruzamento vocabular, também chamado de *blending*; (ii) truncação; (iii) reduplicação; (iv) siglação/acronímia.

O processo de cruzamento vocabular prevê uma fusão entre duas palavras. Lieber (2009, p. 51) o define, a partir do conceito de *blending*, como “a process of word formation in which parts of lexemes that are not themselves morphemes are combined to form a new lexeme”. Como exemplos, a autora resgata as palavras *brunch*, criada da fusão entre “breakfast” e “lunch”, e *smog*, uma combinação entre “smoke” e “fog”.<sup>20</sup>

Gonçalves (2003, p.150), ao diferenciar *blendings* de compostos, explica que os primeiros se caracterizam pela interseção das bases das palavras que os formam, e não pelo encadeamento, como ocorre com vocábulos criados por composição.<sup>21</sup> Para demonstrar essa interseção, o autor apresenta

---

<sup>19</sup> O termo “derivação imprópria” engloba o que se denomina de “derivação regressiva” - produtos nominais com base em um verbo, como *passeio* e *grito*, de *passear* e *gritar* - e “derivação imediata” - produtos verbais nominais, como *açucarar* e *ancorar*, de *açúcar* e *âncora* (Rodrigues, 2016, p. 115).

<sup>20</sup> Nesse contexto, vale lembrar a menção de Booij (2005, p. 24) à falta de transparência em determinadas palavras criadas por *blending*, considerando que as partes constituintes que determinam o significado da nova palavra não aparecem na sua totalidade.

<sup>21</sup> O autor emprega a expressão “cruzamento vocabular” (*overlapping*) como sinônimo de *blending*.



exemplos do PB, tais como “boilarina” (boi + bailarina), “chafé” (chá + café), “showmício” (show + comício) e “tristemunho” (triste + testemunho).<sup>22</sup> Gonçalves comprova, com esses neologismos, que “no *blending*, a combinação de palavras provoca ruptura na ordem linear estrita por meio de um cruzamento<sup>23</sup>, que leva a uma correspondência de um-para-muitos entre formas de base e forma cruzada”.

Já o processo de truncação consiste no encurtamento de uma palavra, mas tanto o semantismo como a categoria lexical do lexema de origem são mantidos. Em geral, a palavra encurtada tem um uso mais informal do que a palavra de origem, como, por exemplo, *prof* ao invés de “professor”, e *foto* ao invés de “fotografia” (Rodrigues, 2016, p.125).

Os demais dois processos que fazem parte da última categoria são os de reduplicação, ou seja, formação de uma palavra pela repetição do lexema base, e siglação/acronímia, que consiste na formação de uma palavra a partir dos segmentos iniciais de uma expressão. Como exemplos de reduplicação, temos *zum-zum* e *corre-corre*; são exemplos de acrônimos, *ONU*, por “Organização das Nações Unidas”, e *UE*, por “União Europeia”.

Na próxima seção, apresentaremos um tipo específico de neologismo, o neologismo semântico, aqui caracterizado especificamente para estudos do léxico em aquisição de língua estrangeira. Como veremos, nem todos os estudiosos do léxico os consideram neologismos de fato, e sim apenas casos de inadequação vocabular.

### 3.2.2 Neologismos Semânticos

Alves (2004) apresenta uma definição geral de neologismo semântico, que se adapta tanto para ocorrências na língua materna (tanto em nível de usos quotidianos como no campo de estudos literários), e que pode ser ajustada para a aquisição de LE. Para a linguista, o neologismo semântico ocorre quando a transformação de um item lexical não acarreta alterações em sua forma. Dito de outro modo, os neologismos semânticos podem ser vistos como a expansão de sentidos de unidades léxicas já existentes na língua, com novos significados, conforme os define Ferraz (2006, p. 221).

A adaptação que se faz necessária nos estudos em aquisição de língua estrangeira não diz respeito especificamente ao conceito, mas sim às condições em que tal neologismo ocorre: costuma ser usado para designar casos em que o aprendiz mostra possuir um conhecimento parcial – ou mesmo

---

<sup>22</sup> Alguns exemplos de *blendings* do PE são *glocal* (global + local), *fantabuloso* (fantástico + fabuloso) e *maravilhástico* (maravilha + fantástico), e do PM (Português moçambicano), *argumentira* (argumento + mentira) e *quotidiário* (quotidiano + diário) (Rio-Torto, 2014, p. 4).

<sup>23</sup> Fenômeno referido no texto do autor também com o termo original em inglês, *overlapping*.

um desconhecimento – do item lexical correspondente na LA. Como ilustração, um caso de neologismo semântico é citado por Companhia (2021, p. 1423), retirado de seu estudo sobre estudantes angolanos de português LA: o aprendiz usa o verbo “mostrar” no lugar de “denunciar(-se)”, produzindo o seguinte enunciado: “Aquele calou [,] não se mostrou”.

Cabe notar aqui que, nos estudos de aquisição de língua estrangeira, alguns teóricos preferem o termo “inadequação vocabular”, ao invés de neologismo semântico. Leiria (2006) é um desses teóricos, e sua argumentação parte do princípio de que as fronteiras semânticas de uma palavra se dão em relação com outras palavras e envolvem relações paradigmáticas e sintagmáticas, formando uma rede de conexões. Isso considerado, complementa a autora, a peculiaridade da aquisição de LE é que tais fronteiras podem não ser coincidentes na L1 e na LA, devendo, assim, serem reconceptualizadas, o que “implica a definição de novas fronteiras semânticas dentro de cada microsistema, mas pode implicar também uma reestruturação da estrutura conceptual associada à L1” (Leiria, 2006, pp. 257-258). É exatamente nos processos de reconceptualização e reestruturação, explica a autora, que os aprendizes incorrem em desvios lexicais, empregando uma estratégia de generalização ou aproximação ao vocábulo mais adequado na LA, e que tem como consequência escolhas lexicais inadequadas. Além disso, Leiria chama a atenção para outra situação em que os desvios lexicais por inadequação vocabular podem ocorrer: o aprendiz conhece o vocábulo adequado, mas não tem conhecimento do fato e opta por selecionar outro vocábulo, que julga mais pertinente para o contexto linguístico.

Entre os exemplos de inadequação vocabular encontrados no *corpus* da autora, encontram-se o uso de “bilhete” por “senha”, “comida” por “almoço”, “crianças” por “filhos” e “salário” por “ordenado”. Como podemos ver, nenhuma dessas escolhas lexicais implica um esforço cognitivo significativo de compreensão para um falante nativo de português, seja de PE, seja de PB, especialmente se levarmos em conta que se encontram em um contexto discursivo que facilita a identificação de seus significados. Esse fato, na verdade, foi o determinante para a escolha do termo “neologismos semânticos” em nosso estudo: como veremos na análise de dados, ainda que alguns dos exemplos de neologismos não sejam simples de categorizar, parecendo estar em um limiar entre o conceito de inadequação lexical e neologismo semântico, outros são nitidamente exemplos de atribuição de novos significados a unidades léxicas já existentes na língua, conforme o exemplo recém apresentado por Companhia (2021).<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> É pertinente aqui retomar a divisão dos *loanshifts* propostos por Haugen, entre empréstimos traduzidos (decalques) e empréstimos semânticos, nos quais ocorre apenas a importação de significado. Haugen explica que o novo significado pode compartilhar determinado grau de similaridade com o original, ou ser totalmente diverso desse, o que pode gerar dois resultados diversos: ou um deslocamento semântico, ou uma confusão semântica (Haugen, 1950, p. 219).

Como já mencionado, dado que a definição de empréstimos e neologismos adotada neste estudo é adaptada de Leiria (2006), na próxima seção descreveremos os tipos de desvios previstos pela linguista, como também as modificações realizadas a essa tipologia para o estudo.

### 3.3 Tipologia de desvios lexicais

Leiria (2006) classifica os desvios lexicais em duas grandes categorias: desvios lexicais com vocabulário disponível, e desvios lexicais com vocabulário indisponível. Para a autora, os primeiros ocorrem quando o aprendiz “tem disponível um item no seu léxico mental da L2”, a língua-alvo, mas apresenta um ou mais desvios formais, como acentuação, flexão de nomes, verbos e adjetivos, ou formas aproximadas da palavra na língua-alvo (Leiria, 2006, p. 220). Entre os exemplos oferecidos pela autora estão *livradade* por <liberdade>, *sento* por <sinto> e *esta* por <está>. <sup>25</sup>

Já a segunda categoria de desvios se dá, por outro lado, quando o aprendiz não possui, no seu léxico mental da L2, um item que corresponda a uma determinada representação conceptual. Como forma de compensação, ele lança mão de quatro estratégias. A primeira é tomar de empréstimo um item da L1 ou de uma LE.<sup>26</sup> Dos empréstimos verificados no seu *corpus*, a autora cita, entre outros, palavras como *desafortunadamente*, *compartir*, *seguridad* e *influir*, pelo grupo de aprendizes espanhóis, e *divertente* e *punto* pelos aprendizes italianos. Leiria menciona também os aprendizes cuja L1 era distante do português e que, conscientes do fato, recorriam a empréstimos de outras línguas, majoritariamente ao espanhol, mas também a quaisquer línguas que conhecessem, sendo as românicas, sempre que acessíveis, as escolhidas. Entre os exemplos, Leiria menciona empréstimos do inglês – *Portuguese*, *international* e *typical* – por suecos e chineses, e do francês – *contre*, *habitudes*, *tristesse* – pelos alemães.

A segunda estratégia, enfatiza a autora, é a que envolve a reconceptualização da palavra a partir do seu inventário lexical, quando o aprendiz é consciente que não a possui em seu léxico mental da L2 (Leiria, 2006, pp. 220-21). A criação de palavras novas – ou seja, neologismos – constitui assim uma estratégia dos aprendizes para aceder a um vocábulo da língua-alvo que ainda desconhecem. Consiste na ocorrência de qualquer modificação do item lexical substituído, seja fonológica, seja morfológica, de uma língua X com o objetivo de acomodá-lo a uma língua Y, explica Leiria (2006,

---

<sup>25</sup> Os desvios lexicais por léxico disponível não são tratados neste estudo.

<sup>26</sup> A autora se guia pela definição de empréstimo lexical de Zobl (1980), que o entende como a substituição de um item lexical de uma língua X por outro de uma língua Y.

p. 246). Leiria os subdivide em (i) neologismos por empréstimo da L1 e (ii) neologismos por empréstimo de uma LE. Exemplos de neologismos produzidos com base em empréstimos da L1 pelo grupo de espanhol são *ciudade*, *gerações*, *saludavel*, *voluntade*, e, pelos aprendizes franceses, *atiram*, *traversam* e *regretterá* por ‘atraem’, ‘atravessam’ e ‘lamentará’. A autora cita, ainda, dois neologismos criados a partir do inglês por falantes de alemão – i.e., *suportadores* por ‘apoiadores’, e *governmento* por ‘governo’ – e dois, por falantes de suecos – i.e., *invitar* por ‘convidar’, e *estrange* por ‘estrangeiro’ – para ilustrar exemplos de empréstimos com base em uma LE.

Leiria (2006, p. 277) prevê também a ocorrência de neologismos formais, ou seja, criados pela combinação de unidades morfolexicais provindas unicamente da LA. Dito de outro modo, nessa modalidade de neologismo, as palavras são formadas com base em um padrão de regularização constituído pelo léxico da LA e em consonância com padrões de construção da LA. Um dos exemplos de um neologismo que se enquadra nessa categoria é o verbo encontrado no *corpus* de aprendizes chineses do estudo de Leiria: *maiorar*. Além de ser criado com base no léxico da LA (*maior*), foi também empregada a estrutura da língua-alvo (nesse caso, conjugação no infinitivo). Mesmo que *maiorar*, no sentido de “aumentar”, não consista em uma palavra do léxico do português, ela pode ser compreendida, desde que provida de contexto. Além desse, o adjetivo *ensangado* (por ‘zangado’), por um falante do grupo de espanhol, e os verbos *respostar* e *traduçar*, por um falante do grupo sueco, constituem outros casos de neologismos formais (Leiria, 2006, pp. 276-277).

Por fim, a quarta estratégia é originada pela falta de conhecimento, ou pelo conhecimento parcial de combinatórias frequentes e cristalizadas da LA, o que faz com que o aprendiz recorra a palavras disponíveis na LA ou em uma LE, com conseqüente prejuízo do processo comunicativo. Entre os exemplos encontrados nos dados da autora, selecionamos *loja de ecologia* por ‘loja de produtos dietéticos’, *anjo de protecção* por ‘anjo da guarda’, e *casa de ladrões* por ‘prisão’ (Leiria, 2006, p. 254).

A Tabela 2 sintetiza a classificação dos desvios por léxico indisponível proposta pela autora.

## Tabela 2

### *Desvios e estratégias lexicais por léxico deficitário*

<i>Léxico deficitário: vocabulário indisponível</i>			
1 Empréstimos	2 Neologismos a partir de empréstimos	3 Neologismos formais	4 Desvios em combinatórias
1a Empréstimos da L1	2a Neologismos com base na L1		Substituição de combinatórias

1b Empréstimos de LE	2b Neologismos com base em LE	Neologismos criados a partir da LA	por palavras disponíveis
----------------------	-------------------------------	------------------------------------	--------------------------

*Fonte: adaptado de Leiria, 2006, p. 225*

As adaptações à proposta de Leiria são apresentadas na segunda parte do estudo, quando nos dedicarmos à pesquisa.

### 3.4. Síntese

Neste capítulo, introduzimos os conceitos teóricos que servirão de norte para a segunda parte deste estudo, que tratará da descrição do trabalho experimental e da análise dos dados. Iniciamos com as definições de interferência linguística de Weinreich, juntamente com o conceito de transferência linguística empregado pela Análise de Erros no contexto da aquisição de LE. Além disso, retomamos o conceito de interlíngua de Selinker (1972), cuja relevância para os estudos cognitivos de aquisição de LE é tão impactante atualmente quanto o foi meio século atrás.

Descrevemos, na sequência, dois modelos de organização do léxico mental bilíngue, o de Grosjean (2001) e o de Dijkstra e Van Heuven (2002). Dedicamos, ainda, seções aos conceitos de empréstimo e neologismo, e, dada a interligação entre criação de neologismos e processos de formação de palavras, procedemos a uma síntese desses processos com o suporte de Rodrigues (2016), Basílio (2004) e Gonçalves (2003). Por fim, introduzimos o conceito de neologismo semântico em aquisição de língua estrangeira, de forma comparativa com o de inadequação vocabular, a fim de, ao explicarmos as diferenças, explicarmos também nossa escolha por um ao invés de outro em nosso estudo. Por fim, apresentamos uma síntese da classificação de desvios por empréstimos e neologismos de Leiria (2006), a fim de facilitar a compreensão das modificações à proposta da autora realizadas neste estudo.

## PARTE II – A PESQUISA

A segunda parte deste estudo descreve as etapas do trabalho de investigação, e está dividida em quatro capítulos.

No capítulo 1, descrevemos os objetivos, acompanhados de questões de pesquisa. No capítulo 2, dedicado à metodologia, são disponibilizadas informações detalhadas sobre os informantes e o *corpus*. A apresentação analítica dos dados é exposta no capítulo 3, com o suporte da revisão teórica descrita na primeira parte do estudo. No capítulo 4, procede-se à análise dos dados, visando a responder aos objetivos pensados para este estudo.

### Capítulo 1 - Objetivos

#### 1.1 Objetivo geral

Pretende-se identificar os desvios lexicais caracterizáveis como empréstimos e neologismos em um grupo de aprendizes proficientes de português cuja L1 é o italiano a partir da análise de suas produções escritas.

#### 1.2 Objetivos específicos:

- a) Identificar se há uma categoria específica de desvios lexicais que se destaque pelo número de ocorrências: empréstimos, neologismos interlinguísticos, neologismos intralinguísticos e neologismos semânticos;
- b) verificar se a língua empregada como fonte dos empréstimos lexicais é predominantemente a L1 ou uma LE conhecida adicionalmente pelos informantes;
- c) verificar se a língua mais empregada nos neologismos por empréstimos é a L1 ou uma outra LE previamente adquirida;
- d) verificar se a interferência da L1 ou de outra LE na formação dos neologismos ocorre mais no nível das bases das palavras ou no domínio afixal.

### 1.3 Questões de pesquisa:

- a) Há uma categoria específica de desvios lexicais – empréstimos ou neologismos – que se destaque pelo número de ocorrências?
- b) Qual é a língua mais empregada como fonte dos empréstimos lexicais: a L1 ou uma LE adicional?
- c) Qual é a língua mais empregada nos neologismos por empréstimos: a L1 ou uma LE adicional?
- d) A interferência linguística na formação dos neologismos dá-se mais no nível das bases das palavras ou no nível dos afixos?

## Capítulo 2 - Metodologia

### 2.1 Os informantes

Os informantes do estudo foram 15 alunos matriculados na disciplina “Literatura Portuguesa e Brasileira II: o Atlântico Sul” do Mestrado em Literatura da Universidade de Bolonha, que ocorreu entre os meses de fevereiro e abril de 2021, com um total de 4 horas e 30 minutos de aulas semanais. Os estudantes aceitaram participar voluntariamente do estudo, concedendo acesso a seus textos de opinião baseados nos tópicos estudados ao longo do curso. A solicitação de uso dos textos foi enviada aos autores por meio de correspondência eletrônica, e as respostas com os aceites foram salvas em um arquivo único.

A classificação dos aprendizes como “proficientes” ou “de nível avançado” não é advinda da aplicação de testes específicos, e sim da avaliação do professor responsável pela disciplina por eles cursada, o qual tem muitos anos de experiência no ensino de português e literaturas de língua portuguesa. Além disso, há outros indicadores que comprovam a avaliação do professor, como se verá a seguir: o tempo de estudo dos aprendizes, não inferior a 4 anos; as suas produções textuais, nas quais se verificava o uso de um português adequado ao gênero literário solicitado – i.e., texto opinativo em contexto acadêmico; e, por fim, o baixo percentual de desvios lexicais, em comparação ao número total de palavras que os compunham.

A Tabela 3 apresenta as informações relativas à variante de maior contato dos estudantes, obtidas por meio de um questionário enviado via e-mail aos participantes. Com relação à variante do

português, nove dos quinze participantes declararam ter o português brasileiro (PB) como a predominante, e os demais seis, a variante europeia (PE). Seis deles afirmam conhecer ambas as variantes, mas sempre escolheram uma delas como a de maior proficiência, a qual está *italicizada* na Tabela 3.

Além disso, podem ser conferidas informações relativas ao tempo de estudo de português, na terceira coluna, e ao conhecimento de outras línguas estrangeiras, na quarta. Com relação ao tempo de estudo, o período mínimo tinha sido de 4 anos e 6 meses, e o máximo, de 6 anos. É importante destacar que esses anos de estudo se referem a um curso universitário específico de Letras e Literatura, com uma carga horária expressiva para o ensino de português, especialmente se comparada a cursos regulares de línguas oferecidos por estabelecimentos privados.

**Tabela 3**

*Perfil dos aprendizes*

<i>Estudante</i>	<i>Variante Português</i>	<i>Tempo de estudo</i>	<i>LE(s)</i>	<i>Observações</i>
1	PB	6 anos	Espanhol, Inglês	
2	PB	4 anos	Espanhol, Inglês	
3	<i>PE e PB</i>	4 anos + 6 meses	Inglês	Erasmus em Portugal
4	PB	4 anos + 6 meses	Inglês, Francês, Espanhol	
5	PE	4 anos + 6 meses	Espanhol	
6	<i>PE e PB</i>	4 anos + 6 meses	Inglês, Espanhol	
7	<i>PE e PB</i>	4 anos + 6 meses	Espanhol	Erasmus em Portugal
8	<i>PE e PB</i>	6 anos	Francês	
9	<i>PE</i>	4 anos + 6 meses	Inglês	Erasmus em Portugal
10	PB	5 anos	Inglês, Francês Espanhol	
11	<i>PE e PB</i>	6 anos	Inglês	
12	PB	Desde criança	Inglês	Mãe brasileira (viagens ao BR)
13	PB	5 anos	Francês e espanhol	

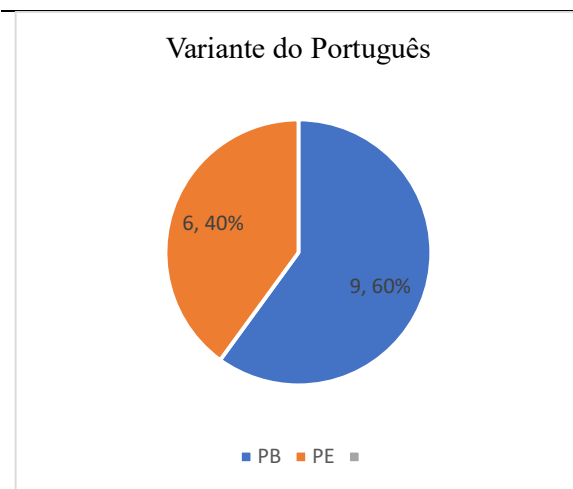
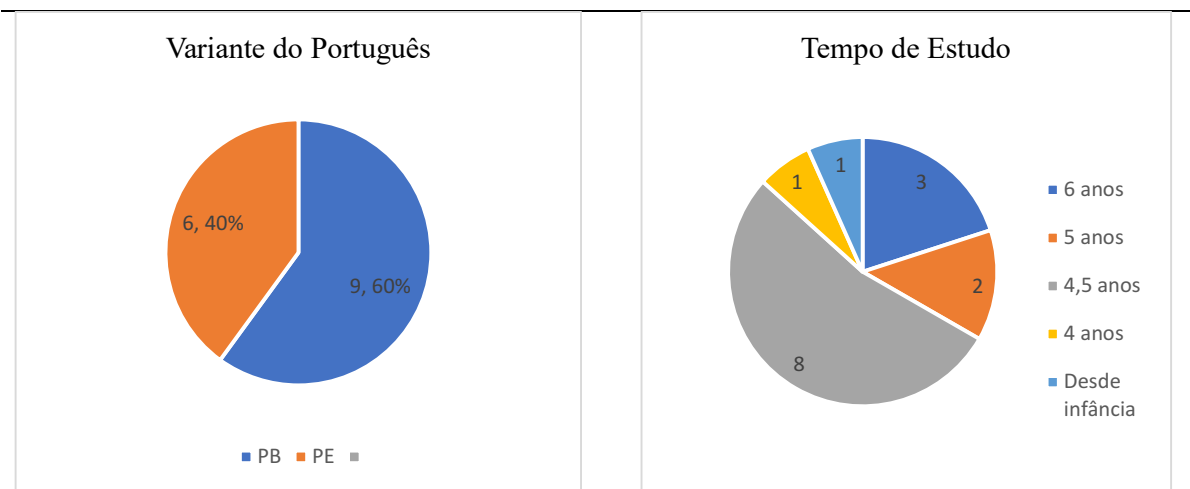


14	PE e PB	4 anos + 6 meses	Espanhol e inglês	
15	PB	4 anos + 6 meses	Espanhol e inglês	

Outro fator a ser considerado é que três informantes tinham uma experiência de imersão em um país cuja língua oficial era o português: sujeitos 3, 7 e 9, por ocasião de um estágio Erasmus de seis meses em Portugal. Além do mais, o sujeito 12 teve um contato constante com o português desde sua infância, por ter sido estimulado por sua mãe brasileira, e por realizar viagens anuais ao Brasil por períodos de aproximadamente dois meses nas férias escolares de verão.

Com relação ao conhecimento de línguas estrangeiras (LEs), o primeiro dado a notar é que a LE mais conhecida pelos informantes é o inglês, com onze falantes, seguida do espanhol, com dez. A Tabela 3 mostra também que dois sujeitos conheciam três línguas além do português, sendo essas sempre o francês, espanhol e inglês, e que sete sujeitos tinham conhecimento de apenas outra LE além do português: quatro afirmam conhecer o inglês; dois, o espanhol; um, o francês.

A fim de possibilitar a visualização das informações dispostas na Tabela 3, as transpusemos nos três gráficos seguintes.

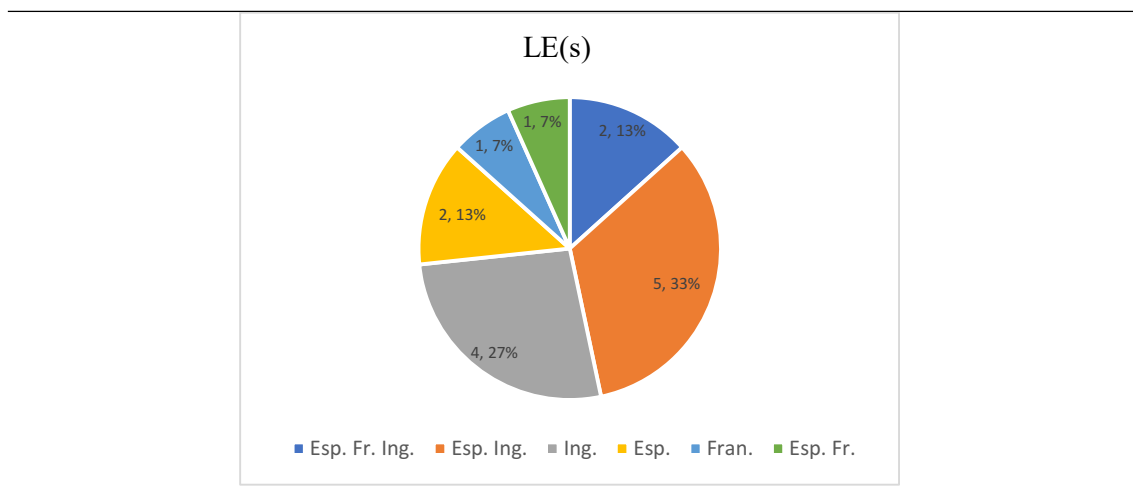
**Gráfico 1***Variante do Português***Gráfico 2***Tempo de Estudo de Português*

Como podemos observar no gráfico 1, 60% dos informantes declararam estar mais familiarizados com a variante brasileira do português, enquanto 40%, com a europeia. Com relação ao tempo de estudo de português, 53% haviam estudado a língua por 4 anos e meio, havendo somente

um deles (7%) com seis meses a menos de estudo. Os demais 40% tinham mais tempo de estudo: 3 deles com 6 anos (20%), 2 deles com 5 anos (13%), e um deles, desde a infância (7%).

### Gráfico 3

*LE(s) adicional(is) dos aprendizes*



O gráfico 3 é o que traz o maior número de informações relacionadas com os objetivos do estudo. O primeiro dado é o grande número de aprendizes que conheciam o inglês e o espanhol – i.e, de um total de 15 informantes, onze afirmaram conhecer o inglês, e dez, o espanhol. Além disso, como se pode visualizar no gráfico, o conhecimento da língua espanhola vem, em geral, acompanhado pelo conhecimento de pelo menos mais uma língua estrangeira, com exceção dos informantes 5 e 7, que em termos percentuais correspondem a 18% do total. Como já elencado na Tabela 3, as duas outras línguas conhecidas pelos informantes foram o inglês, com onze informantes, correspondendo a 73% do total, seguido do francês, com quatro informantes, totalizando 27%. Desses, dois afirmaram conhecer ambas, o francês e o inglês.

## 2.2 O corpus

O *corpus*, disponibilizado no Anexo 1, foi constituído por produções escritas de quinze estudantes do programa de Mestrado em Literatura da Universidade de Bolonha, realizadas durante o curso “Literatura Portuguesa e Brasileira II: o Atlântico Sul é aqui”, no ano de 2021. O curso transcorreu na modalidade on-line e os textos eram enviados por um blogue no site específico da

disciplina. Havia sempre uma proposta de escrita por parte do professor, em uma tentativa de enquadrar os textos em um único argumento-base.

Cada um dos alunos escreveu seis textos do gênero crítico-opinativo, com base nos conteúdos estudados nos seis módulos no qual o curso estava organizado, somando um total de 90 textos. Os módulos foram organizados a partir de seis eixos, assim denominados: (1) subalternidades, (2) racismo, (3) literatura e guerras coloniais, (4) textos críticos: literatura e guerras coloniais; (5) abolição e racismo, e (6) o Atlântico Sul é aqui.

O objetivo dos textos, de acordo com o professor, era o de proporcionar aos alunos um pensamento reflexivo sobre os conteúdos do curso, a partir do registro escrito formal. Como se pode visualizar na Tabela 4, os textos totalizaram 48.958 palavras. Na mesma tabela, pode-se conferir o número de textos que compuseram o *corpus* deste estudo, subdivididos por módulos, bem como a média de palavras de cada um dos módulos.

**Tabela 4**

*Número de textos e de palavras do corpus*

<i>Módulos</i>	<i>N.º de textos</i>	<i>N.º médio de palavras/texto</i>	<i>N.º total de palavras/módulo</i>
1	15	435	6.529
2	15	613	9.200
3	15	554	8.305
4	15	498	7.475
5	15	589	8.829
6	15	575	8.620
<i>Total</i>	<i>90</i>	<i>544</i>	<i>48.958</i>

### 2.2.1 Seleção das palavras do *corpus*

A seleção das palavras do corpus foi guiada por três critérios. O primeiro deles foi a seleção de palavras lexicais – ou seja, somente as com conteúdo referencial –, em detrimento das palavras

gramaticais. Assim, casos de interferências linguísticas em artigos, conjunções, preposições e advérbios não foram avaliados.

O segundo foi a seleção de apenas um *token* do mesmo desvio lexical. Na análise dos textos, não foi incomum encontrar mais de uma ocorrência do mesmo desvio pelos aprendentes. Como foram encontradas nos textos do mesmo autor, consideramos somente uma delas, especialmente tendo em vista a restrição à análise morfológica dos desvios proposta neste estudo.

O último critério diz respeito às variantes europeia e brasileira do português. Considerando que os estudantes tinham sido expostos às duas variantes ao longo de seu percurso de aprendizagem da língua portuguesa, tivemos cuidado em aceitar vocábulos tanto em uso no PE como no PB.

### Capítulo 3 - Apresentação e tratamento analítico dos dados

As três seções deste capítulo estão organizadas do seguinte modo: na primeira, apresentamos e descrevemos de forma analítica os desvios lexicais resultantes de empréstimos, seja da L1, seja de LE(s) conhecidas dos aprendizes; na segunda, subdivida em duas partes, descrevemos primeiramente os neologismos interlinguísticos e intralinguísticos para, na sequência, nos voltarmos aos neologismos semânticos; na terceira, por fim, descrevemos as estruturas morfológicas dos neologismos recenseados, a fim de verificarmos a influência da L1 ou de alguma LE na sua construção.

A base teórica que guiará esta seção advém, em grande parte, dos fundamentos descritos na primeira parte, ao qual serão acrescidas consultas a dicionários e gramáticas tanto do português como do italiano, sempre que necessário. Como mencionado na primeira parte deste trabalho, as categorias de empréstimos e neologismos identificadas nos textos foram adaptadas da classificação proposta por Leiria (2006). Na Tabela 5, apresentamos as categorias de desvios que usaremos para a análise do nosso *corpus*, já com as adaptações da proposta de Leiria e com a inserção da categoria “neologismos semânticos”, conforme descrita na Parte I do estudo.

#### Tabela 5

##### *Classificação de empréstimos e neologismos*

1 Empréstimos	2 Neologismos interlinguísticos	3 Neologismos intralinguísticos	4 Neologismos semânticos
---------------	---------------------------------	---------------------------------	--------------------------

1a Empréstimos da L1	2a Neologismos com base na L1	Neologismos com base na LA	Extensão do significado da palavra na LA
1b Empréstimos de LE	2b Neologismos com base em LE		

Além da inserção dos neologismos semânticos na nossa análise, outra modificação diz respeito à terminologia adotada para a classificação dos neologismos. Enquanto Leiria os subdivide em três categorias – a saber, neologismos criados com base na L1, neologismos criados com base em uma LE e neologismos formais, criados com base na LA –, neste trabalho optamos por utilizar os termos neologismos *interlinguísticos* e *intralinguísticos*. Enquanto os neologismos interlinguísticos englobam duas subcategorias, a dos formados com base na L1 e a dos formados com base em uma LE, os neologismos intralinguísticos comportam somente as criações lexicais baseadas inteiramente no sistema da LA.

Os dados identificados nas produções textuais dos aprendizes estão subdivididos em tabelas. Os empréstimos são apresentados na Tabela 7. Já os neologismos estão distribuídos em três tabelas: na Tabela 8, registram-se os neologismos interlinguísticos com participação da L1 e da LA; na Tabela 9, os neologismos interlinguísticos com participação duma LE e da LA; e, por fim, na Tabela 10, os neologismos semânticos. As estruturas morfológicas dos neologismos interlinguísticos – tanto formados a partir das estruturas da L1 e da LA como a partir das estruturas da LE e da LA – são apresentadas na Tabela 11.

Exibimos, primeiramente, uma tabela com os números totais de desvios, separados por categoria, a qual nos guiará nas seções seguintes.

### Tabela 6

*Número de formas lexicais desviantes por categoria*

<i>Empréstimos</i>		<i>Neologismos</i>			
Emp. da L1	Emp. da LE	Neol. Inter. L1-LA	Neol. Inter. LE-LA	Neol. Intralinguísticos	Neol. Semânticos
3	-----	19	2	----	4
3		25			
Total: 28					

A Tabela 6 evidencia, em primeiro lugar, o baixo número de desvios lexicais em relação ao número total de textos e palavras que compuseram o *corpus*. Entre os 90 textos analisados, os quais totalizaram quase 49 mil palavras (48.958, precisamente), foram localizadas apenas 28 formas lexicais desviantes que correspondem ao uso de empréstimos e de neologismos. Esse dado pode ser explicado, por um lado, devido à especificidade dos desvios analisados por este estudo<sup>27</sup>, e, de outro, ao grau de proficiência dos aprendizes.

Outro dado que pode ser observado na Tabela 6 é relativo à diferença entre o número de ocorrências dos desvios classificados como empréstimos e dos classificados como neologismos, um tópico ao qual retomaremos mais adiante.

Além disso, chamam a atenção as ausências tanto de empréstimos de LE(s) como de neologismos intralinguísticos, ou seja, os formados integralmente com base nas estruturas da LA. É digna de nota também a diferença significativa entre o número de neologismos criados a partir da L1 e dos criados a partir de uma LE.

Passemos, a seguir, à descrição dos tipos específicos de empréstimos e de neologismos.

### 3.1 Empréstimos

Na Tabela 7 apresentamos os empréstimos identificados no corpus, inseridos em seu contexto imediato, ou seja, nas frases ou nos trechos das frases em que ocorrem.

**Tabela 7**

*Empréstimos*

<i>N.º</i>	<i>Palavras em contexto</i>	<i>Empréstimos de L1</i>	<i>Empréstimos de LE</i>
1	...compara os navios negreiros com o inferno, que parece ser o único termo de <i>paragone</i> nesse jogo de espelhos...	<i>Paragone</i>	-----
2	... o <i>declino</i> de uma geração de homens e mulheres que participaram em algo que talvez nem compreendiam.	<i>Declino</i>	
3	A maioria dos comentários em língua portuguesa expressam saudade daquele tempo <i>prosperoso</i> .	<i>Prosperoso</i>	

<sup>27</sup> Conforme colocado anteriormente, embora desvios relativos à acentuação, à sintaxe e ao emprego de combinatórias também tenham sido identificados, eles não foram objetos de análise deste estudo.

Apenas três empréstimos foram identificados, e todos derivavam da L1 dos aprendizes.<sup>28</sup> O empréstimo de n.<sup>o</sup> 1, *paragone*, provavelmente seja o mais distante da palavra correspondente em português, “comparação”.

Já os empréstimos de n.<sup>o</sup> 2, *declino*, e de n.<sup>o</sup> 4, *prosperoso*, apresentam tamanha semelhança formal que nem mesmo se necessita do contexto para compreender que os aprendizes desejavam escrever “declínio” e “próspero”.

Sem desvalorizar a análise dos empréstimos advindos da L1, outro dado significativo apresentado na Tabela 7, no nosso entender, é a ausência de empréstimos advindos de línguas estrangeiras. Se retomarmos as LEs conhecidas pelos autores dos textos, sintetizadas na Tabela 1 do capítulo precedente, verificamos que o inglês e o espanhol eram as línguas mais conhecidas entre o grupo dos informantes – onze conheciam inglês e dez conheciam espanhol –, e esse dado por si só poderia justificar o uso dessas LEs como fonte de empréstimos lexicais. Além disso, como a mesma tabela mostra, dois deles conheciam também francês, além de espanhol e inglês.

A primeira questão que se coloca, frente a esses fatos, é a razão da escolha exclusiva da L1 como língua-fonte para os empréstimos. O esperado, de acordo com a literatura, seria o uso de empréstimos advindos também de línguas estrangeiras, ou pelo menos de línguas estrangeiras próximas da LA, mas não foi isso o que os dados mostraram. Como já visto na primeira parte deste trabalho, de acordo com a hipótese psicotipológica na aquisição de uma segunda língua (Kellerman, 1971), seria a língua percebida como tipologicamente mais próxima da língua-alvo, e não a L1 e nem a LE na qual o aprendiz é mais proficiente, a selecionada para os empréstimos linguísticos.

Leiria (2006), por exemplo, concluiu, com base na análise de um corpus escrito de aprendizes de português de L1s diversas, que a língua de escolha para empréstimos lexicais foi a que eles entendiam como tipologicamente mais próxima da LA, e que os aprendizes recorreriam à L1 em apenas duas situações: (i) quando desconheciam o item lexical correspondente quer na LA quer na LE mais próxima e/ou (ii) quando pensavam que as palavras possuíam a mesma grafia nas línguas em contato.

Naturalmente que os informantes deste estudo possuíam conhecimento da proximidade tipológica entre o português, o italiano e o espanhol, sendo todas línguas românicas, como também

---

<sup>28</sup> Identificamos também a forma “preguntar”, a qual foi classificada como um erro de grafia. Vale notar, contudo, que existe a possibilidade de classificá-la como uma variante não-padrão do português, ou, ainda, como um empréstimo do português influenciado também pelo espanhol, em que a única escrita da palavra é exatamente “preguntar”.

sabiam que o espanhol é ainda mais próximo do português do que o italiano.<sup>29</sup> Isso considerado, e assumindo que os resultados do estudo de Leiria (2006) sejam corretos, podemos inferir que o uso de *paragone*, *declino* e *prosperoso* deveu-se ou ao desconhecimento dos itens lexicais correspondentes em português e em espanhol, ou à crença de que as palavras fossem escritas do mesmo modo tanto em italiano como em português. Dada a metodologia desta pesquisa, contudo, não é possível nem afirmar categoricamente que esta tenha sido de fato a motivação para o uso da L1, nem diferenciar qual das duas situações levantadas pela autora – ou seja, desconhecimento das palavras na LA e no espanhol ou crença de escrita idêntica na L1 e na LA – tenha levado os informantes ao uso da L1. Na verdade, poder-se-ia tratar apenas de uma falta de acesso momentâneo a um item lexical já adquirido, o que faria cair por terra as duas primeiras situações.

Na próxima seção, observaremos os casos de neologismos, que estão subdivididos em três categorias: neologismos interlinguísticos entre a L1-LA e entre a LE-LA, e neologismos semânticos. Ainda que tenhamos inicialmente previsto uma categoria de neologismos constituída inteiramente a partir do sistema da LA (os neologismos intralinguísticos), ela será desconsiderada na medida em que não foram detectados exemplares dessa categoria.

## 3.2 Neologismos

### 3.2.1 Neologismos interlinguísticos

Como já visto na Tabela 6, são 21 os desvios lexicais classificados como neologismos interlinguísticos. Desse total, dezenove são neologismos interlinguísticos L1-LA, construídos por uma junção do sistema morfológico da L1 com o sistema morfológico da LA, e dois são neologismos interlinguísticos LE-LA, ou seja, construídos pela união das estruturas morfológicas de uma LE ao sistema estrutural da LA. Desse modo, a prevalência da L1 verificada nos casos de empréstimos também se aplica aos neologismos, o que traz como consequência natural a não-confirmação da hipótese psicotipológica das línguas também a esse segundo tipo de desvio lexical.

Dado esse contexto, levantamos duas hipóteses alternativas para explicar a seleção – naturalmente inconsciente – da L1 como suporte para ambos os empréstimos e os neologismos, ao

---

<sup>29</sup> O português e o espanhol fazem parte de um subgrupo do grupo das línguas românicas denominado línguas ibero-ocidentais, como, por exemplo, o galego, o português, o espanhol. Na versão online de “Ethnologue”, o italiano é classificado como uma língua “Indo-European>Italic>Romance>Italo-Western>Italo-Dalmatian”, enquanto o português e o espanhol possuem classificações muito próximas: “Indo-European>Italic>Romance>Italo-Western>Western>Gallo-Iberian>Ibero-Romance>Western> Iberian Portuguese-Galician” para o português e “Indo-European>Italic>Romance>Italo-Western>Western>Gallo-Iberian>Ibero-Romance>West Iberian> Castilian”, para o espanhol.



invés de uma LE próxima, na medida em que tanto os empréstimos – enquanto transposição de vocábulos de uma língua, L1 ou LE, a outra, LA – como os neologismos – enquanto processo de criação de novos vocábulos que parte de uma combinação de elementos de dois sistemas linguísticos para a formação de um item lexical que não pertence a qualquer dos sistemas – podem ser formados a partir de ambas. Entretanto, dado que o léxico mental mais rico de possibilidades é, a princípio, o da L1 do falante<sup>30</sup>, como também o que está sempre ativo, em maior ou menor grau, mesmo em situações comunicativas de uso de uma LE<sup>31</sup>, podemos inferir que será ele, necessariamente, o recurso primeiro do qual os aprendizes lançariam mão na tentativa de superar os obstáculos comunicativos na LA.

A segunda hipótese é, na verdade, uma expansão da proposta de Leiria (2006) para explicar o uso da L1 pelos aprendizes no seu *corpus*. Segundo a autora, uma das situações em que os aprendizes recorriam à L1 se dava quando, apesar de conhecerem a palavra na LA, ela não lhes era acessível na situação específica de uso. Essa hipótese nos parece defensável com base em dois argumentos relacionados entre si, ainda que de natureza diversa. O primeiro consiste no fato de que as palavras tomadas de empréstimos, i.e., *paragone*, *declino* e *prosperoso*, assim como muitas das palavras que servem de base à criação de neologismos (cf. “presencia, diferencia, generado, generale, criação, machilista, amplia”, na Tabela 8), são de uso comum na linguagem cotidiana, e por isso, dado o nível de proficiência dos aprendizes, não deveriam lhes ser estranhas. O segundo argumento, por sua vez, reporta a um fenômeno já bastante estudado e comprovado na área de aquisição de L2, que é a diferença entre *error e mistake* (‘erro’ e ‘engano’) desenvolvida por Corder (1967) dentro dos princípios da Análise de Erros. Como sabemos, um “erro”, para Corder, é cometido de modo sistemático pelo aprendiz, o qual não tem ainda os conhecimentos necessários na LA para corrigi-lo, enquanto um “engano” ocorre ocasionalmente, muitas vezes devido à falta de atenção e, por isso, é passível de autocorreção.

Na Tabela 8 descrevem-se os neologismos interlinguísticos. É possível distinguir dois grupos de neologismos.

## **Tabela 8**

### *Neologismos interlinguísticos L1-LA*

---

<sup>30</sup> Por “possibilidades” se entende a rede de conexões lexicais, composta pela estrutura morfológica, fonológica e semântica das palavras. As relações morfológicas e semânticas têm especial interesse aqui, as últimas englobando os graus de relações sinônimas e antônimas e de valor das palavras (positivo, neutro ou depreciativo), como também o seu contexto de uso (formal *versus* informal).

<sup>31</sup> Conforme modelos de Grosjean e BIA/BIA+, resumidos na Parte I.

N.º	Palavras em contexto	Neologismos LI-LA
1	Os portugueses foram os primeiros a <i>esfrutarem</i> o Atlântico sul como meio de dominação	<i>esfrutarem</i> (it. sfruttare; pt. desfrutar, aproveitar)
2	O <i>esfrutamento</i> do Atlântico Sul ...	<i>esfrutamento</i> (it. sfruttamento; pt. exploração, aproveitamento)
3	O <i>esfrutamento</i> teve <i>consequenças</i> de soferença e destruição na África.	<i>consequenças</i> (it. conseguenze; pt. consequências)
4	O <i>esfrutamento</i> do Atlântico teve <i>consequenças</i> de <i>soferença</i> e destruição na África.	<i>soferença</i> (it. sofferenza; pt. sofrimento)
5	...no sentido de tolerar a <i>presencia</i> do outro sem aceitá-lo ou incluí-lo realmente. ...ninguém quer aceitar a <i>presencia</i> do ódio racial	<i>presencia</i> (it. presenza, pt. presença)
6	Existe uma <i>diferencia</i> na literatura da guerra entre textos reflexos e textos consequência...	<i>diferencia</i> (it. differenza, pt. diferença)
7	usar o rosário nas suas <i>pregueiras</i> contribuiria para eles terem lugar no paraíso	<i>pregueiras</i> (it. preghiere; pt. orações)
8	...a <i>creação</i> de uma ...memória histórica assente no nosso país	<i>creação</i> (it. creazione; pt. criação)
9	Ela diz que <i>presentam</i> uma relação comprometida com uma falha ...um passado que até hoje <i>presenta-se</i> como... A literatura... <i>se presenta</i> como...	<i>Presentam; presenta-se; presentam</i> (it. presentare; pt. apresentar)
10	A representação alternativa dos antigos subalternos puxa os <i>emarginados</i> contemporâneos a falar.	<i>emarginados</i> (it. emarginati; pt. marginalizados)
11	A literatura de um lado conserva a <i>testemunhança</i> individual traumática dos acontecimentos da Guerra	<i>testemunhança</i> (it. testimonianza; pt. testemunho)
12	A sociedade é principalmente androcêntrica, <i>machilista</i> que submete a mulher desde sempre	<i>machilista</i> (it. maschilista; pt. machista)
13	...coloca-se na perspectiva mais <i>amplia</i> dos Estudos Atlânticos	<i>amplia</i> (it. ampia, pt. ampla)
14	Esse fato ...na sociedade brasileira, é <i>gerado</i> e no mesmo momento <i>genera</i> , um movimento constante que se alimenta de si mesmo, pelo racismo.	<i>gerado/ genera</i> (it. generato/genera, pt. gerado/gera)
15	A expressão “escravidão moderna” é usada para descrever esta situação de escravidão das pessoas negras ou, em <i>general</i> , em situação de pobreza.	<i>general</i> (it. generale, pt. geral)
16	... toda a teoria do racismo contemporâneo que, por isso assume nuances diferentes e <i>quizas</i> mais leves.	<i>quizas</i> (it. chissà, pt. quicá)
17	... memória da afrodescendência no Brasil [...]passa pela história da escravatura, pela sua abolição, mas <i>sobre todo</i> o que passou depois;	<i>sobre todo</i> (it.: soprattutto; pt. sobretudo)
18	...um remédio para os <i>singulos</i> retornados	<i>(os) singulos</i> (it. i singoli; pt. cada)

19	Quem disse que em Portugal não há <i>ghettos</i> ?	<i>ghettos</i> (it. ghetti; pt. guetos)
----	--	--

O primeiro grupo é constituído pelos itens lexicais de n.<sup>os</sup> 1 a 17, os quais correspondem aos neologismos que apresentam diferenças em relação à morfologia da LA no domínio derivacional (bases, afixos e/ou esquemas de construção de palavras). Em alguns casos – e.g. “amplia, diferencia, presencia, generado/genera, general, talvez, sobre todo” – as palavras usadas que mostram, além da tentativa de adaptação de palavras italianas aos padrões da LA, uma possível influência do espanhol na construção do neologismo.

O segundo grupo compreende os neologismos de n.<sup>os</sup> 18 e 19 – “singulos” e ghettos” –, que resultam da acomodação de unidades lexicais da L1 aos padrões fonológico e flexional do português.

Com relação aos dois primeiros neologismos, “esfrutar” e “esfrutamento”, cabe notar que, entre os afixos do português próximos em significado ao *s-* italiano estão o *es-*, *des-*, *in-* e *a-*, considerando que o *-s* italiano possui um valor negativo, de privação, como também de ação reversa (Grossmann & Rainer, 2004, p. 137), dependendo do contexto. Partindo da premissa de que o aprendiz conhecia os prefixos na LA, dado seu nível de conhecimento do português, a hipótese mais provável para o uso do *es-*, ao invés dos outros prefixos acima citados, é que ele tenha feito a seleção do afixo ancorado em um princípio grafofonológico de adaptação ao sistema da LA. O mesmo raciocínio nos parece adequado ao exemplo n.<sup>o</sup> 2, cuja acomodação à LA, em comparação à palavra em italiano (“sfruttamento”), incide na grafia do prefixo e da base.

Os neologismos de n.<sup>os</sup> 3 a 6 apresentam padrões de construção muito semelhantes na medida em que, em todos eles, a modificação observada é a substituição do sufixo *-nz(a)* do italiano pelos seus correspondentes em português. Vejamos caso a caso.

Em *consegue+nc(a)*, o neologismo foi formado pela adaptação do padrão de formação da palavra formada em italiano, *consegue+nz(a)*, e o que causou o desvio foi a seleção inadequada do sufixo, já que o constituinte *-nz(a)* do italiano pode ser substituído, em português, tanto por *-nça* como por *-ncia*. Com relação ao nome “soferença”, podemos constatar que ele foi construído com a união do lexema *soffere-* do italiano, da qual derivam palavras como *sofferente*, *insofferente*, *sofferto*, e do sufixo *-nc(a)* do português, em substituição ao *-nz(a)* do italiano. Os dois neologismos seguintes, de n.<sup>os</sup> 5 e 6, “presencia” e “diferencia”, são justamente exemplos da substituição do sufixo italiano *-nz(a)* ao afixo *-ncia* do português, quando a escolha apropriada teria sido *-nc(a)*.

Com relação aos neologismos de n.<sup>os</sup> 7 e 8, “pregueiras e criação”, percebe-se o mesmo padrão de adaptação ao sistema morfológico da LA. Nos dois primeiros, tem-se a união das bases

lexicais *pregu-* e *crea-* advindas do italiano com os sufixos *-eira* e *-ção*, em substituição aos correlatos italianos *-iere* e *-zione*.

Na palavra seguinte, “*presenta*”, o aprendiz usa a forma não prefixada do italiano, se comparada com a forma do português (pt. *apresentar*).”

Já em “*emarginados*”, o neologismo de n.º 10, temos a adaptação do sufixo de participípio *-to* (*a, e, i*) do italiano para o correspondente português *-do*, o qual é seguido do sufixo de plural *-s*. Cabe notar também que o aprendiz usa o esquema prefixal da L1 (*e+margin+are*) num contexto em que a LA recorre ao uso de sufixos (pt. *margin+al+izar*).

Os neologismos de n.º 11 e 12, “*testemunhaça*” e “*machilista*”, apresentam peculiaridades em relação aos demais: a de “*testemunhaça*” está na falta de coincidência entre a estrutura morfológica da palavra na LA e a do neologismo criado; a de “*machilista*”, por sua vez, está na forma divergente da base lexical, ainda que o sufixo seja comum entre as duas línguas (L1 e LA). Com relação ao primeiro, embora não haja coincidência formal com a L1 em nenhum dos constituintes morfológicos (base e sufixo), verifica-se a interferência do esquema de construção de palavras que caracteriza o correlato italiano, “*testimonianza*”. O aprendiz constrói na LA um nome com uma estrutura morfológica similar à da palavra na sua L1, transpondo formalmente a base *testimonia-* e o sufixo *-nza* para os constituintes correlatos em português, *testemunha-* e *-ça*, respetivamente. O fato de os esquemas de construção das palavras não coincidirem em português e italiano, contudo, é a causa do desvio. Enquanto, em português, o nome *testemunho* é formado por derivação não afixal (também designado como conversão), em italiano, é formado por acréscimo do sufixo *-nz(a)* ao tema do verbo *testimoniare*. Por sua vez, como recém mencionado, o adjetivo “*machilista*” compartilha o mesmo sufixo *-ista* da palavra correspondente em português, “*machista*”. Assim, são as divergências ao nível da base lexical (*maschil-* em italiano, *mach-* em português) que nos permitem classificá-lo como um neologismo.

Também as palavras “*amplia*, *generado/genera*, *general*” apresentam divergências da LA ao nível da forma da base lexical, sendo construídas por adaptação de palavras italianas aos padrões fonológicos/ortográficos e morfológicos do português, em alguns casos com uma possível influência do espanhol. Em “*amplia*”, por exemplo, percebe-se que à palavra correspondente em italiano, *ampia*, foi acrescido o grafema < l >.

Por fim, temos dois advérbios, “*quizas*” e “*sobre todo*”, que possuem como correlatos em italiano as formas “*chissà*” e “*soprattutto*”. Com relação ao primeiro neologismo, temos a substituição das letras < ch > por < qu >, um dos traços diferenciadores mais marcantes das grafias italiana e portuguesa, como também a substituição da segunda sílaba, < -ssà > por < -zas >, quando a

substituição adequada, em português, seria <-ça >. Já em “sobre todo”, parece legítimo supor que houve uma tentativa de tradução da palavra italiana *soprattutto* para o português, ou seja, novamente uma tentativa de acomodação das palavras italianas à língua portuguesa.

Um último aspecto que deve ser mencionado, particularmente no que riguarda o último grupo de desvios: diz respeito ao fato de que alguns neologismos apresentarem uma forma coincidente com o espanhol, o que faz com que não possamos excluir a hipótese de que, nesse processo de adaptação das palavras à LA, tenha ocorrido alguma interferência do espanhol, uma LE que, como vimos, era conhecida por dez dos quinze participantes.

Passemos agora aos neologismos do segundo grupo, de n.º 18 e 19. Tanto em “singulos” (it. *singoli*), como em “ghettos” (it. *ghetti*), vemos a aplicação de uma estratégia usada pelos aprendizes italianos na produção lexical e da qual resultam desvios lexicais: o recurso a um lexema da L1 e adaptação aos padrões de flexão morfológica em português, ou seja, o *-i* marcador de índice temático e número da palavra original é substituído por *-o + s* para se acomodar à morfologia do português.

Antes de encerrarmos a descrição procedida nesta seção, cabe observar ainda a adaptação formal dos neologismos à grafia e à morfologia da LA. Nos itens de n.ºs 1 e 2, por exemplo, o aprendiz, ciente de que a grafia do português não contempla palavras que iniciem com a sequência consonântica *sf-*, acrescenta a vogal *e* inicial ao prefixo *s-*. Quanto ao nome *pregueiras* (it. *preghiere* ‘orações’), nota-se a substituição do sufixo *-ier(e)*, inexistente no sistema morfológico do português, pelo sufixo *-eir(a)*, acrescido do sufixo de número *-s*, modificação coerente com o sistema morfológico do português. Além disso, pode-se perceber uma modificação na grafia da base lexical, pela substituição do grafema <gh>, inexistente em português, por <gu>. Uma última observação no que tange à adaptação da grafia da L1 para a da LA diz respeito à supressão das consoantes duplas nos neologismos *esfrutarem*, *esfrutamento* e *soferença*. Ainda que seja uma diferença entre o português e o italiano que é ensinada desde cedo aos aprendizes, ela nem sempre é posta em prática (e.g. *ghettos*), e isso deve-se, em grande medida, por se tratar mais de uma questão fonológica do que grafêmica.

Observemos agora os dois neologismos interlinguísticos formados a partir de uma LE, que, como vimos, foi sempre o espanhol, dispostos na Tabela 9.

Nestes dois desvios, “garantizou” e “empeçou”, temos formas verbais criadas com base em palavras advindas do espanhol (*garantizò*, *empezò*), adaptadas ao sistema flexional dos verbos em português.

**Tabela 9***Neologismos interlinguísticos LE-LA*

<i>N.º</i>	<i>Palavras em Contexto</i>	<i>Neologismos</i>
1	<i>Empeçou também um processo...</i>	<i>empeçou</i> (esp. empezò; pt. iniciou)
2	<i>...o elemento que <i>garantizou</i> aos senhores brancos.</i>	<i>garantizou</i> (esp. garantizò; pt. garantiu)

Percebe-se, além disso, que o aprendiz, no radical de “empeçou”, substituiu o grafema <z> por <ç>, o que terá uma eventual motivação fonológica.

## 3.2.1.1 Interferência linguística na formação de neologismos

A fim de responder à questão de pesquisa relativa ao constituinte morfológico dos neologismos em que se manifesta a interferência da L1 ou de uma LE – se as bases ou os afixos –, apresentamos, na Tabela 10, a estrutura morfológica dos neologismos. Na tabela a seguir são excluídos, naturalmente, os neologismos semântico-pragmáticos, considerando que eles não acarretam qualquer modificação interna da palavra, mas somente a extensão do seu significado.

**Tabela 10***Estrutura morfológica dos neologismos interlinguísticos*

<i>N.º</i>	<i>Neologismos</i>	<i>Estrutura interna da palavra</i>
1	<i>Esfrutarem</i> (it. sfruttare)	prefixo <sub>LA</sub> + base <sub>LA≈L1</sub> + Flex <sub>LA</sub> [[es + fruta] r(e)+m]
2	<i>Esfrutamento</i> (it. sfruttamento)	prefixo <sub>LA</sub> + base <sub>LA≈L1</sub> + sufixo <sub>LA=L1</sub> [[es + fruta] + mento]
3	<i>Consequenças</i> (it. conseguenze)	base <sub>LA</sub> + sufixo <sub>LA</sub> [consegue + nça]
4	<i>Soferença</i> (it. sofferenza)	base <sub>L1</sub> + sufixo <sub>LA</sub> [sofere + nça]
5	<i>Presencia</i> (it. presenza)	base <sub>L1=LA</sub> + sufixo <sub>LA</sub> [prese + ncia]
6	<i>Diferencia</i> (it. differenza)	base <sub>LA≈L1</sub> + sufixo <sub>LA</sub> [difere + ncia]

7	<i>Pregueira</i> (it. preghiere)	base L <sub>1</sub> + sufixo L <sub>A</sub> [pregu + eira]
8	<i>Creação</i> (it. creazione)	base L <sub>1</sub> + sufixo L <sub>A</sub> [crea + ção]
9	<i>presenta; presenta-se</i> <i>se presenta</i> (it. presentare)	lexema L <sub>1</sub> + Flex L <sub>A</sub> [presenta + m]
10	<i>Emarginados</i> (it. emarginati)	prefixo L <sub>1</sub> + base L <sub>1</sub> =L <sub>A</sub> + Flex L <sub>A</sub> [[e + margin(a)] do + s]
11	<i>testemunhança</i> (it. testimonianza)	base L <sub>A</sub> + sufixo L <sub>A</sub> [testemunha + nça]
12	<i>Machilista</i> (it. maschilista)	base L <sub>1</sub> + sufixo L <sub>A</sub> =L <sub>1</sub> [machil + ista]
13	<i>Amplia</i> (it. ampia)	cruzamento vocabular (lexema L <sub>A</sub> + lexema L <sub>1</sub> ) [ampl(a + amp)ia]
14	<i>genera, generado</i> (it. generare)	lexema L <sub>1</sub> + Flex L <sub>A</sub> [genera]; [genera + do]
15	<i>general</i> (it. generale)	base L <sub>1</sub> + sufixo L <sub>A</sub> [gener + al]
16	<i>Quizas</i> (it. chissà)	lexema L <sub>1</sub>
17	<i>sobre todo</i> (it.: soprattutto)	lexema L <sub>1</sub>
18	<i>(os) singulos</i> (it. singoli)	lexema L <sub>1</sub> + Flex L <sub>A</sub> [singulo + s]
19	<i>Ghettos</i> (it. ghetti)	lexema L <sub>1</sub> + Flex L <sub>A</sub> [ghetto + s]
20	<i>Empeçou</i> (esp. empezò)	lexema L <sub>E</sub> + Flex L <sub>A</sub> [empeç + ou]
21	<i>Garantizou</i> (esp. garantizò)	lexema L <sub>E</sub> + Flex L <sub>A</sub> [garantiz + ou]

Observando a Tabela 10, a resposta à questão da pesquisa é evidente: entre os vinte e um neologismos, a influência linguística – seja nos 19 derivados da L<sub>1</sub>, seja nos dois derivados da L<sub>E</sub> – observa-se sobretudo ao nível do lexema que é tomado como base da derivação e/ou da flexão. Em alguns casos, as bases lexicais da L<sub>1</sub> apresentam adaptações da grafia ao sistema da L<sub>A</sub>, as quais podem ser mais (it. *testimonia-* > pt. *testemunha-*) ou menos acentuadas (it. *differ-* > *difer-*; *soffer-* > *sofer-*; it. *pregh-* > pt. *pregu-*, it. *frutt-* > pt. *frut-*).

Passemos ao último tipo de neologismo analisado neste trabalho, o semântico.

## 3.2.2 Neologismos semânticos

Encontramos quatro neologismos desta natureza em nosso *corpus*, conforme mostra a Tabela 11. Observando os quatro itens lexicais em seu contexto imediato, ou seja, os enunciados que os contêm, e observando o *continuum* de menor a maior compreensibilidade que os caracteriza, classificamos os dois primeiros como mais compreensíveis, ainda que inadequados, e os dois últimos, como menos compreensíveis.<sup>32</sup>

**Tabela 11***Neologismos semânticos*

<i>N.</i>	<i>Contexto</i>	<i>Neologismos semânticos</i>
1	...alternativo ao <i>conto</i> que sempre foi feito...	<i>conto</i> (it. conto; pt. explicação, versão)
2	Ele não sente nenhum orgulho patriótico ao ser forçado a <i>suportar</i> Portugal na guerra colonial...	<i>suportar</i> (it. supportare; pt. apoiar)
3	Baseadas sobre o medo e a violência que dantes <i>subiam</i> os escravos.	<i>subiam</i> (it. subire; pt. sofrer)
4	...a consequente resolução problemática do período da pós-abolição representa hoje uma <i>herdade</i> pesada, que continua a mostrar os efeitos...	<i>herdade</i> (it. eredità; pt. herança)

A palavra *conto*, por exemplo, tem um valor semântico coincidente com um dos seus significados na L1, que atribuí ao vocábulo, no contexto específico da produção do aprendiz, o significado de ‘narração, história’.<sup>33</sup> Cabe observar que o mesmo sentido de ‘narração’ e ‘história’ também está atestado no português, tanto na primeira entrada do dicionário Priberam, que o define como “história fictícia”, como nas duas primeiras entradas do Dicionário da Língua Portuguesa (2010), que consistem em “1. narrativa breve e fictícia em que a ação geralmente se concentra sobre

<sup>32</sup> Recordando a distinção – também gradual – de uso frequente na literatura entre vocábulos mais e menos opacos, os dois primeiros itens lexicais seriam classificados como menos opacos, enquanto os dois últimos, mais opacos.

<sup>33</sup> Entre as várias entradas da palavra “conto” em italiano, a de n. 8 do dicionário de italiano Zingarelli 2018 é “(lett.) racconto, notizie”. Igualmente o faz o dicionário do jornal *A Repubblica* online, na seguinte entrada: “[cón-to] s.m. lett. Racconto, narrazione, storia.”



um único tema ou episódio; 2. historieta, fábula;<sup>34</sup> Deve-se levar em consideração, contudo, que *conto* é um vocábulo polissêmico e base de dezenas de expressões idiomáticas em italiano, ultrapassando largamente os significados mais conhecidos em português, restritos ao de conto literário e de mentira/embuste. A entrada relativa que nos interessa em particular é a de “explicação”, e a expressão idiomática é “*fare i conti con qualcuno*”, cuja tradução aproximada em português seria “obter uma explicação, reparação e similares”.<sup>35</sup> Decorre daí a estranheza da ocorrência da palavra na frase em que foi usada, uma vez que a palavra mais adequada, para um falante nativo de português, seria “explicação, versão”. Poder-se-ia classificar, assim, esse caso específico de neologismo semântico-pragmático, visto que, ainda que o novo significado atribuído à palavra conserve em parte o significado original da palavra, transmite parcialmente a ideia do vocábulo italiano.

Voltando agora à atenção ao verbo *supportar*, o classificamos como um neologismo semântico por termos verificado apenas uma entrada, nos quatro dicionários consultados, que correspondia ao sentido pretendido pelo aprendiz, que era o de “apoiar”. Tal sentido não corresponde ao emprego usual da palavra em português, cuja origem advém do latim *supportare* e cujos significados elencados no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa são “ter sobre si; aguentar; permitir, tolerar; sofrer; estar à prova de”, e nas edições de 2003 e 2010 do Dicionário da Língua Portuguesa, “ter sobre si; ser a base ou o suporte de; sustentar o peso de; aguentar; sofrer; tolerar; admitir; arcar com”. Contudo, no Dicionário Global da Língua Portuguesa, edição de 2014, encontramos uma nova entrada, que é a de “apoiar, basear, ajudar”, a qual tem sido mais recentemente adotada por falantes de português, por influência do verbo *to support* em inglês.

O correspondente italiano “supportare” é definido na enciclopédia Treccani como um “neologismo derivado do francês *supporter*” e do inglês *support*”, cujos sentidos figurados correspondem a “ajudar, apoiar”.<sup>36</sup> Como visto, o mesmo processo de derivação (do inglês) também está ocorrendo no português, mas ainda em fase inicial, fato que suscita ainda, em grande parte dos falantes da língua, ou um esforço cognitivo maior para compreender o enunciado, ou mesmo a incompreensão deste. Devido a esse *status* da palavra no léxico do português é que nos pareceu mais apropriada classificá-la como um neologismo semântico.

<sup>34</sup> Na segunda entrada do verbete do Dicionário da Língua Portuguesa (2010), “mentira, petra”, equivalente à segunda entrada do Priberam – a saber, “embuste, mentira, petra, treta (mais usado no plural)” – a ideia de narração e história também está presente, embora faça referência a uma narração de características específicas visando a um fim também específico, a qual extrapola o contexto literário, mas tem uma conotação depreciativa.

<sup>35</sup> Dicionário Zingarelli 2018, verbete “conto”, entrada 8.

<sup>36</sup> Exemplos de usos da palavra em contexto são: “un’iniziativa validamente supportata dai partiti della coalizione governativa; supportare una tesi con valide argomentazioni; supportare qualcuno in una decisione, nei momenti difficili è stato supportato dalla famiglia.”

Já o item lexical *herdade*, no contexto do enunciado “[...] a conseqüente resolução problemática do período da pós-abolição representa hoje uma *herdade* pesada, que continua a mostrar os efeitos”, se caracteriza como um neologismo semântico devido ao fato de o significado atestado não coincidir com o significado que a palavra expressa normalmente na LA. Com significativa maior frequência no PE do que no PB, a palavra *herdade* é utilizada para designar uma “grande propriedade rústica geralmente composta de montado e terras de sementeira”, e sendo sinônimo de “quinta”. Todavia, no enunciado produzido pelo aprendiz, a palavra é usada na acepção de “herança”<sup>37</sup>.

O último desvio classificado como neologismo semântico é o emprego de “subiam” no enunciado “[...] baseadas sobre o medo e a violência que dantes *subiam* os escravos”. Ainda que “subir” em português e “subire” em italiano tenham uma forma (quase) coincidente, a questão é que o vocábulo em italiano é um falso-cognato. De acordo com o dicionário Zingarelli 2018, as duas principais acepções de “subire” são: (1) “ser obrigado a suportar algo danoso ou desagradável; (2) submeter-se a algo”.<sup>38</sup> Diversamente, a entrada do verbo “subir” no dicionário online de português Priberam está subdividida entre os usos como intransitivo (“ir pra cima, trepar, elevar-se, aumentar, encarecer”) e transitivo (“trepar por, percorrer ou puxar para cima, exaltar; engradecer”). O enunciado do aprendiz não deixa dúvidas de que a palavra apropriada seria “sofrer” ou mesmo “ser submetido à”, mas não qualquer um dos significados de “subir” em português.

### 3.4 – Síntese da análise dos dados

As subseções a seguir são intituladas com base nos objetivos deste estudo, a fim de melhor organizar as informações.

#### 3.4.1 Número de ocorrências por desvio lexical

Em um *corpus* composto por 90 textos e aproximadamente 49 mil palavras, foram encontrados um total de 28 desvios, incluindo empréstimos, neologismos interlinguísticos a partir de empréstimos da L1 ou de uma LE e neologismos semânticos. Conforme descrito na Tabela 6 do capítulo precedente, os desvios lexicais foram assim divididos:

---

<sup>37</sup> É importante mencionar, contudo, que o Dicionário Aurélio inclui a acepção de “herança” para o vocábulo, mas sinaliza que se trata de um uso antigo.

<sup>38</sup> No Treccani, as definições são muito similares: (1) “ser obrigado a suportar algo que seja imposto, não desejado nem apreciado, e que, além disso, traga sacrifício, dor e prejuízo”; (2) “com uso e significado mais genérico, afrontar, ser submetido a, estar sujeito”.

- (i) Três desvios correspondem a empréstimos, e 25, à criação de neologismos.
- (ii) Entre os três desvios classificados como empréstimos, todos eram provenientes da L1 dos informantes.
- (iii) Do total de neologismos, 21 foram classificados como interlinguísticos.
- (iv) Entre os interlinguísticos, dezenove foram criados com base no sistema da L1, e dois, com base no sistema do espanhol como LE.
- (v) Não foram recenseados neologismos intralinguísticos.
- (vi) Foram ainda recenseados quatro neologismos semânticos.

O maior número de neologismos do que de empréstimos está relacionado com o grau de proficiência dos informantes, e vai ao encontro dos achados de Garcia-Lecumberri e Gallardo (2003) e Llach (2010). Os primeiros estudiosos verificaram que, à medida que o aprendiz se tornava mais proficiente na LA, os casos de empréstimo lexical da L1 reduziam, enquanto os de neologismos formados por cunhagem e por decalque aumentavam. Isso ocorreria, de acordo com Llach (2010, p. 6), porque aprendizes de nível mais avançado conseguem estabelecer conexões semânticas entre a L1 e a LA e aplicar as regras grafofonológicas e morfológicas da LA necessárias para a criação desses tipos de neologismos.

Julgamos essencial resgatar neste momento um tópico já mencionado e que tem um impacto direto em nosso estudo, que é a inexistência de um padrão de categorização dos desvios lexicais. O fato de não haver unanimidade na definição do que constitui um neologismo na área de aquisição de língua estrangeira faz com que os mesmos dados aqui tratados como neologismos poderiam ser classificados diversamente à luz de outras metodologias. Como ilustração, basta lembrar as categorias de empréstimo lexical definidas por Haugen (1950), sintetizadas na primeira parte deste trabalho: o que o autor classifica como *loanblends* e *loanshifts* são, na literatura recente, neologismos. A consequência mais clara desta situação é a necessidade de, antes do que ater-se ao nome específico atribuído ao desvio lexical na literatura, ter em mente o conceito que o fundamenta. Ainda que seja um princípio básico de qualquer investigação que deseje um mínimo de método, a proximidade linguística entre a L1, a LE mais empregada como fonte de empréstimos e a LA adicionaram uma camada extra de dificuldade na tarefa de categorização dos desvios em nosso estudo.

#### 3.4.2 Língua mais empregada nos empréstimos lexicais

A L1 foi a única língua utilizada nas três ocorrências de empréstimos observadas em nosso *corpus* – “paragone, declino e prosperoso”. Como os dados não foram ao encontro da hipótese

psicolinguística de Kellerman (1971), explicações alternativas foram buscadas em Leiria (2006). De acordo com esta autora, há três possíveis motivações para o uso da L1, ao invés de uma LE considerada pelos aprendizes tipologicamente mais próxima do que a LA: o desconhecimento do item lexical correspondente na LE, a crença de que, de fato, o item lexical em português apresentava correspondência de forma e significado com o italiano, ou, ainda, uma falta de acesso momentâneo a um item lexical já adquirido. O fato de a metodologia adotada neste estudo não nos possibilitar identificar qual das motivações foi a selecionada pelos informantes nos limitou a aceitarmos todas as três como possíveis.

### 3.4.3 Língua mais empregada nos neologismos interlinguísticos

Os neologismos, em conformidade com os empréstimos, foram criados predominantemente com base na L1. Do total de vinte e um neologismos interlinguísticos, dezenove tiveram como suporte o italiano na sua constituição, tendo os dois demais como base o espanhol. Conclui-se, portanto, que os informantes deste estudo recorreram preferencialmente ao léxico da L1, e não ao de uma LE, quando uma dificuldade de nomeação se impunha, talvez por o léxico mental da L1 ser mais extenso e estar mais ativo.

### 3.4.4 Interferência linguística nos neologismos: bases e afixos

A influência, seja da L1 seja de uma LE, na formação de neologismos deu-se principalmente nos constituintes que servem de base à derivação e à flexão das palavras, conforme exposto na Tabela 9. Entre os exemplos, podemos citar “pregu-eira, crea-ção emargin-ados, machil-ista, gener-ado, ghett-os”. Nos casos de palavras derivadas, os esquemas de construção apresentam formas desviantes não coincidentes com os empregados em português para transmitir os mesmos significados – ex., “esfrutar” / pt. *desfrutar*; “testemunhança” / pt. *testemunho*; “soferença” / pt. *sofrimento*. Mesmo as bases lexicais apresentando uma forma coincidente com a LA, os processos derivacionais são diferentes no que diz respeito ao uso dos constituintes afixais (cf. “presencia”/ pt. *presença*; “diferencia” / pt. *diferença*).

Esse resultado complementa o fato de não termos encontrado neologismos intralinguísticos, dado que pode parecer, à primeira vista, contraditório frente à proficiência dos aprendizes na LA. No entanto, uma análise um pouco mais cuidadosa pode revelar ser exatamente o elevado nível de conhecimento de português dos aprendizes uma das possíveis explicações para tal fato. E isso porque, à medida que o léxico mental da LA expande, o aprendiz é mais hábil em reconhecer as combinações morfológicas (e morfofonológicas) licenciadas pelo sistema linguístico em aquisição, o que

funcionaria como uma espécie de barreira à criação de itens lexicais desviantes construídos apenas com o sistema da língua-alvo. Alia-se a essa hipótese o fato de que, por dispor de mais recursos linguísticos do que um aprendiz iniciante, por exemplo, a habilidade de avaliar a potencial inadequação (“estranheza”) de um item lexical é maior, como também o é a possibilidade de substituí-lo por um sinônimo ou por uma expressão alternativa que transmita o mesmo conceito, o que seria bastante menos provável de acontecer com um aprendiz com um léxico reduzido da LA. Assim, poder-se-ia argumentar que, quando o desvio lexical ocorre, ele se dá ou por empréstimo ou pela criação de neologismos com base em empréstimos advindos preferencialmente da L1 do aprendiz ou, ainda, de uma língua estrangeira previamente adquirida, e isso simplesmente porque, por ter maior consciência de que a palavra de que necessita não lhe é disponível na LA, busca como estratégia secundária ou a L1 ou qualquer LE que considere tipologicamente mais próxima da LA.

### PARTE III - CONCLUSÃO

A motivação para desenvolver este estudo residia na possibilidade de identificar especificidades dos desvios provenientes de empréstimos e da criação de neologismos devido a duas características dos informantes: o fato de todos partilharem a mesma L1, o italiano, e o seu elevado nível de proficiência na LA, o português. Os resultados vinculados especificamente ao nível de proficiência dos aprendizes na LA foram três: (i) a maior ocorrência de neologismos do que empréstimos, (ii) um maior uso da L1 tanto nos desvios por empréstimo como na criação de neologismos; e (iii) a ausência de neologismos intralinguísticos, construídos em sua totalidade a partir do sistema da LA.

Com relação aos neologismos, o estudo ampliou a categorização proposta por Leiria (2006) a fim de incluir o emprego de palavras que, embora existentes no léxico da língua portuguesa, não possuíam os significados a elas atribuídos pelos/as informantes. As palavras enquadradas nessa categoria foram denominadas de neologismos semânticos, e, em nossa análise, a extensão semântica a elas auferidas foi sempre derivada da língua materna dos informantes.

Conforme visto ao longo deste texto, os dados corroboraram, em grande medida, os achados de estudos anteriores com objetivos semelhantes, ainda que com diferenças metodológicas relativas à classificação dos desvios lexicais e à L1 dos informantes. O achado mais relevante do estudo é a não-verificação da hipótese psicotipológica das línguas no processo de aquisição de português por aprendizes italianos, tanto para os desvios por empréstimo lexical como para os desvios por criação de neologismos. Em ambos os casos, como vimos ao longo deste estudo, a L1 foi a língua mais empregada, a que não será estranho o fato de o italiano ser também uma língua românica muito próxima do português.

As hipóteses levantadas para explicar tais resultados, ainda que nos pareçam adequadas, foram buscadas em pesquisas com diferenças metodológicas em relação a este estudo. Nesse sentido, entendemos que estudos que visem investigar essas mesmas questões contemplando também um *corpus* constituído de informantes de nível básico em português, ou mesmo com informantes de nível avançado, mas a partir de um *corpus* mais extenso, certamente contribuirão com novos saberes para a área de aquisição lexical.

Em termos de contribuição deste estudo, e retomando a afirmação de Booij (2005, p. 264) de que os processos de criação de palavras são fundamentais na medida em que representam uma janela

para a mente dos aprendizes, avaliamos que o tratamento dos dados realizado aqui tenha proporcionado uma compreensão mais apurada dos processos mentais nos quais os aprendizes se engajam durante a produção lexical em uma língua estrangeira.

Cabe assinalar, contudo, que a identificação desses processos foi permeada por dúvidas, especialmente em relação à classificação mais adequada de determinados desvios lexicais, especialmente no que se referiu à distinção entre empréstimos e neologismos. Além disso, a fim de explicar determinados neologismos, mais de uma hipótese foi levantada, quando tal nos parecia plausível.

Entendemos que muitas de nossas dúvidas, contudo, antes do que revelar um desconhecimento teórico-metodológico dos processos de formação de palavras, espelham a complexidade da tarefa de classificação, já que classificar pressupõe compreender os processos mentais envolvidos no desvio lexical, e esses ocorrem, em grande medida, de modo inconsciente. De modo geral, não apenas os aprendizes não se apercebem dos desvios, mas eles, com grande probabilidade, não saberiam igualmente explicar as motivações que os levam a cometê-los.

Isso considerado, outra possibilidade de novos estudos poderia advir de pesquisas que lancem mão de técnicas introspectivas a fim de compreender os mecanismos de criação de neologismos dos aprendizes, como, por exemplo, o uso de protocolos verbais. Ainda que muitas das hipóteses disponíveis na literatura para explicá-los tenham sido consideradas coerentes à luz dos nossos dados, em muitos casos não foi possível verificar qual delas era exatamente a mais apropriada em determinada ocorrência de desvio por não termos tido acesso aos processos mentais dos informantes enquanto – ou logo após – envolvidos na produção de seus textos. Não desconhecemos quanto laboriosos são tais estudos. Entretanto, no nosso entender, são também imprescindíveis. Quanto mais acuradamente conhecermos os mecanismos que levam os aprendizes de LE, independentemente do nível de proficiência, a incorrerem em desvios lexicais, melhor instrumentalizados estaremos para, enquanto profissionais da linguagem, auxiliá-los no seu processo de aquisição bilíngue.

Nesse contexto, e voltando-nos à esfera didática, esperamos que este estudo possa auxiliar os professores de línguas não maternas a, primeiramente, aperceber-se dos mecanismos empregados, de modo mais ou menos consciente, pelos aprendizes nas suas tentativas de se expressarem da melhor forma possível em uma língua diversa da sua L1. E, naturalmente, também os incentive a integrar, em suas práticas de ensino, atividades didáticas que visem a transformar os desvios lexicais de seus alunos em estratégias bem-sucedidas de seleção e formação de palavras. Essas estratégias podem consistir, por exemplo, em exercícios simples de reconhecimento de palavras símile entre a L1, línguas próximas e a LA, no reconhecimento dos afixos mais produtivos, juntamente com seus

significados, na LA, em contraposição com a L1, ou em tarefas mais complexas, como a produção de diferentes palavras derivadas de um único lexema em contextos adequados de uso da linguagem.



**BIBLIOGRAFIA**

- Alves, I. M. (2004). *Neologismo: criação lexical* (2ª ed.). Ática.
- Al-Sobhi, B. M. S. (2019). The Nitty-Gritty of Language Learners' Errors - Contrastive Analysis, Error Analysis, and Interlanguage. *International Journal of Education & Literacy Studies*, 7, 49-60.
- Basílio, M. (2004). *Teoria Lexical* (7ª ed.). Ática.
- Booij, G. (2005). *The Grammar of Words – an introduction to linguistic morphology*. Oxford University Press.
- Cenoz, J. (2001). The effect of linguistic distance, L2 status and age on crosslinguistic influence in third language acquisition. In J. Cenoz, B. Hufeisen & U. Jessner (eds). *Cross-linguistic Influence in Third Language Acquisition: Psycholinguistic Perspectives* (pp. 8-20). Multilingual Matters.
- Companhia, C. A. (2021). Áreas críticas na aquisição do português em Moçambique. *Revista X*, 16, 1414-1433.
- Corder, S. P. (1967). The Significance of Learners' Errors. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, 5, 161-170.
- Corder, S. P. (1982). *Error Analysis and Interlanguage* (2ª ed.) Oxford University Press.
- De Groot, A. M. B. (2011). *Language and cognition in bilinguals and multilinguals: An introduction*. Psychology Press.
- Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008-2013). <https://dicionario.priberam.org/>
- Dicionário da Língua Portuguesa (2010). Porto Editora.
- Dicionário de la Lengua Española (s. d.). Real Academia Española. <https://dle.rae.es/>.
- Dicionário Global da Língua Portuguesa (2014). LIDEL.
- Dizionario de Italiano do Jornal A Repubblica. <https://dizionari.repubblica.it/italiano.html>
- Dijkstra, T., & Van Heuven, W. J. B. (2002). The architecture of the bilingual word recognition system: From identification to decision. *Bilingualism: Language and Cognition*, 5(3), 175–197.
- Enciclopedia Treccani (s. d.). <https://www.treccani.it/vocabolario/ricerca/supportare/>.
- Estrela, A. & Antunes, S. (2017). A sufixação num corpus de aquisição de PLE/L2. *Pelos Mares da Língua Portuguesa*, 3, 905-924.
- Ethnologue. (s. d.). *Languages of the World*. <https://www.ethnologue.com/>.
- Ferraz, A. P. (2006). A inovação lexical e a dimensão social da língua. In M C. T. C. Seabra (ed.). *O léxico em estudo* (pp. 218-234). UFMG.
- Ferreira, A. B. H. (2010). *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (5.ª ed.). Positivo.

Fries, C.C. (1945). *Teaching and learning of English as a Foreign Language*. University of Michigan Press.

Garcia-Lecumberri, M. L. & Gallardo, F. F. (2003). English FL sounds in school learners of different ages. In M. P. Garcia-Mayo & M. L. Garcia-Lecumberri (eds.). *Age and the acquisition of English as a foreign language* (pp. 115-135). Multilingual Matters.

Gass, S. M. & Selinker, L. (2008). *Second Language Acquisition – an introductory course* (3<sup>a</sup> ed.). Routledge.

Gonçalves, C. A. (2003). Blends lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. *Veredas*, 7, 149-167.

Grosjean, F. (2001). Bilingual language modes. In J. Nicol (ed.). *One Mind, Two Languages: Bilingual Language Processing* (pp. 1-22). Blackwell.

Grossman, M & Rainer, F. (2004). *La formazione delle parole in italiano*. Niemeyer.

Haugen, E. (1950). Analysis of linguistic borrowing. *Language* 26, 210-231.

Herwig, A. (2001). Plurilingual lexical organization: Evidence from lexical processing in L1-L2-L3-L4 translation. In J. Cenoz, B. Hufeisen & U. Jessner (eds.). *Cross-linguistic Influence in Third Language Acquisition: Psycholinguistic Perspectives* (pp. 115-137). Multilingual Matters.

Jesus, D. M. A. (2010). *Produção e Reconhecimento de Substantivos Abstractos Dejectivais em Português L2*. [Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra]

Kellerman, E. (1997). Toward a characterization of the strategy of transfer in second language learning. *Interlanguage Studies Bulletin*, 2, 58-145.

Lado, R. (1975). *Linguistics Across Cultures: Applied Linguistics for Language Teachers*. Ann Arbor.

Llach, M.P.A. (2010). An overview of variables affecting lexical transfer in writing: a review study. *International Journal of Linguistics*, 2, 1-17.

Leiria, I. (2006). *Léxico, aquisição e ensino*. Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Lieber, R. (2009). *Introducing Morphology*. Cambridge University Press.

Lowie, W. (1998). *The acquisition of interlanguage morphology: a study into the role of morphology in the L2 learner's mental lexicon*. [Tese de Doutorado. University of Groningen]

Manzollilo, V. C. O. (1998). Empréstimo semântico, decalque e retroversão: breve estudo tipológico do empréstimo linguístico. In: Anais do II Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 1998, Rio de Janeiro.

McClelland, J. L. & Rumelhart, D. E. (1981). An interactive activation model of context effects in letter perception: An account of basic findings. *Psychological Review*, 88, 375–407.

Naves, T., Miralpeis, I. & Celaya, M.L. (2005). Who Transfer More ... and What? Cross-linguistics Influence in Relation to School Grade and Language Dominance in EFL. *International Journal of Multilingualism*, 2, 113-134.

Ò Laoire, M. & Singleton, D. (2009). The role of prior knowledge in L3 learning and use: Further evidence of psychotypological] dimensions. In L. Aronin & B. Hufeisen (eds.). *The exploration of multilingualism: Development of research on L3, multilingualism and multiple language acquisition* (pp. 79-102). John Benjamins.

Olsen, S. (1999). Errors and compensatory strategies: a study of grammar and vocabulary in texts written by Norwegian learners of English. *System*, 27, 191-205.

Papafragou, A.; Trueswell, J. C & Gleitman, L. (eds.) (2022). *The Oxford Handbook of the Mental Lexicon*. Oxford University Press.

Poullisse, N. (1997). Language production in bilinguals. In A. M. DeGroot & G.F. Kroll (eds). *Tutorials in Bilingualism: psycholinguistics perspective* (pp. 201-224). Lawrence Erlbaum Associates.

Ringbom, H. (2007). *The Importance of Cross-linguistic Similarity in Foreign Language Learning: Comprehension, Learning and Production*. Multilingual Matters.

Rio-Torto, G. (2014). *Blending, cruzamento ou fusão lexical em português: padrões estruturais e (dis)semelhanças com a composição*. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 16, 7-29.

Rodrigues, A. S. (2016). Noções Basilares sobre a Morfologia e o Léxico. In G. Rio-Torto et al. *Gramática Derivacional do Português*, (2.<sup>a</sup> ed., pp. 37-133). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Selinker, L. (1972). Interlanguage. *International Review of Applied Linguistics*, 10, 209-231.

Silva, A. S. (1997). A linguística cognitiva - uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 1, 59-101.

Zobl, H. (1980). Developmental and transfer errors: Their common bases and (possibly) differential effects on subsequent learning. *Tesol Quarterly*, 14, 469-479.

Zingarelli, N. (2017). *Lo ZINGARELLI 2018. Vocabolario della lingua italiana*. Zanichelli.

Weinreich, U. (1953). *Languages in Contact: findings and problems*. Linguistic Circle of New York.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1 – *Corpus*: Produções textuais dos aprendizes

### Anexo 1.1 - Textos do Módulo 1

#### SUBALTERNIDADE(S)

##### TEXTO 1.M1 - Informante 1

###### Subalternidade

Com a palavra subalternidade se identifica uma situação em que um indivíduo está abaixo de um outro, ou seja, numa condição inferior. Esta palavra tem a sua origem a partir de um aspeto relacional, como é bem evidenciado também nas teorias de Antonio Gramsci que delineou um sistema de relações diferenciadas. Portanto, a subalternidade tem uma importância dentro de contextos sociais e relacionais. No entanto, quando se fala de subalternidade(s) e do(s) subalterno(s), o elemento que é posto em questão é qual é a fala do subalterno se por definição não tem fala e quais são os riscos envolvidos.

O texto de Gayatri C. Spivak intitulado “*Pode o subalterno falar?*” é um documento significativo e interessante em relação a este tema, porque a reflexão da autora é sobre a condição da mulher no ritual sati, uma prática antropológicamente densa que vê a decisão da mulher quando fica viúva de suicidar-se na pira funerária onde é posto o cadáver do marido. Este ato foi depois abolido pelos colonizadores britânicos proclamando-se “os homens brancos” que salvaram as “mulheres de pele escura de homens de pele escura”, enquanto os indianos nativos diziam simplesmente que “as mulheres realmente queriam morrer”. Mas o que é digno de atenção nesta consideração é que não se encontra a voz das mulheres e são reduzidas ao silêncio. A subalterna é ignorada e, deste modo, se continua o projeto imperialista a fim de estabelecer uma boa sociedade e constituir a mulher como objeto de proteção. Assim, o ato foi interpretado ao longo da história do ponto de vista de homens, ou melhor, daqueles “homens brancos” sem dar à subalterna espaço para falar.

Portanto, é possível destacar os limites da subalternidade: Não existe uma só subalternidade, mas há múltiplas subalternidades em vários lugares e contextos; A fala do subalterno não é do subalterno, mas de uma pessoa que fala por ele (ex. o historiador) com a sua própria formação ideológica e posição política, desempenhando um papel de forte influência no processo de dissimulação da condição do subalterno (necessidade de um processo de desaprendizagem); O ponto de vista usado é um ponto de vista ocidental que acaba por dar uma interpretação errada da condição subalterna.

Entre as potencialidades: a possibilidade de rescrever a história de um outro ponto de vista. Permitir que o subalterno deixe a sua condição de silêncio total.

##### TEXTO 2.M1 - Informante 2

###### Subalternidades, white saviors, interseccionalidade

*Can the subaltern speak?* Por agora, ainda não falou, ou melhor, ainda não o deixaram.

O subalterno é o indivíduo privado da sua voz por um outro indivíduo que se põe numa posição de superioridade (cultural, econômica, racial, política, et cetera): ele não pode se autodeterminar, não tem o direito a uma representação política e cultural. É relegado para um não-espço de passividade, no qual o opressor o confina sob falsos pretextos. Spivak oferece um exemplo prático, emblemático, que mostra a dupla opressão contra o mesmo subalterno, nesse caso a mulher de cor (indiana). O exemplo em questão é o de Sati, ritual hindu que prevê que a viúva se jogue na pira funerária do marido para morrer com ele. Esse ritual foi abolido pelos colonizadores britânicos, que o consideravam bárbaro, mas foi defendido pelos homens locais. As mulheres – as pessoas *realmente* afetadas pelo ritual – não foram ouvidas e ainda menos interpeladas. Por conseguinte, foram privadas das suas vozes por este duplo opressor. Quando falei de “falsos pretextos”, eu quis dizer que o opressor (neste caso, os opressores) se arroga o direito de saber o que é melhor para o oprimido, tendo a pretensão de agir para o bem dele. No caso dos colonizadores, seria interessante introduzir um conceito que se pode encontrar sempre mais frequentemente, o de *white savior complex*: se trata de um conceito elaborado nos últimos anos (a partir de 2012), que tem como alvo aquela narração segundo a qual sem os brancos, os negros nunca poderiam melhorar a própria misérrima condição. Esse atribui aos brancos o papel de heróis altruístas e desinteressados. No caso exemplificado por Spivak, o primeiro opressor, ou seja, o colonizador britânico, é superior à mulher indiana em múltiplos níveis: é um homem (superioridade de gênero), é branco (superioridade racial), é um colonizador ocidental (com todos os graus de superioridade que isso implica). Então o subalterno pode ser subalterno um número *x* de vezes: os atributos que conferem superioridade ao opressor podem ser múltiplos e intervir no mesmo tempo. O segundo opressor evidentemente é o homem indiano (superioridade de gênero). A este respeito, é importante mencionar também o conceito de *intersectionality*: “o estudo da sobreposição ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. A teoria sugere e procura examinar como diferentes categorias biológicas, sociais e culturais, tais como gênero, raça, classe, capacidade, orientação sexual, religião, casta, idade e outros eixos de identidade interagem em níveis múltiplos e muitas vezes simultâneos. Este quadro pode ser usado para entender como a injustiça e a desigualdade social sistêmica ocorrem em uma base multidimensional”. (Wikipedia) Deixando momentaneamente de lado o exemplo específico do Sati, parece claro como as culturas ocidentais criaram uma construção ficcional do Oriente, funcional à prefiguração dele como “Outro” (Said, *Orientalism*, 1978). Então, os colonizadores se tornam ilegítimamente intérpretes de um mundo do qual não fazem parte e que lhe é desconhecido, arrogando-se o direito de roubar a voz aos colonizados (os subalternos) e de falar por eles. Mas quando o subalterno poderá falar por si mesmo? Na opinião de Spivak, quando ele puder falar através da sua língua.

Para concluir, é preciso dizer que o conceito de subalterno não pode ser monolítico e unívoco: esse é o maior ponto forte e o maior ponto fraco. Se pensamos no conceito de interseccionalidade, parece claro que esta etiqueta não é só por si suficiente: não pode abarcar

uma multiplicidade infinita de subalternos, reduzindo-lhes a um único indivíduo com contornos desfocados. Então, essa definição de “subalterno” tem os seus limites: o segundo grande limite é o fato que ainda o subalterno não tem uma voz. Então não é ele que pode analisar a sua condição através desse instrumento interpretativo, mas é o opressor ou ex-opressor dele, um privilegiado que, embora cheio de boas intenções, não pode e não deve privar – uma vez mais – a sua contraparte da própria voz.

No entanto, as vantagens desta categorização genérica são claros: a definição de subalterno constitui um primeiro instrumento para o estudo dessas problemáticas e representa o bom sinal da vontade de indagá-las.

### TEXTO 3.M1 - Informante 3

#### Subalternidade(s)

A subalternidade é uma condição de inferioridade, sempre em relação e oposição ao dominante e ao hegemónico. Se encaixa numa relação de poderes e saberes: a condição de subalternidade implica também a exclusão do cânone histórico, a invisibilidade e o silêncio, como o subalterno não tem voz por sua própria definição.

Gramsci, em 1934, individuando a origem da palavra *subalternidade* no âmbito militar (já significativo só por si), atribui à subalternidade os adjectivos “desagregado” e “episódico” para sublinhar a característica de fragmentação. Nesse sentido podemos falar de subalternidade numa fragmentação e extensão espacial: o conceito de subalternidade pode totalmente conectar-se com o espaço físico do Atlântico Sul, aquele triângulo geográfico no que o subalterno é negro e mulato, sem voz e sem poder, onde a relação entre dominante e subalterno é visível na relação entre senhor e escravo, como se vê na pintura de Debret.

Nos anos 80, na Índia nascem os estudos subalternos, quando alguns estudiosos tomam consciência da exclusão total dos subalternos no cânone histórico indiano. Nesse contexto é fundamental o texto de G. C. Spivak, *Pode o subalterno falar?*, onde a condição feminina é analisada através da lente de um ritual, o sati, ou mais propriamente através da abolição do ritual mesmo. No texto mostra-se como a voz feminina não existe quando se decide sobre o destino do ritual que vê a mulher como protagonista. O emblema do subalterno aqui é a mulher: há uma condição de subalternidade total uma vez que a mulher é mulher, negra, pobre (e colonizada?).

Os limites do termo crítico *subalternidade* são: 1. Inexistência da voz do subalterno: o subalterno não fala com a própria voz, há alguém que fala por ele (que é fora da subalternidade); 2. quem fala da subalternidade usa categorias predominantemente ocidentais.

As potencialidades do termo crítico *subalternidade* são: 1. mesmo que o subalterno não fale com a própria voz, o termo crítico subalternidade, inclui a sua tomada de voz (sempre parcial) – não é totalmente silenciado; 2. Permite uma revisão crítica do colonialismo e, consequentemente, permite questionar o neocolonialismo; 3. Compreender o passado histórico no profundo, sem omitir porções fundamentais.

### TEXTO 4.M1 - Informante 4

#### Subalternidade e subalternas

Em “Pode o subalterno falar” a autora Gayatri Spivak faz considerações sobre a condição de subalternidade das populações colonizadas, comprovando – por meio do exemplo da prática Sati – qual é o efeito da falta da voz do povo nativo durante e depois do período colonial. No texto de Spivak também é evidente a falta de rasto causada pela impossibilidade do subalterno de falar, e todos os erros que vem desta falta, quando se tenta construir uma historiografia. Neste fragmento da obra de Spivak, é significativa a escolha de falar da subalternidade no caso específico das mulheres, que são um grupo posto tal vez em dupla subalternidade: são subalternas aos homens *dentro do* povo e subalternas *com o* povo em relação aos colonizadores.

Os limites de uma subalternidade criticamente constituída podem ser a falta de rastros para reconstruir a voz dos povos subalternos, e a grande quantidade de declinações que o termo pode ter em relação às diferentes situações históricas.

Acho que o ponto de força pode ser mesmo a consciência da condição de subalternidade de determinados grupos sociais, e a possibilidade de integrar este elemento no nosso ponto de vista no âmbito dos estudos pós-coloniais.

### Texto 5.M1 - Informante 5

#### Pode a mulher subalterna falar?

A subalternidade é um termo intersubjetivo que indica uma condição inferior. O subalterno nasce de um aspeto relacional que submete uma pessoa a outra. Existe subalternidade colonial, social, de gênero e de raça.

O colonialismo criava a subalternidade, os colonizadores dominavam os habitantes dos lugares que colonizaram impondo-se como classe dominante emanando regras e eliminando os saberes alternativos que não apoiavam.

A sociedade seguindo a forma marxista e capitalista identifica na economia o principal motivo da opressão. Definem as classes ricas como superiores e as classes pobres como inferiores, as classes pobres acabam aceitando essa opressão como verdadeira. Subalternidade de gênero porque a sociedade é principalmente androcentrica, **machilista** que submete a mulher desde sempre. A mulher é duplamente oprimida, primeiro como mulher, segundo como dona de casa que não trabalha e não faz parte da economia. Subalternidade racial porque a mulher negra é oprimida pela cor da sua pele.

Sigmund Freud foi um dos milhões de homens que definiu a mulher inferior definiu-a sujeito de isteria.

A História do ritual da mulher sati criou uma dicotomia de pensamentos: -os colonizadores ingleses aboliram esse ritual dizendo que “homens brancos estão salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura” (conceito de imperialismo coletivo); -as mulheres brancas interpretavam que “as mulheres realmente queriam morrer”.

Limites: -Impossibilidade de falar, de exprimir-se, de decidir por si mesmo e de mudar a sua classe social.

Potencialidade: -possibilidade de criar a própria história sem seguir as imposições historiográficas dos dominadores.

### TEXTO 6.M1 - Informante 6

#### Subalternidade(s)

Os termos *subalterno* e *subalternidade* podem parecer ideias elementares, que inconscientemente associamos à simples ideia de subordinação, por exemplo no âmbito militar ou de trabalho. Em realidade, graças à teorização de intelectuais como Antonio Gramsci e Gayatri Spivak, esses conceitos assumem uma complexidade de significados sociológicos e antropológicos que é fundamental para descrever e dar voz aos mesmos subalternos. A subalternidade é atemporal, pois há subalternos em todos os tempos e em todas as

sociedades, embora passem despercebidos, mas o contexto das colônias, caracterizado por uma história de escravidão e exploração de determinados grupos sociais ou humanos, é sem dúvida o terreno mais fértil para o seu desenvolvimento. O subalterno do colonialismo, particularmente no caso da colonização portuguesa do Brasil e da África, é principalmente o escravo, protótipo da subalternidade, que possui todas as características ilustradas por Gramsci.

Algumas décadas depois da definição gramsciana, Gayatri Spivak, no seu ensaio *Pode o subalterno falar?*, encontra o exemplo melhor no interior da subalternidade para representar esse conceito. Ela identifica o subalterno com a *subalterna*, ou seja afirma que a subalternidade deve ter uma conotação de gênero pois a mulher, sendo ainda mais oprimida do que a sua contraparte masculina, sempre foi duplamente subalterna. O exemplo mais emblemático dessa subalternidade para Spivak é a figura da *sati*, cuja voz sempre foi inaudível, ou não ouvida. O ritual de sacrifício da *sati* foi só explicado por outros, homens e muitas vezes brancos, que pretenderam defini-lo sem nunca realmente entendê-lo, como forma *ante litteram* do que hoje chamamos, ironicamente, com o termo inglês de *mansplaining* (ou seja a ação por parte de um homem de comentar ou explicar algo de maneira condescendente e, muitas vezes, imprecisa e simplista a uma mulher que não precisa explicações).

Mesmo assim, a categoria crítica da subalternidade tem os seus limites: subalternidade não pode ser definida em si mesma, mas só em relação, principalmente, com a colonização: o subalterno é o que é por causa do colonialismo, foi silenciado pelo colonialismo e/ou pelo homem branco e ocidental; reescrever a História tendo em conta da subalternidade é uma ação difícil, se não mesmo impossível de realizar por causa da falta de rastros das realidades subalternas, que nunca tiveram uma voz para falar e se expressar; não há uma voz que possa, melhor do que outras, representar a subalternidade: os intelectuais ocidentais sempre vão adotar um ponto de vista "superior", do alto do seu privilégio, e os subalternos que encontrarem uma voz para expressar a condição deles só vão poder falar sobre uma das várias facetas da subalternidade, a própria; não existe uma só subalternidade, mas há várias, que não podem ser classificadas sem excluir, inevitavelmente, algumas.

Por outro lado, uma análise crítica da categoria da subalternidade tem muitas potencialidades: as histórias não narradas dos subalternos podem finalmente ser reescritas, apesar das dificuldades intrínsecas que caracterizam a ontologia da subalternidade; ao mesmo tempo, a História vai ser narrada de uma maneira mais completa, sob pontos de vista nunca antes considerados; a falta de rastros da história do subalterno pode ser, sequer parcialmente, compensada pelas artes e pela literatura, as quais, sendo estreitamente relacionadas com a realidade, poderiam ter registado elementos que a historiografia canônica e das elites desconsiderou; a redescoberta da história do subalterno pode ajudar a compreender melhor o nosso presente e explicar realidades da modernidade até agora não plenamente entendidas.

#### TEXTO 7.M1 - Informante 7

A nova narração dos subalternos

O texto "pode o subalterno falar?" da filósofa indiana Spivak é um artigo fundamental até hoje para entender a visão do colonialismo e dos "southern studies" que se desenvolveram nos últimos anos.

Não é um caso que esta reflexão foi feita por uma mulher negra colonizada, com efeito a sua ideia de subalterno nasce de uma visão feminina e feminista do mundo referendo-se às mulheres como as primeiras que sempre sofriram o poder dos outros, seja colonial seja patriarcal. O ponto de vista da autora tem vários elementos para nos pensarmos aos subalternos como elementos da sociedade que nunca tiveram a possibilidade de falar o de se representar no mundo por muitos séculos. E é esta uma primeira tentativa de dar ao subalterno a sua voz numa narração que não teve em conta muitas dinâmicas de poder, por isso podemos falar de "contra-narração" da história que deveria ser feita por quem não teve nunca a sua representação na historiografia académica.

Mas aqui é presente também o limite deste tipo de ideia ou seja que a palavra subalterno e a sua categoria social não é totalmente abrangente de todas as possibilidades que poderia ter. Explico-me melhor, não é possível matizar todos os tipos de subalternidades porque neste sentido, por exemplo, a mulher branca seria meno subalterna do que a mulher negra colonizada. Por isso é necessário também ampliar esta categoria e achar pessoas que possam reavisionar a história desde outros pontos de vista. A pesar disto, a representação alternativa dos antigos subalternos puxa os **emarginados** contemporâneos a falar e a se impôr nos espaços de poder e no espaço da história clássica que foi contada principalmente por homens brancos, apoderados e ocidentais.

Em fim, o texto da Spivak é essencial para ampliar o pensamento de Gramsci e, se calhar, superá-lo. Embora o texto tenha alguns limites que já mencionei como a definição demasiado geral de subalterno, e o contrasenso do esboço dum "autor" que deveria falar por outras pessoas submetidas a uma hierarquia. A pesar destes pontos de fraqueza o artigo mostra-se necessário para o desenvolvimento dum pensamento alternativo ao conto que sempre foi feito das dinâmicas de poder.

#### TEXTO 8.M1 - Informante 8

Pode o subalterno falar?

No ensaio *Pode o subalterno falar*, a autora indiana G. Spivak aborda a possibilidade de atuação de uma chance de fala do subalterno, a partir da imagem da colonização da Índia pela Inglaterra e do ritual de *Sati* praticado pelas mulheres viúvas.

Um dos aspetos mais relevantes que ressaltam na obra de Spivak sobre a condição do subalterno é a condição de silenciamento na qual ele se encontra. O subalterno não tem um representante, dada sua condição de silenciado.

Por um lado, tem a sociedade capitalista regida pela lei imperialista e, por outro, a impossibilidade de representação daqueles que são silenciados e marginalizados. De fato, o subalterno é quem não tem acesso a possibilidade de fala por causa de um imperialismo cultural. De acordo com as palavras da autora, os subalternos são todos aqueles que não participam ou que participam dum jeito muito limitado pela violência epistemológica, além do imperialismo cultural; em particular, a mulher é duplamente subalterna por causa da complexa relação entre subalternidade, raça e gênero e, em específico, o silêncio feminino deriva da necessidade de recolocação das mulheres no espaço social.

De qualquer jeito, a tentativa de dar voz aos subalternos por parte de uma análise crítica da subalternidade tem aspetos positivos e negativos. Os limites, na minha opinião, são principalmente dois: como conclui Spivak no seu ensaio, o subalterno não pode falar, não tem voz e quem fala por ele se encontra sempre numa posição de não-subalternidade. Por conseguinte, é muito provável repetir a dialética que existia entre colonizados e colonizadores. O segundo limite é o fato do termo "subalternidade" ser geral demais para

conseguir identificar todos aqueles que pertencem a essa categoria. Pelo contrário, um aspecto seguramente positivo é dar para os oprimidos a possibilidade de se apropriar do seu passado calado e assim delinear melhor a própria condição de subalterno dentro duma categoria que inclui uma grande variedade de “subalternidades”.

### TEXTO 9.M1 - Informante 9

#### Subalternidades

O que é a subalternidade? Tentar responder a essa pergunta não é fácil. Pegando a definição de um dicionário, encontramos a seguinte declaração: *Qualidade do que é subalterno; inferioridade, dependência, subordinação*. Esta definição não pode ser considerada suficiente, então com a ajuda do texto de Gayatri Spivak tentaremos delinear alguns aspectos. Na obra *“Pode o subalterno falar?”*, a autora Gayatri Spivak faz abordagens interessantes sobre o assunto e, apesar de concentrar o texto na análise sobre o sujeito subalterno, aquele que não tem voz política ou não é ouvido, aponta que a mulher é um sujeito duplamente oprimido, pela dominação imperial na divisão internacional do trabalho e pela dominação masculina na construção ideológica de gênero. Para analisar o ponto de vista de Spivak é importante citar a Teoria Pós-colonial e o colonialista.

Como afirma Santos consideramos colonialismo como *“o conjunto de trocas extremamente desiguais que assentam na privação da humanidade da parte mais fraca como condição para a sobre explorar ou para a excluir como descartável”*. Uma denúncia muito importante feita pela teoria pós-colonial diz respeito a como o Ocidente criou a imagem do Outro. Esta teoria está carregada da ideia que o outro é inferior, tomando o alvo de violência física e mental. Esta violência é uma estratégia de manutenção das relações desiguais, que podem tomar diversas formas como econômica, política e cultural.

**Limites:** O termo “subalterno” é uma etiqueta ampla demais para ter uma definição unívoca e exaustiva, inclui um número infinito de povos, culturas e histórias. O subalterno não tem voz, uma de suas principais características é o silêncio que lhe é imposto. Quem fala pertence às classes dominantes.

**Potencialidades:** Visão da história de um outro ponto de vista, nomeadamente dos oprimidos, conseguindo analisar e compreender melhor a natureza da sua opressão, vontade de levantar e reconstruir uma história que nunca foi contada ou pouco conhecida. Vontade de dar esperança aos subalternos de hoje.

### TEXTO 10.M1 - Informante 10

#### *Pode o/a subalterno/a falar?*

*A mulher intelectual, como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar com um floreio.*

A partir do exemplo da Índia, Gayatri Spivak faz uma reflexão sobre o esforço que as mulheres ainda precisam fazer para serem escutadas, de diversas formas em diversos níveis. Em toda a sua obra, o principal esforço de Spivak tem sido pesquisar formas de acessar a subjetividade daqueles que são investigados. Ela é uma crítica que feminizou e globalizou a filosofia da desconstrução, considerando a posição do subalterno, palavra usada por Antonio Gramsci para descrever grupos marginais não generalizáveis da sociedade que não têm acesso à cidadania.

Todos têm a mesma chance de falar e ser ouvido? É assim que deveria ser, mas, infelizmente, não é. A colonização física pode ser acabada, mas continua numa modalidade de ver e pensar o mundo. Para Spivak não existe uma história única singular e verdadeira, ou seja, só existe a versão dos vencedores da história. Este é considerado para ela uma violência epistêmica. Do mesmo modo que não existe uma história única, não existe um sujeito único, singular, inteiro, na realidade social. Não existe um sujeito puro ou livre de contaminações externas. Spivak revela que o sujeito subalterno, aquele que não é ouvido, que não tem espaço de fala, foi desconsiderado ou tratado superficialmente na história. Os sujeitos subalternos são as camadas mais baixas da sociedade, os excluídos dos mercados, da representação política e legal. Então há de um lado, um indivíduo autônomo, livre e único, e de outro, um indivíduo dividido, marcado pela sua localidade, temporalidade e sociabilidade. Considerando o capitalismo global, Spivak consegue chegar que alguns têm mais chance de falar, ser ouvidos, contar a própria história e ser levado a sério. Por exemplo, no chamado terceiro mundo, há condições infinitamente piores das aqueles do chamado primeiro mundo (veja a categoria dos trabalhadores).

Spivak direciona a sua crítica a dois autores renomados das humanidades, Foucault e Deleuze; segundo ela, ambos estavam centrados na ideia de um sujeito único e absoluto pensando na realidade europeia e não considerarem a possibilidade da fragmentação, divisão e multiplicidade de sujeitos que existem fora da Europa. O outro tema fundamental aqui é o conceito de representação: os subalternos são silenciados. Dois termos alemães foram utilizados para explicar o conceito de representação: *vertretung* e *darstellung*. A primeira se trata de representação que alguém faz de um grupo que, na sua concepção, não tem a condição de se auto representar (falsa ideia de representação); a segunda é uma representação dramática, quase teatral, na qual a forma existe, mas o conteúdo é falso. Segundo Spivak o subalterno só poderá falar quando eles poderem falar na sua própria língua, seus próprios esquemas explicativos e a sua própria cultura.

Todas estas considerações são fundamentais para realmente entender o que se entende por subalternidade e subalterno. *Subalterno* é um termo que deriva do latim *subalternus*, “abaixo do outro”. De acordo com o dicionário: diz-se da pessoa que está sob ordens de outra; subordinado: gerente subalterno. [Por Extensão] Sem importância; secundário. [Por Extensão] Diz-se da pessoa que se sente inferior a outra pessoa ou a outras coisas; que se sente obrigado a realizar os desejos de uma outra pessoa; submisso.

No que concerne os limites e as potencialidades de uma subalternidade criticamente constituída, concordo com o que meus colegas já relataram. Entre os limites de uma análise crítica do subalterno há: a impossibilidade de identificar toda classe de subalternidade; a noção de fragmentação; a instrumentalização. Entre as potencialidades: dar esperança às pessoas que são numas situações de subalternidade hoje em dia; à vontade de reconstruir e dar ao subalterno a sua voz; a potencialidade de aplicação do conceito de subalterno em distintos contextos de opressão. Gostaria de concluir o meu comentário sobre a subordinação com uma famosa imagem literária Shakespeariana (*The Tempest*), onde Caliban, tendo se tornado o dominado na perspectiva pós-colonial, inicia uma espécie de revolta: *You taught me language, and my profit on 't Is, I know how to curse (A senhorita me ensinou sua língua, e o que ganhei com isso foi que aprendi a praguejar)*.

### TEXTO 11.M1 - Informante 11



Pode o subalterno falar?

No artigo 'Pode o subalterno falar?' (1988), Spivak examina a questão da subalternidade a partir da pergunta que representa o título do ensaio. O assunto analisado por Spivak só pode ser compreendido a partir das premissas teóricas nas quais se baseiam os estudos pós-coloniais. Este campo de estudo critica a maneira com que o colonialismo e o imperialismo do Ocidente levaram à destruição das identidades e das especificidades culturais dos povos colonizados, e construíram uma imagem completamente fictícia do 'Oriente'. Como afirma Edward Said no seu livro 'Orientalism' (1978), as culturas ocidentais criaram o 'Oriente' como uma construção social que tinha a função de representar o próprio 'Outro'. Então, os colonizadores privaram os colonizados das próprias vozes e da possibilidade de falar por si mesmos, e se elegeram como intérpretes de realidades desconhecidas para eles.

Portanto, Spivak interroga-se sobre a questão de saber se há ou não a possibilidade para os sujeitos subalternos de falar por si mesmos. Em particular, o tema enfrentado pela autora na segunda parte do ensaio é aquele da mudez da mulher subalterna, o sujeito em que se reúnem múltiplos tipos de subalternidades e opressão, enquanto ela é mulher, negra, subalterna, e economicamente desfavorecida. Todos estes fatores contribuem para que a sua voz seja silenciada e a sua história contada por outros: os colonizadores brancos e os homens negros. O exemplo que a autora propõe para explicar este duplo silenciamento da mulher subalterna é o do Sati, o ritual hindu que prevê o sacrifício da viúva, que se joga na pira funerária para ser destruída com o marido. Com a abolição desta prática, os colonizadores ingleses se auto escolheram como os 'salvadores' das mulheres negras dos grilhões do patriarcado local. Pelo contrário, os homens nativos afirmavam que essas mulheres realmente 'queriam morrer' com o próprio marido. Spivak declara que nenhuma das duas hipóteses deixa falar as mulheres, que permanecem, portanto, no estado de mudez que caracteriza a condição do subalterno.

Limites de uma subalternidade criticamente constituída: -o termo 'subalternidade' envolve um número potencialmente infinito de povos, culturas e situações, deslocadas ao longo do tempo e que apresentam características completamente diferentes; daí a dificuldade de incluí-las numa única definição homogênea, -pois o subalterno não pode falar, quem fala por ele é necessariamente alguém que não é numa posição de subalternidade, e portanto corre o risco de repetir os mesmos erros dos colonialistas que falavam pelo colonizado; -escassez de rastros para contar a história da subalternidade

Potencialidades: -possibilidade de rever a história dos povos subalternos numa perspectiva não hegemônica; restituição da própria identidade cultural a sujeitos que sempre foram silenciados; o corpo do subalterno como 'signo' através do qual é possível contar a sua história; descoberta de novas culturas/ideias/pontos de vista que a elite branca e imperialista tentou ocultar ou apagar.

### TEXTO 12.M1 - Informante 12

"Subalternidade" através de Spivak e Gramsci

Definir o subalterno é tarefa difícil, sobretudo pela sua característica ontológica principal: o silêncio.

Um outro elemento que complica a questão é a pluralidade de traços característicos que cada subalterno tem, ou seja, acredito que "subalterno" é uma etiqueta ampla demais para ter uma definição unívoca, clara e exaustiva. Isto se depreende claramente na análise, proposta por Spivak no seu *Pode o subalterno falar?*, tão específica que precisa de um sujeito-exemplo duplamente subalterno para tornar a sua proposta tão explicativa quanto possível. Spivak intersecta duas categorias de opressão – ser mulher e ser de pele escura – e a esta abordagem, em 1989, a jurista Kimberle Crenshaw deu o nome de "interseccionalismo": de acordo com Spivak as mulheres de pele escura são duplamente oprimidas e, por conseguinte, duplamente obrigadas ao silêncio. Para complicar ulteriormente o ponto de vista de Spivak, entra em jogo o tema do colonialismo (e do pós-colonialismo evidentemente) o qual exerceu uma outra forma adicional de opressão: do colonizador pelo colonizado; e Spivak, como foi dito, concentra-se na mulher de pele escura vítima da colonização perpetrada pelo ocidental, homem e branco.

O subalterno *spivakiano* foi privado da sua voz ou, sobretudo no caso das mulheres, nunca teve voz para narrar a sua própria história seja politicamente, seja culturalmente; nunca conseguiu justificar os seus atos (o exemplo da *sati*) e nunca conseguiu se defender dos poderosos narradores da História que, além de se assumir o privilégio de narrar a sua e a história dos outros – os subalternos – outorgou-se a tarefa de eliminar os rastros dos subalternos para que ninguém possa jamais contar a história deles, para que "missão" da contranarração seja impedida também no futuro.

Entre os limites de uma análise crítica do subalterno: a impossibilidade de identificar toda classe de subalternidade, não apenas a mulher de pele escura (Spivak) ou os marginalizados políticos (Gramsci); o autor da análise, explico-me melhor, em continuidade com o ponto anterior, acredito que é sempre fundamental ter em conta quem é o autor da análise: se ele pertence à classe dominante terá um ponto de vista privilegiado e perpetrará inevitavelmente o jogo do (pós-)colonialismo, se ele pertence a uma das milhares de facetas da subalternidade – quero dizer, um subalterno que conseguiu recuperar de certa forma a própria voz – classificará de subalterno a classe de oprimidos à qual pertence; uma análise *super partes* – por um hipotético estudioso que não pertença às classificações feitas no ponto precedente – pode esboçar uma imagem "de subalterno" mas continua sendo uma imagem sem voz por causa da falta de rastros úteis a seguir; daqui resulta que continua sendo o autor da análise quem fala no lugar do subalterno mesmo.

Entre as potencialidades de uma análise crítica do subalterno: é louvável a tentativa de dar ao subalterno a sua voz, apesar dos limites que acabo de listar, de trazer à tona quem ficou oprimido durante tanto tempo para que possa um dia reconstruir os rastros apagados da sua história e da História mesma; potencialmente o conceito de subalterno se pode aplicar a todo tipo de contexto de opressão, qualquer subalterno pode reajustar a definição de subalterno para se incluir nela (de certa forma é a tarefa que realizam Spivak e Gramsci pioneiramente); a voz do subalterno – de todos e de ninguém – podem assim encontrar corpos através dos quais falar, reivindicando um eco do passado para o presente (e o futuro); dar finalmente uma forma ao subalterno de ontem dá esperança aos subalternos de hoje.

### TEXTO 13.M1 - Informante 13

Subalternidades

"Pode o subalterno falar?" Ou melhor, *pode a subalterna falar?*

Este extrato de G. Spivak, na verdade, é principalmente dedicado à prática ritual de *sati*, muito difundida no subcontinente indiano na era colonial, ou seja, o ritual em que as viúvas se matam na pira funerária.

O colonialismo, além de ter raízes econômicas, tem raízes profundamente racistas. O racismo, assim como outras formas de discriminação (sexismo, capacitismo, classismo...), começa a partir de um ponto comum: **dualismos** (pessoa branca/negra,

homem/mulher, cultura/natureza, mente/corpo, civilizado/primitivo), em que encontramos aqueles que tem o poder e aqueles que são privados disso.

No lado esquerdo da lista, encontramos características que foram feitas apropriadas para o ser humano, enquanto no lado direito encontramos as qualidades associadas com o “outro” que são sistematicamente representadas como inferiores. Uma vez que o processo de dominação forma a cultura, o grupo submisso interiorizará essa submissão.

Foi isso o que aconteceu no período do colonialismo. Os costumes e práticas dos indígenas, das comunidades nativas, ou dos povos aos quais a guerra era declarada, eram narrados como indignos, como bárbaros, para serem corrigidos. De acordo com a retórica colonial, era necessário levar a cultura ocidental aos povos submissos.

A **individualidade** do outro não é reconhecida, os outros são considerados apenas como ‘estrangeiros’, negando as suas diferenças. Assim como a história do povo indiano foi perdida, como aos africanos foi negada a história cultural, também na era contemporânea estamos assistindo a perda da cultura aborígene australiana, em consequência das algumas decisões que levaram ao nascimento de uma única congregação de povos aborígenes de diferentes tribos. Deste modo, se apoia tanto o instrumentalismo como a incorporação e a exclusão (Hartssock, 1987).

Além disso, seguindo com a leitura, encontramos a ideia de que o colonialista arroga o direito do ‘salvador’ do povo submisso, neste caso particular o salvador das mulheres *de pele escura* dos homens *de pele escura*. A prática de *sati* necessitava ser eliminada, embora os nativos a defendessem assim: “As mulheres realmente queriam morrer”.

Esta retórica permeia nos dias atuais, quando falamos da violência cometida contra as mulheres. “Ela realmente queria”, “ela o provocou” são duas das frases que nós ouvimos com mais frequência.

As mulheres, no entanto, não mudam seu status. Elas não são reconhecidas como sujeitos, mas continuam a ser consideradas como *objeto* de proteção da espécie do imperialista. O que os índios viram como livre escolha, os britânicos percebem como um crime, um diagnóstico do livre-arbitrio feminino.

Ao mesmo tempo, porém, os corpos das mulheres nativas tomam-se o meio pelo qual os conquistadores reforçam seu poder sobre os homens nativos, através do estupro grupal. Esta é uma celebração metonímica da aquisição territorial. É legitimada como algo “natural”.

Pode este sentimento justificar a subjugação de um povo? Pode a convicção de ser parte do povo “certo” nos levar a apagar qualquer tradição que consideramos bárbara e opressiva? Tomemos por exemplo questões como a mutilação genital feminina e o véu islâmico (Rivera, 2010).

Rivera diz que, desde que sejam medicalizadas e não derivadas de um sistema machista e patriarcal que considera as mulheres como propriedade, as MGF deviam ser consideradas como nossa cirurgia plástica, que pode ser considerada mutilação por outras culturas. Da mesma forma, quanto mais o véu islâmico é considerado uma fonte de opressão e submissão a uma religião, mais é usado, por alguns, com orgulho e ostentação, para resistir ao **imperialismo cultural** e etnocêntrico.

Quando colonizado, como reivindicar o próprio corpo? Como fazer ouvir a própria voz? Spivak conclui este capítulo falando sobre uma jovem indiana, Bhuvaneshwari Bhaduri, uma independentista que, movida pela vergonha do fracasso de um crime político, tira a própria vida. Isto só será revelado dez anos após a sua morte. Sabendo que as circunstâncias da morte teriam levado a pensar em uma gravidez ilícita, ele espera sua menstruação para matar-se, querendo, assim, conotar politicamente seu ato.

Nem isso, no entanto, pode ser considerado um sinal eloquente, se não fosse que esperar pelo tempo de menstruação significa ir contra a proibição de uma viúva de matar-se quando ela é “impura”; ela deve esperar até o banho de purificação do quarto dia para reivindicar seu “privilégio”.

#### **TEXTO 14.M1 - Informante 14**

Pode o subalterno falar?

"Pode o subalterno falar" é uma obra que, juntamente com a definição de subalterno de Gramsci, explica muito bem a realidade não só do tempo relacionado com a escrita e o pensamento das obras mencionadas, mas também representa um monumento do que é o mundo de hoje. Subalterno é um termo que, além de representar um espaço "físico", tornou-se, com o tempo, uma verdadeira "condição": política, social, que as vezes pode levar a fenômenos como o racismo, ou como Spivak nos diz no colonialismo, um exemplo flagrante de como o termo é uma representação clara e demasiado óbvia. O que imediatamente se torna evidente é que o subordinado de Spivak é alguém que é realmente incapaz de falar, afone, sem voz, oprimido pela classe elitista da sociedade a que pertence.

Os limites que identifiquei são: 1) a noção de fragmentação, também de acordo com o que sai dos "Cadernos" de Gramsci: "no caso da mulher como subalterna, não se pode coletar ingredientes para a constituição do itinerário dum sujeito sexuado para localizar a possibilidade de disseminação"; 2) o perigo que está a incorrer em tentar reconstruir o passado, cair em desaprendizagem; 3) impossibilidade de dar voz à mulher ou subordinada, pois cairia na instrumentalização. O único ponto de força que consegui identificar (definiria um ponto de força disfarçado) é o relativo à vontade de reconstruir: creio que o exemplo mais marcante é o da prática das mulheres hindus. Apesar da vontade dos britânicos de mediar ou eliminar esta prática, esta ainda é uma forma de sujeitar a mulher às suas próprias leis, para torná-la subordinada ou subalterna.

#### **TEXTO 15.M1 - Informante 15**

Subaltermidades

O subalterno é quem, num contexto social, não lhe está permitido falar pelos grupos dominantes e não pode expressar a própria opinião sobre algum assunto, social, político ou cultural, da própria comunidade no qual está envolvido. O subalterno não tem direito à autodeterminação de si mesmo socialmente, culturalmente e eticamente.

Pontos de força: potencialmente, esta definição, envolve todos os que estão excluídos pelos grupos dominantes. É aplicável em distintos contextos.

Pontos de fraqueza: esta definição é demasiado ampla e envolve demasiadas pessoas. Não marca muito bem a divisão entre o que é um fato cultural, e como tal deve ser entendido, e o que é inaceitável desde todos os pontos de vista, qualquer seja a comunidade da que estamos falando.

## ANEXO 1.2 - Textos do Módulo 2

## RACISMO CONTEMPORÂNEO: BRASIL, ÁFRICA E PORTUGAL

**TEXTO 1.M2 - Informante 1**

Aprender a olhar para o racismo

“Como presidente enxergo todos com as mesmas cores; verde e amarelo” - esta é uma das frases pronunciadas pelo chefe de estado brasileiro, Jair Bolsonaro, em novembro de 2020 no seu discurso sobre a morte de João Alberto Silveira Freitas, um homem negro espancado até a morte por dois guardas em um shopping em Porto Alegre.

A primeira parte do discurso do Presidente da República resume o falso mito da democracia racial.

Em tese, uma sentença como “eu enxergo todos com as mesmas cores”, deveria ser sinônimo de um olhar democrático, reconfortante neste caso, dado que são as palavras do homem no mais alto cargo do estado. Se assim for, João Silveira teria sido morto de qualquer forma, sem que a cor da sua pele desempenhasse nenhum papel na decisão dos guardas quando o espancaram, certo?

Afirmar que a gente vê a sociedade da mesma forma, sem fazer diferenças, é um atalho que nos permite fugir do nosso racismo interiorizado que, coletivamente, assume a forma de racismo silencioso. Enxergar cores, admitir que a cores diferentes correspondem respostas diferentes, significa entender que a sociedade em que vivemos é estruturalmente racista e que inclusive a gente, muito embora não intencionalmente, é racista. Fazer as contas com essa realidade nos pode dar o poder de aproveitar o nosso privilégio devido à cor da nossa pele, justamente para destruir os alicerces do racismo. Para começar podemos tomar como exemplo as pesquisas (Racismo à portuguesa) da jornalista portuguesa Joana Gorjão Henriques. Para além das pesquisas, já a postura de partida da jornalista em relação ao fenómeno precisaria ser aprendida de cor: “Sou uma jornalista branca e não tenho a pretensão de falar por ninguém. Escrevo a partir de uma situação de vantagem para denunciar alguns dos efeitos da estrutura montada na sociedade em que vivo (...)”.

Gostaria de acreditar que Bolsonaro, de verdade, enxerga todo mundo através do verde e do amarelo que acompanham o lema “ordem e progresso” na bandeira nacional, mas cada vez que ouço aquelas cores enunciadas por ele, não consigo evitar pensar nas massas de manifestantes queimando os símbolos do PT, de Lula e de Rousseff. Parafraseando as palavras de Boaventura de Sousa Santos, o primeiro é nordestino, a segunda mulher; um foi promotor de um programa de renda mínima (que ajudou milhões de pessoas pobres, a maioria das quais são negras no Brasil), a outra foi presa durante a segunda ditadura brasileira; ambos foram afastados do poder através daquelas lentes verde-amarelas que de fato enxergam todo mundo da mesma forma, não importa a cor da pele, importa a região de onde você vem, o seu género, a sua idade e a sua condição económica.

Falando em aprender a olhar o tecido da nossa sociedade de forma nova e diferente, mais atenta, acho interessante o fato de o Infante Dom Henrique, líder das estátuas do Padrão dos Descobrimentos, olhar para, antes de que para Brasil e África, a outra margem do Rio Tejo, onde se encontram alguns dos mais conhecidos bairros de lata de Lisboa, onde a maioria dos moradores são negros que sofrem a alcaçar padrões mínimos de qualidade de vida. No Rio de Janeiro seria impossível o nosso olhar não chocar com a Rocinha, mesmo que a gente estivesse na Zona Sul, em Copacabana, Leblon ou Ipanema; já em Lisboa a situação é diferente. Colocando-nos no centro da cidade, os nossos olhos enfrentam apenas a arquitetura europeia, é só em direção da periferia, seja para o norte, seja para o sul da cidade, que vamos deparar em uma realidade tornada invisível.

**TEXTO 2.M2 - Informante 2**

Racismo contemporâneo

O racismo é um grande problema e fenómeno crescente que influencia e faz parte das realidades contemporâneas de Portugal e do Brasil em duas maneiras distintas. Se por um lado em Portugal o racismo é uma causa do colonialismo português, por outro no Brasil o elemento determinante é a permanência da escravatura na história da colónia. Estes dois elementos permitiram que o racismo se articulasse de forma complexa nos dois países.

No que respeita ao Brasil, como mencionado anteriormente, o problema está no regime escravocrata, mas é muito mais problemático do que parece exteriormente. O racismo contemporâneo brasileiro é marcado por dois processos: inclusão e exclusão. Se aparentemente a miscigenação é o símbolo mais importante que criou a imagem do Brasil no exterior como um país profundamente mestiçado nas crenças e costumes, ao mesmo tempo é o lugar do “racismo invisível e de uma hierarquia arraigada na intimidade”, como afirma Lília Schawrcz em *Nem preto nem branco muito pelo contrário*. O dispositivo do racismo implementa um sistema complexo caracterizado pela denegação de um fenómeno que revela os seus mecanismos de discriminação dia a dia na sociedade, e a manifestação de um orgulho de ser “daltónicos” perante a cor da pele, como afirmou o presidente Jair Bolsonaro no seu discurso no Dia da Consciência Negra. No entanto, a realidade é outra e este racismo silencioso está gritando para exigir mudança: as pessoas negras são discriminadas em todos os campos sociais (trabalho, saúde, educação, etc.) e as desigualdades entre negros e brancos são evidentes. A cor da pele torna-se um divisor social e económico e a democracia brasileira, uma democracia onde “não existe uma cor de pele melhor do que as outras”, revela sua identidade como uma democracia racial.

No caso de Portugal, o império português é um dos impérios coloniais mais antigos da Europa e que ocupou quase seis séculos de história. No entanto, o problema do racismo está fortemente ligado à posição dos portugueses em relação a este evento histórico: saudade colonial. Como pode ser bem visto a partir da entrevista a Isabel Castro Henriques, *Do escravagismo ao racismo*, embora haja muitos jovens historiadores que reconstruem a história nacional com a verdade documentada, há também aquela parte de historiadores “patriotas” que não são dispostos a deixar a crença de que eles eram o “povo perfeito”. Esta parte de historiadores representa uma grande parte da sociedade portuguesa que se recusa a aceitar que o lusotropicalismo, ou seja, aquela ideia que Portugal foi um país colonizador diferente e a sua colonização foi ainda civilização que criou mundos, está disfarçado como negação de qualquer forma de dignidade pessoal e política aos africanos. Na verdade, concordo muito com a afirmação que o colonialismo nunca terminou, mas continua a ser presente na forma do racismo, porque embora a realidade portuguesa apresente uma miscigenação cultural e biológica, negros e mulatos continuam a ser vítima de discriminação e de exclusão social. Neste sentido, o acontecimento narrado por Tvon

em *Um Preto Muito Português* é a prova óbvia e triste deste racismo que embora uma pessoa nasça em Portugal, receba uma educação portuguesa, absorva os seus próprios valores e princípios e tenha um curriculum vitae que o prove, a cor da pele será sempre mais importante do que qualquer outra coisa e a discriminação continuará a existir.

### TEXTO 3.M2 - Informante 3

O racismo contemporâneo

O racismo representa, embora pareça eticamente reprovável, uma espécie de universal, o menor denominador comum que une nações bem diferentes e afastadas, constituindo um dos traços distintivos da humanidade. O fenómeno do racismo se encaixa não apenas no quadro do (des)encontro com a alteridade, ou seja, abrange mais do que as formas de representação e de significação que se fazem do Outro; o problema do racismo contemporâneo não pode ser explicado só tomando em consideração a história, mas ocorre analisar todos os não-ditos que se disfarçam tanto na política como nas sociedades hodiernas, para o circunscrever e, possivelmente, superá-lo. Relativamente ao contexto brasileiro, achei bem emblemática uma frase que encontrei nas páginas de “Manual prático do ódio” dita por José Antonio:

*“Mas acaba morrendo tudo, Paulo, num fica vivo muito tempo não, os próprios parceiros matam, essa raça ai mata um ao outro”.*

Ferréz nos conta, em toda sua dramaticidade, a vida na favela de São Paulo onde a precariedade das formas de sobrevivência e das condições residenciais corresponde uma precariedade de laços emocionais: a violência apaga vidas só em conformidade com o único princípio e força motriz do nosso tempo, o dinheiro. Os mecanismos de desigualdade e de relações assimétricas então ganham vida também nos contextos periféricos, onde sujeitos que sempre irão ser marcados por estigmatização, tentam subir a hierarquia social: é a violência que lhe permite ganhar ilegalmente o dinheiro e o respeito nos olhos dos *próprios parceiros*, chegando, de certo modo, a “se branquear”. Mas é o termo raça, utilizado nesta citação, que me parece problematizar ulteriormente a questão: neste caso a palavra é usada como grupo social, comunidade, conjunto de indivíduos que não se define em termos de cor, mas que é marcado pela mesma história, pelo mesmo destino.

Para usar as palavras de Lilia Moritz Schwarcz, “raça é um tema local e particular”. Não existem raças biológicas, e isto é evidente tanto no Brasil quanto em Portugal, países que bem conhecem a mestiçagem; mas é por causa da perpetuação deste mito de convivência pacífica e de irmandade que foi o Lusotropicalismo que se inscreveu o falso modelo da democracia racial. O fenómeno do racismo continua sendo reconduzido à esfera privada, à dimensão subjetiva de cada indivíduo, mas na verdade afeta a dimensão pública, ou seja, as leis, as políticas económicas e sociais, onde está brutalmente e sapientemente apagado, é da ordem estrutural. A cor da pele, que sempre foi um divisor biológico, agora sofre de um processo de resignificação pelo qual ser negro, supera o traço de cor e significa sofrer uma condição socialmente e economicamente desfavorecida, enquanto ser branco significa gozar de prestígio. Portanto quando falamos de racismo hoje, não tratamos com algo dicotômico, binário (branco vs negro), mas tem a ver com relações de força, de poder que determinam por um lado a inclusão cultural, por outro a exclusão social.

### TEXTO 4.M2 - Informante 4

O problema do racismo

O racismo é um tema que no mundo hiper globalizado de hoje, que traz em contato cada dia pessoas muito diferentes entre si, por etnia, cultura, religião e costumes, não deveria mais ser discutido: deveria ser considerado errado. Mas ainda hoje sabemos que o outro, o diferente, nos assusta e que preferimos ignorar as diferenças se as percebemos como ameaças. Mas de onde vem o racismo? A palavra racismo tem principalmente uma conotação ideológica. Baseia-se na distinção arbitrária e cientificamente incorreta do homem em raças, ordenada de acordo com critérios hierárquicos que justificam a prevaricação de uma sobre a outra e até a limpeza étnica. No entanto, seu significado foi posteriormente estendido para denotar qualquer atitude de rejeição do outro por religião, cultura, costumes e ideias políticas. No que diz respeito à primeira definição, o conceito de “raça” pode ser mais bem delineado: entendemos um conjunto de indivíduos que possuem características físicas hereditárias comuns que não estão sujeitas a variações. No caso da espécie humana, a divisão em raças é baseada em características somáticas, como a cor da pele, o tipo de cabelo, o formato do crânio, nariz e olhos. Embora nossa sociedade esteja muito avançada em muitos aspectos, infelizmente devo dizer que o problema do racismo é um problema que ainda está fortemente presente em nossa sociedade hoje, mas também em todo o mundo. Uma experiência pessoal que gostaria de compartilhar com você pertence à minha experiência pessoal. Moro em Florença e perto da minha cidade fica Prato, famosa em todo o mundo por ser uma das maiores produtoras têxteis, mas ao mesmo tempo por ser a cidade que abriga uma das maiores comunidades chinesas da Europa. Tendo muitos amigos de origem chinesa, eles puderam me contar não só a discriminação que são forçados a sofrer, mas acima de tudo um desconforto. Na verdade, embora muitos deles sejam italianos, eles são indicados e reconhecidos como chineses. O que me fez pensar é quantos deles às vezes realmente não sabem nada sobre a China, mas são julgados essencialmente por suas características físicas. Um pouco como acontece no livro *Um preto muito português* donde o cabo-verdiano Budjorra, a personagem principal, conta o que é viver numa sociedade que o trata como fazendo parte de um grupo aparte, de uma minoria, esquecendo as suas especificidades pessoais, a sua própria identidade. Este conceito pode ser resumido em uma frase que o protagonista pronuncia no início da história “eu até sou nascido em Lisboa mas sou tão tido como estrangeiro”.

Em relação ao Brasil e a Portugal, o racismo ao longo da história e também baseado na formação da sociedade assume uma forma completamente diferente. O problema do racismo está presente como em todo o mundo também na sociedade brasileira. O Brasil é um país multiétnico e, como tal, apresenta uma diversidade cultural muito grande, o presidente Bolsonaro em um discurso afirma: “*Como homem e como Presidente, sou daltônico: todos têm a mesma cor. Não existe uma cor de pele melhor do que as outras.*” Essas palavras escondem uma meia verdade, o racismo se esconde por trás dessa visão de uma sociedade que respeita os direitos fundamentais de todos os homens, mas infelizmente a realidade é muito diferente. Lilia Schwarcz no seu livro “*Nem preto nem branco muito pelo contrário*” descreve a situação brasileira assim: “*De um lado, o racismo persiste como fenómeno social, justificado ou não por fundamentos biológicos. De outro, no caso brasileiro, a mestiçagem e a aposta no branqueamento da população geraram um racismo à lá brasileira, que percebe antes colorações do que raças, que admite a discriminação apenas na esfera privada e difunde a universalidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida, mas é assimilacionista no plano da cultura. É por isso mesmo que no país seguem-se muito mais as marcas de aparência física, que, por sua vez, integram status e condição social, do que regras físicas ou delimitações geracionais. É também por esse motivo que a cidadania é defendida com base na garantia de direitos formais,*

*porém são ignoradas limitações dadas pela pobreza, pela violência cotidiana e pelas distinções sociais e econômicas. Dessa forma, assim como não existem bons ou maus racismos — todo tipo de racismo é igualmente ruim —, é preciso pensar nas especificadas dessa história brasileira que fez da desigualdade uma etiqueta internalizada e da discriminação um espaço não formalizado”.*

Todavia, este fenômeno não é uma especificidade exclusiva do Brasil: encontra-se também em Portugal onde os fantasmas do passado colonial trazem de volta elementos de racismo. A este respeito, uma forma de racismo típica de Portugal poderia estar ligada à questão dos retornados. Os retornados eram os portugueses que tiveram de migrar às pressas com o fim das guerras de libertação e a consequente independência das ex-colônias, após décadas de permanência em solo africano, empreendendo assim um ‘retorno’ à pátria que, de fato, não (ou não mais) lhes pertencia. Violentando sua identidade adaptada à vida na África, os retornados empreenderão uma espécie muito particular de viagem: a contragosto, precipitada por forças históricas que não aceitam e não compreendem, e em condições extremamente precárias. Não se sentem acolhidos pelo país ao qual retornam, como também não se sentiam inteiramente pertencentes aos países africanos em que viviam. O romance de Dulce Maria Cardoso, *O retorno*, analisa este período histórico através da história de Rui, adolescente de quinze anos. O tempo dos acontecimentos narrados é o período controverso e tumultuoso que envolveu o país depois da Revolução dos Cravos. A narração divide-se entre os meses que antecedem a proclamação da independência de Angola e os meses seguintes em que com absoluta naturalidade Rui nos fala da sua vida e do seu quotidiano que em breve se vai perturbar. Mas o que fica impressionado é a eficácia desse romance. Dulce Maria Cardoso através da figura deste rapaz faz uma verdadeira reclamação sobre as dificuldades físicas, sociais e psicológicas que os retornados tiveram de suportar nesses anos e o anseio pelo retorno do pai. A “terra prometida” com que tanto sonhou Rui não lhe corresponde às expectativas. A pátria mãe, como ele a chama se destaca pelo desprezo e a discriminação que ele e sua família sofrem no dia a dia. Na ambivalência entre o lá e o cá, entre ser um retornado e filho da ex-colônia, enxergamos a tensão de um garoto em meio a um cenário de difícil adaptação. O exílio, em *O retorno*, pode ser entendido como uma situação fatídica que tem como destino um longo tempo de desconforto e incerteza. No caso de Rui, tanto Portugal quanto Angola eram a sua casa, o seu lar, por herança dos pais. Mas houve estranhamento no retorno a Portugal uma vez que a nação não pôde oferecer condições dignas aos retornados. Houve, porque eles foram desprezados e observados com desconfiança.

Na minha reflexão sobre o racismo, quis me permanecer sobretudo nos chamados “filhos de ninguém”. Aqueles que podem estar associados a duas nações, mas no final das contas sentem que muitas vezes não pertencem a nenhuma delas.

### Texto 5.M2 - Informante 5

O racismo esquecido.

*A questão è nós sermos pretos, ou se quiserem ser politicamente correctos- negros.*

Nesta passagem do texto da TVLON, está incluída toda a teoria do racismo contemporâneo que, por isso assume nuances diferentes e **quizes** mais leves devido ao facto que os tempos da teoria racial de Gobineau já são velhas, antiquadas e não bem-vistas pela opinião pública. De facto, a questão do racismo contemporâneo tem linhas vectoriais bastante comuns na Europa ou nos chamados países ocidentais. Pelo contrário, em Portugal e no Brasil a teoria historiográfica sempre assumiu uma ideia de "racismo diferente" e quase benevolente, apagando da memória colectiva a violência dos portugueses em África ou o abismo socio-económico evidente entre brancos e negros no Brasil. No caso de Portugal, depois de 1974, a historiografia estava envolvida em curar as feridas do trauma salazarista, não deixando espaço para as vozes dos retornados, da mesma forma no Brasil se começava a falar de *democracia racial*, um termo quase oximorónico. Como explica a Lilia Schawrcz seu texto *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*; no Brasil, fazer este tipo de reflexões foi possível porque os acontecimentos racistas sempre pertenceram à esfera privada e não à esfera pública como pode ser nos Estados Unidos, onde brancos e negros sempre foram divididos por um sistema de apartheid. Pelo contrário, no Brasil, negros e brancos entram em contacto na casa do mestre, na sua esfera mais íntima. Um problema bem descrito em "Casa grande e senzala" por Freyre.

Em Portugal, da mesma forma, foi criada a mitologia do *Neolusotropicalismo*, ou seja, o mito do bom colonizador português que trouxe a civilização para as províncias ultramarinas. Esta é uma força motriz que ainda hoje faz a historiografia portuguesa e europeia esquecer os seus crimes de guerra. Poderíamos dizer que um movimento semelhante de esquecimento foi o que foi ligado também ao colonialismo italiano e portanto, ao legado racista que ainda carregamos conosco. De forma menos poética, desde sempre sobre o colonialismo italiano, temos vindo a dizer "italiani brava gente" no estrangeiro, esquecendo todos os crimes de guerra perpetrados na AOI. Parece-me que o paralelismo é óbvio uma vez que ainda hoje em solo italiano há muitos afro-descendentes que se consideram italianos, mas devido à sua cor de pele são discriminados tal como descrito no livro da Tvon. Estas novas personalidades são desestabilizadoras para o nativo europeu que sempre esteve acostumado a uma ideia de cidadania ocidental ligada à brancura e quando se depara com corpos diferentes, portadores de várias identidades dentro deles, sente-se desorientado.

Assim, na realidade, o caso português é imputável ao modo de colonizar de pequenos países que já são periferias de países maiores e economicamente fortes. Consequentemente a isso, no mundo das mass media é de notar que muitas vezes os eventos de racismo não são chamados como tal, mas são descritos como actos de tolos contra algumas pessoas que são frequentemente negras. A Itália já conta os seus mortos a este respeito, mas também Portugal não está ultrapassado, especialmente em 2018 -na noite de São João no Porto- resaltou o caso da agressão da Nicol Quinayas que poderia ter chegado até à morte dela- uma mulher, negra e estrangeira. A mulher colombiana foi vítima de um episódio de racismo que os jornais não lhe querem chamar. Do mesmo modo, em 2020 morre num supermercado no Brasil João Alberto Freitas . O que liga as duas mortes a um oceano de distância entre si? Só o Atlântico Sul é a resposta e o racismo que sempre caracterizou as intervenções em terras estrangeiras pelos portugueses, é aqui que se unem as linhas desses vectores: no esquecimento e na invisibilidade do negro porque sempre se restringiu à esfera privada e quando intervém no espaço público traz consigo uma série de traumas e feridas que mais cedo ou mais tarde todos nós, colectivamente, devemos sarar.

### TEXTO 6.M2 - Informante 6

Cada país racista é racista à sua maneira

*Todos os países felizes se parecem uns com os outros, cada país racista é racista à sua maneira.*

Um dos slogans que mais me impressionou nas últimas manifestações do movimento Black Lives Matter é “I can’t believe I’m still protesting this shit”. É claro para todos que o racismo não é um problema novo, mas é firmemente arraigado na sociedade global, não obstante os progressos das últimas décadas. Embora pareça mais evidente o aumento da sensibilidade à essas temáticas, ainda estamos

em uma situação de estase, ou seja, nada de concreto e material é feito pelas instituições. É uma mudança que se desenvolve quase unicamente do baixo.

Em países como Portugal e o Brasil, o problema do racismo é uma doença silenciosa que não é reconhecida de maneira *oficial*: é como ter uma perna com gangrena e crer que o problema não existe contanto que seja escondida – mas se sente o cheiro. Parece tão humilhante e vergonhoso se definir racistas, que a sociedade hodierna prefere olhar para o outro lado que enfrentar o problema. Esse fato é exemplificado claramente pelas palavras do presidente Bolsonaro, que confia o seu discurso a termos evanescentes e vagos, tocando tangencialmente a questão do racismo – e, de fato, negando a existência desse fenômeno no Brasil. Schwartz explica como esse tema é um tabu: na ausência de uma política discriminatória oficial, o país nega o preconceito escondendo se “por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis”. Consequentemente, as discriminações e as desvantagens que a população negra (e mestiça) deve sofrer, são naturalizados, ou seja considerados pela posição oficial como casuais, em um país onde o racismo seria um fato “minoritário e excepcional”. Isso significa também relegar o fenômeno ao âmbito do *privado*: os racistas existiriam apenas na intimidade das suas casas, seriam um “outro” longe da nos, da sociedade *publica*.

A ocultação e a negação do problema, o seu mancato reconhecimento como tal, criam uma barreira impenetrável em frente da resolução do mesmo problema. Como poderia o Estado eliminar algo que não existe?

O mesmo se aplica a Portugal. As modalidades em que o racismo se arraigou no país foram diferentes, assim como as modalidades em que o fenômeno se manifesta. Isso porque a origem do racismo coincide com a colonização da África, e não da instituição da escravatura como no caso do Brasil. Mas o elemento que os dois países têm em comum é a firme vontade de negar o problema ao nível oficial: o racismo é algo que pode ser experimentado em cada momento e em cada lugar – pode ser sofrido, pode ser visto, pode ser ouvido. Mas para as fontes oficiais trata-se de um problema abstrato, de um problema de errada percepção. Será por causa da famosa ditadura do politicamente correto? Será um sonho coletivo?

### TEXTO 7.M2 - Informante 7

O racismo contemporâneo

Infelizmente, ainda hoje o tema do racismo é muito atual e em Portugal com no Brasil, deriva de um passado relativamente recém que de alguma maneira não se completou e não acabou, então na contemporaneidade buscam maneiras para abordar o tema e os resultados ainda são muito decepcionante. Como vimos os políticos de ambos países frequentemente adotam uma atitude de encerramento e não uma atitude mais objetiva como deveria ser por um tema tão delicado como isto. Como em muitas situações nas quais o problema não se aborda numa maneira definitiva, este permanece aberto como um ferimento que não foi curado e deixa espaço a conflitos também póstumos como vemos tanto em Brasil como em Portugal. Uma frase que me impressionou do texto da Lilia Schawrcz é esta: *“A situação aparece de forma estabilizada e naturalizada, como se as posições sociais desiguais fossem quase um desígnio da natureza, e atitudes racistas, minoritárias e excepcionais: na ausência de uma política discriminatória oficial, estamos envolvidos no país de uma “boa consciência”, que nega o preconceito ou o reconhece como mais brando.”* (\*) Este para mim é um dos problemas principais quando falamos do racismo, o seja não se reconhece o problema e não se aborda de maneira construtiva até ao ponto que se torna quase normal como algo não importante, e me parece um paradoxo pensando quão sério o problema realmente é. Como dizia ambos países se escondem debaixo dos disfrazes que não representam a realidade social dos mesmos: Portugal continua sendo ligado a uma ideia de trauma criado pela guerra colonial que oferece um apoio ao nível ideológico para a difusão de atitudes racistas e também a tentativa de ocultar o fenômeno do colonialismo sob a mitologia do “Neolusotropicalismo” o seja a intenção civilizadora dos portugueses nas colônias; por outro lado o Brasil no plano formal se apresenta como uma democracia que respeita a todos os direitos dos seus cidadãos, mas na verdade aspectos como o cor da pele, as desigualdades económicas e a raça ainda são fatores discriminatórios ocultados sob a ideia de que o Brasil tem uma sociedade democrática, multicultural e multiracial então não racista. Ambas atitudes silenciam o problema do racismo e tornam invisível uma questão que não pode ser ignorada porque cria rachaduras profundas na sociedade.

### TEXTO 8.M2 - Informante 8

A raça está por toda parte

O racismo é uma construção histórica do passado que ainda hoje persiste como um marcador social e cultural de diferenças. As discriminações raciais se afirmam no privado como se fossem categorias nativas neutralizadas pelos costumes sociais. A raça impõe etiquetas sociais às pessoas simplesmente pela cor da pele, as categorizam nas expressões diárias e nas piadas do cotidiano. As pessoas põem a questão da cor em primeiro lugar catalogando os negros como inferiores. As classes dominantes sempre procuraram inculcar como justo nas mentes das classes oprimidas o pensamento que o branco predomina sobre o negro, e essa *adequação* continua até hoje. O indivíduo que julga um outro como inferior é o primeiro que se sente inferior e para defender-se culpa a diversidade. A diferença da cor é uma questão pública mas é a primeiro fator de discriminação social que as pessoas veem na frente dos olhos. A cor preta é uma cor predominante que quando se mistura com a cor branca continua com as suas características. Por ter a raça negra uma cor forte, não deveria subir as discriminações, mas sim criá-las. O negro pode melhorar-se, tornar-se conhecido mas sempre na mente do branco será um negro. A raça, como diz Thomas Sowell, “antes de um conceito biológico, é uma realidade social, uma das formas de identificar pessoas em nossa própria mente.” No Brasil convivem duas realidades diferentes: de um lado, a descoberta de um País profundamente mestiçado em suas crenças e costumes, que o Presidente Bolsonaro fala com orgulho no seu discurso; de outro lado, um País de um racismo invisível que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação. Os brasileiros não negam a existência do racismo mas jogam essa questão ao período do escravidão. Os brasileiros têm preconceitos da raça negra, mas só poucos admitem, porque têm vergonha *de render pública* a questão, como se fosse um problema que não lhe diz respeito – um racismo silencioso. No estatuto legislativo o Brasil é uma democracia de igualdade, mas na prática o racismo sempre foi um tema muito discutido sem haver resolução até hoje. Existe uma camada popular que mistura a raça com posição social e económica. “Preto rico no Brasil é branco, assim como branco pobre é preto”. É o dinheiro que faz a cor, as condições económicas e sociais que definem a cor. Quando o preto tem muito dinheiro vem promovido para uma classe superior “branca”. Quando o branco fica pobre vem comparado a um negro, continua a ser uma discriminação porque aborda as diferenças sociais e económicas. Em Portugal, os portugueses pensam de duas formas: de um lado são patriotas, desejam uma história sem

manchas (o sangue puro) silenciam o passado da África, rejeitam os africanos. Para a sociedade portuguesa o africano e o escravo são sinónimos. De outro lado a expansão portuguesa transformou um simples povo de marinheiros em grandes colonizadores em direção ao novo mundo, isso mudou a visão do País. Portugal se transforma em um centro de civilização que promove a cultura europeia. No período da colonização as colónias viram o Países do futuro, em que se investem para transforma-las como novas Províncias de Portugal. Mas depois da descolonização nenhum português aceita os africanos em Portugal. Como diz, Tvon “*Em um preto muito português*” os africanos vem definidos através de estereótipos como: preto da guiné, preto macaco e preto que devia voltar para sua terra. Portugal como o Brasil sabem que existe o racismo, mas não querem a miscigineção.

### TEXTO 9.M2 - Informante 9

#### Racismo

Em Portugal ocorre atualmente o que chamamos de neolusotropicalismo, ou seja, o mito do lusotropicalismo (dos anos '50 por Gilberto Freyre) mudou na e com a contemporaneidade: o colonialismo português em África continua existindo no contexto contemporâneo na forma de um racismo interiorizado. A questão do racismo é uma questão pouco abordada em Portugal: alguém até acha que Portugal não é racista de nenhum lado. Como mostra também a jornalista Joana Gorjão Henriques na entrevista a Fumaça, há uma ausência de objectividade na análise do passado colonial português: por um lado há a tendência a idealizar o passado colonial (visível, por exemplo, na criação de um Museu dos descobrimentos) e, por outro lado, há uma tendência a esconder, até negar, a realidade e a brutalidade do colonialismo português em África (visível, por exemplo, na ausência de um curso sobre a história da escravatura nas universidades portuguesas). Portugal, como nação, quer ver apenas um lado da moeda. Mas, na verdade, o colonialismo português foi muito brutal e a sua **herdade** mostra-se, hoje, no fenómeno do racismo. Trata-se de um racismo escondido nas palavras e nas ações dos portugueses que, as vezes voluntariamente e as vezes involuntariamente, dizem e fazem dia a dia. Um claro exemplo do racismo interiorizado é o que mostra Tvon em *Um preto muito português*, quando na entrevista de emprego, embora fosse escrito no curriculum que o João era português, alguém lhe perguntou de onde fosse. É banal, mas significativo. Então é importante não apenas ser conscientes da consistência do racismo em Portugal, mas também reflectir criticamente sobre esse assunto para mudar a realidade: nas palavras de Tvon, “Têm que conhecer melhor o que está perto de vocês não estando.”

Quanto ao Brasil, no pensamento da Lilia Schwartz, o mito da democracia racial muda na contemporaneidade brasileira e permanece numa forma diferente: a discriminação racial em Brasil combina exclusão social e inclusão cultural. O mito da democracia racial hoje perdeu o seu carácter científico, para ganhar senso comum, e tornar-se internalizado na sociedade brasileira. E isso mostra-se na exclusão social e na privacidade das relações. A inclusão cultural permite de esconder a exclusão social: isso explica por exemplo o discurso do Presidente da República Jair Bolsonaro, que diz que o Brasil é uma nação única e que o povo brasileiro, sendo um povo miscigenado de brancos, negros e índios, edificou uma *cultura* maravilhosa e diversa. Ele fala de *cultura* e não de sociedade que, ao contrário do contexto cultural, é uma realidade muito discriminatória. Então o discurso do Presidente da República, nesse contexto, é exemplar como mostra o processo retorico que esconde o racismo interiorizado numa sociedade miscigenada. Nesse sentido, é interessante, a meu ver, o facto que os brasileiros acham que sim, existe racismo no Brasil, mas eles não são racistas: “todo brasileiro parece se sentir como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados.” - Schwartz). Certo é que ser negros é sempre mais difícil do que ser brancos no Brasil (assim como em Portugal e em todo o lugar). De facto, é fundamental a testemunha de Ferréz, que expressa bem na prática o que acontece dia a dia relativamente ao racismo estrutural no Brasil. Ele descreve a própria dificuldade de tornar-se um escritor afirmado, sendo negro e pobre, usando a palavra determinação. Isso me pareceu significativo imenso.

### TEXTO 10.M2 - Informante 10

O racismo não é um problema marginal

O problema do racismo atinge o mundo inteiro e, infelizmente, ainda está muito ancorado na sociedade.

Quando eu vivia em Turim, eu costumava ir às compras no mercado de Porta Palazzo, um lugar maravilhoso, colorido e perfumado que, graças às barracas de produtos que vieram de quase todo o mundo, te fez viajar. Mas quando eu falava com as pessoas, muitas vezes as ouvia dizer “Oh meu Deus, mas Porta Palazzo está cheia de extracomunitários!” e eu queria saber “Então?”

O problema com a nossa sociedade é que considera a cor da pele relevante, que as pessoas têm medo do que eles acham que é diferente deles e criticá-lo. Essa breve e triste história nos leva a reflectir sobre o tema dos preconceitos sociais. O racismo não é um problema marginal nas sociedades contemporâneas e não é, de modo algum, um assunto *arrumado*.

Pertencer a uma etnia diferente da aquela branca leva à exclusão da sociedade. Como também afirmou a jornalista Joana Gorjão Henriques, existe um problema cultural ligado à formação dos indivíduos: «os livros não ensinam a violência racial que se exercem, o apartheid que existiu, os factos de trabalhos forçados (...) não ouvimos a história das pessoas discriminadas».

Ela trata este tema no seu livro *Racismo em Português, o lado esquecido do colonialismo*, onde se pergunta por quanto tempo vai ser patrocinada uma narrativa do bom colonizador português que não discriminou porque se misturou com as populações locais, quando sabemos muito bem que não foi assim. Até quando iremos contribuir para uma mentalidade acrítica sobre um dos fenómenos mais violentos da história? O colonialismo português, raramente visto como um sistema racista, não é questionado como tal. Prova disso é que os portugueses continuam a falar de si próprios enquanto descobridores e enquanto povo integrador. Mas o colonialismo português foi um regime racista, um sistema que discriminava pela cor da pele.

O antropólogo e etnógrafo Patrick Wolfe afirmou que a produção histórica de distinções raciais e a sua ativação política, legal, moral, social e económica produziram diferentes «regimes de raça». As lógicas discriminatórias de «inclusão versus exclusão, exploração versus privilégio, pureza versus perigo» ainda hoje perduram.

No livro *Um Preto Muito Português*, Tvon explica como «no fundo a cor é uma nação mais do que o país onde tu nasce». O livro é o seu grito de revolta contra o preconceito e representa a realidade de muitos afrodescendentes.

Isabel Castro Henriques, em *De escravos indígenas*, propõe-se como objetivo uma renovação historiográfica relativa às relações entre Portugal e África e, sobretudo, a evolução do processo de instrumentalização portuguesa dos Africanos, que recorre a categorias classificatórias de selvagem, indígena, assimilado.

Surge uma pergunta: como se manifestam as desigualdades raciais em Portugal?

- A justiça em Portugal é “mais dura” para os negros: magistrados e outros agentes do sistema judicial reconhecem que há duas justiças, uma para negros e outra para brancos;
- Há uma preferência “óbvia” dos senhorios em arrendarem casa a brancos: a segregação aumentou na área de Lisboa; três dos cinco supostos senhorios não trataram clientes de forma igual;
- Em circunstâncias iguais no emprego, há preferência pelos brancos, mostram estudos.

Estes são só algumas das injustiças raciais.

Necessitamos de corrigir as desigualdades sociais e o racismo estrutural em Portugal.

«(...) a democracia nos deve representar todos (...) não há democracia, sem igualdade racial» (J. G. Henriques).

Há duas mitologias que ocultam o fenômeno do racismo: a primeira é aquela portuguesa do neo-lusotropicalismo, ou seja, a ideia que o Portugal foi um bom país colonizador, porque a sua colonização foi uma civilização que criou mundos portugueses no mundo. Hoje em dia, esta mitologia sobrevive nas mentalidades dos portugueses. A segunda, foi a mitologia brasileira da existência, como Bolsonaro declarou no discurso que nos ouviremos, de uma democracia racial. Em 1838 o IHGB lança o concurso *Como escrever a história do Brasil*. Este foi ganho por um estrangeiro, Karl Von Martus, que defendeu a tese que o Brasil era sim uma mistura, mas com hierarquia: brancos, vermelhos e negros. Em 1933 Gilberto Freyre lança *Casa-Grande e Senzala*, que refletiu o mesmo modelo e que foi um grande sucesso. No 1950 o UNESCO criou um programa para demonstrar esta tese da democracia racial: o sociólogo Florestan Fernandes, mostrou que, na verdade o brasileiro tinha um tipo muito particular de racismo: «o brasileiro tem preconceito de ter preconceito», ou seja, o brasileiro tinha preconceito, era racista, mas negava todo. Lili Schwartz refere-se a democracia racial como a uma “ladainha”. No seu livro *Nem preto nem branco, muito pelo contrário* ela discorre sobre as origens do mito da democracia racial do Brasil. «No Brasil, a questão do preconceito racial é tão complexa que parece desafiar a própria objetividade dos números. Em uma pesquisa realizada em 1988, 97% dos entrevistados afirmaram não serem racistas, mas 98% deles declararam conhecer alguém que fosse». No Brasil há um racismo peculiar: negado publicamente, praticado na intimidade.

Um livro que eu gostaria de recomendar é *There There*, de Tommy Orange, um autor nativo americano que aborda o problema de ser nativo americano. A nação muda, mas o foco do discurso não. De fato, no romance o autor nos conta que os “urban indians” (indígenas urbanos) são chamados *apples* (maçãs), porque são vermelhos por fora e brancos por dentro. Mais uma vez, a cor da pele mostra-se um marcador social e motivo de discriminações.

### TEXTO 11.M2 - Informante 11

O problema do racismo

‘Sou daltônico: todos têm a mesma cor.’ Esta declaração, feita pelo presidente Bolsonaro em 20 de Novembro de 2020, é emblemática de uma relutância generalizada no Brasil em admitir a presença do fenômeno do racismo como um problema que caracteriza a contemporaneidade brasileira. A atitude do presidente, compartilhada por uma grande parte da população, evidencia a presença de ‘um racismo silencioso que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação’ (Lília Schwartz, *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário*). No plano formal e institucional, o Brasil apresenta-se como uma democracia respeitosa dos direitos formais e da dignidade de todos os seus cidadãos, mas na verdade a situação é bem diferente. A presença de marcadores sociais com a cor da pele, a desigualdade econômica e a raça faz com que neste país a discriminação, nas suas formas diferentes, permaneça arraigada na mentalidade e nos comportamentos dos brasileiros, mas numa maneira ocultada e, portanto, muito mais perigosa.

A insistência na definição desta nação como ‘democracia racial’ mostra a necessidade para os poderes constituídos de fechar os olhos à realidade para fazer com que a desigualdade e as hierarquias permaneçam inalteradas, e o poder se mantenha nas mãos de uma restrita elite de brancos ricos. Como defende Lília Schwarz: ‘raça persiste como representação poderosa, como um marcador social de diferença — ao lado de categorias como gênero, classe, região e idade, que se relacionam e retroalimentam — a construir hierarquias e delimitar discriminações.’

Todavia, este fenômeno não é uma especificidade exclusiva do Brasil: encontra-se também em Portugal, onde se configura de maneira diferente e é determinado por outras razões, mesmo apresentando traços comuns com o racismo brasileiro. Assim como no Brasil, em Portugal o racismo é ocultado sob uma aparência de tolerância e igualdade que nada tem a ver com a evidência empírica dos fatos. O ‘fantasma’ do passado colonial, ainda não reelaborado e reconfigurado numa memória compartilhada, continua assombrando o presente do Portugal, e faz com que o trauma da guerra colonial ofereça um apoio ideológico para a difusão de atitudes racistas. A mitologia do ‘Luso-tropicalismo’ inscreve-se perfeitamente neste discurso: trata-se da tentativa de apresentar o fenômeno do colonialismo sob a aparência de um ‘modelo civilizador’, o qual teria como objetivo principal a promoção da cultura portuguesa nas colônias e a ‘civilização’ dos povos indígenas.

Tanto o modelo da ‘democracia racial’, quanto o fenômeno do Luso-tropicalismo visam, para além das aparências, silenciar o problema do racismo, tornando invisível a questão da discriminação e da falta de direitos sociais efetivos para as categorias subalternas. Ocultar estes fenômenos significa, portanto, perpetuar uma sociedade baseada na desigualdade e na rejeição do ‘outro’, uma sociedade onde as diferenças de cor, sexo, classe etc. tornam-se marcadores sociais e contribuem para o fortalecimento do poder constituído.

### TEXTO 12.M2 - Informante 12

Racismo contemporâneo

O racismo é um problema que, ainda no presente, abrange a realidade sociocultural brasileira e portuguesa, mas, por causa da sua contemporânea natureza silenciosa e camuflada pelas instituições, pode parecer uma questão resolvida. Em *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*, Lília Schwarz explica porque o racismo de hoje no Brasil pode ser definido silencioso e estrutural: ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a outro e, por isso, parece que todos os brasileiros se sentem como uma ilha de democracia racial rodeada por racistas. O fato do povo reconhecer a existência do racismo ao redor deles - além dos dados (só 15% da população negra chega à universidade e os negros terem o 80% de possibilidade mais do que os brancos de serem incriminados) que confirmam sua maciça presença - justifica a definição “racismo estrutural”, o qual se encontra tão arraigado na percepção social dos brasileiros que acaba por se tornar invisível. O racismo se esconde atrás de uma inclusão aparente (na qual se encontram aspectos como a exaltação da mestiçagem que cria uma cultura exótica, fonte de orgulho no momento da exportação dela



para o exterior) que faz com que o brasileiro quase se esqueça de que os direitos, com respeito a trabalho, lazer, nascimento, morte, são privilégios dos brancos. Essa aparente inclusão, cujo reverso é inevitavelmente a hierarquização social com conseguinte afastamento da alteridade, é apoiada em leis que deveriam garantir a igualdade entre seres humanos e o que acontece é que o racismo é relegado para o âmbito privado, não é regulado pela lei, não se afirma publicamente. Relativamente ao que acabei de mencionar, é significativo citar as palavras que o presidente Bolsonaro pronunciou no seu discurso no dia 20 de novembro de 2020, depois da morte de um homem preto por seguranças: “Não existe uma cor da pele melhor do que as outras”. Bolsonaro nem fez referência ao acontecido, deixando o fato cair no esquecimento e aproveitando a ocasião para afastar o racismo da dimensão cotidiana da realidade brasileira e colocando-o assim numa esfera longe daquela pública. A atitude de Bolsonaro exemplifica exatamente quanto afirmou a Schwarcz, argumentando que o conceito de raça está presente em qualquer âmbito do dia a dia com a única exceção dos discursos oficiais. Resumindo, sempre de acordo com as palavras da Schwarcz, o racismo hoje, no Brasil, pode ser descrito como um fenômeno social que admite discriminação apenas na esfera privada, difunde igualdade nas leis, mas impõe desigualdade nas condições de vida sendo ao mesmo tempo assimilacionista no plano da cultura. Além disso, é preciso lembrar que o racismo contemporâneo afunda as suas raízes na escravidão e no colonialismo e a atual condição de inferioridade na qual os pretos vivem no Brasil e no Portugal é o fruto da herança histórica do império colonial: como se lê em *Do escravagismo ao racismo*, os portugueses antes banalizaram a escravidão desvalorizando o homem africano e, mais tarde, com o sistema colonial, legitimaram a inferiorização dele. No Portugal, por exemplo, como é visível em *Um preto muito português*, o resultado é uma realidade cotidiana contemporânea ainda caracterizada por uma rejeição do preto descendente de africanos. O autor escreve: “Era tudo tão normal como eu ser estrangeiro na terra que imparcialmente me pariu” ou “Sou problemático porque não me enquadro em nenhum dos cenários que as estatísticas me querem meter” e essas palavras descrevem muito bem o que produziu a política de invisibilização do africano colonizado, cuja cultura foi desmantelada e, ao mesmo tempo, lhe foi impedido o acesso à cultura do colonizador.

### TEXTO 13.M2 - Informante 13

#### Racismo

Antes de escrever, procurei notícias de actualidade que aconteceram recentemente em Portugal e no Brasil. Li de Centros Educativos em Lisboa vandalizados com mensagens xenófobas, da carta recebida por Mamadou Ba, director de uma organização anti-racista em Lisboa, na qual se lia uma ameaça de morte dirigida a ele e a “todos os estrangeiros e anti-fascistas”, ou da morte de um actor negro, Bruno Candé.

A Rede Europeia Contra o Racismo (ENAR) traçou o aumento dos ataques racistas às eleições de outubro de 2018, quando um partido de extrema-direita, o Chega, reapareceu em Portugal.

O que significa um evento como este?

Se o líder de um partido de extrema-direita conseguir um assento no parlamento, ativistas de direita se sentem encorajados a cometer crimes de ódio racialmente motivados contra as pessoas de cor\*. As suas posições privadas são de alguma forma reconhecidas publicamente, e a falta de respostas das instituições apenas reafirma o seu sentimento de impunidade.

Após o assassinato de Candé, alguns grupos antifascistas portugueses realizaram a maior manifestação anti-racista do país, à qual André Ventura respondeu com a declaração "Portugal não é racista".

A mesma frase foi pronunciada pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão, e uma posição semelhante foi tomada pelo presidente do Brasil Jair Bolsonaro quando, durante uma conferência em novembro de 2020, disse: “Sou daltônico: todos têm a mesma cor” falando sobre o massacre de João Alberto Silveira Freitas, um homem negro morto por dois guardas de um shopping center em Porto Alegre.

O 75% dos assassinatos são dos negros, e não há uso leis impecáveis e juízes severos.

O 97% de um grupo de entrevistados em São Paulo em 1988 disseram que não tinham preconceitos contra os negros, mas 98% disseram que conheciam alguém que os tinha.

E no contexto real, *nel* Censo de 2010, pode-se notar como mais de 50% da população negra em idade para trabalhar ganha menos de dois mínimos, só 15% da população negra chega à universidade, e os negros têm 80% de chance a mais do que os brancos de serem incriminados.

É por isso que falamos de racismo estrutural, tão inerente à sociedade que preferimos fingir que não o vemos, e de democracia racial, assim definida por Gilberto Freyre.

Na concepção das pessoas é como se o racismo fosse uma peculiaridade apenas do passado, do período escravocrata, e quando é reconhecido no tempo presente, quando sua existência não é negada, sua prática é sempre atribuída a “outro”. Isso é chamado racismo silencioso.

Apesar das tentativas de limitar a raça a um conceito taxonômico e meramente estatístico, ela permanece “uma realidade histórica e social, uma das formas de identificar pessoas em nossa própria mente”, como diz Thomas Sowell.

A percepção geral dos brasileiros não está tanto relacionada à discriminação da cor da pele, que se torna uma condição transitória e errática, quanto à discriminação de classe entre ricos e pobres. Diz um ditado popular: “Preto rico no Brasil é branco, assim como branco pobre é preto”, e talvez sejamos levados a pensar que “Somos racistas, mas nosso racismo é melhor, porque mais branco que os outros”.

São as leis que indiretamente impõem desigualdade nas condições de vida, são ignoradas limitações dadas pela pobreza, pela violência cotidiana, e embora a questão da raça seja considerada um assunto privado, ela ainda interfere na ordem pública.

A questão racial é profundamente interseccional no Brasil, porque implicitamente a cor da pele combina com prestígio e com lugar social.

Vemos tanto um processo de inclusão e exclusão, porque na música e esportes parece não haver diferenças, mas se investigamos nos locais de trabalho, em teatros ou restaurantes de luxo, claramente estes são lugares onde a população branca está concentrada. Isso foi normalizado pela população local, mas não passa despercebido entre os turistas.

Este é um exemplo de exclusão social e de assimilação cultural, um processo em que um indivíduo ou um grupo abandona a sua própria cultura e tenta assumir a dominante, mas sem receber um verdadeiro reconhecimento social da sua própria identidade.

De fato, em 1930, a miscigenação tinha sido feita o símbolo do Brasil, e é precisamente esse aspecto que é um dos primeiros que se destacam aos olhos do estrangeiro. Também é verdade, porém, que por trás da fachada alegre e despreocupada, o Brasil esconde a infâmia de ser conhecido pelas favelas, pelas drogas e pela grande violência. É um país onde a segurança alimentar é comprometida pelo desmatamento contínuo e agricultura baseada em monoculturas, hospitais são muitas vezes inacessíveis, instalações privadas são muito caras, e as favelas muitas vezes não têm pessoal qualificado.

\*Quando falo de *peças de cor*, refiro-me a qualquer pessoa não branca.

#### TEXTO 14.M2 - Informante 14

O racismo, problema global

Não é preciso ter lido ensaios e pesquisas sobre o tema para saber que o racismo é um problema global. No nosso presente o tema da discriminação racial é como nunca relevante, como demonstram as notícias recentes sobre os crimes cometidos por polícias contra pessoas negras e as subsequentes manifestações do movimento *Black Lives Matter*, que teve correspondências em muitos países. Contudo, apesar de ser uma questão que cruza as fronteiras, cada país tem um racismo diferente, pois diferentes são as raízes históricas desse fenômeno. Brasil e Portugal podem ser representantes de duas tipologias particulares de racismo, determinadas pela história colonial que relaciona os dois países, na oposição entre Europa e o assim-chamado “Novo Mundo”.

Como afirma Lília Schwarcz no seu texto *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*, o Brasil é representado no mundo ao mesmo tempo como o “país da mestiçagem”, onde não existe discriminação racial, e como o país das favelas, das drogas e da violência. A primeira imagem de um país caracterizado por uma harmonia entre as raças é relacionada com o mito da democracia racial, que desde o fim da Segunda Guerra Mundial tem circulado, mais ou menos conscientemente, na imaginação coletiva, por dentro e fora das fronteiras do Brasil. Na verdade, a democracia racial continua sendo um mito, mesmo que no país o racismo não seja afirmado pelas instituições como aconteceu na África do Sul: o racismo brasileiro é, de fato, um racismo movediço, pois movediça é hoje a distinção entre “brancos” e “negros”. A “linha de cor” na sociedade brasileira atual é cada vez mais difícil de determinar, pois a cor da pele mesma não é mais um indicador que define quem são as pessoas privilegiadas e discriminadas. Agora o que realmente determina a discriminação é a condição social e econômica, pois as pessoas ricas que ocupam posições de poder são privilegiadas independentemente da cor da sua pele, enquanto no outro lado existem as realidades de pobreza e violência nas favelas descritas por Ferréz no seu *Manual prático do ódio*.

Em Portugal, pelo contrário, o racismo é mais tipicamente “europeu”, mesmo que o país seja caracterizado por muita miscigenação. A atitude internalizada pela coletividade é caracterizada por outro mito, desta vez típico de um antigo país colonizador, o assim-chamado “neo-lusotropicalismo”, que defende a ideia de que o império colonial português foi construído sobre as bases de uma relação fraternal entre os colonizadores brancos e os escravos negros. Se essa mitologia fosse verdade, hoje o racismo em Portugal não deveria existir: depois da abolição da escravatura deveriam ter permanecido somente relações de amizade entre as raças. A realidade, porém, é muito diferente. Como no Brasil e em muitos outros países, em Portugal a pobreza corresponde na maioria dos casos à cor escura da pele, como descreve a escritora Tvon no seu livro *Um preto muito português*: “Quem disse que em Portugal não há **ghettos**? [...] Barracas sem iluminação, sem água potável? Bairros onde essencialmente habitam pessoas com a mesma etnia? Onde se acumulam os imigrantes pobres?”. Para além disso, continua existindo a mesma discriminação que encontramos também na Itália: não parece possível conceber que um português possa ser negro, ou aceitar que possa se reconhecer em mais do que uma só identidade nacional.

Em ambos os países, portanto, mesmo que sejam caracterizados por realidades muito afastadas e tipologias diferentes de racismo, a conclusão é a mesma que une todos os países: ser negro, ou pertencer a um grupo étnico diferente daquele dos “brancos”, significa não ter um lugar na sociedade. Não importa há quanto tempo essas pessoas pertençam às sociedades onde se encontram, ou quanto enraizada nas identidades delas seja a nacionalidade do país onde vivem: vão sempre ser postas em questão por brancos que vão olhar para elas do alto do seu privilégio.

#### TEXTO 15.M2 - Informante 15

Raça: problema o projeção?

O racismo é elemento arraigado em toda cultura e país, mesmo que haja bem difundida a tendência a não declarar essa forma de pensamento devido ao estigma de fachada: é ruim dizer *sou racista* mas se fecha um olho perante as ações racistas. Eu acredito que tudo isso é o resultado de uma longa tradição racista, enraizada nas Histórias dos países: seja o colonialismo português na África, seja a escravidão no Brasil.

A presença da diversidade num país não elimina o racismo, os dois podem conviver também de forma silenciosa: as palavras tolerantes das instituições – e utilizo a palavra tolerância exatamente no sentido de tolerar a presença do outro sem aceitá-lo ou inclui-lo realmente – escondem um racismo persistente na dimensão individual mas silencioso na sua expressão pública. Quero dizer: é o indivíduo que usa ou sofre racismo, na dimensão privada do ser humano, porque na dimensão pública ninguém quer aceitar a presença do ódio racial porque não é “socialmente aceitável”.

O que um tempo foi o colonialismo, com a sua visão do negro e da alteridade, reflete-se no pós-colonialismo do nosso presente: o ato de colonizar – mesmo sob a bandeira da civilização – levou consigo o desprezo pela raça inferior, a raça do *preto*, do negro de acordo com o *politically correct* hodierno. O pós-colonialismo é bem visível sobretudo a nível social, econômico e institucional: se no passado os negros eram escravos, agora têm como única possibilidade de trabalho a fadiga e como perspectiva a estagnação social – impossibilidade de chegar até cargos prestigiosos, impossibilidade de aceder à instrução de grau superior, impossibilidade de participar nas instituições – impossibilidade é a palavra-chave para resumir a vida deles.

No silêncio das instituições, as mesmas que deveriam defender os mais vulneráveis, a única solução para quem é vulnerável é o rechaço: o rechaço de si mesmo, da cor da própria pele, das feições que são um indelével passaporte.

Recusar-se para não ser recusado.

A única solução para os verdadeiros herdeiros dessa tradução escravista e colonialista, os negros e os filhos deles, não é a concessão da cidadania, não é ser português – o brasileiro – há gerações até no papel: não, a solução é a invisibilidade. Ocultar o racismo para debaixo do tapete, como fosse pó, significa distorcer a História para que se possa ocultar também quem é diferente. Basta uma palavra

para adoçar a História e as suas implicações desagradáveis: mas, essa, é a mesma palavra que desembaraça a violência silenciosa e cotidiana.

Essa palavra é tolerância. Tolerar não é, nem nunca será, aceitar: aceitar que realmente a diferença é uma classificação imposta pelas ações dos atores do nosso passado, que somos nós os que devem aceitar que não há diferença nenhuma se acolhemos a diferença como *normal*, como justa.

As palavras de Bolsonaro são os pensamentos de muitos e só traduzindo essas palavras de *tolerância* com a lente crítica do pós-colonialismo, da pós-escravidão, pode-se falar de democracia: uma democracia nem sequer racial, uma democracia sem cores nem adjetivo nenhum.

## ANEXO 1.3 - Textos do Módulo 3

### LITERATURA E GUERRAS COLONIAIS

#### TEXTO 1.M3 - Informante 1

Murmúrios de experiências coloniais

Com o mapa “Portugal não é um país pequeno” de 1934 Portugal quis demonstrar como o próprio império era grande tanto quanto a Europa inteira: aqui vê-se a atitude típica de Portugal de imaginar-se como uma grande potência colonial, imaginando a sua grandeza na realidade da sua marginalidade.

O fim da guerra colonial para Portugal significou o fim de uma época de relação com o mar e com um mundo africano que sempre deixou a Europa fora da própria ótica. Acabar com esse mundo significa redimensionar a própria imagem de império que não existe jamais, significa redimensionar a própria realidade de país marginal e periférico, tentando reintroduzir a própria cultura no espaço europeu. Todavia, o fim de uma época não significa eliminá-la completamente e deixar de lado o próprio passado: Portugal precisa de fazer as contas com o próprio passado para processar a perda do império africano. O que acontece, na verdade, é mesmo o contrário, como demonstra o caso da entrevista que vimos na aula, no que a guerra colonial foi definida guerra defensiva para negar a real entidade da guerra colonial. O facto de não ter uma historiografia sobre a guerra colonial é relevante nesse sentido, porque manifesta a falta de elaboração e de aceitação do passado. Mas onde não chega a história chega a literatura que tem, nesse contexto, o papel de elaboração de um trauma quer individual quer coletivo. A narração de algo já é por si a sua própria afirmação de existência. Alguns dos exemplos de literatura da guerra colonial que tem um papel testemunhal e terapêutico são *Os cus de Judas* por António Lobo Antunes e *A costa dos murmúrios* por Lídia Jorge.

Em *A costa dos murmúrios*, por exemplo, o papel testemunhal aparece com a fotografia, que não é nada subjectivo ou individual, mas prova a realidade assim como é: na película fotográfica está fixada a brutalidade dos portugueses e do próprio colonialismo, sem a possibilidade de negação e sem mostrar uma realidade deformada como a do indivíduo ou de Portugal. A fotografia então poderia ser concebida nesse contexto como uma espécie de murmúrio da guerra, o único murmúrio que fica além da testemunha literária.

Em *Os cus de Judas*, o protagonista conta a própria história da dor que sentiu na perda da Sofia nesse fluxo de consciência e sobretudo tem o sentimento da guerra como irrealidade, como uma espécie de fantasma: “Tudo é real menos a guerra que não existiu nunca: jamais houve colónias, nem fascismo, nem Salazar, nem Tarrafal, nem PIDE, nem revolução [...]”. No retorno para Portugal, o soldado tem então a sensação de ter vivido um sonho, ou melhor um pesadelo ambientado na África que, uma vez acordado, não passa, mas fica na cabeça deles o tempo todo.

#### TEXTO 2.M3 - Informante 2

A literatura como ferramenta fundamental

Ainda hoje em Portugal, não obstante os testemunhos, não existe um pato social para a construção duma memória comum sobre o tema da guerra colonial, que representa uma parte importante do passado problemático de Portugal na realidade nunca abordado. Muitas memórias daquele período estão em risco a causa dos traumas de um evento tão grave e é lá que a literatura nos pode ajudar, ou seja **se apresenta** como outro arquivo para salvar estas memórias e ser uma alternativa com respeito a história muito contaminada não só pelos traumas da guerra, mas também pelo espectro do colonialismo. Existe uma **diferença** na literatura da guerra entre textos reflexos de uma experiência próxima ao campo de batalha e textos consequência e hoje o que fica é um fortalecimento dos textos consequência e uma diluição dos textos experiência, mas também encontramos uma distinção entre duas narrações distintas do mesmo tema ou seja obras literárias de soldados portugueses que participaram na guerra ou dos seus familiares e, pelo outro lado, dos africanos que lutaram para a independência; estas são na verdade todas fontes fundamentais de que precisamos para ter um quadro mais completo possível sobre o que aconteceu nesse passado ainda muito pouco transparente. *Si* pensamos no texto de António Lobo Antunes por exemplo vemos a perspectiva de alguém que viveu uma experiência direta, que deixou um ferimento na sua alma e que este nunca se vá a fechar; ele não sente nenhum orgulho patriótico e, na tentativa de mesclar a literatura com a experiência, ele quer dar uma representação o mais completa e plena possível do o que foi a guerra, os traumas que deixou nas pessoas e com isso não negar o esconder nada. Por outro lado, temos o texto por exemplo de Agostinho Neto no que a narração é completamente distinta; é evidente que estamos do “lado africano” da história e que se abre o caminho a uma sensibilização do leitor para a necessidade do homem negro de reivindicar os seus direitos; inicialmente ele utiliza a negação como estratégia para poder dar mais força a afirmação final que representa a verdadeira toma de consciência do valor da sua raça e que ele intenta reivindicar na literatura. Estes são só *duos* exemplos que nos ajudam a demonstrar qual é o valor da literatura como ferramenta fundamental na construção de uma memória coletiva sem filtros, com a qual se intenta superar um trauma e nunca mais esconder o que realmente passou; na construção da memória obviamente todos os pontos de vista são importantes tanto os de os soldados portugueses como os dos africanos, tanto das mulheres como dos outros familiares que tal vez não participaram diretamente, mas ajudam a transmitir essa memória e a quebrar o silêncio.

**TEXTO 3.M3 - Informante 3**

Herança e potencialidade do passado

Ainda hoje em Portugal é visível, em formas mais subtis, o sentimento de saudade pela *idade* colonial. É visível nos monumentos que estão na rua, nas montras das livrarias. Muitos lugares culturais de Portugal, ou pelo menos da cidade de Lisboa, remetem à idade colonial, aos descobrimentos, à grandeza do Portugal como potência colonial. Mas há uma discrepância bem grande entre esta atitude nostálgica quase pitoresca, e a realidade contemporânea. Na minha experiência em Lisboa teve a possibilidade de constatar que as pessoas negras que vem das ex colônias portuguesas, a maioria das vezes não são plenamente incluídas na sociedade. E quando a discriminação não é evidente, é implícita (como já vimos em *Um preito muito português*)

Pode ser que esta atitude de alguma maneira seja uma continuação da relação colonial que havia uma vez entre Portugal e África: um dos dois países mantém a subalternidade ao outro, para lá das fronteiras territoriais. A herança do passado colonial em África tal vez é um presente que ainda tem elementos coloniais de subalternidade. Mas a potencialidade desta herança pode ser grande. A elaboração coletiva desta parte da história portuguesa pode ser ponto fundamental para a **criação** de um Portugal ainda mais multicultural e verdadeiramente inclusivo.

Acho interessante que o fato de Portugal não ter elaborado o seu passado colonial em África seja *simil* ao problema italiano. Nós também temos um passado colonial em África que nunca temos elaborado, e que hoje uma pequena parte da nossa *população* tenta reconstruir através da literatura (refiro-me a escritoras e escritores como Igiaba Sciego, Gabriella Ghermandi, Cristina Ubah Ali Farah, Wu ming2, que *trouxeram* testemunhos literários— diretos o indiretos - para a **criação** de uma memória histórica assente no nosso país). No caso de Portugal tornam-se fundamentais, além dos outros, os testemunhos, de autores africanos que, como Craveirinha e Neto, dêem voz direta ao silêncio da história.

**TEXTO 4.M3 - Informante 4**

A narração da guerra através da literatura

Na minha opinião, o tema da guerra colonial se liga, não apenas à dimensão da memória pública mas também à dimensão identitária de Portugal.

Este país foi marcado, desde sempre, por uma relação, eu diria, inextricável entre fragilidade ôntica (que se faz no plano do real) e força ontológica (que remete para o plano do imaginário); no meio dos dois há um só elemento marcante que é o Império. De facto, o império constitui uma espécie de diafragma do imaginário que filtra a história de um país litoral e marginal, na tentativa de manter junta esta dupla identidade, esta hiperidentidade de país europeu não hegemônico, espalhado no espaço imperial, que é ao mesmo tempo metrópole e colônia, centro e periferia, através de uma operação poderosa que é a mitologização da realidade nacional. Acho fundamental sublinhar este aspecto para poder entender também a dualidade de atitudes face ao tema da guerra colonial.

Nesta análise, vou focar a minha atenção sobre duas obras, o romance de António Lobo Antunes “*Os Cus de Judas*” e o livro de Paulo Faria “*Estranha Guerra de uso comum*”. As duas obras constituem dois exemplos bem distintos de literatura sobre o tema da guerra colonial, porque foram publicados em épocas bem distantes e por indivíduos que apresentam experiências diferentes: se no caso de Lobo Antunes estamos perante a um romance de ficção escrito por uma testemunha da guerra que produziu, para usar as categorias de Margarida Calafate de Ribeiro, um texto reflexivo, no caso de Faria o autor não fez experiência direta da guerra, contudo, tenta falar dela dando origem a um texto consequência.

Aprofundando a leitura, encontrei alguns elementos comuns que é possível remeter à várias combinações antagônicas:

- 1) quem apaga a guerra colonial ao declarar que nunca houve uma e quem não fala sobre ela;
- 2) quem olha para a guerra como um momento de saudade e quem a considera um trauma;
- 3) quem mandou a guerra e quem teve que cumprir as ordens.

No que diz respeito à primeira categoria, acho que é preciso distinguir entre uma atitude geral, que se espalhou ao longo das décadas, de abnegação total da guerra colonial em África defendida por todas aquelas subjetividades que, por fim, tiveram que enfrentar os factos, ou seja, o esgotamento do mito imperial e quem, pelo contrário, combateu naquela guerra e ali, com “*o aroma de cadáver que traziam consigo*” ficou marcado para sempre.

Nas páginas que tratam da dramaticidade da guerra colonial, me parece reler, reviver essa sensação de estranhamento, de absurdidade, de fractura e de choque que as tropas viveram na primeira guerra mundial. Eu me permitiria dizer que, em termos de sofrimento humano, a guerra colonial foi para Portugal o que a primeira guerra mundial foi pelas nações europeias que desempenharam um papel ativo nela. A volta para casa significa a dissolução daquela *camaradagem de generosidade falsa* que unia os mesmos homens na terra de África, a ascensão do cinismo, tentando procurar novos sentidos, novas formas de sobrevivência nas velhas cidades de origem (que pelo contrário, ficam iguais) e no silêncio do que aconteceu, porque o tamanho da dor, dos traumas, das imagens dos massacres e do companheiros mortos é tão grande que, de certo modo, lhe impede contá-lo. Isto é o que sofre tanto o narrador de “*Os Cus de Judas*” que o pai no livro de Faria.

Diametralmente, se observa uma espécie de tumulto nostálgico para a guerra, ou melhor, para o que a guerra colonial e África representavam e ainda representam no imaginário comum; eu acho que este tipo de percepção pertença a quem não viveu a guerra e fica travado nas narrações tradicionais e fantasmagóricas de um passado ilustre. Quem fez experiência direta na guerra, ou mesmo quem não a combateu mas continua sofrendo as consequências traumáticas que o fim do colonialismo político português decretou, está procurando vozes e arquivos alternativos à história contada até agora.

Na “*Sétima carta ao pai*”, o filho conta muito bem como perante ao silêncio do pai, ele tentava procurar qualquer pormenor, qualquer coisa para despertar a atenção dele, para impressioná-lo a todo o custo, enquanto o pai ficava sempre sério, quase mudo. O menino prova de saber muito bem que não é oportuno fazer perguntas ao pai, sobretudo se se trata de qualquer coisa que possa remeter à guerra.

“*Pensei em perguntar-te [...]. Mas acabei por não te contar nada, guardei a história para mim. Desistiria de tentar fazer-te rir ou arregalar os olhos, sequer.*”

Mas há uma frase que acho emblemática e se refere ao episódio em que, o pai do colega conta ao nosso menino, quando encontrou o pai dele em companhia de uma jovem mulher:

“*Mas fiquei calado, não valia a pena emendar a fantasia daquele homem. Ele parou numa esquina conveniente [...].*”

A esquina conveniente representa não apenas o posicionamento daquele homem em respeito ao que acaba de contar, não apenas o posicionamento ainda duvidoso do filho, tentando traçar a figura do seu pai, mas, mais em geral, o posicionamento da retórica e da ideologia que a política tem usado na construção do discurso colonial e pós-colonial. A obra de Faria me parece que tenha o poder de ultrapassar o texto e as suas dinâmicas para aspetos que se encaixam em um quadro mais amplo de debate; reconstruir o puzzle da figura do pai significa recuperar e reconstruir um passado em que, desde muito tempo, muitas perguntas ficaram caladas, mas cuja respostas existem e aumentam, ainda mais o próprio vigor na consciência coletiva.

### TEXTO 5.M3 - Informante 5

A experiência da guerra colonial na literatura de colonizadores e colonizados

No romance *Os cus de Judas*, onde António Lobo Antunes fala sobre a sua experiência como militar em Angola durante o período da guerra colonial, o que emerge da sua rememoração deste passado traumático é, em primeiro lugar, a absurdidade da guerra. Antunes expressa a completa falta de sentido de uma guerra que ele foi obrigado a combater, uma guerra sem ideais, sem razão, uma guerra que esvazia as pessoas da própria humanidade e deixa só um invólucro inerte, que não consegue se retomar dos horrores vividos. Apesar da passagem do tempo, ele se sente ‘um peixe morto neste aquário de azulejos’, cuja vida parece ‘um ritual diário entre o espelho e o bidê no desânimo com que os defuntos se movem, talvez, por sob a terra, fitando-se uns aos outros com pupilas de inexprimível terror.’ A guerra o tornou numa espécie de relíquia humana, sem objetivos nem sentimentos, e que carrega sobre si o fardo de um trauma inexpressável. A dificuldade de compartilhar uma experiência tão intensa e dolorida se percebe no ‘torturante pânico’ do autor ‘de não ser capaz, de não lograr traduzir em palavras o que me apetecia berrar aos ouvidos dos outros’.

Todavia, Antunes tenta manifestar, através deste monólogo ininterrupto onde reflexões e memórias se misturam e se entrelaçam, a irracionalidade da guerra colonial, ditada por uma lógica que coloca o projeto imperialista antes das vidas humanas. Ele denuncia, através da sua obra literária, a retórica sem conteúdo da propaganda colonial e as suas consequências desastrosas:

‘Eu odiava, Sofia, os que nos mentiam e nos oprimiam, nos humilhavam e nos matavam em Angola, os senhores sérios e dignos que de Lisboa nos apunhalavam em Angola, os políticos, os magistrados, os policiais, os bufos, os bispos, os que ao som de hinos e discursos nos enxotavam para os navios da guerra e nos mandavam para África.’

Um sentimento totalmente oposto predomina no *Poema do futuro cidadão*, do poeta moçambicano José Craveirinha, onde o entusiasmo dos combatentes que venceram a guerra de independência é expressado através do desejo da construção de uma própria identidade política e cívica. O poeta apresenta-se como representante de uma comunidade que reúne as vozes silenciadas dos africanos que lutaram pela própria liberdade (‘tenho no coração gritos que não são meus somente’) e defende a necessidade da criação de uma ‘nação que ainda não existe’. Ele considera os próprios compatriotas como ‘irmãos’, que não nasceram ‘apenas eu nem tu nem outro’, e então destaca a importância da coletividade na atuação de um projeto nacional.

É só a partir de uma ação coletiva, então, que se pode construir uma memória compartilhada da experiência colonial, é superando os limites das experiências individuais que nos podemos lançar as bases para a elaboração de um arquivo histórico independente das mistificações e das tentativas de ocultamento.

### TEXTO 6.M3 - Informante 6

A literatura como ferramenta fundamental

Ainda hoje em Portugal, não obstante os testemunhos, não existe um pato social para a construção duma memória comum sobre o tema da guerra colonial, que representa uma parte importante do passado problemático de Portugal na realidade nunca abordado. Muitas memórias daquele período estão em risco a causa dos traumas de um evento tão grave e é lá que a literatura nos pode ajudar, o seja se apresenta como outro arquivo para salvar estas memórias e ser uma alternativa com respeito a história muito contaminada não só pelos traumas da guerra, mas também pelo espectro do colonialismo. Existe uma **diferencia** na literatura da guerra entre textos reflexos de uma experiência próxima ao campo de batalha e textos consequência e hoje o que fica é um fortalecimento dos textos consequência e uma diluição dos textos experiência, mas também encontramos uma distinção entre duas narrações distintas do mesmo tema o seja obras literárias de soldados portugueses que participaram na guerra ou dos seus familiares e, pelo outro lado, dos africanos que lutaram para a independência; estas são na verdade todas fontes fundamentais de que precisamos para ter um quadro mais completo possível sobre o que aconteceu nesse passado ainda muito pouco transparente.

Si pensamos no texto de António Lobo Antunes por exemplo vemos a perspectiva de alguém que viveu uma experiência direta, que deixou um ferimento na sua alma e que este nunca se vá a fechar; ele não sente nenhum orgulho patriótico e, na tentativa de mesclar a literatura com a experiência, ele quer dar uma representação o mais completa e plena possível do o que foi a guerra, os traumas que deixou nas pessoas e com isso não negar o esconder nada.

Por outro lado, temos o texto por exemplo de Agostinho Neto no que a narração é completamente distinta; é evidente que estamos do “lado africano” da história e que se abre o caminho a uma sensibilização do leitor para a necessidade do homem negro de reivindicar os seus direitos; inicialmente ele utiliza a negação como estratégia para poder dar mais força a afirmação final que representa a verdadeira toma de consciência do valor da sua raça e que ele intenta reivindicar na literatura.

Estes são só dois exemplos que nos ajudam a demonstrar qual é o valor da literatura como ferramenta fundamental na construção de uma memória coletiva sem filtros, com a qual se intenta superar um trauma e nunca mais esconder o que realmente passou; na construção da memória obviamente todos os pontos de vista são importantes tanto os de os soldados portugueses como os dos africanos, tanto das mulheres como dos outros familiares que tal vez não participaram diretamente, mas ajudam a transmitir essa memória e a quebrar o silêncio.

### TEXTO 7.M3 - Informante 7

A síndrome do membro fantasma português

*Portugal é grande*

Esta afirmação remonta à propaganda salazarista que viu um grande mapa de "Portugal" contendo as colónias africanas que, em comparação com a Europa, a fazem parecer minúscula. Desde que Portugal perdeu as suas colónias e a guerra colonial, deixou de ser uma metrópole e é como se a perda destas colónias tivesse significado a perda de uma parte do corpo, desde então é como se Portugal

sofresse da síndrome do membro fantasma. Após da perda das colónias em 1975, Portugal teve de se apoiar ao seu lado europeu, teve que esquecer o mar, mas de vez em quando o oceano regressa com fortes choques no presente e na actual opinião pública portuguesa só porque é algo não totalmente interiorizado e digerido pelo povo português.

A este respeito, o recente caso do Mamadou Ba é exemplar do vazio histórico e crítico que foi criado em torno da guerra colonial, mas onde existe um vazio encontramos literatura a preenchê-lo. Os portadores de traumas de guerra como Lobo Antunes oferecem-nos um ponto de vista alternativo, longe dos brasões do mundo contemporâneo, mas mais próximo do horror da guerra. Lobo Antunes, no seu texto *Os cus de judas* conta à Sofia que estava "[...] farto de trabalhar, noite após noite, na enfermaria, molhado até os cotovelos do sangue viscoso e quente dos feridos[...]" e este horror contado pelo autor é inexplicável e chega até ao silêncio dos traumatizados. Nesse silêncio são as fotografias que nos trazem uma ideia de África que não tem a opacidade da palavra mas são o sintoma nu e cru da barbárie, uma barbárie que começa onde, se calhar termina o Oceano Atlântico sul.

*Os cus de judas* de Lobo Antunes, torna-se uma ferramenta primária para compreender a dor e o trauma dos retornados que ainda não conseguem encontrar um espaço público de representação, excepto através da fotografia, que é, entre as manifestações artísticas, a mais próxima do signo e do índice real de uma realidade que não permite descontos, que choca. Como acontece a Eva, no texto *A costa dos murúrios* da Lídia Jorge, a jovem menina diante as imagens do seu rapaz não pode escapar à realidade nua e crua do horror da guerra.

Em fim, acredito que é por isso que em Portugal, nos anos seguintes a 1974, se desenvolveu uma forte produção de fotobiografias, pois só através da fotografia da realidade é que Portugal pode perceber o seu *membro fantasma*, a colónia, como algo que já não existe. É apenas graças à literatura que esta pequena Nação em posição extremamente ocidental poderá reassimilar-se no espaço europeu e deixar de sofrer da sua nostalgia colonial.

### TEXTO 8.M3 - Informante 8

“Eu sou. Existo.” Uma literatura que quebra o silêncio.

O que é a colonização? / O que são massacres de negros?” são perguntas que se põe o poeta Agostinho Neto (*Negação*), que todos os portugueses deveriam se pôr para compreender a sua mesma história. Apesar de ter envolvido todo o país, a memória do colonialismo – e da guerra colonial – é nebulosa e evanescente, com a complacência da democracia toda. A salvação da memória é representada sobretudo pela literatura e as suas articulações: a literatura pode ser denúncia e pode ser testemunha, seja como for a literatura é a voz – as vozes – da experiência, a representação de algo que tem que ser representado mas que ninguém quer representar. Se do ponto de vista político e histórico a guerra colonial é negação, do ponto de vista literário se torna afirmação: a aceitação de um trauma que ainda persiste e que não pode falar a não ser através de uma ficção que, ao mesmo tempo, oculta e revela a realidade histórica.

A projecção atlântica de um país tão periférico como Portugal era, para os portugueses, uma aposta: o cavalo que durante séculos pareceu vencedor e que ao fim da corrida terminou coxo como coxo é o país que não consegue fazer as contas com o seu passado. Mas se o país não consegue fazer as contas com esse passado incómodo, como pode fazê-las quem participou no colonialismo e na guerra colonial, um indivíduo contra o silêncio de um país inteiro? O Carlos criado pela caneta de Paulo Faria não se lembra do pai que parte nem do pai que volta de uma guerra que nunca conseguiu compreender: a presença do pai desmorona-se nas suas mãos, a sua pessoal herança do colonialismo é o silêncio, o contínuo silêncio de um pai que acaba de voltar sem voltar. Porque este foi a guerra colonial: a drenagem de uma vitalidade que nunca voltou, o **declínio** de uma geração de homens e mulheres que participaram em algo que tal vez nem compreendiam.

O lento consumo do ser, a sua implosão num silêncio apático, lê-se também nas páginas de Lídia Jorge e de António Lobo Antunes. Evita de *A costa dos murúrios* perde o seu Luís nas dobraduras da guerra que assim se torna simples “noivo”, uma pessoa sem nome numa massa de pessoas aparentemente sem consciência que deixam o seu rasto numa terra que não lhe pertence e numas fotografias que testemunham silenciosamente as ações esquecidas dos portugueses: “Isto é infundável! Eles também estão armados até aos dentes”, sombras que prossigam um fim que agora ninguém reconhece. *Os cus de Judas* conta de um velho que nem se reconhece no espelho, “porque foi nisto que me transformei, que me transformaram, Sofia: uma criatura envelhecida e cínica a rir de si própria e dos outros o riso invejoso, azedo, cruel dos defuntos, e a apodrecer por dentro”. O protagonista participou numa guerra “que não existiu nunca” da qual herdou uma solidão interior que os demais não compreendem, ou melhor, não querem compreender.

A literatura se torna na ferramenta fundamental para transmitir a memória, necessária para que as novas gerações possam adquirir uma herança positiva, o conhecimento, daquela experiência de “amargura e sofrimento” (A. Lobo Antunes) que foi a guerra colonial. A literatura hoje permite também juntar numa única moeda ambas as faces: construir uma consciência portuguesa sobre o que foi a guerra colonial para que não haja outra vez a “submissa aceitação da violência” (A. Lobo Antunes) através da reapropriação da voz também por parte dos colonizados, que viveram a violência da guerra assim como – e mais – os portugueses.

“Eu sou. Existo.

[...]

Sou um valor positivo

Da humanidade

E não abdicó,

Nunca abdicarei!”

(Agostinho Neto - *Afirmção*)

Embora os portugueses recusem a herança ética positiva – assim como a negativa – da guerra colonial preferindo esquecer, a literatura permite ressuscitar esse Lázaro (emprestando as palavras de Lobo Antunes) para que a voz da testemunha quebre o silêncio cúmplice de que tentou criar a história à sua necessidade e conveniência.

### TEXTO 9.M3 - Informante 9

A literatura como testemunho

Acho que a herança da experiência colonial na África nunca foi realmente elaborada, então é um trabalho muito difícil para nós colocá-la em um sistema binário de positivo/negativo.



Como já dissemos, por parte da historiografia oficial as tentativas de reflexão e elaboração aparecem tímidos, mas são inúmeros os casos de ocultação ou edulcoração da história: sempre falamos de Portugal como de um país que pecou por uma imaginação fantasmagórica.

No entanto, a ferramenta que substitui a historiografia é a mesma literatura, cheia de formas diferentes de elaboração da experiência colonial, que é observada e metabolizada de diferentes perspectivas: de quem foi colonizador, de quem foi colonizado, de quem ficou com sangue nas mãos por causa de uma guerra não querida.

Eu começarei por aqui: o caso de António Lobo Antunes, narrado em *Os cus de Judas*. O autor afirma repetidamente de ser farto daquela guerra que os senhores lhe impuseram. Antonio Tabucchi, na edição italiana do livro, diz que o narrador tenta desesperadamente elaborar o luto desta experiência para fazer com que a ferida sare, e contudo ela permanece aberta. Isso demonstra quanto a experiência da guerra colonial foi violenta para a psique daquelas pessoas que, em teoria, deveriam ter ganhado com a guerra, daquelas pessoas que, por nascimento e por cor de pele, eram parte do grupo dos colonizadores. Mas esta experiência os deixou vazios, cínicos, aniquilados. No livro de Antunes emerge o fato que, como na maioria dos casos, as únicas pessoas que queriam a guerra eram aquelas cujas mãos não se teriam sujadas de sangue.

“Eu estava farto da guerra [...] eu odiava, Sofia, os que nos mentiam e nos oprimiam, nos humilhavam e nos matavam em Angola, os senhores sérios e dignos que de Lisboa nos apunhalavam em Angola, os políticos, os magistrados, os policiais, os bufos, os bispos, os que ao som de hinos e discursos nos enxotavam para os navios da guerra e nos mandavam para África, nos mandavam morrer em África”.

A obra de Lídia Jorge, *A costa dos murmúrios*, lida com a experiência de quem ficou em Portugal: trata-se da reconstrução das memórias da mulher de um soldado do exército português, que enfrentou o período da guerra colonial com um progressiva perda de emotividade – provavelmente a única maneira para enfrentar mentalmente o que estava acontecendo.

Há a perspectiva indireta, como no caso de Paulo Faria, que utiliza os contos dos camaradas do seu pai para reconstruir a experiência dele e – através desse processo – reelaborar o seu próprio trauma de ter sido filho de um homem emotivamente e mentalmente distante. Por fim, no nosso percurso encontramos as experiências de quem sofreu a colonização. Acho que as palavras de Agostinho Neto, negro de Angola, são fortíssimas: na sua *Renúncia impossível*, basicamente ele lança um desafio aos brancos, cometendo um suicídio metafórico. O desafio é reelaborar uma nova História onde os negros não existem e nunca existiram: o resultado é que nunca existiram colonizações, nem guerras, nem massacres. Isso significa que a responsabilidade é dos negros, cuja única culpa é existir, ou dos brancos, violentos e exploradores? Não obstante a ironia do autor, a resposta parece clara.

“O que é a colonização? O que são massacres de negros? A História está errada, nunca houve escravidão, nunca houve domínio de minorias, nunca houve escravagistas nem ocupações da África. Acabou o ódio de raças e o trabalho de civilização e a náusea de ver meninos negros sentados na escola ao lado dos meninos de olhos azul. Acabaram-se as complicações sociais! Salvei o mundo”.

A voz de José Craveirinha, o seu *Grito negro*, soa não menos potente e provocatória: comparando-se ao carvão, explorado ardendo até as cinzas, ele exemplifica numa simples metáfora, a condição desumanizada e *deshumanizante* da escravidão, uma sentença para muitos africanos.

Para concluir, eu queria realçar um problema que já encontramos durante o curso do ano passado sobre memória e pós-memória: ou seja, se por um lado a literatura aparece quase como a única ferramenta que temos, dado que a historiografia oficial é ainda parcial, ocultadora ou desinteressada, por outro lado é preciso lembrar sempre que uma obra literária, por definição, é a expressão de um ponto de vista particular e subjetivo – que não necessariamente corresponde à realidade dos fatos, assim como aconteceram. Não tenho uma solução: ao contrário, acho que sem a literatura estaríamos perdidos, mas ao mesmo tempo é de importância vital que a historiografia se assuma a responsabilidade de elaborar objetivamente e imparcialmente a experiência colonial, para que se possa desmantelar o complexo de problemas (in primis, o racismo) derivados dela.

### TEXTO 10.M3 - Informante 10

Um passado inacabado e um presente para (re)construir.

Para compreender o fenómeno do racismo hoje em Portugal, é importante fazer um trajeto para trás naquilo que foi a experiência colonial portuguesa, a mais longa da história, que terminou "apenas" na década de 1970 com o fim do regime salazarista. Seria ainda mais importante, no entanto, utilizar o instrumento que sempre nos acompanhou ao longo do nosso caminho: a memória. Penso que é essencial que possamos realizar uma reconstrução digna do que realmente foi feito pelos portugueses no interior colonial africano. O verdadeiro problema seria procurar memórias para a sua criticidade. Ser críticos para ser capazes de reconstruir objetivamente a história passada e dar os primeiros passos para a história moderna de Portugal, bem como a modernidade africana e brasileira, rigorosamente ligada.

Por esta razão, penso que a obra de Lobo Antunes, "Os cus de Judas" apresenta uma verdadeira evolução do pensamento crítico sobre o passado colonialista, que por parte dos portugueses, talvez sempre tenha sofrido o facto de estar um pouco "distorcida" pelos acontecimentos que ocorreram ao longo dos séculos. “Tudo é real menos a guerra que não existiu nunca: jamais houve colónias, nem fascismo, nem Salazar, nem Terrafal nem PIDE, nem revolução, jamais houve, compreende, nada, os calendários deste país imobilizaram-se há tanto tempo que nos esquecemos deles [...]” e novamente “Luanda é uma cidade inventada de que me despeço e, na Mutamba, pessoas inventada tomam ônibus inventados para locais inventados. O avião que nos traz a Lisboa transporta consigo uma carga de fantasmas [...]”. António Lobo Antunes sofreu muito tempo em África, mas através das suas palavras também percebemos os acontecimentos traumáticos vividos em primeira mão. O da memória, creio que é o caminho certo a tomar para ter a certeza de retomar o fio onde foi deixado. Fazendo-o criticamente, através das palavras daqueles que têm a sensibilidade certa, para entender que, inevitavelmente, os erros que cometemos hoje, estão necessariamente ligados a um passado que nunca poderá ser de natureza comemorativa, mas manterá sempre os caracteres traumáticos e violentos, como foi a experiência colonial

### TEXTO 11.M3 - Informante 11

Literatura da Guerra Colonial

A Guerra Colonial portuguesa contribuiu de uma maneira significativa na produção literária, cuja função pode se considerar, no caso dos escritores africanos (como o angolano Agostinho Neto), como uma tentativa de revalorização da raça negra, de afirmação da sua

identidade e de atribuição de importância a conquista da independência dos seus territórios e, no caso dos escritores portugueses, em específico como na obra *Os Cus de Judas* de António Lobo Antunes, a função é aquela de dar testemunho dos horrores da guerra que ele viu e tentar aliviar a aflição e a exaustão mental (como deixa entender a repetição da frase “Eu estava farto da guerra”) que a guerra causava nele enquanto trabalhava como médico de campanha na Angola.

Porém, achei extremamente impactante o poema *A renúncia impossível* de Agostinho Neto, no qual o autor expressa o desejo de libertação do povo angolano da dominação portuguesa e, sobretudo, quer se opor ao “trabalho de civilização” que sempre foi a definição e a justificativa para a ação colonial portuguesa. O autor grita sua raiva contra os colonizadores que são “homens que construíram sistemas morais para enquadrar imoralidades”, a imoralidade da violência, da submissão, do ódio racial e da assimilação forçada, da negação de existência de uma identidade dos negros que, amiúde, levou até uma alienação total dos povos colonizados, e da importância do povo africano no seu território “Nunca houve negros! A África foi construída só por vós”. O poema de Agostinho Neto é um grito de rebelião, de levantamento e insubmissão que quer despertar as consciências do seu povo para que a identidade e a cultura africanas não sejam canceladas e substituídas pela cultura portuguesa. Esse poema quer produzir uma profunda reflexão por parte dos leitores, é um poema que não está limitado a ser apenas uma denúncia do que aconteceu, mas quer produzir uma mudança - permitir a construção da identidade do povo angolano: “E o que é mais importante: Salvei o mundo”. É muito significativa também a segunda parte do poema “II - Afirmação”, na qual Neto restabelece a ordem e atribui suas palavras anteriores a uma crise de loucura. Aqui ele reivindica definitivamente seus direitos “O meu lugar está marcado / no campo da luta / para conquista da vida perdida / Eu sou. Existo [...] Tenho direito ao meu pedaço de pão” e reconhece a centralidade da sua pessoa como líder na luta pela libertação da Angola “Sou um valor positivo / da humanidade / e não abdicó, / nunca abdicarei! / Seguirei com os homens livres / O meu caminho / para a liberdade e para a Vida.

Para comentar o que acontece no presente em Portugal, com foco na questão da morte do tenente-coronel Marcelino da Mata, se pode dizer que a herança colonial é ainda bem visível e com ela é visível também como o racismo está enraizado na base do sistema sócio-político português. O ex-presidente do CDS afirmou que: “Marcelino da Mata é um herói e vilões são os que insultam sua memória”. Esta afirmação em defesa dele significa que, ainda hoje em dia, no Portugal, há quem justifica o colonialismo e a guerra com sua violência exacerbada e seus ultrajes e que coloca seu país numa posição de superioridade. Relevantes para tentar dar uma explicação para o que ainda acontece são as palavras do investigador António Costa Pinto: “Houve um consenso relativo entre as forças políticas que dominaram a consolidação democrática para se esquecer rapidamente os temas do colonialismo tardio e da Guerra Colonial”.

### TEXTO 12.M3 - Informante 12

Um passado não acabado

*Sempre esperei que a tropa te tornasse um homem, mas contigo não há nada a fazer.*

O fim de um evento histórico importante como o colonialismo português em África permite reflexões sobre diversos aspetos como o problema dos retornados, a saudade por um passado africano, a violência exercida sobre as populações africanas e a perturbação de stress pós-traumático (PSPT) da guerra. Nesta minha reflexão, quero concentrar a minha atenção sobre este último aspeto através da análise da obra *Os Cus de Judas* de António Lobo Antunes.

A literatura tem um papel muito importante na reconstrução do passado e, em particular, o passado colonial português que cria um debate hoje em dia ainda ativo, sobretudo no que respeita da herança positiva ou negativa da experiência colonial. O processo que é possível destacar dentro da literatura da guerra colonial é o desenvolvimento de dois tipos de literatura dialeticamente em antítese, onde um não pode existir sem o outro: a literatura portuguesa da guerra e a literatura africana da guerra. *Os Cus de Judas* de António Lobo Antunes é uma obra que pertence ao primeiro grupo mencionado, onde o autor tenta construir uma interpretação da guerra através à reevocação do monólogo ininterrupto do narrador autodiegético que fala com uma mulher que conhece numa noite e que fica muda ao longo da história.

Nos dois capítulos examinados (*S* e *Z*), evidenciam-se questões fundamentais causadas pelas atrocidades da guerra de Angola, como aquela da perturbação de stress pós-traumático. O fim da guerra traz consequências complexas e problemáticas, como aquela da reintegração dos ex combatentes da guerra dentro da sociedade, a mesma sociedade que mandou milhares e milhares de pessoas e jovens, através do serviço militar obrigatório, nos lugares de guerra com uma ideia clara: luta para a coletividade e para tornar-se “homens”, como se evidencia das palavras da tia do narrador no capítulo *Z*. No entanto, na imagem de Antunes desta luta para a coletividade, não há vencedores e vencidos, mas só vencidos da guerra. A guerra torna-se uma experiência traumática e marcada pela violência, onde o narrador é completamente transformado não em homem, mas em uma vítima da mesma guerra colonial que destrói e quebra a identidade de uma pessoa. O eu narrativo sofre dos sintomas da PSPT: é bloqueado, fica em uma condição de imobilização e não consegue ultrapassar a experiência da guerra que o envelheceu e o levou a não se reconhecer mais em aquele “fantasma” quando se olha no espelho, a não se reconhecer naquela pessoa da identidade fragmentada e que apenas encontra conforto em pessoas que compartilharam a mesma experiência. A interlocutora fica muda perante a condição de alucinação do narrador (tanto que descreve o lugar da guerra como “terra alucinada de África” e afirma que “tudo é real menos a guerra que não existiu nunca”) e tudo o que resta para o leitor é também ficar mudo e ler estas páginas que são o documento de um passado ainda aberto e não acabado.

### TEXTO 13.M3 - Informante 13

A literatura como arquivo

“No 25 de Abril houve uma espécie de pacto implícito de não se fazer averiguações sobre a Guerra Colonial. A democracia foi generosa ao não averiguar os crimes de guerra e agora está a sofrer a paga por essa generosidade”. Com essa frase, o historiador Francisco Bethencourt bem descreve a condição atual da opinião pública portuguesa com relação à guerra colonial, dividida entre quem quer denunciar os crimes do colonialismo e quem ainda não consegue aceitar a realidade de um Portugal europeu. Essa segunda componente da sociedade é provavelmente o resultado do longo ocultamento da verdade sobre o colonialismo e especialmente sobre a sua conclusão traumática e conflituosa. A redução de Portugal de metrópole de um império colonial a pequeno país na periferia da Europa constitui um evento traumático que uma parte dos portugueses ainda não consegue elaborar: essa não-elaboração e o racismo que ainda afeta a cultura hodierna se reforçam reciprocamente. O colonialismo tem como rasto na nossa atualidade o enraizamento do racismo, que por sua vez reforça o ideal de inferioridade das ex-colónias e dos povos ex-colonizados. Pois a história está contaminada, falsificada pela



narração colonialista e pelo trauma da guerra, a literatura é o único instrumento que permite preencher os espaços vazios, como arquivo alternativo da realidade histórica. As obras literárias de soldados portugueses que participaram na guerra, dos seus familiares e, pelo outro lado, dos africanos que lutaram para obter a independência são as ferramentas de que precisamos para entender realmente o que aconteceu nesse passado tão ofuscado.

António Lobo Antunes, em *Os Cus de Judas*, descreve as lembranças da experiência como soldado português em África com tons de desesperação perante a futilidade do conflito e das mortes inúteis dos seus camaradas. Ele não sente nenhum orgulho patriótico ao ser forçado a suportar Portugal na guerra colonial, uma guerra que esvazia a sua alma e o deixa sem esperanças. A denegação tão generalizada da guerra, para ele, torna-se numa não-existência de todos os elementos que rodeiam o conflito: se não falamos da guerra em África, mais vale tampouco falar de colónias, fascismo, Salazar.

Essa mesma dor e a sensação de estar dentro de uma piada onde todos pretendem não lembrar que a guerra aconteceu reflete-se nos familiares dos soldados. Paulo Faria escreve a sua obra *Estranha guerra de uso comum* na tentativa de reconstruir o passado do pai através das palavras das pessoas que o conheceram no tempo da guerra, os seus antigos camaradas. Ele precisa entender as causas da ausência do pai mesmo depois de seu regresso a Portugal, a razão do vazio da sua alma. Através das palavras de outros, o autor consegue conhecer uma parte da vida do pai que nunca tinha conhecido, pois ninguém nunca quis falar da realidade do que aconteceu.

Por fim, Agostinho Neto pinta no seu poema *Negação* um mundo onde os negros não existem e nunca existiram, onde não são considerados como elementos positivos, parte da população mundial, e nem como elementos negativos, mas simplesmente nulos, apagados da história como o homem branco sempre quis. Se os negros nunca tivessem existido, colonialismo e guerra colonial tampouco teriam-se realizado, numa espécie de horrível mundo paralelo onde os crimes dos colonialistas brancos são apagados em vez de reconhecidos e, na medida do possível, reparados. “O que é a colonização? / O que são massacres de negros? [...] Coisas que ninguém conhece.”

Para concluir vou citar algumas palavras de António Lobo Antunes, que representam a facilidade com que a guerra colonial pode ser apagada da história através do símbolo das saudações dos soldados depois de anos passados juntos no sofrimento da guerra: “Passamos vinte e sete meses juntos nos cus de Judas, vinte e sete meses de angústia e de morte juntos nos cus de Judas, [...] e separamo-nos em cinco minutos, um aperto de mão, uma palmada nas costas, um vago abraço, e eis que as pessoas desaparecem [...]”.

#### TEXTO 14.M3 - Informante 14

Literatura como ponte

Em janeiro de 2021, Portugal assumiu a presidência da União Europeia pela quarta vez, depois de 1992, 2000 e 2007; isso nos demonstra que Portugal é um país europeu.

O pedido de Portugal para entrar na União Europeia remonta a 1977, três anos depois da Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. Neste cenário parece que, assim como Portugal se livrou do salazarismo, decidiu fazer parte das instituições democráticas europeias porque, agora, também Portugal era uma nação democrática.

Se isso é verdade, é preciso nos lembrarmos também que 25 de Abril de 1974 é sim o fim da ditadura portuguesa, mas é também a data de outro acontecimento histórico fundamental para Portugal, ou seja o começo da derrota da metrópole em prol das ex-colónias portuguesas em África que ganharam a guerra colonial.

Isto é, Portugal ganhou a democracia, mas perdeu as suas principais bacias econômicas. Então, podemos dizer que Portugal se candidatou à União Europeia porque o mercado europeu constituía a sua única tábua de salvação naquela altura; isso nos demonstra que Portugal é um país pequeno.

País pequeno, imaginação enorme. Portugal sempre lutou para criar uma imagem de si como país democrático, que sempre combateu pela própria independência, quer contra António de Oliveira Salazar, quer contra os “terroristas” angolanos, moçambicanos ou das outras colónias. Na criação e na continuação desta imagem fantasmagórica, vão a calhar, ainda hoje, personagens como o coronel Marcelino da Mata que, mesmo sendo negro e oriundo da Guiné-Bissau, desempenhou um papel central na guerra de ultramar, razão pela qual foi condecorado várias vezes. Inclusive, vão a calhar também outras figuras, como o diretor do SOS racismo, Mamadou Ba que, depois de ter definido Marcelino da Mata um vilão e criminoso de guerra, foi inundado por uma corrente de ódio que se concretizou num abaixo-assinado com vistas à sua expulsão do país.

Graças a recursos como o luso-tropicalismo - a mitologia criada por Gilberto Freyre do “bom colonizador” que oferece um cigarro aos colonizados, que brinca com as mulheres deles, que integra os africanos nas suas tropas de elite- Portugal consegue, ainda em 2021, virar de cabeça para baixo, na sua imaginação, a hierarquia, as relações de poder entre colonizador e colonizado: durante a guerra colonial os africanos eram os terroristas e os portugueses os bons defensores da pátria, tal como Mamadou Ba foi descrito como um “vilão, seguidor de fanáticos extremistas” por José Ribeiro e Castro, enquanto Marcelino da Mata é chamado de herói nacional.

Quais as imagens que permitem a continuação desta herança? A resposta é: todos aqueles símbolos que permitem uma elaboração fictícia do colonialismo tardio de Portugal, como os brasões da Praça do Império.

Esses símbolos, sem representar nenhum corpo, nenhuma cor de pele, nenhuma gota de sangue, fazem com que a memória nacional corresponda ao título do poema de Kipling “The White Man’s Burden”; o homem português foi aquele que carregou o fardo de levar a cultura, o desenvolvimento, a inovação das infraestruturas aos africanos, os quais o agradeceram desencadeando a guerra africana.

Já na literatura, a esterilidade das palavras dos livros de história e a descoloração dos brasões, readquirem profundidade e poder. Em “A Costa dos Murmúrios”, de Lídia Jorge, o zoom da escrita permite-nos focar aquelas sombras contidas nas imagens que Helena mostra a Eva Lopo.

Nós leitores somos postos diante da realidade nua e crua: a fotografia de um homem negro pendurado numa árvore rodeado por soldados portugueses; a fotografia da cabeça de um africano espetada num pau pelo noivo da Eva Lopo, enquanto ele brinca com os nativos; as fotografias de negros mortos no mato. Essas fotos restabelecem a relação que houve de verdade entre colonizadores e colonizados, entre vilões e heróis, entre assassinos e assassinados.

É justamente por causa destas imagens que Helena não consegue dormir, que quer ficar com os olhos abertos para não entrar no mundo dos mortos. É justamente por causa do poder destas fotografias que na caixa em que são contidas está escrito “TO BE DESTROYED”. Essas são as tentativas que Portugal fez para escapar da memória colonial, tentativas que são resumidas nas palavras de Helena: “Por favor, evite todas as sombras. Tem-se feito um esforço enorme ao longo destes anos para que todos nós o tenhamos esquecido. Não se

deve deixar passar para o futuro nem a ponta numa cópia, nem a ponta numa sombra”. Está na hora de Portugal fechar os olhos e reelaborar a sua memória colonial.

Para fazer isso é preciso aprender a “desconhecer”. Como diz Eva Lopo: “Querer desconhecer não é uma covardia, é apenas colaborar com a realidade mais ampla e mais profunda que é o desconhecimento. (...) Estimo os países de vocação metafísica total, os que não investem na fixação de nada”. Este trabalho deve ser muito difícil para um país que desde sempre teve uma imaginação hipertrófica. Não é necessário começar pelas fotografias, pode-se começar pela literatura. Os escritores portugueses devem utilizar o seu privilégio de pessoas brancas e europeias para serem escutados pelos compatriotas. Neste sentido a literatura constituirá uma ponte entre a mitologia e a verdade contida nas fotografias bélicas. Uma vez atingido este objectivo, a literatura constituirá também outra conexão, cujas cabeças de ponte serão por um lado a literatura portuguesa e por outro lado a literatura africana de expressão portuguesa. Como “Heart of Darkness”, um livro escrito por um branco (Conrad), contado por um branco (Marlow), que trata da busca de um homem branco (Kurtz) e narrado a brancos, também “A costa dos murmúrios”, junto com outras obras, tem que introduzir os portugueses aos contos africanos, a história de África contada pelos africanos.

Fazer isto significaria também perceber como o colonialismo tardio de Portugal fez com que, enquanto o país entrava na União Europeia, Angola caía numa horrível guerra civil que durou quase trinta anos.

### TEXTO 15.M3 - Informante 15

"Patrão" e "carvão"

A guerra colonial portuguesa foi uma guerra fantasmagórica: a realidade não foi relatada com veracidade, mas foi falsificada.

O mito do bom colonizador foi contado e patrocinado, quando, em vez, as populações africanas foram exploradas e desumanizadas.

O próprio facto de renomear o colonialismo em ultramar, as colónias em províncias ultramarinas e a dominação colonial em integração racial, mostra como Portugal luta para admitir as suas faltas e querer exaltar a sua grandeza e bondade de espírito para os colonizados, explorados e submissos.

O historiador Francisco Bethencourt, do King's College de Londres, sublinha o que diz ser “um problema de memória e educação cívica” na forma como o país lida com o seu passado colonial recente.

Há poucos ex-combatentes portugueses que aceitam falar dos traumas da guerra nas antigas colónias em África, nomeadamente nas frentes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. São memórias de momentos traumáticos, que muitos evitam recordar ou tornar público.

Sob o peso da escravidão e da opressão nasceu a literatura africana de Língua Portuguesa, veículo de denúncia da miséria dos povos massacrados.

Esta literatura quer defender o património africano e rejeitar a dominação secular imposta pela cultura branca, a cultural do cânone vigente.

O poeta moçambicano José Craveirinha, filho de pai português e mãe negra moçambicana, foi um dos pioneiros da poesia da Negritude em Moçambique.

Seu poema *Grito Negro* é um protesto contra o colonialismo que as misturas uma sensação de ritmos africanos com os sons nasais da língua portuguesa. Denuncia a imagem pós-colonial do indivíduo negro, aquela do “outro” com “o” minúsculo (cfr. conceito “Outro/outro” do Existencialismo de Sartre e “outremização” de Spivak).

A repetição no poema de alguns vocábulos, como os substantivos “patrão” e “carvão!”, respetivamente cinco e seis vezes, pode traduzir a relação binária “Outro/outro”.

Como aponta o eu-lírico, o negro não é como carvão, mas é carvão: negro, forte, explorado, rentável. Na quarta estrofe, há o vocábulo, “Irmão”, em referência ao patrão/sujeito colonizador. Aqui há a imagem de igualdade entre os dois sujeitos.

Aqui fica o link para ouvir a leitura do poema do próprio Craveirinha: <https://youtu.be/p6Ug9c2riCU>

## ANEXO 1.4 - Textos do Módulo 4

### A LITERATURA DA GUERRA COLONIAL

#### Texto 1.M4 - Informante 1

A literatura da guerra colonial

Entre 1961 e 1974 Portugal manteve uma relação extremamente conflituosa com suas colónias africanas.

A Guerra Colonial produziu-se em um contexto em que os países africanos buscavam sua independência do colonialismo europeu, que perdurava no continente há séculos. A Guerra Colonial e o processo de descolonização da África, constituem-se uma ruptura na sociedade e na memória coletiva nacional que, durante cerca de cinco séculos, baseou-se em uma visão nacionalista do passado imperialista português. Como aponta Jorge Manuel da Costa (2013), após abril de 1974 Portugal vê-se confrontado com o desmoronar da grandiosidade imperial, conceito muito valorizado pelo discurso oficial do governo ao longo da História. Após o esfacelamento do império colonial, a sociedade portuguesa mergulhou em um estado de amnésia coletiva como única forma de contornar os eventos traumáticos ocasionados pela Guerra e pela dinâmica político-social da Revolução e da descolonização.

Eles tentaram de criar uma espécie de estado de exceção, que impedia a criação de uma memória coletiva sobre a contemporaneidade e sobre o processo de construção de uma História pós-colonial.

Na visão de Costa (2013, p. 141), o esquecimento do passado recente seria “a condição fundamental para que a metáfora de perpétuo movimento da nação pudesse ser novamente reiniciada”, abandonando o passado imperialista e isolacionista construído pela retórica do Estado Novo e aproximando-se, assim, dos vizinhos da Europa, como forma de alterar a imagem de Portugal e defender a sua modernização política e económica.

Segundo a autora Margarida Calafate Ribeiro a literatura se define pela clássica forma de “antes” ou “depois” do 25 de Abril. Uma data muito importante que representou “não só a fim da guerra, mas a libertação acontecida, a experiência da guerra foi rapidamente convertida numa linha narrativa que, realizando inicialmente uma função essencialmente individual e terapêutica, se foi transformando numa fragmentaria reescrita dos últimos dias colônias de Portugal”.

E é justamente dessa imagem de estado perfeito, sem erros, que surge a necessidade de ouvir as vozes que até então não haviam sido levadas em consideração. Os portugueses que regressavam daquela guerra dura e crua precisavam contar a sua experiência e os horrores que viveram. Mas acima de tudo são textos que cumprem a funções de denúncia e de alerta. Dando vida a testemunhos e, sobretudo, reconstruindo uma literatura e uma história nunca antes contadas.

Claro, Portugal não foi a única nação que tentou silenciar os fracos ou oprimidos. Podemos ver no decorrer da história também na Itália durante o período fascista, houve tentativas de forte opressão. Mas saber é riqueza, o testemunho, a história acompanhada de cronologias e fatos históricos ajudam-nos a compreender e sobretudo a não cometer novamente os mesmos horrores.

### Texto 2.M4 - Informante 2

#### Guerra Colonial na Literatura

“[...]Esta literatura constitui um importante *instrument for amnesia* que reage contra uma espécie de *collective amnesia*”

Estas são as palavras que Ribeiro escolhe para sintetizar a capacidade da literatura portuguesa e de expressão portuguesa de virar um espaço apto a acolher os fantasmas bélicos, cavar a sepultura deles e enterrá-los. Neste poderoso trabalho, a escrita analisa tanto a dor coletiva- que provoca recusa, denegação e luto - como a dor individual da qual surgem o testemunho e o exorcismo da vivência em África. Neste sentido Ribeiro identifica dois tipos de textos que abordam a experiência da Guerra Colonial: um tipo de texto que actua como um remédio para os **singulos** retornados e outro tipo de texto que tenta atingir um público mais amplo, a população toda potencialmente, que apresenta o trauma de um ponto de vista indireto mas que, mesmo assim, procura a forma de sepultá-lo.

Muitos poemas são escritos no presente do indicativo, pois é esse o tempo mais adequado para investigar os restos que foram deixados pelas ex-colônias e que agora constituem o corpo de Portugal. Dado que o passado ainda não foi elaborado, esse tem um impacto evidente sobre o tempo presente.

São as ruínas e os escombros que nos permitem lembrar, só que, enquanto as ruínas permitem leituras múltiplas (inclusive aquela do tempo messiânico), o escombros não permite nenhuma interpretação, só constitui o rastro do que aconteceu.

No final será preciso enterrar a culpa, seja esta individual, seja coletiva. Pessoalmente, eu acho que antes de sepultar este último fantasma seria preciso fazer com que a culpa vire consciência. Neste aspecto, queria levar à tona as Uma Lulik, as casas dos antepassados em Timor-Leste: estas casas são o lugar onde os falecidos de um grupo familiar estão hospedados. Gosto desta imagem, porque os fantasmas são sim enterrados, mas não esquecidos, estão sempre prontos a lembrar aos vivos o que aconteceu no passado.

### Texto 3.M4 - Informante 3

#### A literatura da guerra colonial: cimitério de fantasmas imperiais

A literatura da Guerra colonial fornece uma imagem significativa do colonialismo através da reflexão identitária de Portugal e do seu repensamento como nação, isto é, apagando a imaginação de Portugal como centro e reintroduzi-lo na sua própria dimensão de semiperiferia. A ficção identitária, de imaginação de Portugal como grande império, permitiu também a ficção da Guerra colonial, no sentido que a guerra permaneceu como obra de grandeza também em frente da derrota: Portugal, imaginando si mesmo como um grande império, tinha e tem a incapacidade de avaliar a realidade e consequentemente não consegue lidar com uma perda tão grande e dolorida, como a do império secular.

Em “A memória poética da guerra colonial de Portugal na África” Vecchi e Calafate Ribeiro mostram bem como a literatura da Guerra colonial, nesse contexto, tenta de encobrir um vazio historiográfico, criando uma memória coletiva, as vezes subjectiva, através da narração de experiências pessoais e também íntimas, ou seja, através da coleção de rastros e restos, de modo a guardar a memória da ameaça do esquecimento. Ruína e escombros são palavras fundamentais na língua da literatura em questão: a ruína é um testemunho do tempo passado sem significado no presente que torna possível uma reconstrução histórica; o escombros é o testemunho da interrupção brutal da história e cuja reconstrução nunca será possível e completa. A literatura então, nas palavras de Vecchi e Calafate Ribeiro, acaba por <<materializar os fantasmas>> e tornar-se num cemitério. Isso consente de inumar o que historicamente Portugal nunca conseguiu inumar: os espectros e os traumas que produziu a construção de um império de fantasia. A construção de um tumulto, o mesmo ato de enterrar os fantasmas imperiais e de viver o próprio luto pela perda do império significa finalmente lidar com os aspectos problemáticos da identidade portuguesa e constitui um encerramento com o passado através de uma reflexão identitária.

### Texto 4.M4 - Informante 4

#### Consequências da deslocação

A deslocação da história de Portugal desde a abertura ao atlântico deixa as suas marcas também na questão da Guerra Colonial. No texto *O que restou do mar* Margarida Calafate Ribeiro reflete sobre a posição de aquelas pessoas que regressaram da África depois da Guerra: eles não tiveram a possibilidade de elaborar o luto pós-traumático coletivamente por causa da ocultação da memória histórica que havia em Portugal, portanto o texto literário (e sobretudo poético) tornou-se elemento consequencial, além de testemunhal, das experiências da Guerra Colonial. O texto poético, no momento, tinha uma função individual de exorcização, mas no âmbito da reuperação de uma memória literária e histórica da Guerra Colonial estes textos adquirem uma grande importância do ponto de vista coletivo e social. Acho que esta deslocação da história de Portugal é *fundamental* para compreender melhor também o sentimento da nostalgia colonial: as páginas mais obscuras da presença colonial de Portugal nas colônias africanas, são ofuscadas pela ocultação dos testemunhos e dos rastros que os regressores levaram a Portugal.

Um exemplo explicativo da consequência da ocultação é visível nos comentários ao vídeo que apresenta a cidade de Maputo nos primeiros anos da década de setenta: as imagens mostram portugueses em locais luxuosos, hotéis modernos e prosperidade. A maioria dos comentários em língua portuguesa expressam saudade daquele tempo **prosperoso**, que põem em contraposição com a degradação que supostamente afectou o país depois da independência, tornando o “luxo” em “lixo”.

Neste cenário social que não contempla as suas responsabilidades históricas, a recuperação da memória da guerra colonial a través da literatura é essencial para a sensibilização e a compreensão póstuma do *modo europeu de estar em África*.

#### Texto 5.M4 - Informante 5

A dialéctica incompleta da guerra colonial

“Essa tragédia mutua [a guerra colonial] terminou numa paradoxal libertação.”

Esta citação do Eduardo Lourenço, dita em ocasião duma entrevista, é a base a partir da qual se pode compreender o esquecimento colectivo reconstruído por Calafate Ribeiro e Vecchi. De facto, se é verdade que a memória histórica de uma nação se baseia em comemorações, na sua construção colectiva através da educação cívica e reconstruções nas várias instituições culturais, o que aconteceu em Portugal depois de 1975 é um profundo oblivio. Este esquecimento, como aponta Calafate Ribeiro, não surge imediatamente, mas é como se estivesse no fundo do mar, onde encontramos as manifestações artísticas e literárias que preenchem um vazio institucional comum. De facto, é nestas reconstruções literárias, primeiro curativas e depois testemunhos, que se destaca a memória de um país que se gaba de se ter libertado do fascismo sem derramar uma gota de sangue, quando este foi derramado em África.

A memória colectiva, portanto, destaca-se neste movimento de construção de uma anti-epopeia colonial em resposta à auto-imaginação que Portugal se deu ao longo dos anos. Além disso é crucial a passagem na qual, citando Benjamin, Calafate Ribeiro e Vecchi reflectem sobre a necessidade de interrogar os fantasmas do passado que habitam a imaginação contemporânea, a fim de dar voz aos gritos que sempre foram marginalizados. A síntese dialéctica deste movimento entre relíquias e ruínas revela-se indispensável para reconstituir uma memória que parece estar latente, mas que na realidade pede para ser ouvida. Esta memória é como se estivesse subjacente ao inconsciente colectivo cunhado por Jung, este ponto de vista psicanalítico permitir-nos-ia compreender a natureza problemática de Portugal contemporâneo constituído por traumas e feridas que nunca foram curadas. Em fim, em Portugal se constui a imaginação duma Nação grande e democrática, mas em realidade depois da entrada na CEE, Portugal teve que enfrentar-se com o fato de ser uma nação quase periférica e com ainda uma forte ligação com o Atlântico, mas esta conexão pode ser ambivalente só se se escuta o outro lado do cabo, o Atlântico sul.

#### Texto 6.M4 - Informante 6

A literatura da guerra para a memória coletiva

O que analisa Margarida Calafate Ribeiro no seu texto “O que restou do mar” é a importância da literatura da guerra colonial na reconstrução de um passado que ainda hoje **presenta-se** como fragmentário e confundido. Na sua reflexão ela considera tanto os textos que definimos testemunhos, que ela diz que apresentam “uma relação comprometida entre uma falha da memória coletiva e um excesso de memória pessoal ou entre a história e o testemunho elaborado mais o menos romanescamente”, como os textos consequência, que ela define como “aqueles que a partir da periferia africana e da experiência aí vivida vão repensar a imagem da nação e revisitar a imagem desse império que durante séculos nos permitiu «imaginar o centro»”. \*O aspecto então mais evidente, sempre seguindo a reflexão da Margarida Ribeiro, é que estes textos são por um lado elementos fundamentais para refletir sobre o modo português de estar em África e por outro são ferramentas indispensáveis para entender Portugal hoje. Sobre este último ponto, ademais do problema e do tema do racismo, é importante adicionar que a reconstrução a través da literatura de este evento, recordando que por um lado representou uma vitória de uns países que tornaram-se livres e por outro uma derrota pelos portugueses, de facto convive com um sentimento nostálgico do colonialismo que é parte de uma reflexão mais ampla sobre a identidade de Portugal como nação e que envolve uma inteira geração assim como vá a envolver as gerações futuras, o seja que a guerra teve um impacto muito forte dentro da mesma estrutura identitária portuguesa e isto permanece também depois de muitos anos. Podemos dizer que é um dos motivos que ainda hoje, não obstante a contribuição não só da literatura, mas também do cinema, das fotografias etc... é difícil aceitar os horrores da guerra, e isto é o que se pode definir com o “espectro da guerra” que já passou, mas deixou consequências indeléveis na memória de todos; na verdade são esses os problemas sobre os quais, de diferentes maneiras, os escritores de um lado ao outro do mar se interrogam o que para mim é necessário para poder ir adiante, para respeitar os povos que tem sofrido os horrores da guerra e para respeitar as suas memórias e na verdade chegar a partilhar essa memória entre todos.

\* "O que restou do mar" Margarida Calafate Ribeiro (2004; pag. 7)

#### Texto 7.M4 - Informante 7

Literatura dos fragmentos

No início do capítulo ‘O que resta do mar’ (no livro *Uma história de regressos*, 2004) Maria Calafate Ribeiro interroga-se sobre a questão da literatura da Guerra Colonial de Portugal na África, começando pela reflexão sobre a função que este conjunto de obras literárias pode exercer na compreensão de um passado tão complexo e traumático. A autora sublinha como há uma interessante oposição entre a presença de um número enorme de memórias pessoais (expressadas através de formas mais ou menos literárias) escritas por parte de aqueles que, direta ou indiretamente, passaram pela experiência da guerra, e a quase completa ausência (apontada por Eduardo Lourenço no artigo *Da ficção do Império ao Império da ficção*) de uma historiografia criticamente construída daquela experiência. Noutras palavras, o que se percebe é a fragmentação da passado colonial numa multitude de experiências pessoais, que têm que ser reelaboradas criticamente numa reflexão mais ampla, para que a sua mensagem seja universalizada e transformada numa memória compartilhada e coletiva.

O conceito de fragmentação pode ser entendido de várias maneiras; por exemplo, pode referir-se à forma literária com que as memórias pessoais da guerra colonial foram frequentemente expressadas, ou seja através de textos sob a forma de fragmentos. Mas o fragmento pode também ser conceptualizado como um pedaço de vida, como uma pequena fração da experiência traumática da guerra que emerge do fundo da memória do indivíduo e pede para ser reexaminado, para que nele o indivíduo possa tentar conferir um significado ao ‘absurdo’ da guerra, para empregar um termo de Lobo Antunes.

O fragmento pode então ser associado aos conceitos de ‘resto’, ‘ruína’ e ‘escumbro’, três elementos fundamentais na análise da literatura da guerra colonial, como apontam Vecchi e Calafate Ribeiro em *A memória poética da guerra colonial na África* (2012). Conforme os autores, estes termos são caracterizados por uma multiplicidade semântica, que enfatiza a problematidade da sua compreensão. O termo ‘resto’, por exemplo, ‘se apoia numa dupla etimologia que raia a contradição, significando, ao mesmo tempo,

perda e permanência'; da mesma forma, o termo '*ruína*' é caracterizado por 'uma tensão dupla, um duplo gume temporal', pois se refere à 'quebra de equilíbrio que produz a perda, a falta', mas pode também 'produzir um sentido do tempo, da história [...] pelo que restou'. A estes dois conceitos junta-se o terceiro termo, na minha opinião o mais problemático deste conjunto, o de '*escombros*'. Os escombros são definidos pelos autores como 'restos mudos, que não remetem para nenhuma totalidade, ou sentido, possível'. Como é possível, então, subtrair o passado à sua mudez de escombros? Acho que a única maneira de trazer à luz os fragmentos de uma experiência ainda tão controversa seja através de um trabalho de reelaboração crítica que não se limite só à simples narração delas, mas que coloque essas experiências num quadro mais amplo de reflexão, em relação aos eventos históricos, sociais e políticos que caracterizaram o colonialismo do Portugal. Ou seja, a literatura, para tornar-se universal e para construir uma verdadeira 'comunidade da memória', tem que abandonar o seu caráter puramente individual e pôr-se em comunicação com os eventos históricos de Portugal, refletindo sobre as mitologias, as estruturas sociais, as ideologias que levaram esta nação para o evento trágico da guerra colonial. Só assim será possível lidar com o trauma da guerra e 'subtrair os escombros ao seu silêncio memorial'.

#### Texto 8.M4 - Informante 8

Fantasmas de fantasias que causaram escombros

A relação entre a guerra das colônias de Portugal em África e as reflexões históricas e literárias que desta surgiram merece ser estudada por suas características de certos modos psicoterapêuticos, que a tornam um tema muito complexo. Eduardo Lourenço observou uma "insólita ocultação dos avatares da última fase da [nossa] velha aventura colonial" que coincidiria com "os naturais mecanismos de recusa, denegação e luto", como acrescenta Margarida Calafate Ribeiro na sua obra *Uma história de regressos. Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Um mecanismo de recusa e de afastamento da explosiva herança da guerra que gerou muita dor tanto entre as famílias portuguesas dos homens mobilizados – e depois mortos ou mutilados – como no corpo da pátria. Neste sentido o mecanismo de ocultação era a imaginação e a esperança que fosse possível fazer desacontecer a guerra e a dor que procurou, como se tudo tivesse sido "um engano, um equívoco, uma história de mal-entendidos". Podemos dizer que este representa, por uma parte, o pacto de memória coletiva que surgiu dos despojos do "naufrágio" que foi, para Portugal, a guerra colonial.

Mas "a guerra não estava só em África, onde o regime gostaria de a ter deixado desejando que não tivesse acontecido", pelo contrário "vinha a bordo dos navios que regressavam". Neste sentido, alguns autores se fizeram testemunhos da experiência – vivenciada ou não – para exorcizar o silenciamento social e político e os fantasmas traumáticos da memória coletiva. Inicialmente as obras tinham função individual e terapêutica – quase num excesso de memória pessoal e subjetiva – depois seguiram a forma da reescrita. Acho que uma das imagens mais significativas do colonialismo que oferece essa literatura é a da fragmentação em pedaços, dos corpos de todas as pessoas envolvidas – mutiladas, amputadas, esfaceladas e mortas também – e também do corpo da pátria, dividido entre um pequeno país europeu – que vai se corroer por dentro – e uma empresa colonial ultramarina, em África.

Além das fotografias, que bem registaram esse aspecto da fragmentação dos corpos, também a poesia tentou elaborar o trauma colonial e preencher o "vazio historiográfico", silenciado, mas irremediavelmente inscrito no presente – como Fernando Assis Pacheco faz entender quando diz: "Dizem que a guerra passa: esta minha / passou-me para os ossos e não sai". Neste sentido, a poesia tentou dar voz a "algo que perdeu a sua inteireza, mas que deixou, no entanto, traços, sinais, restos", como bem se diz no capítulo *A memória poética da guerra colonial de Portugal na África. Os vestígios como material de uma construção possível*, escrito por Roberto Vecchi e Margarida Calafate Ribeiro. De fato, são justamente as imagens dos vestígios, dos rastros, dos restos, das ruínas, dos escombros e dos despojos que representam o tema central e fundamental desta poesia da guerra colonial. Entre permanência e perda, entre "um quase e um não ainda", entre desagregação do tempo da história e produção do sentido mesmo de tempo, a poesia tenta dar conta da "catástrofe da mitologia telescópica – porque variável nas suas dimensões culturais e públicas – da «casa portuguesa»". Isto põe outra representação importante do colonialismo português, que a poesia e a literatura tentam desestruturar, ou seja que essa "casa portuguesa" se baseia numa figura quiasmática em que "as imagens de centro construídas por Portugal vêm rodeadas de fantasmas da periferia e, simetricamente, as imagens da periferia estão frequentemente imbuídas de fantasias de centro".

A figura dos fantasmas também remete para o trauma da experiência colonial que ainda deve ser elaborado e por isso implica "um luto por fazer". É esse o trabalho que a poesia assume, que a torna num potencial cemitério onde pode ser possível enterrar e nomear os mortos para conseguir elaborar o luto dos fantasmas da experiência colonial, não bem identificados. Junto a literatura de que falámos antes, a poesia tenta construir "um sepulcro literário de uma nação imperial que urge enterrar, sem que consiga fazê-lo", a partir das "memórias, ruínas, murmúrios e fantasmas" que, por causa de tudo isso, permanecem insepultas.

#### Texto 9.M4 - Informante 9

Traços da guerra

A literatura colonial é um tema muito vasto em português e tudo o que hoje reflete a sociedade portuguesa (com os seus méritos e falhas), é o resultado daqueles anos terríveis, cheios de buracos negros, que no entanto a literatura (uma ferramenta muito poderosa) conseguiu preencher (em parte). Este período histórico certamente lançou muitas sombras sobre o que é a imaginação africana moderna; um fenómeno muito comum, na minha opinião, que melhor pode representar esta visão distorcida é o racismo. Um tema de que falámos muitas vezes, mas que deixa sempre espaço para reflexões sobre o mundo moderno e como estas sombras vieram até nós, hoje, com um eco muito importante.

Apreciei também a leitura da memória poética da literatura colonial e o dualismo frequente de significados da palavra "resto": algo estável, que permanece, mas ao mesmo tempo é apagado. Esta é, a meu ver, a imagem mais importante do país de hoje, ligada a um sentimento de "nostalgia", mas também de um desejo de iluminar os mistérios desta guerra, de esclarecer os mortos e o que resta de um passado não muito longe de nós. O papel da poesia é importante nestes trechos: é também o portador da verdade, do desejo da verdade. Não é um papel simples, naturalmente, ser portador de uma verdade objetiva, mas sobretudo ameaçada por uma realidade que tende a querer silenciar o que era, sobretudo por uma questão de imagem política do Estado português.

Hoje em dia, em Portugal, penso que é importante ter de esclarecer os verdadeiros horrores da guerra colonial, por respeito aos povos que tiveram de sofrer a barbárie da guerra; e depois para uma questão relacionada com a cidadania portuguesa moderna, que tem o direito, através da literatura, de conhecer, de conhecer o sofrimento, os problemas que a Guerra Colonial tem arrastado com o passar



das décadas. Porque a guerra é isso, é um traço, tem uma dupla natureza. É algo que já passou, mas ao mesmo tempo permaneceu, e deixou consequências indeléveis na memória de todos.

#### Texto 10.M4 - Informante 10

A conceitualização das representações da guerra

Na literatura colonial, há muita evidência de que a guerra colonial foi ignorada e negligenciada. Em *Autópsia de um Mar de Ruínas*, de João de Melo, nós temos: “É proibido dizer que há guerra”, e em *A Costa dos Murmúrios* de Lídia Jorge se lê: “A desvalorização da palavra [guerra] correspondia a uma atitude mental extremamente sábia de intenso disfarce”.

Em geral, diz-se que parece que ninguém se importa da guerra, e parece que haverá um futuro em que esta guerra nunca terá existido. A ocultação da guerra foi um ato político; eles tentaram fazê-la desaparecer, para que parecesse um mal-entendido. Também é verdade, porém, que a memória e o testemunho de acontecimentos traumáticos, dados por processos individuais de escrever diários, histórias ou romances, contribuíram para a negação desta guerra.

É importante ter em conta esta literatura, especialmente porque dá uma visão geral do que Portugal foi e do que se tornou, e de todos os processos de desterritorialização e reterritorialização, identificados por uma trajetória de perda individual ou coletiva. É neste período que começa a emergir o conceito de identidade portuguesa contemporânea. A memória poética aspira, assim, a uma memória coletiva, aspira a tornar-se memorial de um tempo escoado, mas que continua a ter repercussões no presente.

Esta memória e o esquecimento da guerra fazem parte de uma memória nacional que continua a alimentar o racismo sistémico, evidente no comportamento da polícia, políticas de habitação e segregação, leis de nacionalidade.

A literatura, nesse sentido, tem uma função política social e coletiva, de denunciar a tragédia da situação, serve para que ela não seja esquecida, considerando o fato de que a guerra resultou um acto de liberdade.

Frequentemente emergem os discursos dos retornados, da retórica do “encontro de culturas” entre os portugueses e os povos das colônias. Estas histórias focam-se no ressentimento ou nostalgia pela perda da África.

Então, o que foi a guerra? Lobo Antunes e Manuel Alegre descrevem-na como uma tomada de consciência, e o regresso a Portugal como uma oportunidade de introspecção, deixando espaço para dúvidas e hesitações. Também porque a guerra não é do interesse apenas a África, mas também incluía a pobreza e a miséria de praticamente todas as famílias portuguesas.

Da literatura conclui-se que foi Portugal que “perdeu”, e por esta razão, portanto, precisava de tematizar a sua própria identidade. Uma das interpretações desta derrota política vê os movimentos de libertação africanos como aqueles que “libertaram” Portugal do fardo de ser um império colonial.

Esta ideia é bem transmitida pela forma em que o império é descrito, ou seja, como «um mar de ruínas» (João de Melo), ou como «costa dos murmúrios» (Lídia Jorge). É, portanto, um lugar de fragmentação e desolação, da qual apenas ruínas e fantasmas permanecem.

#### Texto 11.M4 - Informante 11

Literatura como memória

A literatura da Guerra Colonial se desenvolveu, em princípio, como uma terapia individual e exorcismo para lidar com um passado traumático através de textos chamados de “textos-reflexo”, os quais davam testemunho de eventos e, só mais tarde, se produziram “textos-consequência”, os quais nasceram como reflexões sobre os eventos traumáticos e lançaram as bases para uma memória coletiva, que tinha sido silenciada até aquele momento. Essa literatura queria preencher o vazio deixado pela falha de uma memória coletiva pós-25 de abril, cuja razão foi identificada na “incapacidade de avaliar as condições reais para lidar com tão dolorosa herança”, como escreveu Margarida Calafate Ribeiro em *Uma história de regressos*. As funções desses “textos-consequência” eram a de reagir contra uma amnésia coletiva e a de reparação moral, individual e plural. No entanto, essa literatura originou também uma reflexão, a partir da desterritorialização e da reterritorialização, sobre a própria identidade e sobre o próprio país e é significativa uma das frases q emergiram: “África era um espelho do Portugal” e, por isso, a literatura da guerra não se refere apenas a aquela colonial, mas também a uma guerra que existia cada dia no Portugal caracterizada pela censura, pelo policiamento das pessoas, pela pobreza e pela miséria. *A África-espelho* torna visível um Portugal em pedaços com indivíduos frágeis e em pedaços por sua vez que sentiram a necessidade de falar de identidade e identificação para recuperar o próprio eu perdido na violência da guerra em África, que era a mesma violência alienante do Portugal e isso explica o caráter testemunhal de grande parte dessa literatura.

Por outro lado, para falar da literatura que contribuiu para a construção de uma memória coletiva, é necessário mencionar a poesia, a qual englobava experiência, modernidade e representação. Com a poesia, os escritores tinham a intenção de compartilhar sentimentos e emoções com a comunidade, já que a memória coletiva da guerra é ainda em construção. A memória poética, formada por vazios e silêncios, tem o objetivo de se virar uma memória plural e política, através da qual se possam recuperar e elaborar os fantasmas do passado que ainda afetam o presente, porque a guerra terminou há décadas mas a elaboração dela é ainda um processo em aberto. Essa memória é frágil pela natureza dos materiais que a compõem e pelo risco de dissolvência porque “apagar é ao mesmo tempo construção e destruição da memória”, mas sobretudo é precária porque os restos que a compõem não se deixam elaborar e tem a tendência a remoção acrítica do traumático do passado que impede que a memória se forme e que se reelabore criticamente o que aconteceu para depois não ter que lidar mais com os fantasmas não enterrados. A cultura moderna tenta apagar fantasmas sem dar para eles um *enterro digno*. Nessa construção de memória, da qual derivam rastros e recordações, a poesia tem o papel de dar significado aos rastros/restos por meio da narração e os restos, que por sua natureza podem se referir a perda e a permanência, diante do leitor, podem produzir muitas diferentes interpretações e daqui deriva o caráter plural da memória mesma. Para concluir, é relevante a frase de Vecchi & Calafate Ribeiro: “Contemplar a ruína possui portanto um valor simultaneamente terapêutico e histórico” e então parece que a comunidade de memória no Portugal ainda está olhando para as ruínas do passado não enterrado, cujos fantasmas produzem fantasias pós-coloniais que continuam tendo suas raízes no pensamento colonial e essa comunidade ainda não conseguiu sair do instável equilíbrio dado pela falsa inocência.

#### Texto 12.M4 - Informante 12

## Lugares da memória

O texto crítico *O que restou do mar* de Margarida Calafate Ribeiro abre-se com uma questão histórica importante: depois do 25 de Abril, em Portugal tem uma forte ocultação do que aconteceu com a guerra colonial devida, por um lado, a um artifício de vontade e, por outro, a uma incapacidade de entender o que levou esta dolorosa herança. No entanto, se o novo regime queria deixar em África o passado da guerra, abandonar o seu destino Atlântico e optar pela Europa, como bem evidencia Ribeiro, os navios que regressaram ao cais portugueses transportavam aquela guerra que o país queria esquecer. Neste contexto, a literatura desempenhou um papel de reconstrução daquela memória ocultada pelo Estado através de uma produção de textos-reflexo e textos-consequência que tinham definido o império como um “lugar de massacre” e tinham construído um sepulcro literário importante.

Mas a pergunta é uma outra: a força do sepulcro construído pela literatura é suficiente? Em *A memória poética da guerra colonial*, Ribeiro reflete sobre um importante aspeto já tratado pelo Walter Benjamin, ou seja, a fragilidade da memória poética no momento em que se relaciona com uma experiência complexa como aquela da guerra e o seu carácter dúplice de vestígio, permitindo-nos um processo de apropriação do elemento, e de aura que, pelo contrário, se apropria de nós. No contexto de Portugal e do fim da guerra colonial, o dispositivo de ocultação e apagamento selecionou alguns elementos da experiência e apagou tudo o resto, deixando entender que “a guerra nunca existiu”. Então, a constituição de lugares da memória, materiais ou físicos, como museus, cemitérios ou uma simples instalação como aquela feita pela Angela Ferreira no EXPO 1998 com a escrita “*Kanimambo!*”, que queria destacar as atrocidades das violências exercidas sobre as vítimas do passado, se torna um processo importante para constituir-se uma “comunidade da memória” e, deste modo, respeitar as pessoas transformadas em fantasmas pela história. Estes lugares tornam-se importantes porque a memória é fortemente ameaçada do silêncio, o mesmo silêncio de Portugal pós-25 de Abril e o silêncio da impossibilidade de entender a experiência que, como mencionou o Benjamin, leva à expulsão da memória e de todos os seus rastros. Todavia, a constituição dos lugares da memória, de uma memória coletiva e uma comunidade da memória será possível só através do enterramento e da nomeação daqueles fantasmas que Portugal não queria enterrar e nomear, preferindo o silêncio e a negação do passado, porque teria significado fazer contas com as consequências, e assumir-se, finalmente, a culpa da violência exercida.

**Texto 13.M4 - Informante 13**

A poesia como “texto-consequência”

A Guerra Colonial conduzida por Portugal em África é o maior “não dito” da história mais recente do país. Ainda hoje permanecem elementos da sociedade que negam a realidade histórica da guerra como conflito injustificado, baseado no pressuposto colonialista e, por isso, imperdoável. Na qualidade de evento traumático da história portuguesa, seja para os sobreviventes da guerra, seja para a imaginação da nação, o meio para conhecer essas experiências, individuais e coletivas, é a literatura: como descreve Margarida Calafate Ribeiro em seu texto, “Perante a falha da memória colectiva [...] impôs-se àqueles que regressaram desta experiência de guerra, ou que a viveram de maneira muito próxima, o testemunho individual, sob a forma de poema, diário, conto ou romance”.

Existe, porém, uma diferença fundamental entre a história relatada pela literatura em prosa e a representação da poesia, que poderia ser interpretada através da distinção operada por Calafate Ribeiro em *O que restou do mar*: “[...] textos-reflexo desta guerra – testemunhos de uma experiência – e textos-consequência, isto é, aqueles que ultrapassam o carácter meramente testemunhal de uma realidade vivida para, a partir dessa experiência, elaborarem uma reflexão mais ampla sobre o vivido, num sentido individual e colectivo”.

A prosa é um instrumento versátil, que pode ser utilizado seja para relatar fatos históricos de uma maneira documental, seja para expressar a individualidade da experiência, como demonstram, entre outros, os romances escritos por António Lobo Antunes. Ela permite lidar com o trauma e analisar conscientemente o passado, compartilhando ao mesmo tempo a experiência individual com si próprio ou com o público. Essa experiência individual narrada em prosa pode então ser coletivizada, **ampliada** num sentido mais geral, aplicando-a a todos os que compartilharam a mesma realidade.

A poesia, no entanto, oferece uma possibilidade literária mais específica, devido à natureza mesma do texto poético. Como é evidenciado no texto *A memória poética da guerra colonial*, os primeiros textos literários produzidos depois do 25 de Abril desempenhavam uma função documental que não corresponde ao papel da poesia, pois “A memória poética é em si mesma, [...] o limiar de uma memória que aspira à projeção de uma memória plural, não ainda pública, mas já subtraída à singularidade intransponível de um eu enclausurado e mudo”.

A prosa constitui, portanto, os “textos-reflexo”, enquanto a poesia corresponde aos “textos-consequência” definidos por Calafate Ribeiro, pois o texto poético não reflete somente sobre o passado, mas relaciona aquele passado com o presente. Os vazios de expressão que compõem a poesia, os seus significados subentendidos, representam a realidade da história que se apresenta ao nosso olhar contemporâneo, uma realidade composta por débeis vestígios que devemos interpretar para poder visualizar uma imagem mais completa do passado. É um apagamento de expressão, que nega o passado pois nega uma descrição detalhada da história, mas “através do papel ativo do esquecimento, a memória aproveita, seleciona e subtrai elementos do vivenciado” (*ibidem*), e por isso contribui a construir a memória mesma.

A exiguidade intrínseca da expressão poética se alinha, portanto, com a natureza fragmentada da história da Guerra Colonial, e constitui um instrumento poderoso para representá-la de uma maneira talvez imperfeita, mas ao mesmo tempo universal.

**Texto 14.M4 - Informante 14**

Reterritorializar os fragmentos de uma memória fantasmática

A literatura portuguesa da guerra colonial surgiu como necessidade: ao silêncio da nação, opôs-se a voz de quem naquela guerra participou e conservou as cicatrizes, físicas mas sobretudo psicológicas. De volta dos países da África, os portugueses que tinham combatido, encontraram um país em silêncio a este silêncio paradoxalmente ensurdecedor responderam com a suas palavras, o seu “testemunho individual” (M. Calafate Ribeiro, p. 248): hoje aquelas palavras constituem uma literatura que tenta compensar um vazio, uma lacuna, nacional, uma “falha da memória coletiva” (*ibidem*).

A literatura da guerra colonial se torna na arma de um advogado na sua argumentação perante o tribunal da história: se a argumentação biopolítica coloca o colonialismo na dimensão da exceção, a História se torna insuficiente para que “uma guerra que não pode

juridicamente existir” (Vecchi, p. 158) possa ser compreendida. E é a aqui onde entra em jogo a literatura: como os sobreviventes dos campos de extermínio nazis – outra magistral expressão de biopolítica como explica o professor Vecchi no seu ensaio – contrastaram a descrença de quem os campos não os tinha vivido (nem remotamente visto) através da palavra escrita – da memória pessoal que se torna literatura – assim os portugueses de regresso da África contrastaram o silêncio da própria nação criando um novo gênero, uma nova literatura que fosse testemunho e fotografia de uma experiência que em pátria tinha tocado infinitas famílias mas que quem não tinha vivido em primeira pessoa não podia compreender. “Estás mais magro. Sempre esperei que a tropa te tornasse um homem, mas contigo não há nada a fazer.” diz a tia ao protagonista de *Cus de Judas* perante os efeitos de uma guerra que legitima sem conhecê-la. Os testemunhos que agora têm os *status* de literatura, são as vozes de que tarde demais compreendeu os efeitos das suas ações: “era eu que me acusava e condenava” (Lobo Antunes citado por M. Calafate Ribeiro, p. 255), os portugueses que deixaram a pátria eram nada mais do que fragmentos desterritorializados despachados para desmembrar outros países mas sobretudo outras pessoas. Impossível reterritorializar fragmentos psicológicos perdidos em outras terras, apesar do regresso dos corpos: deixar o próprio testemunho assim significa conceder àqueles fragmentos psicológicos o próprio sepulcro literário, emprestando as palavras de Calafate Ribeiro (p. 257). A literatura da guerra colonial se torna assim no sepulcro da imagem dupla e dúplice daquela nação imperial que longamente tinha tentado se projetar no Atlântico e que como último recurso tinha se refletido naquela África tão – e ao mesmo tempo tão pouco – portuguesa.

Então, África é um grande sepulcro psicológico, de imagens não esquecidas mas que ao mesmo tempo não se querem ver, imagens de um Portugal que não se quer ver: de certa forma, África representa um dos tantos regressos possíveis para Portugal, que se projetou para fora e que também para fora projetou os seus cidadãos que agora são a sua voz, escrita nas páginas de uma literatura que é guerra, regresso, testemunho, denúncia, mas sobretudo que é memória, a memória dos portugueses projetados e dos portugueses permanecidos. A literatura portuguesa da guerra colonial, obra de portugueses para portugueses (senão de europeus para europeus), é uma luta: se, de acordo com a biopolítica de Foucault, vida e política fazem parte de um mesmo conjunto que as põe num plano de dependência causal que é ao mesmo tempo conservação e negação da comunidade, a comunidade tem o dever de ultrapassar o limite da biopolítica para se considerar parte de uma afirmação e não de uma negação. Aceitando se mesma e aceitando a sua mesma história, a comunidade portuguesa pode assumir o peso da memória e se tornar uma comunidade de memória, permitindo assim o regresso consciente dos fragmentos espalhados pelo esquecimento silencioso perpetrado ainda hoje e concedendo àqueles fantasmas do colonialismo a digna sepultura sem a qual são impossíveis a memória e a elaboração de um luto nacional que é África e é Portugal.

#### **Texto 15.M4 - Informante 15**

Invasão do passado no presente

Como espõe Margarida Calafate Ribeiro na *Memória poética da guerra colonial de Portugal na África entre 1961 e 1974* decorria uma guerra entre Portugal e suas colônias: Angola, Moçambique e Guiné-Bissau que tocou todas as famílias portuguesas. Manuel Alegre, por exemplo, participou da geração que fez a guerra colonial. No começo se achava que fazer a guerra seria como “esvaziar uma meia” mas ao regressar da África tomaram consciência da real situação do que era realmente fazer a guerra e o contato com os africanos que lhe permitiram uma visão das coisas diferentes. Os dois povos, portugueses e africanos, sofreram violências físicas, psicológicas e sociais, nas mentes e nos corpos de homens mortos, mutilados e amputados. Os portugueses iniciaram uma grande colonização criando um Império usando os povos africanos como escravos. Os africanos foram envadidos nas suas terras, por muitos anos foram explorados, comercializados e vendidos como animais e também as suas raízes culturais foram oprimidas. Depois de tanto sofrimento a África tomou consciência da sua condição e começou a organizar-se para a própria libertação. Não sendo só um país que lutava pela sobrevivência, combatiam com agressividade e usavam de frases de revolta contra os colonizadores como: “*vai na tua Terra portugueses*” ou “*não precisamos de vocês para nada*”. A independência da África teve um êxito positivo para os africanos mas para os portugueses foi negativo. Portugal se manchou do sangue derramado dos africanos durante a guerra de libertação colonial mas ao mesmo tempo sofreu além da perda do controle do centralismo do Império na África, a perda de vidas de homens que foram mutilados e feridos levando para casa uma experiência traumática. A descolonização reformulou geopoliticamente o país, deixando um trágico problema para a comunidade portuguesa que tentou ocultá-la, recusa-la desejando que não tivesse nunca ocorrido, como uma história de mal entendidos. A descolonização implicou dois períodos no país: a primeira fase conquistadora, desbravadora, rica de Portugal que foi e uma segunda fase mutilada, pobre de Portugal que regressou. A literatura é um registro de reelaboração e difusão do que aconteceu, que contribuiu a criar uma cartografia de rastros da guerra. A literatura de um lado conserva a **testemunhança** individual traumática dos acontecimentos da guerra expressados na narrativa através de várias formas de arte; e do lado oposto essa literatura apresenta um excesso de memória individual que acaba excluindo a memória coletiva. A literatura da guerra descreve a fase da desterritorialização e de reterritorialização que determinam a passagem de Portugal centralizado no espaço colonial através do Império para a centralização de Portugal através da Europa. Podemos observar que por um lado a memória vem ameaçada e está em risco e pode dissolver-se como fantasmas num grande silêncio. De outro lado tem a poesia de frases fragmentárias e experiências de autores diretamente ou indiretamente envolvidos na guerra.

### **Anexo 1.5 - Textos Módulo 5**

## **ABOLIÇÃO E ESCRAVATURA**

#### **Texto 1.M5 - Informante 1**

A escravidão como linguagem contemporânea

14 de março de 2018, morre Marielle Franco.

Por ocasião do festival *internazionale a Ferrara* 2019 Mônica Benício, viúva da Marielle Franco, veio dar uma palestra e o que a activista salientou imediatamente foi que o assassinato de Marielle foi um assassinato político ditado pelo facto de a vereadora carioca ser o epitome do que é estigmatizado no Brasil ou seja ser uma mulher, negra, homossexual e afavelada.



Estas reflexões extremamente contemporâneas levam-nos ao núcleo da questão actual do silenciamento e marginalização daquilo que representa plenamente a história da cultura brasileira, ou seja a sua "negritude" e a profunda ligação da sociedade ao sistema escravagista que, assim que vê a presença de "corpos subordinados" em lugares de poder, sente-se em perigo. De facto por muito que o Brasil liderado por Bolsonaro insista em declarar-se uma *democracia racial*, este conceito revela-se paradoxal e impreciso face à realidade dos factos.

Como a antropóloga Lília Schwarcz explica no seu texto *Sobre o autoritarismo Brasileiro*, nomeadamente no capítulo *escravidão e racismo*, pode-se compreender o alcance que o sistema escravagista e a sua aparente abolição tiveram na sociedade brasileira de hoje. Com efeito, a autora explica que o sistema escravocrata transformou-se num modelo tão enraizado que acabou por se tornar numa linguagem; uma linguagem que ainda hoje está presente nos modos de interacção entre as várias classes sociais. A antropóloga prossegue afirmando que o racismo actual se baseia na classe e não na raça. Aliás, os dados dos últimos anos mostram como o acesso à escola, à saúde e ao bem-estar em geral está sempre ligado à cor da pele negra, o que muitas vezes corresponde a uma classe menos rica. Este caminho que nos leva aos dias de hoje, permite compreender algumas leis que ao longo dos anos contribuíram para uma liberdade fictícia dos *afrodescendentes* concedendo-lhes apenas uma libertação formal, mas sem a possibilidade de redenção social real. De fato é essencial o que o Walter Fraga salienta no seu texto *Pós abolição; o dia seguinte* traçando o aparelho jurídico falacioso dos vários momentos para a libertação dos afrodescendentes, basta pensar na lei das terras de 1850, que de facto não permitia aos futuros libertos iniciar a sua própria independência fundiária. Assim, é evidente que a lei áura do 1888 é uma data contraditória que resume todos os momentos paradoxais através dos quais chegámos ao fim da escravatura. Nesta conjuntura, Sérgio Buarque de Holanda deslocaliza o conceito de revolução, reconduzindo a palavra ao seu significado mais antigo, nomeadamente o de movimento conservador. Com efeito, a sociedade brasileira no final do século XIX não iniciou um verdadeiro processo de fim da escravatura, pelo contrário esta foi relegada para as favelas onde a maioria da população é afro-descendente e tem um acesso limitado aos recursos da assistência social. Em fim é por esta razão que o assassinato de Marielle Franco é hoje apenas a ponta do iceberg de um racismo coberto e enraizado nas origens da sociedade brasileira contemporânea e que ainda precisa ser desconstruído e aprofundado.

### Texto 2.M5 - Informante 2

Uma revolução ilusória

No seu livro *Sobre o autoritarismo brasileiro*, Lília Schwarcz evidencia como o fenómeno da escravatura, que marcou uma parte considerável da história brasileira, constitui um substrato ideológico e político que, alimentando-se de intolerância, desigualdade e violência, permanece latente na sociedade para ressurgir nas atitudes racistas contemporâneas. A modernidade brasileira é, portanto, fortemente marcada pela história da escravidão, que, como aponta Lília Schwarcz, 'foi bem mais que um sistema económico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita.'

Uma sociedade cujo passado é tão fortemente enraizado num sistema baseado na violência e na desigualdade não pode esquecer esses mecanismos com tanta facilidade: 'o sistema escravocrata só aparentemente restou fncado no passado', mas na verdade permanece na sociedade brasileira de hoje, influenciando fortemente a sua estrutura política e social.

O que Lília Schwarcz destaca no seu livro é que a abolição da escravatura em 1888 não foi, apesar das mudanças que introduziu na estrutura social, uma verdadeira revolução. Na verdade, essa representou de fato 'uma escandalosa injustiça amparada pela artimanha da legalidade', ou seja, a 'revolução' foi só formal: os escravos foram libertados, mas a desigualdade permaneceu. Isto acontece porque, em primeiro lugar, a abolição não foi associada com verdadeiras mudanças em matéria de direitos sociais e políticos: os escravos libertados não tinham nem direitos nem a possibilidade de mudar a própria condição e então permaneciam numa situação de desvantagem. A abolição não foi acompanhada por reformas que realmente visavam melhorar as condições de vida dos ex-escravos, que ainda estavam sem direitos, sem instrução, sem perspectivas; desta maneira ela só fez com que a raça se convertesse em classe social, favorecendo assim a produção da injustiça por meio da biopolítica.

As contradições que caracterizam a abolição da escravatura no Brasil foram evidenciadas também por Walter Fraga em *Pós abolição; o dia seguinte*, onde o escritor descreve o dia da abolição, o 13 de Maio 1888, como uma 'grande festa' que parece, num primeiro momento, reunir escravos e senhores. Todavia, em pouco tempo, todos começaram a se dar conta que a 'expectativa de que dali por diante dias melhores viriam' não passou de uma ilusão: a mudança esperada logo revelou-se só uma mudança aparente, porque o sistema do poder permaneceu inalterado.

Então, ainda hoje o Brasil tem que se confrontar com os limites e as derrotas desta 'revolução parada', o mais alarmante dos quais é constituído pelo fenómeno do racismo, ainda profundamente arraigado na sociedade brasileira. Nas palavras da Lília Schwarcz:

'Se hoje em dia as teorias raciais saíram de voga, se o conceito biológico de raça é entendido como falacioso e totalmente equivocado em suas decorrências morais, ainda utilizamos a noção de "raça social"; aquela que é criada pela cultura e pela sociedade no nosso cotidiano'

### Texto 3.M5 - Informante 3

A abolição da escravatura no Brasil: um problema de desentendimento.

A impressão que tenho, depois de ter aprofundado o discurso sobre a escravatura através das leituras propostas, é dum forte desentendimento por parte da política brasileira ao atualizar todas as potencialidades revolucionárias, insitas no ato da abolição da escravatura.

A sensação geral é que estamos perante uma espécie de curto-circuito entre o plano do real e o plano da representação, entre o concreto e o ideal; neste sentido, acho absolutamente cortante a citação de Florestan Fernandes sobre os brasileiros como sujeitos que "*têm preconceito de ter preconceitos*", que se encaixa perfeitamente no quadro de um País que cuida muito mais a sua aparência do que a sua essência. Este contraste parece bem evidente quando tentamos argumentar e abordar a questão sobre a construção histórica e simbólica do que foi e ainda é o dia 13 de Maio de 1888 e de forma mais geral, quando nos aproximamos do tema do racismo.

Se na perspectiva da descrição histórica, este dia se tornou idealmente “o maior acontecimento da história brasileira”, “o dia da Liberdade”, no plano do real, na perspectiva da sociabilidade brasileira, a abolição da escravatura representa o golpe fatal, o último marco poderoso que nos permite entender todas as desigualdades e todo racismo contemporâneo.

Se o 13 de Maio é documentado como um dia de festa nacional, no sentido mais pleno do termo, com grandes contingentes de população marchando na rua e desfilando pelo centro das cidades, com jogo de artifícios num clima de entusiasmo geral, já no dia seguinte, depois das festas, os senhores ainda achavam que os escravos teriam continuado a trabalhar nas mesmas condições de antes. Estamos claramente perante um desentendimento muito forte no que, com certeza alguém deve estar enganado: são os escravos que levaram demasiado a sério a libertação ou são os senhores que não conseguiram entender que era tempo para uma virada concreta?

O sistema escravocrata brasileiro, como já tinha observado Élisée Reclus no seu estudo comparativista em meados do século XIX, nunca foi capaz de regular claramente as relações entre senhores e escravos, mostrando uma certa ambiguidade que tinha a ver tanto nas relações com os homens como com as mulheres: a cultura do estupro previa um sujeitamento total da escrava ao seu senhor, não só desde um ponto de vista sexual; pertencia aos seus deveres *mamar* e criar @s pequen@s senhore/as mas ao mesmo tempo era obrigada a abandonar as suas próprias crianças.

Como defende Lília Schwarcz, a escravidão desempenhou um papel decisivo, não apenas na economia, mas marcou para sempre a cultura e a sociedade brasileira passada, presente e futura. A ausência dum projeto político concreto e tangível decretou o fracasso de todas as expectativas ideais de tal ato; prever a abolição sem prever uma redistribuição das condições materiais de sobrevivência (as terras) criou um excesso de mão de obra que levou à transformação do escravo em servidor, decretando a sua exclusão tanto económica como a sua exceção em termos de reconhecimento de direitos e, por conseguinte, reconhecimento na história, permanecendo numa condição de subalternidade.

“A nossa Revolução” como a interpreta Sérgio Buarque de Holanda, na verdade, parece ficar no âmbito duma semantização ideológica mais do que duma realização política factual: se entendemos o termo revolução na acepção atual do termo, não individualizamos aqueles traços que são típicos em eventos deste tipo ou seja, a subitaneidade e a violência. A abolição no Brasil não foi um episódio fracturante e repentino mas, pelo contrário, um processo progressivo e de longa duração, que se desenvolveu ao longo do século XIX através duma série de medidas legislativas “intermedias”. Contudo, a liberdade formalmente proclamada nunca coincidiu com uma liberdade de facto: no dia seguinte ao 13 de Maio a maior preocupação era tentar controlar e limitar a liberdade do contingente de recém-libertos, que representavam agora uma ameaça da ordem pública e este controle, não só se fez quanto mais apertado, impedindo a busca de novos lugares e de melhores alternativas de vida, mas persiste ainda com a população negra tendo percentagens altíssima de morrer antes e mais do resto da população.

#### Texto 4.M5 - Informante 4

Fantasmas da escravatura na contemporaneidade brasileira

O efeito da abolição da escravatura e a não tomada de medidas que encontrassem uma aderência na prática das leis com respeito aos direitos dos ex-escravos é ainda tangível na contemporaneidade brasileira no fenómeno do racismo, sobretudo estrutural.

Como mostra Walter Fraga em “Pós-abolição; o dia seguinte”, uma vez que a escravatura foi abolida com a Lei Áurea no dia 13 de Maio de 1888, os grandes entusiasmos foram imediatamente moldados em repressão e em recolocação dos ex-escravos nos próprios lugares de subalternidade. De acordo com Sérgio Buarque (Raízes do Brasil) a abolição foi uma construção legislativa que mostrou, ainda uma vez, a atitude da nação Brasil de não fazer com que a prática e a teoria correspondessem: de facto já a constituição brasileira predicava os princípios da Revolução Francesa de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, sem, todavia, aplicar esses princípios à total realidade social e cultural brasileira. Então o que seguiu à abolição da escravatura foi essencialmente uma continuação da prática da escravidão com uma forte repressão dos afrodescendentes através, por exemplo, o controle sobre as manifestações de africanismo, com a consequência de obstaculizar um melhoramento das condições sociais e económicas dos ex-escravos.

Então o nível de disparidade social e económica entre os brancos e os negros se arrastou até hoje e os efeitos estão tangíveis por exemplo nas estatísticas que mostram que a população negra morre mais cedo com respeito à população branca ou também o facto que um jovem negro tem mediamente 2,5 vezes mais chances de morrer do que um jovem branco. Teve uma grande influência, como explica Lília Schwartz em “Sobre o autoritarismo brasileiro”, a afirmação das teorias deterministas após a abolição, no início do século XX, que, baseadas sobre estudos biológicos, determinaram o pensamento segundo o qual o homem branco fosse superior ao homem negro. Ainda que essa teoria determinista seja hoje desmontada, ela permanece na sociedade brasileira como uma teoria do senso comum, rendendo si mesma tangível através das manifestações de racismo estrutural na sociedade contemporânea brasileira. Em resposta a esse racismo estrutural, sobretudo a partir da segunda metade do século XX até hoje, o ativismo negro tentou mudar a condição da comunidade negra no Brasil, por exemplo através de ações afirmativas e cotas raciais. Mas ainda é longo o caminho da igualdade social e económica entre os brancos e os negros no Brasil.

Entendemos bem então que o racismo contemporâneo no Brasil mostra que a abolição problemática de 13 de maio de 1888 e a consequente resolução problemática do período da pós-abolição representa hoje uma **herdade** pesada, que continua a mostrar os efeitos negativos e deletérios que a abolição trouxe consigo.

#### Texto 5.M5 - Informante 5

“A liberdade é negra, mas a igualdade é branca”

“Desde então, aquele segundo domingo do mês de maio de 1888 deixaria de ser apenas um dia qualquer do calendário para ganhar as páginas da história do país, como um momento fundador, decisivo e crucial.”

É essa imagem distorcida e *deslumbrante* de Treze de Maio que fez com que o Brasil perdesse de vista os dispositivos criados pelo medo da velha elite, que queria manter viva a antiga hierarquia e tornar inviável a mudança social.

A legislação brasileira inventou umas artimanhas com vistas a agradar os pedidos de Inglaterra. É claro, porém, que os jovens escravos libertados em 1871 ficaram ao lado das mães deles, sem saber onde ir e seguindo, portanto, trabalhando para os senhores dos engenhos. É claro também que a Lei do Sexagenário foi só “para inglês ver” porque, na verdade, favorecia apenas os donos que agora podiam

deixar de cuidar desses escravos que já não conseguiam trabalhar, para além do fato de as condições laborais nas fazendas serem tão duras que a expectativa de vida dos escravos homens era entre dezenove e vinte e cinco anos.

No entanto, os ex-senhores do engenho não se contentaram apenas com a manutenção do cativo, mas fizeram de tudo para apagar a cultura e a identidade dos libertos porque “Afinal, festas e batuques sempre foram vistos pela classe senhorial como prenúncios de revolta”. É a partir dessa repressão do “Africanismo” que surgiram leis como as de 1805 e 1948 contra feiticeiros, charlatanismo e curandeirismo e a de 1972 da Alvará para terreiros; e outras, algumas das quais estão em vigor ainda hoje, como a de 1890 contra a “capoeiragem”, a de 1980 que foi utilizada pela polícia para associar o baile funk ao crime e, enfim, a de 2017 que criminaliza o ruído dos aparelhos de som instalados em veículos em vias públicas (<https://tab.uol.com.br/educacao/consciencia-negra/index.htm#page14>); Outro aspeto que a velha hierarquia tem tentado apagar é a ocupação de terras e de lugares públicos pelos escravos e libertos. Vale a pena lembrar a Lei das Terras que, determinando que as condições necessárias para obter terras eram a alfabetização e a compra dessas terras, estabeleceu os alicerces da transformação da cor da pele em classe social. É através dessa lei que, entre 1890 e 1930, os campos do estado de São Paulo foram concedidos a imigrantes europeus na tentativa de “branquear” o país. Pouco adiantou o Estatuto das Terras (1964) que por um lado tentou assegurar o acesso às terras das pessoas que nessas trabalhavam, mas que se esqueceu, por outro, de tomar em conta os quilombolas e as terras dos índios. Também cabe neste assunto a Lei de Vadiagem (1942) que imputou crime aos sem abrigo, ato que lembra muito da repressão à “vadiagem” contra os ex-escravos que se tornaram independentes graças à posse das fazendas dos senhores que, apavorados, se refugiaram nas cidades às vésperas de Treze de Maio.

Não é um exagero afirmar que esta engrenagem gerou um racismo sistêmico bem presente no Brasil de hoje: “Se, no ano de 2010, a taxa de homicídios foi da ordem de 28,3 a cada 100 mil jovens brancos, a de jovens negros chegou a 71,7 a cada 100 mil, sendo que em alguns estados a taxa ultrapassa cem por 100 mil jovens negros”.

“Nós, brasileiros, andamos atualmente perseguidos pelo nosso passado e ainda nos dedicando à tarefa de expulsar fantasmas que, teimosos, continuam a assombrar”. Como afirma Lília Schwarcz, o Brasil ainda tem que lidar com fantasmas do passado, como encará-los? Talvez os rumos sejam dois: citando de novo Schwarcz através de “[...] políticas compensatórias e transitórias que procuram designar para depois igualar”; e/ou através de um processo de sobreposição que, por exemplo, foi analisado maravilhosamente pelo fotógrafo Tatewaki Nio.

### Texto 6.M5 - Informante 6

A herança de uma meia conquista

O Brasil assim como outras regiões do mundo e da América Latina tem em sua história o signo da escravidão, algo indissociável da memória de um povo. Durante parte dos mais de 300 anos de escravidão no Brasil, o tráfico atlântico foi o meio pelo qual se deu a chamada diáspora africana. Entre os séculos XVI e meados do século XIX, mais de 4 milhões de escravos, incluindo homens, mulheres e crianças, foram transportados como escravos para o continente americano. O Brasil era uma terra rica principalmente do ponto de vista agrícola. Os negros não saíram espontaneamente de seus territórios, mas foram forçados a deixar sua terra natal e toda a vida que haviam construído em sua terra natal. Com o tempo, a necessidade de mão-de-obra nas aldeias despertou o interesse na prática de comercialização de africanos escravizados, o que permitiu aos europeus desenvolver e manter suas colônias. As mulheres escravas eram forçadas a servir a seus senhores como parceiras sexuais ou babás de crianças brancas (crianças) e a fazer tarefas domésticas. Alguns deles também foram forçados à prostituição ou ao comércio ambulante. O Brasil foi um dos últimos países a declarar o fim da escravidão. Após 300 anos de tortura e morte, um novo estilo de vida começa a surgir. A abolição da escravatura foi um dos acontecimentos mais marcantes da história do Brasil e determinou o fim da escravização dos negros no Brasil. A abolição do trabalho escravo ocorreu por meio da Lei Áurea, aprovada no dia 13 de maio de 1888 com a assinatura da regente do Brasil, a princesa Isabel. Mas algumas perguntas devem surgir espontaneamente:

- Como se encontram os ex-escravos que de repente se viram sem emprego, moradia, terra para trabalhar, dinheiro ou outros benefícios além da liberdade?
- Como é possível deixar de ser um escravo e viver em uma sociedade que o vê apenas como um servo / prisioneiro?
- O que mudou na vida da sociedade negra que em 1888 vivia sob um regime imperial e no ano seguinte, após um golpe militar, passou a viver em um país republicano?
- Essa mudança facilitou a integração dos negros na sociedade?

A resposta, como a própria Lídia Schwartz em *Escravidão e racismo* nos expõe, infelizmente é negativa. Apesar do fim da escravidão, o negro não deixou de ser socialmente. A discriminação também causada pela cor da pele continuou e continua até hoje.

No contexto social atual, problemas como o racismo, a estratificação social do preconceito social é um fator que distancia a população negra dos equivalentes sociais e econômicos no que se refere à população branca. Embora a constituição brasileira de 1988 e a declaração dos direitos humanos de 1948 definam que todos os cidadãos são iguais independentemente de: sexo, raça, cor, idade, entre outros, não é a realidade social atual em que vivem os negros.

### Texto 7.M5 - Informante 7

#### Uma herança inquebrável ou "inquebrada"?

No dia de 13 de Maio, o sistema escravocrata acabou, em teoria, graças à aprovação da Lei Áurea. Mas, na prática, esse acontecimento histórico não teve os resultados esperados pelos subalternos vítimas do sistema. Nas palavras de Lídia Schwartz, no programa *Roda Viva*, “a Abolição feita no Brasil foi uma abolição muito conservadora”, porque não contemplava qualquer projeto de inclusão social e de reparação.

Durante três séculos, o sistema da escravidão, uma instituição fundada sobre a propriedade de uma pessoa por uma outra, moldou a sociedade brasileira e si arraigou nessa na forma de estereótipos, prejuízos, discriminações sociais e raciais – tornando-se discriminação estrutural da sociedade brasileira (Schwartz, *Escravidão e racismo*). Não foi suficiente eliminar a instituição para erradicar os efeitos que ela mesma produziu ao longo dos séculos: sobretudo porque, por causa de algumas teorias deterministas (Schwartz) que se espalharam, a real origem das discriminações e das desigualdades, ou seja a escravatura, foi “esquecida”, e essas problemáticas que ainda hoje caracterizam a sociedade brasileira, foram frequentemente consideradas como produto de dados de

natureza. Essas falsas crenças no passado deram um alibi para não reconhecer não só quanto os efeitos da escravatura fossem arraigados, mas também a mesma existência deles.

É muito interessante o resumo que Walter Fraga faz dos acontecimentos que seguiram à Abolição: um dos elementos mais importantes que ele destaca é a reação das elites à liberação dos escravos. Generalizando um pouco, podemos dizer que a atitude delas foi inimiga e que nunca tentaram construir uma nação mais igualitária e democrática. Ao contrário, houve um fortalecer das barreiras raciais que dificultavam o acesso a melhores condições de vida e a ampliação dos direitos de cidadania (Fraga, *Pós-Abolição: o dia seguinte*).

Essa discriminação estrutural não é apenas percebida, mas também é testemunhada cientificamente por dados – que falam muito claro: hoje, as pessoas não-brancas (negros, mulatos etc.) ficam numa situação de desvantagem social tão grave que as probabilidades de morrer o ser encarcerado são muito mais altas em comparação com a população branca (Schwartz). É fundamental analisar também o aspecto do acesso à instrução: o nível de instrução é ainda mais baixo, na população negra: acho que esse dado é um dos mais significativo hoje, porque representa um dos fatores mais determinantes no sistema da discriminação. Nas palavras de Schwartz, “sem estudo formal não tem a possibilidade de mudança social”.

Em conclusão, é claro que o sistema escravocrata fica no passado apenas em teoria, mas não na prática: os seus efeitos determinaram toda a sociedade brasileira e ainda hoje continuam determiná-la:

O sistema escravocrata só aparentemente restou fincado no passado. Tal configuração social, que levou à exclusão de boa parte da população das principais instituições brasileiras, [faz com que] pairando, ainda hoje, [...] tais populações [sejam] as mais vitimizadas no país com relação aos direitos à saúde, educação, trabalho, moradia, transporte e segurança. (Schwartz).

### Texto 8.M5 - Informante 8

A herança de uma revolução incompleta

A ideia principal que se percebe nos textos críticos com respeito a abolição da escravatura no Brasil é que não foi um elemento realmente de fratura e assim como antes da abolição a sociedade brasileira era fortemente marcada por elementos raciais, isso continuou também depois, o seja depois o 13 de maio de 1888, data da Lei Áurea no Brasil, não assistimos a um verdadeiro câmbio radical na sociedade brasileira e não se inaugura uma verdadeira perspectiva de integração pela população negra. A representação de aquele dia, que foi uma data anunciada e não *improvisa*, é a apoteose da ideia da falsa descontinuidade dentro uma efetiva continuidade, o seja que no mesmo contexto por um lado os escravos levaram em sério a abolição como algo revolucionário, mas por outro lado a elite não queria na verdade mudar nada, só cancelar um estigma; assim foi um dia nas aparências de grande festa, mas sem depois nenhum projeto político para acompanhá-lo.

Analogicamente com o que passou em Portugal com a guerra colonial, **empeçou** também um processo de ocultamento do tema da escravatura, mas o objeto aqui é ainda mais complicado porque estamos perante a um silenciamento da história da revolta e o silenciamento de uma memória de resistência de aquele período que não podemos recuperar mais; só nas últimas décadas **empeçamos** a conhecer histórias e pontos de vista diferentes e sobre todo o subalterno realmente tem tomado a palavra para dar a sua versão dos fatos.

Esse é um elemento fundamental hoje se queremos reconstruir a memória da afrodescendência no Brasil que inevitavelmente passa pela história da escravatura, pela sua abolição, mas sobre todo o que passou depois; um pequeno reconhecimento vem de Gilberto Freyre no momento em que na sua obra “Casa-Grande e Senzala” (1933) reconhece que o escravo negro tem um papel ativo na construção da sociedade brasileira, mas isso não é suficiente. Vemos ainda hoje a herança de uma revolução que podemos definir não completa **empeçando** com o tema do racismo, mas também por exemplo com a imagem que o país quer dar de uma “democracia racial” o seja o elemento racial ainda hoje é muito importante na sociedade deste país e muitas relações ainda sofrem de uma situação de assimetria que se parece, embora remotamente, a aquela do senhor com o escravo.

### Texto 9..M5 - Informante 9

A herança da abolição

O dia do 13 de Maio 1888 foi um dos dias mais importantes da história brasileira porque marcou o fim de um sistema, como aquele do regime escravocrata, que exerceu violência sobre milhares e milhares de pessoas por quase mais de três séculos. Aquele dia, lembrado por os libertos como um dia de festa devido à multidão de pessoas que ocuparam as ruas das cidades, os desfiles de entidades abolicionistas e as festas na corte até o 20 de Maio, mas lembrado por os senhores como o dia de manifestação de desordem, ingratidão e desobediência, mudou de repente e, acrescentaria *aparentemente*, as condições de vida de uma grande parte da população brasileira. No entanto, as consequências desse acontecimento tão importante da história do Brasil são visíveis ainda hoje na nossa contemporaneidade e é possível traçar a sua origem analisando os processos envolvidos até e depois do dia da abolição.

O desafio maior do apagamento de uma instituição como a escravidão está na sua permanência na história brasileira como um verme que corrói no interno. A escravatura tornou-se uma parte fundamental da sociedade brasileira, quase um elemento identitário, dado que todos possuíam um escravo, tanto que esta corrosão, como bem afirmou Lília Moritz Schwarcz em *Escravidão e racismo*, afeitou as condutas da sociedade criando desigualdade, violência e falta de direitos. E come se não bastasse, isso se tornou a mais completa e absoluta das normalidades penetrando no cotidiano. Todas as tentativas dos escravos e escravas no curso da história de dismantelar o sistema através de negociações, reações, fugas, suicídios e homicídios foram contrastadas com severos castigos. Por isso, não é uma surpresa que no momento em que o 13 de Maio chegou, havia uma reação como aquela descrita no parágrafo precedente por os libertos porque depois de condições de vida e trabalho desumanas de três séculos, surgiu de novo a esperança de melhores dias que foi brutalmente destruída pelo sistema da escravidão.

Uma lei tão importante como a Lei Áurea de 1888 que estava mudando uma parte importante da sociedade brasileira deveria ter assumido medidas que previam por um lado o ressarcimento por os senhores por todas as “perdas” e por outro, o elemento mais importante, uma integração dos libertos na sociedade. Todavia, isso não aconteceu e quando os dias de festa acabaram, todos entenderam que a desigualdade era a mesma antes do 13 de Maio, ou melhor, uma desigualdade mais subtil. É verdade que muitos libertos reivindicaram as suas exigências de trabalhar menos horas, de dedicar mais tempo as suas lavouras, de um pagamento semanal ou por diária, de viver sem senhor ou alguns se assenhorraram das terras e iniciaram os seus cultivos, mas hipocritamente a estrutura

social restou como estava. A abolição surgiu a partir dos movimentos nacionais da década 60 do século XIX e, principalmente, a partir de uma elite que se identificou com um pensamento internacional e inglês. Essa elite não pensou minimamente no impacto que a abolição traria na sociedade brasileira ou em medidas para uma verdadeira inclusão dos libertos na sociedade, porque o que era mais importante era a imagem do Brasil que aboliu a escravidão que se queria projetar no exterior. O que se herdou da gestão dessa intervenção na sociedade é, como salienta Schwarcz, um “troféu da modernidade” chamado racismo que, ao longo da história, desempenhou um papel de apagamento e ocultação da memória das comunidades negras (os poucos intelectuais negros e sociedades, associações e jornais comunitários negros) e uma discriminação que não permite à população negra de ter acesso aos básicos direitos de educação, saúde, trabalho, moradia, transporte e segurança que tem uma pessoa branca. Mas, sobretudo, o que é mais assustador é que se herdou também o mesmo *modus operandi* usado durante a abolição, caracterizado por um duplice processo de aparência-realidade: no exterior e na aparência um Brasil abolicionista e “um povo rico e maravilhoso de brancos, negros, pardos e índios”, mas no interior e na realidade uma contínua exclusão social dos libertos e, hoje em dia, do 55% da população brasileira por parte de “uma nação racista e desigual”.

#### Texto 10. M5 - Informante 10

A Lilia Schwarcz, em *Sobre o autoritarismo brasileiro*, escreve “O racismo é filho da liberdade” e isso é um bom ponto de partida para entender o que aconteceu depois da Abolição da escravidão no dia 13 de maio de 1888. A Abolição, no Brasil, foi, além de tardia, muito conservadora, não previa um projeto de inclusão social para os libertos, não estabelecia uma reparação por parte dos senhores e, conseqüentemente, não levou a liberdade desejada porque, citando as palavras de Walter Fraga em *Pós-abolição: o dia seguinte*, “o que mais preocupava eram os libertos misturados aos populares nas ruas da cidade” já logo depois do 13 de maio e “essa onda de expectativas e de reivindicações de melhores dias não passava de rebeldia e insubordinação” e, de fato, ao invés da liberdade, os libertos obtiveram um maior controle e, amiúde, “a repressão à vadiagem” foi um recurso usado pra expulsar os libertos que eram considerados “insubordinados”. Quem tinha o poder, mesmo depois da Abolição, se sentia no direito de poder chamar de “insubordinados” os negros e de coarctar a liberdade deles porque a escravidão foi imediatamente substituída por um racismo institucional, com suas bases num antiafricanismo exacerbado, cujas conseqüências são visíveis ainda hoje na sociedade brasileira. O Brasil continua sendo o lugar da hipocrisia, entre inclusão cultural e exclusão socio-racial cotidiana, onde as mulheres negras são reduzidas ao estereótipo da empregada doméstica e os homens a aquilo do trabalhador manual. A escravidão foi a responsável pelo desenvolvimento das desigualdades sociais e a Lei Áurea - compromisso conservador e gradual sem plano de integração - foi o responsável pela desigualdade estrutural do país, no qual sempre foi a raça que determinou a posição social. Depois do 1888, o controle dos negros e a relegação deles para as margens da sociedade foram justificados através da teoria do determinismo social e racial; essencialmente, a situação não tinha mudado, só a justificativa pela condição de subordinação e exclusão tinha. A Schwarcz descreveu assim a situação: “Visava, ainda, substituir a desigualdade criada pela escravidão por outra, agora justificada pela biologia”. É possível notar uma analogia entre essa mudança que abrangia apenas o nome (não a substância) e o fenômeno da substituição da planta de cana-de-açúcar pela planta de café, descrito por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*: “É interessante notar que o desaparecimento progressivo dessas formas tradicionais coincidiu, de modo geral, com a diminuição da importância da lavoura do açúcar, durante a primeira metade do século passado, e sua substituição pela do café”.

Hoje em dia, esse racismo estrutural, que ainda impede aos negros de ter postos de trabalhos bem remunerados e prestigiados socialmente e por causa do qual os jovens negros morrem 2,5 vezes mais do que os coetâneos brancos, é contrastado pelo ativismo negro. Alguns avanços são representados, por exemplo, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que introduziu o estudo de “História e Cultura Afro-brasileira e Africana” no ensino obrigatório e pela instituição do Dia da Consciência Negra, mas a real redução das diferenças vai levar tempo porque, como disse a Schwarcz, “O sistema escravocrata só aparentemente restou fincado no passado”.

#### Texto 11. M5 - Informante 11

Fim da escravidão?

A de 13 de maio de 1888 é certamente uma data histórica para a história do Brasil como nação, mas também para o povo brasileiro, que graças à Lei Áurea, consegue abolir um fenômeno que durante séculos condicionava a vida de muitas pessoas, tornando-a cheia de sacrifícios e violência: a escravidão. As obras que analisamos, no entanto, nos apresentam o dia 13 de maio de muitos pontos de vista: o de Sérgio Buarque de Holanda nos apresenta uma situação em que nasceu o “Estado Novo”, com a mudança do centro de gravidade do campo para as cidades; a mudança radical na vida nas plantações; mas também uma mudança na vida do trabalho camponês que passa de plantações de açúcar para plantações de café. Os outros dois textos de Lilia Schwartz são o espelho perfeito da sociedade brasileira hoje; uma sociedade em que o sistema de escravidão deixa espaço para outros meios de exclusão, como o racismo, mas também exemplos de desigualdades que ocorrem no mundo do trabalho, no campo judicial/jurídico; comunidades de pessoas negras que sofrem injustiça todos os dias ou estão sempre entre as primeiras a morrer.

A abolição no Brasil apresenta um grande avanço, mas também grandes problemas: um deles é a exploração da força de trabalho agora composta por ex-escravos que, no entanto, continuam sofrendo as injustiças e as horas extenuantes de trabalho. Uma sociedade que, apesar da abolição, ainda não pode permitir uma mudança, é imóvel, que continue dando prioridade aos “brancos”, alimentando assim preconceitos contra as classes sociais que sempre esperaram que o Treze de maio fosse libertador de muitos males.

#### Texto 12. M5 - Informante 12

Mudar tudo para não mudar nada

No dia de 13 de maio de 1888, por efeito da Lei Áurea, se puso fim oficialmente sistema escravocrata brasileiro. Mas efetivamente, a escravidão, e todo o que concerne, acabou? Depois de casi um século e meio, se pode dizer que não. Os dados atuais falam claros: ser negro em Brasil significa ser pobre, ter menor acesso à cultura, ter maior possibilidade de ser vítima de um homicídio ou encarcerado. Todos estes fatos, que colocam o negro num nível inferior, com respeito aos brancos, na sociedade brasileira, é **gerado** e no mesmo momento **genera**, num movimento constante que se alimenta de si mesmo, pelo racismo. Racismo, entre outras coisas, significa diferenciar as pessoas em função da cor da pele, e conforme à cor, negar direitos e possibilidades a uma parte considerável de população.

Todo isso é atribuível à sistema escravocrata que por três séculos se atuou no Brasil e que deixou fracturas na sociedade, onde os brancos, ou seja os detentores do poder institucional e cultural, se sentem ameaçados pelos afro-brasileiros, exatamente como os donos dos engenhos se sentiam ameaçados pelos libertos que reivindicavam a própria liberdade e os próprios direitos.

Em conclusão, se oficialmente a escravatura acabou no 1888, e se declara que todos os cidadãos brasileiros têm os mesmos direitos, a realidade é bem diferente, onde de fato, se mudou tudo, para não mudar nada.

### Texto 13. M5 - Informante 13

A persistência da subalternidade

O fim da escravidão legal no Brasil não foi por um ato de bondade da monarquia brasileira, mas foi uma conquista realizada por meio do engajamento popular e da resistência dos escravos. Isto, porém, não foi acompanhado de políticas públicas e mudanças estruturais para a inclusão dos trabalhadores ou medidas de suporte aos negros libertos, e eles continuaram sendo vítimas do preconceito e violência. Os ex-escravos foram abandonados à própria sorte. A Lei Áurea aboliu o direito de propriedade de uma pessoa sobre outra mas não representou a abolição definitiva da escravidão. 133 anos após a assinatura da lei, desigualdade e violência ainda são realidade. Como disse Lília Schwarcz no programa *Roda Viva* (2020) “a abolição foi construída para que fosse uma não abolição [...] foi uma abolição muito conservadora”.

A pobreza, a violência e a discriminação que afetam os negros no Brasil são um reflexo direto de um país que normalizou o preconceito contra esse grupo e o deixou à margem da sociedade. Por isso, os escravos modernos são herdeiros dos que foram libertados em 13 de maio de 1888.

Dados do Ministério do Trabalho mostram que nos últimos 20 anos, quase 50 mil pessoas foram libertadas no Brasil em operações dos grupos móveis de fiscalização do governo federal, responsáveis por apurar denúncias e libertar trabalhadores.

O preconceito, a discriminação e a ideia permanente de que o negro só servia para trabalhos duros deixaram sequelas desde a abolição da escravatura até os dias atuais (preconceito étnico). A expressão “escravidão moderna” é usada para descrever esta situação de escravidão das pessoas negras ou, em general, em situação de pobreza e miséria. Estas pessoas são forçadas a exercer atividades contra a sua vontade mediante formas de intimidação, como ameaça, detenção, violência física ou psicológica.

De acordo com o último relatório da Fundação *Walk Free*, o Brasil possui 161,1 mil pessoas em trabalho escravo. A cada dia, em média cinco pessoas em trabalho forçado são libertadas no Brasil.

Uma leitura imperdível sobre este assunto, é certamente o *Dicionário de escravidão e liberdade* de Lília Schwarcz e Flávio Gomes. Os autores, no dicionário, tentaram discutir sobre questões como quilombos, teorias raciais, a Amazônia africana, a relação entre escravos e indígenas.

Numa entrevista (cfr. *Para Lília Schwarcz, Brasil está reescrevendo a história da escravidão*, exame.com), a antropóloga e historiadora, explicou: “esse modelo da democracia racial, que foi encampado pelo Estado, sobretudo pelo Estado Novo, teve um papel muito forte no sentido de corroer, de tentar minar as organizações de negros e negras, como se transformando essa questão numa falsa questão. Eu acho que só no final dos anos 1970, com a entrada da discussão dos direitos civis, com o surgimento do movimento negro unificado; depois nas décadas de 1980 e 1990, com a criação de secretarias, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Sepir), depois também outros movimentos da maior importância, como o movimento feminista negro, aí sim eu acho que aos poucos, só no século 21, que os brasileiros começaram a perceber que essa é uma questão da agenda nacional.”

Ela, também, afirma que: “nós temos que multiplicar esses espaços de releitura, de crítica, de renovação da história, da cultura [...] Um país mais diverso, mais plural, só será um país melhor e mais tolerante.

### Texto 14. M5 - Informante 14

O longo caminho da emancipação

O Brasil foi caracterizado, na sua história, pela realização de eventos epocais em forma de processos graduais. Como no caso da independência da metrópole colonial, outorgada pela monarquia portuguesa, a mesma abolição da escravatura aconteceu por fases. Esse tipo de eventos é tipicamente a consequência de tumultos revolucionários e constitui uma fratura histórica: a subitaneidade desses eventos proporciona uma perturbação profunda da ordem, mas ao mesmo tempo assegura o impacto e uma maior eficácia das mudanças em ato. A gradualidade dessas transformações históricas brasileiras constitui um caso particular, com características de espectralidade, de permanência do passado mesmo depois da transformação formal. Isso é bem representado por Walter Fraga na sua síntese dos eventos que rodearam o 13 de maio de 1888: ele descreve a atitude das autoridades do sistema escravocrata no período que seguiu a abolição como altamente relutante ao reconhecimento de uma liberdade efetiva para os ex-escravos, com o uso da violência para apagar a “insubordinação” e um rigoroso controle da população liberta. Essa mesma atitude é representativa dos efeitos que a escravidão tem na sociedade brasileira contemporânea. No caso da abolição da escravatura, a gradualidade foi sempre uma qualidade desejada, procurada pelas autoridades por leis expressas para garantir uma continuidade do regime escravocrata e uma futura subalternidade dos escravos libertos. “Um sistema como esse só poderia gerar uma sociedade violenta e consolidar uma desigualdade estrutural no país: assim Lílian Schwartz define as consequências desta abolição lenta e calculada. Como afirma a autora, a abolição abriu um período de pós-emancipação que ainda não está acabado, e esse fato é visível nas condições da população negra no Brasil, que ainda hoje, no século XXI, está subordinada à população branca em todos os âmbitos. Esse traço une todos os países do Ocidente, especialmente aqueles que foram envolvidos em experiências coloniais, mas no Brasil, onde a população negra constitui mais da metade do total, é particularmente intrigante. Na sua negatividade, o fenômeno do racismo e da discriminação hoje em dia poderia ser mais “compreensível”, mesmo que não aceitável, em países onde a população negra constitui uma minoria mais ou menos recentemente introduzida. O fato de discriminações raciais permanecerem de maneira tão profunda e enraizada na sociedade brasileira, apesar da miscigenação que caracteriza o país, mostra o tamanho da influência de três séculos de escravidão e torna evidente que, para eliminar esse fenômeno, ainda há muito por fazer.

### Texto 15. M5 - Informante 15

Desde a escravidão até o racismo, passando pelo 13 de maio

O dia 13 de maio de 1888 foi considerado o dia da inversão de marcha, “o dia da liberdade” como clamaram os ex-escravos. No panorama esboçado por Walter Fraga no *Dicionário da Escravidão e Liberdade* se percebe sobretudo a sensação de liberação e libertação, como se realmente da noite para o dia pudesse ser possível subverter um sistema de poder secular: “era a expectativa de que dali por diante dias melhores viriam”. (*Pós-abolição: o dia seguinte*). Na realidade, o que aconteceu foi uma passagem de poderes, da cana de açúcar à planta do café, das zonas rurais às cidades: “é interessante notar que o desaparecimento progressivo dessas formas tradicionais [o agrarismo e consequentemente a aristocracia rural] coincidiu, de modo geral, com a diminuição da importância da lavoura do açúcar, durante a primeira metade do século passado, e sua substituição pela do café” (*Raízes do Brasil; Nossa revolução*). Não é coisa de um só dia abolir uma sistema enraizado como pode ser o da escravidão, mesmo que se festeje o dia 13 de maio como o dia da liberdade, foi longo o percurso legislativo que levou à abolição: sem dúvida, leis como a do Ventre Livre (1871) e a dos Sexagenários (1885) adiantaram uma conclusão imaginável mas como a Lei Áurea precisou de muito tempo para se concretizar, a sua real aplicação precisa ainda hoje de tempo. Como explica Sérgio Buarque de Holanda “os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições. [...] O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício” (*ibidem*): a abolição da escravatura minou as bases da monarquia e abriu as portas à república, não foi por acaso que entre os que aprovaram a Lei Áurea estavam Rodrigues Alves e Afonso Pena, futuros presidentes da república mesma (desde 1902 até 1906 o primeiro e desde 1906 até 1909 o segundo). Os que não podiam ambicionar a uma verdadeira mudança de poderes e condições de vida eram os negros, ex-escravos agora libertos sem uma verdadeira liberdade.

Ainda hoje, os negros padecem aquela mudança de poderes do século passado que não se interessou no destino deles: se é verdadeiro que os proprietários ficaram sem indenização, é também verdadeiro que os ex-escravos ficaram sem possibilidade de emancipação. A violência que hoje sofrem os negros é a herança daquela violência que sofreram os escravos, negros: a atribuição da liberdade não correspondeu a um reconhecimento dos direitos e hoje, para dizê-lo com as palavras de Lília Schwarcz, “o racismo é filho da liberdade, pairando [...] um grande interdito no que se refere à expansão de direitos para tais populações, que são as mais vitimizadas no país com relação aos direitos à saúde, educação, trabalho, moradia, transporte e segurança” (*Sobre o autoritarismo brasileiro*). Sobretudo o direito à segurança, percebe-se do escrito da Schwarcz, demonstra como a condição do negro é a herança do sistema escravocrata: como o senhor branco se arrogava o direito de exercer a violência sobre o seu escravo, agora o branco considera o negro o representante do degrau mais baixo da pirâmide social e impede-lhe a ascensão daquela mesma pirâmide, porque “o sistema escravocrata só aparentemente restou fincado no passado” (*ibidem*).

Contanto que a sociedade brasileira aceitar o “genocídio de jovens negros” (*ibidem*), o país não se tirará de cima o peso da herança escravocrata: o racismo é o efeito de uma falta de tomada de consciência, sem ela os negros permanecerão escravos de uma sociedade que os relega às margens e não há Lei Áurea que possa libertar do misticismo de um passado que respalda o racismo.

Concluo com as palavras, mais uma vez, de Lília Schwarcz: “a escravidão, na escala em que a conhecemos aqui, foi e continua sendo uma especificidade incontornável da história brasileira. Herdamos um contencioso pesado e estamos tendendo a perpetuá-lo no momento presente” (*ibidem*).

## Anexo 1.6 - Textos Módulo 6

### O QUE RESTA DO ATLÂNTICO SUL

#### Texto 1.M6 - Informante 1

O que resta do Atlântico Sul?

O que está atrás do nosso contemporâneo? Textos como o de Alencastro (*O trato dos viventes*) e Starling-Schwarcz (*Brasil: uma biografia*) tentam reconstruir as origens de um fenômeno tão controverso e ontologicamente difícil como o da escravatura, e proporcionam uma sólida base histórica e crítica para o desenvolvimento de uma reflexão sobre a herança do Atlântico Sul.

Em *Brasil: uma biografia*, as autoras põem a atenção sobre um dos mais fortes legados (claramente negativo) do fenômeno da escravidão, ou seja, a naturalização da violência. Elas sublinham, por exemplo, como a violência fosse um exercício tão congenitamente ligado às práticas de exploração do trabalho escravo, assim como à sua manutenção e à própria ideologia que o sustentava, que acabou por ser ‘introjetada’ na sociedade brasileira, como é bem visível ainda hoje no dia a dia da realidade do Brasil contemporâneo.

A violência começava desde o início da travessia que iria conduzir os africanos para o Brasil; tratava-se de uma violência não apenas física, mas também epistêmica: os escravos eram erradicados do próprio país e das próprias comunidades, separado muitas vezes dos membros da própria família e, além disso, ‘o trauma da travessia estava relacionado, também, à preocupação com o destino das almas, uma vez que muitos povos advindos da região do Congo e de Angola acreditavam que deveriam morrer junto “a seus vivos” e descendentes’.

Uma vez chegados ao Brasil, eles estavam sujeitos não só ao cansaço de uma atividade produtiva ‘repetitiva e extremamente laboriosa’, mas também à violência mental das constantes ameaças dos castigos, que ‘impunha a introjeção da autoridade do senhor e uma sensação constante de medo’.

Então, a violência foi a característica fundante do sistema escravocrata; Schwarcz e Starling destacam a persistência dessa violência na sociedade contemporânea através do que acho seja um exemplo extremamente emblemático da herança da escravatura: elas traçam um paralelo entre a violência e os abusos de poder por parte da polícia contra os afro-brasileiros na nossa época e a violência, arbitrária e injustificada, contra os escravos negros no passado. Para explicar esta permanência de atitudes e práticas até a contemporaneidade, elas utilizam uma expressão do antropólogo Didier Fassin, a de *memória incorporada*, ou seja a reação pela qual, ‘antes mesmo de refletir, os corpos lembram’. Portanto, nas palavras das autoras: ‘se na época da escravidão indivíduos negros trafegando soltos eram presos “por suspeita de escravos”, hoje são detidos com base em outras alegações que lhes devolvem sempre o mesmo passado e origem’.



Mas, pois ‘a violência gera invariavelmente violência’, os escravos não foram exclusivamente vítimas passivas deste sistema de opressão; entre a Casa Grande e a Senzala havia uma guerra silenciosa e, sobretudo, silenciada, que ocorria através de várias formas de resistência, como as fugas, o homicídio dos donos, as sabotagens, a formação de quilombos, e muitas outras. Uma diferente forma de resistência, não menos importante das outras, foi a de ‘lembrar e cultivar memórias, traços, vestígios de raízes culturais africanas’, preservando dessa maneira as próprias especificidades culturais e resistindo assim a uma completa supressão da própria identidade africana. Por outro lado, das inevitáveis relações entre os dois povos nasceu a figura do mulato, figura ambígua que, como aponta Alencastro, assumiu no Brasil um papel particular, enquanto neste país ‘houve [...] um processo específico que transformou a miscigenação- simples resultado demográfico de uma relação de dominação e de exploração- na mestiçagem, processo social complexo dando lugar a uma sociedade plurirracial’.

Então o Atlântico Sul, este espaço transnacional que abrange diferentes partes do mundo, entre as quais se estabeleceram relações tão complicadas e problemáticas, ainda hoje é visível nos rastros deixados na cultura e na sociedade brasileira pela violência de um sistema escravocrata, nas tentativas de ocultação e silenciamento das formas de resistência que foram opostas a tal opressão, e na perpetuação do jogo de poder que favorece a opressão do subalterno e o apagamento da sua história e da sua fala.

### Texto 2.M6 - Informante 2

O que resta hoje de resistência(s) e violência(s) no inferno brasileiro

Um dos caracteres do Atlântico Sul é a presença de *inícios* que são visíveis nas perspectivas de Zurara, Vieira e do rei do Congo: as palavras de Zurara, por exemplo, fazem nós compreender as modalidades do tráfico negreiro, mas também mostram uma espécie de compaixão do escritor pelos escravos, um sentimento de sofrimento pelos escravos; Vieira, tem uma outra posição, que parece mais justificar o tráfico negreiro do que provar compaixão por eles: prevê pelos escravos uma glória futura nos céus, em troca dos sofrimentos do presente; por último, o rei do Congo já vê, em qualquer maneira, as contradições do sistema escravocrata em relação aos preceitos cristãos.

Luís Filipe Alencastro em *O trato dos viventes* mostra qual é um dos inícios do Atlântico Sul: percorre brevemente o nascimento do tráfico negreiro e as consequências em dois dos protagonistas do Atlântico Sul: a importância ou a não importância do mulato nas sociedades brasileira e africanas. Enquanto no Brasil a mestiçagem como processo demográfico é promovida na sociedade e apoiada mesmo pela elite brasileira (não por acaso Francisco Manuel de Melo definiu o Brasil “paraíso de mulatos, purgatórios de brancos e inferno de negros”), pelo contrário em Angola e em África em geral a miscigenação não é aceita pela sociedade. Mesmo nessa variedade de perspectivas sobre a posição social do mulato, o tráfico de escravos foi o ponto de união entre Brasil e Angola (ou em geral África). No texto de Starling e Schwartz, *Brasil: uma biografia*, vemos um outro elemento emblemático e significativo que caracteriza o Atlântico Sul: a violência. O texto das duas autoras é mesmo um percurso que o leitor faz com os escravos de África, lugar de nascimento, para o Brasil, lugar de sofrimento. A violência é presente no cotidiano dos escravos, a partir da viagem até os campos: na atividade de produção, na falta de comida, no vestíário pobre, mas sobretudo na violência física que se mostra no uso do tronco, nas punições públicas, nas máscaras de flandres para inibir o suicídio lento, na punição depois da fuga etc. A violência é também linguística, na eliminação dos nomes africanos para assumir nomes portugueses associados aos nomes do senhor ou da origem. De facto, a violência é fundamental no sistema escravocrata porque o medo é a única arma que os senhores têm na manutenção da ordem.

Na outra face da moeda, embora existisse uma violência difundida no Brasil, uma outra característica que Starling e Shewarcs sublinham do Atlântico Sul é a resistência: o escravo não é só o indivíduo que sofre a violência do senhor, mas é também um rebelde ao sistema escravocrata. Resistência significa o aborto, o suicídio, a fuga, a constituição dos quilombos, o envenenamento dos senhores, mas também ações mais criativas como a sabotagem da produção de açúcar que pode significar, por exemplo, uma grande perda de dinheiro para o senhor do engenho. Resistência é também cultura: os escravos africanos, de facto, também escondem os próprios cultos, as próprias fés na religião cristã. O Candomblé e a Capoeira são só dois exemplos de resistências culturais, que se misturando com as práticas cristã no curso da história e mudando chegaram até hoje.

Nesse contexto o Atlântico Sul está aqui no presente: como explicam Starling e Shewarcs, a escravatura não foi só um sistema económico, mas construiu também desigualdades sociais entre a comunidade negra e a branca, mudou a língua do Brasil (expressões como boçal, ladino entraram na língua portuguesa), mudou a raça e a cor em marcador social. Mas também o Atlântico Sul está nas práticas culturais: na Capoeira, no Candomblé e na comida.

### Texto 3.M6 - Informante 3

Sim, o Atlântico Sul está aqui

O Atlântico Sul, cujo nascimento data entre os séculos XVI e XVII, inclui três territórios muito distintos, mas ao mesmo tempo muito próximos: Brasil, Angola e Portugal. As duas primeiras para além de territórios não europeus eram colónias e, portanto, submetidas à outra nação que compõe este grupo, a saber, Portugal. Apesar da diversidade essas nações estão conectadas entre si, certamente podemos encontrar em evidência o Brasil, uma nação caracterizada por sua riqueza cultural. Como sabemos, o povo brasileiro é um povo caracterizado por uma forte mistura de povos de diferentes culturas e origens. Uma delas é certamente a africana que chegou ao Brasil graças ao tráfico de escravos e destinada ao processamento agrícola no país. A herança do Atlântico Sul na sociedade moderna se manifesta principalmente na marginalização das pessoas de cor. Na verdade, mesmo que a escravidão tenha sido abolida há muito tempo, o *estímulo* aos negros ainda ocorre hoje no Brasil de diferentes formas, prisões, violência física e verbal e, acima de tudo, discriminação estão em pauta não só no Brasil, mas também em outras partes do mundo. A cor da pele ainda é vista como um fator discriminatório. Sou de opinião que infelizmente a nossa sociedade condena muitas vezes a violência física e não a possibilidade de não ter voz, de contar a outra face da história a dos subalternos, que apesar de estar presente sobretudo no campo literário é pouco ouvida e destacada.

### Texto 4.M6 - Informante 4

Herança do Atlântico Sul

O Atlântico Sul se forma a partir dos séculos XVI e XVII e está aqui.



O Brasil é um exemplo perfeito disso: é um país com um forte sentimento nacionalista por parte do governo e um sentimento de injustiça social entre a população, devido a contínuas crises econômicas e miseráveis que afetam amplas camadas sociais.

A Guerra de Palmares foi um dos mais importantes episódios de resistência dos escravos, devido por um desequilíbrio demográfico entre brancos livres e escravos negros, com grande predominância de africanos na escravidão.

Após a libertação, no Brasil houve um processo para o qual a miscigenação foi transformada em mestiçagem, um processo de estratificação e ideologização, para o qual os mulatos foram equiparados a negros.

Ainda hoje, as pessoas de cor sofrem com a herança da escravidão: um tipo de escravidão formal continua com a agressão que afeta a maioria dos negros brasileiros e mestiços, que ocupam os degraus mais baixos da sociedade.

Um grande impacto ficou com a relação que se formou entre patrão e escravo: por um lado, há os privilegiados, por outro, a maioria negra da população.

O dualismo do mercado de trabalho em função da cor da pele e das desigualdades raciais ainda permanecem enraizados na economia e na sociedade brasileira: dois terços dos pobres são "não-brancos", um negro ganha em média metade de um branco, nas favelas do Rio de Janeiro mais da metade dos habitantes são negros, os cargos de poder são reservados para os brancos e os ricos não vão para a prisão, superlotados em vez de pobres "não brancos".

#### Texto 5.M6 - Informante 5

O desenho do tráfico negreiro e o medo implícito

Como afirma Luiz Felipe de Alencastro, o Atlântico Sul é o desenho do tráfico negreiro. Tendo esta origem, a sua herança interlaça as sobras modernas da escravatura: as sociedades são hierarquizadas tendo como marcador diferencial a cor da pele (isto acontece tanto no Brasil como em Portugal hoje); especialmente no Brasil, onde desenvolveu-se por mais tempo o abuso dos escravos ainda encontram-se dinâmicas sociais baseadas sobre o medo e a violência que dantes subiam os escravos.

Lília Schwarcz e Eloisa Starling afirmam que o sistema do escravatismo moderno só se enraiza com o exercício da violência. Essa violência sistêmica foi ponto fundamental para instaurar o medo entre os escravos, e foi o elemento que **garantizou** aos senhores brancos, que sabiam ser a minoria, um controle completo. Na violência estava incluso o abuso sexual exercido sobre as mulheres negras por parte dos senhores brancos, senho de supremacia e domínio de uma população sobre outra. Das consequências sociais deste tipo de abuso, do ponto de vista sociológico, fala detalhadamente a escritora Angela Davis em *Mulheres, raça e classe* onde analisa o estupro não só como abuso físico exercido pelos senhores brancos sobre as escravas mas também como arma de domínio psicológico relativamente a outras populações (ainda faz referência aos estupros das mulheres vietnamitas por parte dos soldados norte-americanos uma vez que as aldeias eram conquistadas, como marca de conquista)

A herança do Atlântico sul é também, na minha opinião, este medo implícito que as classes sociais subalternas têm relativamente as classes brancas superiores. Um exemplo desta dinâmica social é dado por Schwarcz e Starling falando dos policiais brancos que abordam muito mais negros do que brancos, e a condição psicológica que daí surge entre as pessoas negras. Também entre as mulheres negras está presente ainda hoje, como consequência dos abusos sexuais perpetrados na época da escravatura e logo depois, um medo implícito, um temor do homem branco, marca daquela “memória incorporada” do que fala o Antropólogo D. Fassin: *quando, antes mesmo de refletir, os corpos lembram*.

#### Texto 6.M6 - Informante 6

A permanência do Atlântico Sul

Não é simples definir o Atlântico Sul e indicar o exato momento do seu nascimento: o Atlântico Sul é um espaço geográfico, histórico, ideal – uma intersecção triangular entre Portugal, Brasil e África, utilizado pelos colonizadores portugueses para estabelecer um domínio intercontinental. O Atlântico Sul constitui uma das matrizes da nossa contemporaneidade.

Seria uma tarefa impossível compreender esse espaço sem a ajuda das fontes literárias, como os textos de Alencastro, de Starling e Schwarcz, Vieira e Zurara. Alencastro fornece uma primeira poderosa interpretação do Atlântico Sul, colocando-se no âmbito dos Estudos Atlânticos, que permitem não considerar as Histórias nacionais como limitadas aos perímetros geográficos nacionais. No caso do Brasil, trata-se de uma História que se estende até Portugal e a África.

Isto ridiculiza qualquer desvio nacionalista: o Brasil de hoje não existiria sem o seu vínculo indissolúvel com a África e Portugal – um vínculo criado num primeiro momento pelo projeto colonialista português e depois pela instituição da escravidão. O espaço de intersecção onde se desenvolve esta História, ou melhor, este entrelaçamento de Histórias é o mesmo Atlântico Sul. Então, podemos dizer que sim, o Atlântico Sul está aqui, porque estão aqui os efeitos e as consequências da História que aconteceu nesse espaço geográfico, mas também ideal.

O legado do Atlântico Sul, deixado sobretudo através do testemunho da literatura, é visível e claro: não apenas na forma de palavra escrita, mas também na forma de fatos que continuam acontecer e que constituem a verdadeira herança do Atlântico Sul. Acho que se por um lado a literatura constitui um testemunho dos traumas físicos e mentais do passado e nos ajuda encontrar no passado a origem desses traumas, por outro lado o testemunho contemporâneo são os nossos mesmos olhos: temos constantemente diante dos nossos olhos episódios de discriminação e racismo (que frequentemente resultam em violência), que têm as suas raízes profundas no espaço do Atlântico Sul. Então, acho que a herança dele são as sociedades que nasceram dentro disso e que, especialmente no caso do Brasil têm como base o comércio dos escravos negros, a criação do “mulato” (cfr. Alencastro) e a sua fetichização e discriminação, a conversão da raça em classe social e todas as violências que daí nasceram. Os efeitos desses fenômenos são tão interiorizados que hoje constituem mecanismos e engrenagens que regulam a sociedade brasileira contemporânea. Não tem muitas dúvidas sobre isso: seria suficiente se **preguntar** se o Brasil contemporâneo seria o mesmo sem o seu passado de escravidão “criado” pelo Atlântico Sul. Provavelmente não: é por isso que podemos falar de herança.

É muito interessante a leitura do texto *Brasil: uma Biografia* (cfr. Schwarcz, Starling), que descreve a como a ideia de raça nasceu no período de formação do Atlântico Sul e que liga o princípio do exercício da violência ao fenômeno da escravidão (“*um sistema como o escravismo moderno só se enraiza como o exercício da violência*”). A violência pode assumir muitas forças: pode ser o trabalho extenuante e também as punições corporais privadas ou públicas – sempre destinadas a humilhar e degradar o ser humano e a confiná-lo em um outro papel social, o do escravo.

É interessante notar que a inferioridade atribuída forçadamente ao escravo foi rapidamente associada à cor da pele dele: através das *Carta do "Rei" do Congo D. Afonso*, vemos que essa suposta inferioridade se estabeleceu como preconceito e que esse preconceito se naturalizou, mas que inicialmente as relações entre portugueses (brancos) e africanos (negros) não eram contaminadas por esse tipo de prejuízos.

Acrescentaria que a violência foi sem dúvida o meio mais evidente para instaurar esse "regime", mas não o único: foi fundamental a função da religião, uma ferramenta menos traumáticas mas certamente mais sorrateira. Graças aos textos de padre Antonio Vieira e de Zurara, podemos refletir sobre o fato que a violência mental, mais difícil de detectar, foi utilizada desde o princípio da colonização do continente americano. A religião foi uma arma muito perigosa porque, por um lado as vítimas dela não percebiam a própria condição de vítimas, sendo ela um mecanismo "escondido", e por outro lado porque constituía um alibi para os perpetradores – que podiam justificar as suas ações através do suposto papel de salvação de **animas**. Frequentemente esse papel era desempenhado com sincera piedade e amor para o próximo, mas os efeitos eram os mesmos – sobretudo se considerarmos que a origem desse sentimento residia no fato que os escravos (e antes das escravidão, os indígenas) eram considerados inferiores – e que essa inferioridade era testemunhada pela cor da pele.

Para concluir, sim: o Atlântico Sul e a sua herança permanecem na nossa contemporaneidade como um fantasma.

#### **Texto 7.M6 - Informante 7**

O Atlântico Sul (ainda) está aqui

Na minha opinião, o Atlântico Sul está aqui, persiste ainda dramaticamente: o racismo, bem como a figura que neste percurso tentamos delinear, ou seja, o subalterno, dominam a cena contemporânea, mas não são produtos da modernidade ou da globalização, são instâncias que assumem formas modernas, mas reproduzem mecanismos, estruturas e heranças do passado escravocrata, fortemente marcado pela violência.

Se o Atlântico é o espaço onde se inscreve a vida, a morte, as raízes familiares e culturais, as histórias do negro que remetem inevitavelmente para África, é através da introdução do traço da meridionalidade da obra de Alencastro que permite criar uma ontologia do Atlântico Sul que gira à volta de três espaços, cada um deles sendo ao mesmo tempo centro e periferia para os outros, consoante às perspectivas do caso: Portugal, Angola, Brasil.

O Atlântico Sul tenta conjugar a subalternidade dentro de um espaço de poderes, de natureza diferente, contemplando também uma dimensão histórica, ou seja, a excepcionalidade do colonialismo português (o termo aqui é usado não no sentido de grandeza mas, literalmente, no sentido de exceção) mostrando como os espaços coloniais (tradicionalmente definidos), Angola e Brasil, funcionam numa forma autônoma mas também sincronizada.

Esta diferença se torna palpável sobretudo no caso da "inversão do mulato": como observa Alencastro, o mulato recebe uma conotação diferente em África ou no Brasil: se na África lusófona os mulatos, que tinham conhecido uma súbita ascensão social, após da medida régia de 1526, entraram em conflito tanto com as autoridades, como com os senhores de engenho e passaram a ser considerados como gente suspeitosa e traiçoeira, no Novo Mundo os mulatos representaram atores fundamentais para empregar tanto nas guerras contra os invasores externos como na luta contra os quilombos e os escravos fugidos; os negros no Brasil sempre foram visto com suspeição e ameaça à ordem escravista, é por isso por exemplo que os senhores compravam escravos de diferentes etnias para impedir que pudessem criar laços de lealdade, afiliação e logo se revoltar ou fugir.

Mas na verdade é oportuno assinalar que tampouco a violência exercida pelos capitães do mato, mesmo as manifestações públicas de punição exemplar e a subjugação religiosa impediram aos negros de abandonar o projeto de liberdade e de autodeterminação, tanto coletivo como individual.

Mas, como refletem Schwarz e Starling:

*"Se na época da escravidão indivíduos negros traficando soltos eram presos "por suspeita de escravos", hoje são detidos com base em outras alegações que lhes devolvem sempre o mesmo passado e origem".*

#### **Texto 8.M6 - Informante 8**

O Atlântico Sul tem um passado, um presente e um futuro

*A ideia é isso: que o Atlântico Sul tem um passado, um presente e um futuro*

Esta é a resposta de Felipe de Alencastro à pergunta "Quando é que o Atlântico Sul acabou?". É verdade que o tráfico de escravos entre Angola e o Brasil não existe mais, contudo aquela dimensão geográfica, económica, cultural e histórica que Alencastro compara com um atol, ainda existe. Os artefactos da *arqueologia da violência* da escravatura ainda têm uma ressonância evidente na sociedade de hoje: *A atividade produtiva, repetitiva, cansativa e extremamente laboriosa, já era em si violenta. O trabalho compulsório a introdução da autoridade do senhor é uma sensação constante de medo, lograda pelo castigo disciplinar muitas vezes aplicado coletivamente.*

O racismo é o Atlântico Sul. A violência da polícia contra as pessoas negras é o Atlântico Sul. A discriminação contra quem não fala o português padrão é o Atlântico Sul. O elevador de serviço é o Atlântico Sul. A morte de Marielle Franco é o Atlântico Sul. O sexismo é o Atlântico Sul. O desmatamento, o dia que vira noite em São Paulo é o Atlântico Sul. Um estado que deixa a população pobre sair de casa no meio de uma pandemia é o Atlântico Sul. A razão pela qual João Alberto Silveira Freitas foi morto é o Atlântico Sul. O garimpo é o Atlântico Sul. A favela é o Atlântico Sul. *A memória incorporada (quando, antes mesmo de repetir, os corpos lembram)* das pessoas negras em frente aos policiais é o Atlântico Sul.

O Atlântico Sul ajuda ou perturba a apreensão do nosso "contemporâneo"? Acho que perturba, e muito. No entanto, agora a gente tem o poder de falar e, mesmo com dificuldade, de ser ouvidos. A gente agora tem também ferramentas poderosas para desconstruir aquela estrutura assustadora subjacente. Talvez a política dos três P, com vistas a *criar um clima de medo premeditado* por parte da minoria da elite, ainda exista, mas a gente não esqueceu a resistência, a luta, a determinação dos escravos que nunca perderam a própria identidade e fizeram de tudo para sabotar, matar, se aquilombar dos senhores do engenho.

#### **Texto 9.M6 - Informante 9**

Resto ou reminiscência do Atlântico Sul?

“The modernity you see here was built on the backs of Black people. It’s important that there is awareness about that.”

Em ocasião de uma reportagem sobre o colonialismo português, o artista angolano Kia Henda deu uma entrevista à Al-jazeera que eu junto aqui. A interessante reportagem do jornal Al-jazeera resume de forma oportuna o que resta hoje do Atlântico Sul. Desde o início do que Alencastro define como comércio bilateral até ao que hoje pode ser definido como o ponto de chegada com a obra de Kia Henda que será exposta em Lisboa.

De facto, seguindo a linha de investigação da Lilia schwarcz e Starling junto com os dados sobre a presença de afro-descendentes recolhidos no database do *slave voyages*, é evidente que a independência brasileira não pode deixar de estar ligada a África. É sobre este ponto que se concentra o trabalho do historiador brasileiro Alencastro, que sublinha que a independência brasileira não pode ser definida como plenamente nacionalista porque nasceu da mistura das várias culturas africanas presentes em território brasileiro. De facto, uma série de estereótipos com os quais tendemos a associar o Brasil estão ligados à permanência da população africana, basta pensar na capoeira, no candomblé ou na simple feijoada, hoje um prato nacional, outrora um prato típico da senzala. Assim, o autor também reflecte sobre a legitimidade do termo brasileiro no sentido estrito da palavra, tanto porque, após a sua independência, o Brasil permanecerá ligado à coroa portuguesa, como porque no seu interior havia várias contradições sociais ligadas pela violência sistemática entre brancos e negros, mas também uma continuação da violência como reafirmação social, basta pensar no livro *Memórias postumas de brás cubas* em que o protagonista negro uma vez libertado decide comprar um escravo e espancá-lo em público, como se a violência fosse a única forma de afirmar a sua ascensão social. É evidente que séculos de violência, colonização e intervenções portuguesas na África subsaariana não podem ser esquecidas num piscar de olhos. Com efeito, a cultura "ocidental" é fortemente endividada com a cultura afro-descendente, como reflectido por Paul Gilroy no seu livro *Black Atlantic*, de facto basta pensar no jazz, no blues americano ou na bossa nova brasileira para ter uma ideia da incidência da cultura afro até hoje. Portanto, a questão sobre o que resta do Atlântico Sul é espontânea, no entanto é necessário repensar na pergunta, porque é possível recolher restos de alguma coisa só se esta acabar o no caso das pessoas só se elas morrerem. No entanto, é evidente a permanência da metrópole no Atlântico Sul e ausência de verdadeiros “restos”, basta pensar nos acontecimentos dos últimos dias em Moçambique; antiga colónia portuguesa martirizada por Daesh e à beira de uma guerra civil, não é uma coincidência que Portugal tenha decidido enviar tropas aliadas contra Daesh com a intenção de treinar o exército nacional moçambicano. Esta relação ainda estreita entre a pátria e a colónia destaca-se então dentro do paradigma pós-colonial, entendendo isto como um conflito nunca curado. Portanto, retrazendo a história do Brasil ou a *biografia do Brasil*, como Schwarcz e Starling a definem, é evidente que esta história também pode ser traduzida para Angola e as antigas possessões portuguesas (São Tomé, etc.). O que compreendemos hoje sobre o Atlântico Sul na "metrópole" portuguesa é a permanência no debate público e cultural do racismo e a total ausência de auto-consciência e reelaboração do seu passado, como diz Kia Henda, um passado que não tendo sido reelaborado conduz ao seu silêncio contemporâneo no qual, séculos mais tarde, ainda são necessárias obras artísticas para sensibilizar a opinião pública para o que foi e significa hoje o Atlântico Sul. Em última análise, embora tenha havido uma espécie de piedade nos séculos para os escravos, como conta Zurara, o Atlântico Sul ainda fica presente no nosso contemporâneo, dado que ao longo dos séculos não houve uma forte ruptura entre as colónias e a pátria, pelo que esta forma assegurou que dentro da sociedade ocidental de hoje exista, mais do que um remanescente, uma semente do Atlântico Sul que cresce gradualmente debaixo da nossa terra, sob os nossos pés e dá sempre apoio ao sistema ideológico-cultural ao qual estamos acostumados.

### Texto 10.M6 - Informante 10

A resposta é sim, o Atlântico Sul está aqui

A criação do Atlântico Sul sem dúvida desempenhou um papel fundamental na criação das dinâmicas relacionais das nações, no passado, mas no presente também: trata-se de uma relação nascida como triangular, mas que progressivamente desautorizou a metrópole, Portugal, e que desse modo terminou sendo linear, a única linha que pode intercorrer entre aqueles dois pontos que acabaram sendo as suas extremidades. Uma relação linear, mas especular, como se no meio do Oceano Atlântico alguém houvesse colocado um espelho que recria uma imagem retorcida do Sul, do Brasil para África e de África para o Brasil. Embora o Portugal tenha sido o motor dessa criação, em pouco tempo as dinâmicas relacionais mudaram e da metrópole só permaneceu a exaltação do branco no seu vínculo com a personificação do Sul nas dinâmicas coloniais, o negro. Tal vez o fantasma da metrópole permaneceu na figura do mulato: nem branco, nem negro, alguém dificilmente classificável: essa incomodidade expressa a distorção daquele espelho em que se converteu o oceano mesmo, quem no Brasil se aproveitava da sua “brancura” para tentar a ascensão social – porque ser mulato já significava não ser completamente negro e isso era bom, ou pelo menos não era negativo – em África era visto com suspeito como explica Luiz Felipe de Alencastro. Não por acaso Alencastro escolhe o título exemplificativo de uma obra perdida de Francisco Manuel de Melo: “paraíso de mulatos, purgatório de brancos e inferno de negros”; sim, porque de uma coisa não é possível ter dúvidas: o Atlântico Sul converteu num verdadeiro inferno “negro” aquela relação linear que se estabeleceu entre o Brasil e África, um inferno que se transmitiu rapidamente dos navios para o país, o Brasil. Apesar da necessidade de fazer do transporte de negros um negócio favorável, a mortalidade de aquele tráfico negreiro era incrivelmente alta: dizem Lilia Schwarcz e Heloisa Starling “uma média de 10% dos jovens ou adultos saudáveis perecia numa viagem que durava de trinta a cinquenta dias” e contextualmente citam as palavras de frei Sorrento que compara os navios negreiros com o inferno, que parece ser o único termo de paragone nesse jogo de espelhos entre as duas margens do Oceano Atlântico. As possibilidades de sobreviver não eram melhores ao chegar no Brasil: “a expectativa de vida dos escravos homens ficava abaixo da que se tinha nos Estados Unidos – 25 anos para 35”, ambos dados são inconcebíveis, mas a mortalidade no Brasil constituiu o que Schwarcz e Starling definem “verdadeiro holocausto [...] da era moderna”. No Brasil eram duas as sortes possíveis para os escravos recém-chegados: servir nas casas dos padrões brancos ou servir nos engenhos deles, a segunda indubitavelmente o destino pior. Como bem explicam, mais uma vez, Schwarcz e Starling não existe escravidão sem a violência e a máxima expressão daquela violência têm sido os engenhos mesmos: “construiu-se, no Brasil, uma arqueologia da violência que tinha por fito constituir a figura do senhor como autoridade máxima, cujas marcas, e a própria lei, ficavam registradas no corpo escravo”. A justificativa dessa violência era paternalista e religiosa, e a religião é, na minha opinião, o verdadeiro *fil rouge* do Atlântico Sul como demonstra o sermão de Padre António Viera que convence os escravos da bondade da violência que sofrem por ser a dor motivo de elevação espiritual até os céus. A conversão religiosa dos negros, além de ser a máscara frente a opinião pública (mas sobretudo cristã),

era também o laço de dependência e subjugação com que ter atados os escravos ao sistema da escravidão: um sermão aquele de Padre Antônio Viera com uma lição distorcida novamente daquele jogo de espelhos que é o Atlântico Sul, “mais inveja devem ter vossos senhores às vossas penas do que vós aos seus gostos, a que servis com tanto trabalho”. O *fil rouge* da religião vem realmente de longe como confirma a conversão do rei congolês: os portugueses apresentam a conversão como meio para alcançar uma igualdade entre monarcas e povos que na realidade nunca obtiveram.

Aquele *fil rouge* que tem uma das suas extremidades na conversão dos escravos, tem a outra no sincretismo hoje em dia tão comum no Brasil: a conversão à qual foram forçados os escravos de origens africanas colidiu com as tradições e as culturas já aprendidas pelos negros, consolidadas como forma de amarração à terra natal e à família. De aquela colisão resultaram “raízes [...] modificadas, misturadas e recriadas no novo ambiente da escravidão” (Schwarz; Starling) que hoje persistem como tradições consolidadas do Brasil inteiro, e que olhando para o passado são também rastros da sobrevivência do Atlântico Sul.

A outra grande herança do Atlântico Sul são claramente a violência e o racismo: na época da escravidão a cor da pele se tornou motivo de exclusão social ou, melhor dizendo, motivo de segregação laboral: “numa sociedade escravocrata, todo trabalho físico e que demandasse esforço era considerado aviltante, e assim relegado aos africanos” e essa exclusão social persiste ainda hoje não na forma da escravidão, mas sim na forma da pobreza e dureza do trabalho.

Finalmente, outro aspeto que demonstra a persistência das dinâmicas do Atlântico Sul é a **presença** da violência: o aspeto-chave é o racismo, persistente na vida social e laboral, mas não há racismo sem *exerção* de violência. Voltando pela taxa de mortalidade citada em relação à escravidão, queria retomar o texto de Lília Schwarz *Sobre o autoritarismo brasileiro* onde a autora fala de “*genocídio de jovens negros*” em relação aos números de jovens assassinados no Brasil entre os 17 e os 29 anos: dos 30 mil jovens em aquela faixa etária, assassinados no ano 2012, o 70 % era negro. Só isso bastaria para dizer que não, as dinâmicas do Atlântico Sul não desapareceram com o progresso histórico: o Atlântico Sul é bem presente ainda hoje na sociedade brasileira, tão estreitamente vinculada a aquele espelho retorcido que produz racismo, violência, discriminação e que transmite em herança leituras sincréticas de crenças impostas em um passado, longe sim, mas não tanto.

#### Texto 11.M6 - Informante 11

O Atlântico Sul está aqui, sim.

O Atlântico Sul, que nasceu a partir dos séculos XVI e XVII, liga três lugares heterogêneos: Angola, Brasil e Portugal. Os primeiros dois lugares são coloniais, extra-europeus; o último é a talassocracia que se impôs sobre os outros.

Respondendo à pergunta que nos fizemos neste curso, o Atlântico Sul está aqui, sim. Está nos estudos pós-coloniais, na memória, na literatura, na história, nos estudos sociais. Quanto à herança, há uma mistura de raças e culturas e uma maior sensibilidade para o aspecto humano do que foi a história do Atlântico.

Infelizmente, a atenção para estas questões, fora do mundo acadêmico, ainda não é suficiente. De fato, são muito frequentes os casos de exploração, preconceitos, racismo, sexismo e violência de todos os tipos (física, epistêmica, ideológica).

Por exemplo, no seu livro *O Trato dos Videntes*, Luiz Felipe de Alencastro, professor de História do Brasil na Universidade de Paris-Sorbonne, analisa o Brasil no contexto do Atlântico Sul. A tese dele é que “o Brasil formou-se fora do Brasil”, *partindo* do espaço econômico e social que se consolidou na área Atlântica. A produção monocultora escravista portuguesa do continente sul-americano conectou-se durante cerca de três séculos à área ocidental africana.

Um trabalho que abre os olhos sobre a história brasileira é *Brasil: Uma Biografia*, onde as autoras, Lília M. Schwarz e Heloisa M. Starling, nos apresenta o Brasil como um personagem, um anti-herói à procura da redenção (na verdade, o título fala de “biografia” e não de “historiografia”).

Um aspecto central na história colonial é certamente aquele religioso. A religião, que deveria ser portadora de bons princípios, torna-se uma “anti-religião”, o meio que conduz ao nascimento do colonialismo, da exploração, da subordinação. Na propaganda colonial, a conversão religiosa, a evangelização, fazia parte do famoso “fardo do homem branco” (ver Kipling, 1899).

Na medida em que a religião está em causa, são interessantes as cartas do rei Afonso I, lembrado pelos esforços de consolidação do cristianismo como religião do reino do Congo e por sua oposição ao tráfico de escravos no Congo, e o sermão do padre Antônio Vieira, o “Paiacu”, missionário em terras brasileiras, cujo propósito foi convencer as pessoas a se converterem à religião católica. Também *Crónica da Conquista da Guiné* do autor Gomes Eanes de Zurara, está inserida entre as obras de propaganda.

#### Texto 13.M6 - Informante 13

Herança da escravidão

A herança do Atlântico Sul, na sociedade de hoje em dia, se manifesta principalmente na subalternidade sem poder de palavra dos negros, na condição de marginalidade e de escassas possibilidades de ascensão social que eles têm e nos preconceitos que se desenvolveram em relação a eles. Há alguns paralelismos entre o que acontecia com o sistema escravocrata e o que acontece agora com os negros no Brasil. A citação de Luiz Felipe de Alencastro em *O trato dos videntes* nos fornece um exemplo: “A criminalização da fuga de escravos negros se transforma numa ameaça mortal a todo núcleo autônomo de negros livres no território brasileiro” e também são significativas as palavras de Schwarz & Starling em *Brasil: uma biografia*: “Se na época da escravidão indivíduos negros trafegando soltos eram presos por suspeita de escravos, hoje são detidos com base em outras alegações que lhes devolvem sempre o mesmo passado e origem”. Há séculos, todos os negros carregavam a culpa pela fuga de alguns escravos, hoje, pelo contrário, carregam o estigma deles serem negros, estigma que leva consigo a constante condição de subalternidade. Isso explica também porque os negros, no Brasil, morrem mais e porque são as principais vítimas da violência policial. Negro no Brasil significa, muitas vezes, ter que sofrer violência; no passado, a violência exercida contra os escravos era física, como no caso deles serem marcados com ferro quentes antes de se embarcar nos navios, hoje a violência é representada pela invisibilização do subalterno e pela negação duma recuperação do passado, cujas memórias estão em risco.

#### Texto 14.M6 - Informante 14

O que resta do Atlântico Sul

O conceito do Atlântico Sul permite a conjugação de três espaços diferentes, dois coloniais (Angola e Brasil) e um metropolitano (Portugal), e pensar na sua formação a partir dos séculos XVI e XVII ajuda inevitavelmente a compreensão do nosso contemporâneo. Os vários processos caóticos que caracterizam o Atlântico Sul fizeram com que a sociedade fosse marcada profundamente por alguns elementos que é possível destacar ao longo da história.

Em *Brasil, uma biografia*, Lília Schwarcz e Heloisa Starling, no processo de reconstrução desse sujeito complicado que é o Brasil, refletem sobre o elemento da violência da escravatura na experiência do tráfico de mão de obra escrava, cuja origem remete à África. O elemento fundamental desse sistema é a violência, através do trabalho repetitivo, cansativo e laborioso, das punições públicas, dos ganchos e pegas para evitar as fugas e das máscaras de flandres, que permitiu o enraizamento da escravidão na história do Brasil até os nossos dias: por exemplo, entre os vários elementos se podem mencionar a permanência do ponto de vista linguístico de termos como *ama-seca*, *boçal* ou *ladino*, ou a importância da capoeira, uma dança que é luta, mas que foi interpretada na colônia como “uma distração”, desenvolvida no país por escravos angolanos e que hoje representa uma importante parte cultural, histórica e folclórica do Brasil.

Todavia, a herança implica também atitudes que são bem radicadas no contemporâneo. De facto, dois outros elementos que caracterizam o sistema escravocrata são o *suspeito* e o medo. Os escravos tinham a possibilidade de ser alforriados através de um testamento ou como recompensa por lealdade ao senhor, mas uma vez que um escravo era livre, a possibilidade de ser preso “por suspeita de escravo”, devido também a criação da figura do capitão do mato para reprimir as fugas e reduzir os números de quilombos, era alta (processo de re-escravização). Os escravos tinham medo de ser livres, tornando a “liberdade” uma condição aparente, temporária e irrealizável, e, portanto, muitos deles preferiam continuar a prestar serviços aos seus senhores. A mesma condição permanece na nossa contemporaneidade, porque na mesma maneira dos escravos, o negro hoje é vítima da sociedade e de um poder não tão diferente daquele exercido no sistema escravocrata, onde a força policial abusa do seu poder prendendo e matando negros sem justificação, só porque tem uma cor de pele diferente. E também restou o medo de poder andar na rua, de falar e de ser simplesmente livres, que caracteriza uma comunidade negra que é consciente da sociedade racista que a rodeia. A sociabilidade e as relações sociais são ainda marcadas pelo suspeito e pelo medo.

Luiz Felipe de Alencastro, na sua obra *O trato dos viventes*, refletiu sobre a transformação do Brasil da miscigenação, o resultado de uma relação de domínio e de exploração, na mestiçagem, um processo complexo que cria uma sociedade plurirracial, mas como bem escreveu “*o fato de esse processo ter se estratificado e, eventualmente, ter sido ideologizado, e até sensualizado, não se resolve na ocultação da sua violência intrínseca, parte consubstancial da sociedade brasileira*”. Esta sociedade plurirracial foi criada por meio da violência e pensar no Atlântico Sul remete inevitavelmente ao nosso contemporâneo.

#### Texto 15.M6 - Informante 15

A herança do Atlântico Sul

O Atlântico Sul foi o fulcro da ligação e continua sendo um canal de junção entre Portugal, África e Brasil. Embora esses três países façam parte de três continentes diferentes, geograficamente o oceano os unem. Os portugueses foram os primeiros a **esfrutarem** o Atlântico sul como meio de dominação, convertendo a distância geográfica em potencial lucrativo. O **esfrutamento** do Atlântico por mão dos portugueses teve **consequências** de **soferença** e destruição na África e, em vez, no Brasil foi um início. A colonização portuguesa do século XVI até XIX marcou um longo período de conflitos invisíveis e silenciosos que perduram até hoje. Durante a colonização um fator fundamental foi o comércio, através da navegação, de escravos como mão de obra nos engenhos de cana de açúcar. Os africanos chegavam no território brasileiro passando pelo Oceano Atlântico em navios negreiros que os transportavam não como seres humanos mas, como mercadoria para ser vendida pelos mercenários portugueses; este comércio durou três séculos. A viagem durava de dois a três meses, as condições higiênicas eram péssimas, os cativos ficavam aglomerados nos tumbeiros sem alimentos e água potável. Provinham de várias regiões da África em particular Angola, Mozambique e Congo e eram divididos por idade, sexo e tribo. Partiam deixando as suas próprias crenças religiosas e culturais acabando convertendo-se na religião católica dos portugueses através da evangelização dos padres como, por exemplo Padre Antonio Vieira. Os padres ao evangeliza-los explicavam que: Maria era a mãe de Jesus e convertendo-se ao catolicismo seria a mãe deles também; usar o Rosário nas suas **pregueiras** contribuiria para eles terem lugar no paraíso. Mas tinha outro tipo de escravo que não aceitava o catolicismo e que passava de forma oral as tradições culturais e espirituais de seus ancestrais, como por exemplo o candomblé que continuou no tempo, até hoje principalmente em Salvador na Bahia. O Quilombo dos Palmares foi um dos grandes movimentos que difundiu a ideia de liberdade com que povo escravo através da figura do líder negro Zumbi, que fugindo no meio da mata criou uma verdadeira legião de guerreiros que tinha mais de milhões de pessoas que viviam em comunidade. O Atlântico Sul está aqui? Sim, está nos estudos pós-coloniais, nas memórias literárias e poéticas, nas historiografias, nas biografias. Qual é sua herança hoje? O que resta hoje é a miscigenação, os mulatos, os mestiços que nasceram destas misturas de raças e culturas. Restam as marcas do fogo na pele dos escravos que se usava para assinalar de um navio ao outro, restam na literatura, na poesia como aquela de Castro Alves *Navio Negreiro* e nas imagens de máscaras de Flanders, de negros chicotiados e amarrados no Pelourinho por exemplo no quadro de Jean-Baptiste Debret. A herança de um sistema escravocrata que se absorveu na realidade atual e que se esconde por trás das diferenças das classes sociais, cobrindo a verdadeira essência de problemas que sempre partem da mesma raiz, ou seja a discriminação das étnias. Depois do fim da escravidão, nada foi feito para ajudar os negros, mulatos, mestiços a integrar-se na sociedade. Como aprimorar-se se ainda os fantasmas do passado escravocrata continuam a lembrar que na verdade nada foi feito para deixar essa igualdade. Não é importante a igualdade mas a equidade. Podemos observar simplesmente andando nas ruas no Brasil e em Portugal que a maioria das pessoas pobres continuam sendo negras e mulatas e que os ricos continuam sendo brancos, isto é o fruto da herança do Atlântico Sul.